



ARQUITETURA ESPACIAL DA PLANTATION AÇUCAREIRA

no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)

ARQUITETURA ESPACIAL DA PLANTATION AÇUCAREIRA

no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)

José Marcelo Marques Ferreira Filho

2ª edição ampliada



RECIFE
2022

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes

Carlos Newton Júnior

Eleta de Carvalho Freire

Margarida de Castro Antunes

Marília de Azambuja Machel

Editoração

Revisão de texto: Flávio Gonzalez

Projeto gráfico: Adele Pereira

Ilustração da capa: Ildembergue Leite

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

F383a Ferreira Filho, José Marcelo Marques
Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século xx) [recurso eletrônico] / José Marcelo Marques Ferreira Filho. – 2. ed. ampl. – Recife : Ed. UFPE, 2022.
(Série Ars Historica).

Originalmente apresentada como tese do autor (Doutorado – UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. História, 2016) sob o mesmo título.

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-112-5 (online)

1. História – Brasil, Nordeste. 2. Indústria açucareira – Brasil, Nordeste – História. 3. Trabalhadores da indústria açucareira – Pernambuco – Condições sociais. 4. Cana-de-açúcar – Pernambuco – Século xx. 5. Espaço (Arquitetura). 6. Geografia. I. Título. II. Título da série.

981.3

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2022-043)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



Série *Ars Historica*

A Série *Ars Historica* foi concebida com o intuito de promover uma mais ampla divulgação da produção científica na área da História junto à sociedade, ao disponibilizar para estudantes, professores e pesquisadores obras de consistente valor acadêmico, resultado de recentes pesquisas realizadas no campo historiográfico, e textos clássicos já esgotados repropostos em edições revisadas e atualizadas. Todos os volumes da Série são produzidos em formato digital e disponibilizados gratuitamente.

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

Diretora da Série *Ars Historica*

Obras publicadas

O desconforto da governabilidade

Rômulo Luiz Xavier do Nascimento

Os Escravos do Santo

Robson Pedrosa Costa

Tratos & mofatras

George F. Cabral de Souza

Política e sociedade no Brasil oitocentista

Cristiano Luís Christillino

Movimentos sociais negros em Pernambuco

Ivaldo Marciano de França Lima

Isabel Cristina Martins Guillen

A lenda do ouro verde

Regina Beatriz Guimarães Neto

Entre sobrados e mucambos

Wellington Barbosa da Silva

Para Tomás



Agradecimentos

A obra que o leitor está prestes a desbravar é resultado de mais de uma década de pesquisa. Ela não poderia ser feita sem a contribuição de várias pessoas, às quais aproveito aqui para deixar meus sinceros agradecimentos.

A minha avó Maria Clarice e minha mãe Maria da Conceição, pelo cuidado e apoio em todos os momentos.

A Maiara Melo, pelo amor e companheirismo, além de todo o apoio intelectual, e por tornar minha vida mais bela, alegre e cheia de esperança.

A Christine Rufino Dabat, intenso farol intelectual, por tudo que aprendi ao longo dos anos de orientação na UFPE.

Aos Professores(as) Maria do Socorro de Abreu e Lima; Patrícia Pinheiro; Marc Jay Hoffnagel; Thomas Rogers; Denis Bernardes (*in memoriam*); Jan Bitoun; Edvânia Torres; Caio Maciel; Antônio Alfredo Teles de Carvalho; Dhiego Antônio de Medeiros; Osvaldo Maciel e Carlos Miranda.

A todos os colegas da universidade, com os quais aprendi sempre: Michel Rocha; Michel Cavassano; Marcela Heráclio; Laura da Hora; Luciana Varejão; Victor Hugo; Júlio Barros; Mateus Samico;

Mariana Momesso; Samuel Maupeou; Raissa Orestes; Luiz Paulo; Bruna Hanny; Rafael Leite; Gilberto Geraldo; Fernanda Cornils e Letícia Almeida.

Aos funcionários dos arquivos do Tribunal Regional do Trabalho (TRT); Delegacia Regional do Trabalho (DRT); Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape); Hospital Barão de Lucena (HBL); Departamento de Estradas de Rodagem (DER); Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem); Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); Arquivo Histórico do Exército (Ahex); Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ).

A Adele Pereira, pelo belo trabalho de programação visual desta segunda edição do livro.

À Prof.^a Marília de Azambuja, pelo excelente trabalho na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE e pelo apoio à publicação desta segunda edição ampliada.

À Capes e ao CNPq pelas bolsas, sem as quais a pesquisa não poderia ter sido realizada.

Por fim, e acima de tudo, agradeço a Deus, ente eterno e ininteligível.

Sumário

Prefácio à 2ª edição 10

Prefácio à 1ª edição 16

CAPÍTULO I

Plantation: espaço, tempo, história 21

CAPÍTULO II

Formas espaciais da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil 88

CAPÍTULO III

A liberdade como contingência: a *plantation* e a (i)mobilização da força de trabalho no mundo dos engenhos 162

CAPÍTULO IV

A *plantation* e a violência estrutural no mundo dos engenhos 188

CAPÍTULO V

Trabalho e vida no mundo dos engenhos 218

CAPÍTULO VI

***Plantation*: espaço concentracionário 290**

CAPÍTULO VII

Arquitetura espacial da *plantation* depois do fim da *morada* 352

CAPÍTULO VIII

***Plantation*: processos estruturados em formas 377**

Referências 392

Prefácio à 2ª edição

A publicação da pesquisa de José Marcelo Marques Ferreira Filho revela as múltiplas conexões, na academia brasileira, entre os trabalhos do antropólogo Sidney W. Mintz, inspirador fundamental dos estudos sobre plantação e poder, a obra seminal da historiadora Christine R. Dabat acerca dos *moradores de engenho* e os mais recentes aportes da história ambiental do açúcar inspirados por Thomas D. Rogers. Dabat, que orientou a tese, tem combatido a falácia de que tudo já fora dito e escrito sobre cana-de-açúcar na região Nordeste do Brasil – o que o livro em tela prova de forma cabal.

A inspiração mais flagrante da obra repousa no geógrafo Milton Santos, como explicitado já na epígrafe (p. 21): “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial”. Para leitores oriundos da geografia, a reflexão é plenamente geográfica, assim como deve ser tomada enquanto contribuição à reflexão histórica por (e para) historiadores. De fato, Ferreira Filho demonstra maestria em concatenar contribuições transdisciplinares, trazendo um conjunto de questões e perspectivas que reacendem os debates em torno da formação socioespacial do mundo dos engenhos.

O autor transcende as contribuições individuais de cada uma dessas influências-mestras e áreas do saber. Assim, nos oferece uma interpretação original e ousada da região de *plantation* como um território-cativeiro para a massa de trabalhadores rurais, o que acabou por constituir o segredo interno – expressão cunhada por Stuart B. Schwartz – da longevidade histórica do sistema.

A argumentação traz uma aposta: para acentuar a inextricável relação entre história e geografia na compreensão do mundo do açúcar, o autor cria uma expressão – integrada ao próprio título –, *arquitetura espacial da plantation*, definindo-a como tentativa de apresentar uma história não fragmentada dessa região agrossocial, desde a escravidão legal até meados do século xx, englobando tempo e espaço num sistema coerente e único. Ferreira Filho constrói sua meticulosa argumentação ao longo de quase 400 páginas, divididas em 8 partes, entre as quais dobra a aposta no fundamental capítulo vi, ao definir o sistema de plantação como um *espaço concentracionário*.

A geografia é evocada em minúcias e alçada a fio condutor, mediante os conceitos de espaço, território e paisagem, de modo a construir o argumento da obra: as relações socioterritoriais na zona da cana-de-açúcar resultaram na relativa imobilização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que ali tiveram suas existências submersas pela lei do engenho, não apenas em uma monótona, isolada e opressiva paisagem verdejante, como também em condições miseráveis, sujeitos permanentemente à força ordenadora da violência e do medo. Para o autor, os engenhos constituíam um pedaço do território brasileiro situado fora da ordem jurídica normal, onde *a liberdade era contingente*. Um espaço-tempo de exceção: “a arquitetura espacial da *plantation* não era simplesmente o resultado de suas próprias condições no passado, senão fruto de um longo processo de produção e reprodução de um sistema (ela mesma) – herdeiro do tempo escravista e colonial – arquitetado para funcionar com base na exploração de força de trabalho coagida” (p. 32).

Torna-se evidente que a noção de *arquitetar* remete a uma simbiose entre espaço, tempo e potência – que os geógrafos costumam abordar através do conceito de território: expressão espacial de relações assimétricas de poder. O próprio território açucareiro, portanto, seria a prisão que os senhores de engenho construíram para empatar a mão de obra nos canaviais, moradas e vargens, em analogia à clássica definição de Claude Raffestin.

O livro atualiza a problematização de uma ruralidade própria da zona canavieira, já apontada no *Nordeste* de Gilberto Freyre na década de 30 do século passado. Ferreira Filho reflete acerca da natureza das relações que se estabelecem entre as pessoas e uma paisagem agrária marcadamente esvaziada de vida, submetida ao domínio hierárquico e acachapante dos proprietários de terra. As relações entre as pessoas e as coisas são precedidas da coisificação da força de trabalho enquanto elementos da paisagem, da mesma natureza que a vegetação, o relevo e os animais, tal como apontado recentemente por Thomas Rogers.

Mister reconhecer, ainda, que esse conceito, ao contrário de espaço e território, não merece o mesmo aprofundamento no texto, aproximando-se ora de um quadro mental, ora de uma configuração territorial de distâncias, relevos e formas. Tal dualismo é enfrentado com a profissão de fé da geografia cultural crítica, mediante adoção de dois corolários propostos por outro geógrafo, Don Mitchel, citados nas p. 39 e 49: a) “devemos explorar não apenas a morfologia da paisagem ou a representação da paisagem, mas a interdependência entre as duas”; b) “a relação entre forma material e representação ideológica deve ser o centro de nossas análises”.

A paisagem há muito tem atraído atenção de vários cientistas sociais, como o próprio Freyre, tributário de uma abordagem culturalista afinada com Carl Sauer, o patrono da geografia cultural norte-americana. Recorrendo aos aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem regional, o mestre de Apipucos atestara que a

violência ecológica e militar (diríamos hoje: miliciana) da implantação da monocultura gerou na franja úmida do Nordeste um espaço agrícola, porém não rural, no sentido do estabelecimento de tênues relações afetivas (e ideológicas) entre as pessoas e a natureza. Relações tão mais evanescentes quanto mais próximos os sujeitos da casta de proprietários de terra, restando apenas aos caboclos alguma vivência e apego aos elementos naturais, via hibridização da cultura ameríndia e africana. Afinidade não bucólica, mas decorrente das necessidades de sobrevivência nas terras marginais à *plantation*, e de onde os moradores deveriam tirar o próprio alimento.

Tal horizonte relacional, mostra Ferreira Filho, teria persistido na região da cana, a despeito de mudanças na base técnica ao longo do século xx. Há aqui uma clara afinidade não com Freyre, mas com o sentido de paisagens-que-trabalham (*laboring landscapes*), proposto por Thomas Rogers, autor que destrincha de modo contundente o *ethos* e o *páthos* da geografia do engenho, ao invés de lhe tecer loas. Por conseguinte, a arquitetura agora desenhada compõe – complementarmente ao cenário de trabalho coercitivo – o que se poderia alcinhar de paisagens-que-aprisionam.

Tanto que os aspectos subjungantes da paisagem do açúcar marcam profundamente o “gênio do lugar” e as relações entre as pessoas e os engenhos – principalmente entre aqueles sujeitos encarcerados pelas morfologias e significações atinentes ao universo dos trabalhos braçais. Na visão do autor, o arranjo dos campos, moradas, estradas, matas e fábricas, os sentimentos de temor correlatos a cada uma dessas formas, a gestão violenta dos corpos no mundo interno e adjacente dos latifúndios, tudo isso configuraria uma condição *sine qua non* para a conservação da liberdade contingente da massa trabalhadora, retroalimentando a própria organização paisagística fechada da *plantation* ao longo dos séculos.

Ferreira Filho retoma Christine Dabat quanto à identificação do traço predominante da história desta zona canavieira: a longevidade

plurissecular da permanência, destacando-se o monopólio das terras por algumas famílias, a monocultura e um cruel sistema de exploração e coerção da mão de obra. No entanto, aprofunda as estratégias de imobilização das pessoas no mundo dos engenhos a partir dos liames materiais (formas, distâncias, isolamento) e imateriais (medos, sentimentos de aprisionamento, desonra) de sua geografia. Revela um espaço de exclusão e violência historicamente sedimentadas, inclusive com a bestialização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais

Por que, então, o trabalho não assume a perspectiva de uma geografia histórica, pura e simplesmente? Como vimos, o contexto territorial do Nordeste canavieiro foi denominado por Ferreira Filho como uma complexa *trama espaço-temporal*. Tenta o autor uma geografia histórica e ambiental da cana-de-açúcar, onde ao conjunto delineado caberia perfeitamente a noção “cenário”, do geógrafo Paulo César da Costa Gomes: reunião simultânea de acontecimentos e ambientação física de um quadro, propiciando uma análise espacial totalizante.

Por outro lado, a seção “Sobre fontes e métodos” (p. 57-67) revela um firme compromisso historiográfico com a busca por arquivos amplos e de difícil acesso, reunidos seja em publicações patronais ou sindicais, registros em hospitais ou tribunais (Juntas de Conciliação e Justiça, Tribunal Regional do Trabalho), além de cartas e mapas diversos. Destaque para o esforço em levantar as informações sobre as localizações e características fisiográficas dos engenhos, donde os mapas e esquemas apresentados constroem o quadro geográfico essencial aos argumentos do livro: valiosas fontes que tornam possível escrever sobre a *plantation* de forma original.

Como quer que seja, Ferreira Filho reafirma que o “caráter” da região canavieira nordestina, importante espaço agrário de selvagem hierarquia social, tranca os horizontes daqueles que, submetidos a trabalhos sob coerção nos campos, renovam o cativeiro moderno. O

trabalho bruto, a falta de liberdade e sua baixa qualidade de vida em geral convertem-se em elementos da paisagem, lidos pela sociedade maior no contexto de “condições culturais derivadas do sistema de plantação”, na terminologia de Sidney Mintz: relações sociais em termos de conteúdo cultural específico, que permitem a operacionalidade desse sistema agrossocial. O ponto-chave de Ferreira Filho é atentar para a organização do espaço (paisagem, território) como parte essencial para a continuada reprodução desses “cativeiros abertos” em que se transformaram engenhos, usinas e pontas de rua no século xx.

A reinterpretação original da *plantation* realizada por Ferreira Filho, em suma, reúne as mais diversas matrizes do pensamento sobre a Zona da Mata pernambucana, para propor que, mesmo abolida a escravidão, as estruturas socioespaciais da região sustentaram longamente – senão pela lei, ao menos na prática – um território de liberdade contingente para os trabalhadores: extorquidos geração após geração por um sistema tão perfeitamente orquestrado que mesmo os assalariados “livres” (proletários) eram em tudo e por tudo assimilados a “cativos”. A pretensão teórica do livro consiste em ultrapassar a história ambiental e regional do açúcar para vislumbrar uma geopolítica da agroindústria, arriscando a denominação de *espaços concentracionários* para melhor caracterizar os campos tropicais de exploração de mão de obra. O debate sobre o tema é revigorado pelas páginas deste libelo inovador.

Caio Augusto Amorim Maciel

Professor do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE

Prefácio à 1ª edição

O império do espaço na história dos trabalhadores

Na importante produção acadêmica sobre o mundo agrário no Nordeste do Brasil, há uma tradição de longa linhagem que acolhe obras marcadas pela interdisciplinaridade, ou talvez, adotando as categorias de Edgar Morin, pela transdisciplinaridade.

O mundo do trabalho se beneficia muito dessa abordagem, a prova é o presente livro, fruto da tese de José Marcelo Marques Ferreira Filho, intitulada *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século xx)*.

Construir seu objeto de estudo a partir do espaço foi um desafio que o autor buscou aprofundar com muita perícia e um embasamento acadêmico tão prestigioso quanto os “gigantes” – no sentido de Bernard de Chartres – que são Lucien Febvre, Fernand Braudel ou Manuel Correia de Andrade.

Assim, o historiador parte do espaço para descrever como esta dimensão se conjuga imprescindivelmente com aquela do tempo para tecer as circunstâncias nas quais os canavieiros exercem sua atividade na segunda metade do século xx, período aqui privilegiado. A complexidade do meio, por assim dizer, se desdobra, portanto,

em abordagens que vão da topografia – uma das dimensões muito bem percebidas pelo autor – até considerações da ordem da história cultural, que moldam as mentalidades, aspirações e sonhos, sem esquecer a violência patronal e pública presente em formas e graus diversos.

A amplitude do tema constitui um desafio que o estudioso soube dominar com maestria: manter o foco das atenções nessa população trabalhadora, esquecida do Estado, a não ser na sua dimensão repressiva, e criadora da maior riqueza na região, séculos a fio.

Apoiado em trabalho de arquivo vasto e diversificado – que inclui cartas da Sudene, documentação do Estado, em particular da DRT, processos da Justiça do Trabalho (TRT 6ª Região), ou mesmo do Hospital Barão de Lucena, assim como arquivos do movimento sindical, entre muitas outras fontes, todas tratadas com igual êxito – o historiador soube operar uma triagem e hierarquização das informações que contribuiriam para traçar um quadro com muito relevo e precisão. De dados, passaram a constituir argumentos para sua tese, mantida toda a integridade dos mesmos, graças um trabalho minucioso.

O rigor do tratamento da informação, no entanto, não impede o autor de tomar posições – poder-se-ia ser tentado a dizer, partido, no bom sentido do termo – mas com o cuidado permanente de trazer a prova do que afirma, seja em termos das condições de vida e de trabalho, seja na organização do espaço e da própria produção. Ele conclui pela designação concentracionária, apesar das reservas expostas pelo Professor Mintz, para o qual a associação com o holocausto deveria limitar o uso dessa nomenclatura, mas com o aval de estudiosos como Michel Agier. Propõe, portanto, uma definição própria. Sem ceder ao declínio panfletário, mas com muita energia e convicção, José Marcelo defende, ao cabo de sua obra, um posicionamento nítido e categórico, inovador na literatura sobre o Nordeste açucareiro.

Crucial para esta demonstração é a análise do espaço enquanto fator de dominação em virtude de sua utilização e de quem detém o poder sobre ele. Portanto, o uso de linguagem cartográfica e, mais geralmente, de desenhos – um meio privilegiado e muito eloquente já em trabalhos anteriores de José Marcelo, a exemplo de sua dissertação de mestrado, intitulada *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco 1963-1973)* – contribui notadamente para fortalecer sua demonstração ao criar dados novos acrescentados à arguição. Os mapas não são, portanto, apenas ilustrações, mas peças cabais no desenrolar da narrativa, particularmente nos capítulos II e VI. O autor associa também abordagens conceituais do estudo das paisagens, constituídas a partir da consolidação de tempos diversos, focando nos sociais. O resultado é muito rico e se saúda o esforço realizado por um historiador para se apropriar de técnicas e competências cujo uso se revela imprescindível para a própria concepção da tese, ilustrada no título.

Apoiado em precursores, como Edgar Tristram Thompson e, sobretudo, Sidney W. Mintz, José Marcelo detalha que a “sofisticação desse espaço (de liberdade contingente) não se limitou a sua longa duração (prova de seu eficiente funcionamento), nem à organização da violência física e imposição do medo que mantiveram o trabalho forçado como um de seus elementos indissociáveis e definidores”.

Ele ousa avançar de forma explícita ao realçar que “as *plantations* eram como sociedades paralelas que possuíam suas próprias ‘leis’; seus próprios costumes; sua própria moeda; sua própria moralidade; e até sua própria linguagem. Todos os âmbitos da vida dos indivíduos confinados em seu interior estavam direta ou indiretamente ligados à sua configuração espacial concentracionária instuída ao longo de cinco séculos”. Por isso ele defende, ao longo dos capítulos, que “a utilização do espaço, em todas as suas dimensões,

contribuiu e permitiu o exercício da violência em todas as suas formas” contra a classe trabalhadora rural.

O elenco de estudiosos chamados a apoiar a tese é muito amplo e seletivo, no sentido acadêmico do termo. Além de Mintz e Wolf, particularmente o primeiro, obras famosas de Milton Santos, de meu mestre na Universidade de Genebra, Claude Raffestin, além dos autores inúmeros que se dedicaram ao estudo dos trabalhadores rurais da zona canavieira, dos grandes clássicos, como o já citado Manuel Correia, Josué de Castro e Nelson Chaves, a pesquisas muito recentes, passando por várias gerações de estudiosas e estudiosos.

Destaquem-se também os antropólogos e sociólogos do Museu Nacional, sob a direção de Moacir Palmeira, que tanto contribuíram para uma visão renovada da região e de sua população, e os brasilianistas norte-americanos, em particular Nancy Scheper-Hughes, Anthony Pereira e Thomas Rogers, cuja tese, *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*, foi publicada recentemente no Brasil. Sem esquecer os estudiosos da UFPE, como Socorro Abreu e Antônio Montenegro.

Solidamente construído em oito capítulos, o livro traça um peculiar panorama, tanto espacial quanto histórico, que o torna, desde já, um marco na historiografia depois dos “gigantes” acima citados.

Nos capítulos intitulados respectivamente “Formas espaciais da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil”; “A liberdade como contingência: a *plantation* e a (i)mobilização da força de trabalho no mundo dos engenhos”; “A *plantation* e a violência estrutural no mundo dos engenhos” e “Trabalho e vida no mundo dos engenhos”, o leitor poderá encontrar um cenário preciso da região na dimensão privilegiada do espaço em todos os seus significados apontados anteriormente. É destacada sua utilização pela classe patronal – com a conivência, por vezes ativa, do Estado – como meio de sujeição dos trabalhadores, em particular em razão do isolamento geográfico em relação às outras empresas e à sociedade maior.

O sexto e o sétimo capítulos formulam propostas interpretativas inovadoras, coerentes com os pontos estabelecidos nos primeiros. Os fios estendidos desde o início do trabalho são tecidos para analisar de forma original o emaranhado de condições impostas às famílias canavieiras para delas explorar a força de trabalho e garantir sua docilidade. No sexto, “*Plantation*: espaço concentracionário”, quando os trabalhadores moravam ainda nos engenhos, e no sétimo, quando foram convertidas as ferramentas de dominação por oportunidade de sua expulsão para as pontas de rua, com o título explícito: “Arquitetura espacial da *plantation* depois do fim da *morada*”.

Em suma, é com grande prazer que convido o leitor a conhecer um livro bem escrito e argumentado, que renova, de modo muito fértil e corajoso, o velho mundo dos engenhos sobre o qual alguns reputaram que tudo já fora dito pelo mestre de Apipucos. Ousando, contra a suposta “benevolência do senhor de engenho”, ao descrever um universo concentracionário – com sutil manejo das conotações que o termo veicula – num mundo capitalista, José Marcelo prova, neste estudo, que o ofício do historiador é, por definição, trabalhar para renovar perspectivas e enriquecer, no caso, o conhecimento sobre a região.

Ao se debruçar com respeito e afinidade sobre a condição dos mais explorados e dominados, os trabalhadores rurais, criadores da riqueza que fez a fama da região, o autor só faz acrescentar ao brilho duradouro que o seu livro terá nas bibliografias e bibliotecas.

Recife, setembro de 2019

Christine Rufino Dabat

Professora do Departamento de História da UFPE

CAPÍTULO I

Plantation

Espaço, tempo, história

A História não se escreve fora do espaço
e não há sociedade a-espacial.

Milton Santos (1977)

Esta é uma história da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil. A história de um vasto e sofisticado espaço de liberdade contingente. Um espaço no qual o direito de agir segundo o livre arbítrio de quem em seu interior vivia era limitado por uma geografia que congregava – ao mesmo tempo e de forma indissociável – elementos ecológicos (geomorfológicos, climáticos, edáficos, hidrográficos, biológicos...); estruturais (rede viária, sistema de transporte...) e também históricos/simbólicos/culturais (relações de classe, omissão do Estado, violência, coerção, medo, honra, esperança...). Violência, medo, ausência do poder público, esperança e honra, por exemplo, moldavam esse espaço tanto quanto montanhas, rios, canaviais,

engenhos e estradas. Nele, centenas de milhares de indivíduos viveram e trabalharam, toda sua vida, sob condições de miséria extrema, isolados do mundo exterior e sujeitos à violência patronal organizada. Essa parte do Brasil, formada sobretudo por uma ampla rede de engenhos e usinas de cana-de-açúcar, permaneceu por cinco séculos controlada por milícias privadas fortemente armadas. Até o final do século xx, a maior parte dessa área era interligada por estradas de difícil acesso e desconhecidas por boa parte das autoridades públicas. Esses engenhos constituíam um pedaço do território brasileiro situado “fora da ordem jurídica normal”.

A sofisticação desse espaço (de liberdade contingente, repito) não se limitou a sua longa duração (prova de seu eficiente funcionamento), nem à organização da violência física e imposição do medo que mantiveram o trabalho forçado como um de seus elementos indissociáveis e definidores. Sua estrutura labiríntica, longe das forças públicas externas, que facilitava o abuso da autoridade patronal sobre centenas de milhares de indivíduos, tornou-o singular em comparação a outros ambientes de trabalho no Brasil. As *plantations*¹ eram como sociedades paralelas que possuíam suas próprias “leis”; seus próprios costumes; sua própria moeda; sua própria moralidade; e até sua própria linguagem. Todos os âmbitos da vida dos indivíduos confinados em seu interior estavam direta ou indiretamente ligados à sua configuração espacial concentracionária instituída ao longo de cinco séculos. Sua geografia inextricável, que não requeria muros e arames farpados para funcionar com perfeição, permitia à classe patronal canavieira: *i*) controlar as formas de uso dos recursos naturais (cobertura vegetal, rios, açudes

1 Todas as vezes que o termo *plantations* (no plural) for empregado, ele fará referência às unidades produtivas particulares (engenhos). Sua forma singularizada, *plantation*, por seu turno, será sempre utilizada aqui para se referir ao espaço açucareiro como um todo, sua lógica produtiva, tipo de organização e modo de existir.

e pequenos cursos d'água, animais humanos e não humanos); *ii*) ministrar sobre a organização social no interior dos engenhos (trabalho, moradia, alimentação, lazer, práticas religiosas); *iii*) instituir uma economia fechada com moedas e regras próprias; *iv*) limitar o acesso dos internos aos órgãos de proteção ao trabalhador (Justiça do Trabalho e Delegacia Regional do Trabalho); *v*) obstacularizar o acesso do movimento sindical aos engenhos; e *vi*) usar generalizada e impunemente a violência contra a classe trabalhadora.



Literalmente, a palavra *plantation*² foi empregada pela literatura especializada como significando muito além da mera cultura de produtos para exportação. Ela pode identificar, ao mesmo tempo, tanto um complexo sistema produtivo com ligações internacionais e locais, quanto unidades particulares menores: os engenhos. Edgar Tristram Thompson³ – o primeiro a construir uma “teoria da *plantation* [...] concebida para esclarecer o processo de formação de classes nas sociedades tipificadas por poderosas instituições de trabalho forçado”⁴ – a qualificou, em *The Plantation*, tese defendida em 1932 e publicada postumamente apenas em 2010, como “um

2 Embora tenha escolhido manter o termo em sua forma inglesa (*plantation*), mais tradicionalmente empregada e conhecida, “autores brasileiros clássicos como Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado e Jacob Gorender, todos usavam a palavra ‘plantação’, como os franceses usam ‘*plantation*’ e os hispânicos ‘*plantación*’, para designar, dentre outras coisas, o mesmo tipo de organização da produção agrícola”, como percebeu Christine Dabat.

3 Todos os trechos citados em português de fontes originalmente escritas em inglês, francês e espanhol são versões traduzidas por mim mesmo.

4 Sidney W. Mintz & George Baca. “Introduction”. In: E. T. Thompson. *The Plantation* [1932]. Columbia: University of South Carolina Press, 2010, p. 3.

grande latifúndio, localizado em uma área de recursos abertos [*open resources*], no qual as relações sociais entre diversos grupos raciais ou culturais são baseadas em autoridade, envolvendo a subordinação de trabalhadores residentes para com um senhor com a finalidade de produzir um item agrícola que seja vendido no mercado mundial”.⁵ Anos depois, Sidney W. Mintz e Eric Wolf a definiram como uma instituição política e agrossocial que preconiza uma “situação onde terra, mão de obra e equipamentos são subjugados totalmente enquanto mercadorias, e as relações que governam seu uso são avaliadas totalmente à luz da contabilidade ‘racional’ de custos”. Para ambos, sua condição inicial de existência e manutenção está amparada na conservação de uma “força de trabalho grande o bastante para realizar a produção em volume considerável, a taxas suficientemente baixas para garantir retornos do capital investido”.⁶

O objetivo central deste livro, diferentemente, é defender que para compreender a *plantation* em sua totalidade é necessário ir além de sua dimensão puramente física e institucional. Ao longo da exposição que se segue, defendo que ela não pode ser definida senão em relação a seu modo de existir; aos mecanismos e meios que regulavam sua espacialidade, sua operacionalidade em relação às suas formas e funções. A sociedade açucareira era o ser; a *plantation* sua existência. Minha proposta é ultrapassar a *plantation* como mero aspecto para chegar ao seu real significado social, seu modo de ser no mundo.

A extensa área produtora de açúcar no Nordeste do Brasil incluía centenas de milhares de habitantes, mas, se não explicarmos como estes se moviam – para o trabalho, consumo e lazer –; como eles habitavam; como se relacionavam; como participavam

5 E. T. Thompson. *The Plantation*. Op. Cit., p. 3.

6 Sidney W. Mintz & Eric Wolf. “Fazendas e plantações na Meso-América e nas Antilhas” [1957]. In: Sidney W. Mintz. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. 2ª Ed. Recife: EDUFPE, 2010, p. 198-203.

da reprodução social; como percebiam sua própria existência e o meio em que viviam; como se inseriam numa determinada configuração espacial e a modificavam... não estaremos nos referindo a *plantation*, mas apenas a centenas de milhares de pessoas. Em outras palavras, não existe *plantation* sem relações sociais. Ela não era um simples lugar onde as relações se davam, nem um puro reflexo da sociedade, mas fruto de uma longa e complexa história de interação entre ambiente e sociedade. Se do ponto de vista estático poderíamos categorizá-la como um resultado, um simples produto, herança de um desdobramento linear de causa e efeito, do ponto de vista dinâmico ela era realmente um processo: uma combinação de elementos apenas compreendidos em seu movimento e interação no tempo, em seu próprio fazer-se. O processo, a existência em si da *plantation*, portanto, é sua própria história em movimento: a sociedade do açúcar em seu devir.

Em termos mais objetivos e específicos, defendo que a *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil constituía um complexo espaço de liberdade contingente, onde o secular domínio territorial dos engenhos arquitetou uma sociedade violenta e desigual. Que violência, exploração ilegal do trabalho, fome e miséria eram todos traços permanentes de sua feição isso não é mais novidade. Meu propósito, no entanto, é mostrar como essas características não apenas se relacionavam no espaço, mas dele eram parte integrante. Para tanto, argumento que na arquitetura espacial da *plantation* tempo e espaço interagem num só sistema de relações que constituía o próprio movimento de sua história. Para ser mais preciso, não se trata de fazer uma geografia da *plantation* e, em separado, sua história; mas de pensar essas duas dimensões como indissociáveis. Nesse caso, o todo não era a simples soma das partes. Ou seja, a *plantation* não era simplesmente a união desconexa de sua geografia e sua história. Ela era uma espécie de simbiose dialética entre seu presente-contexto sempre mutante e as heranças do seu passado.

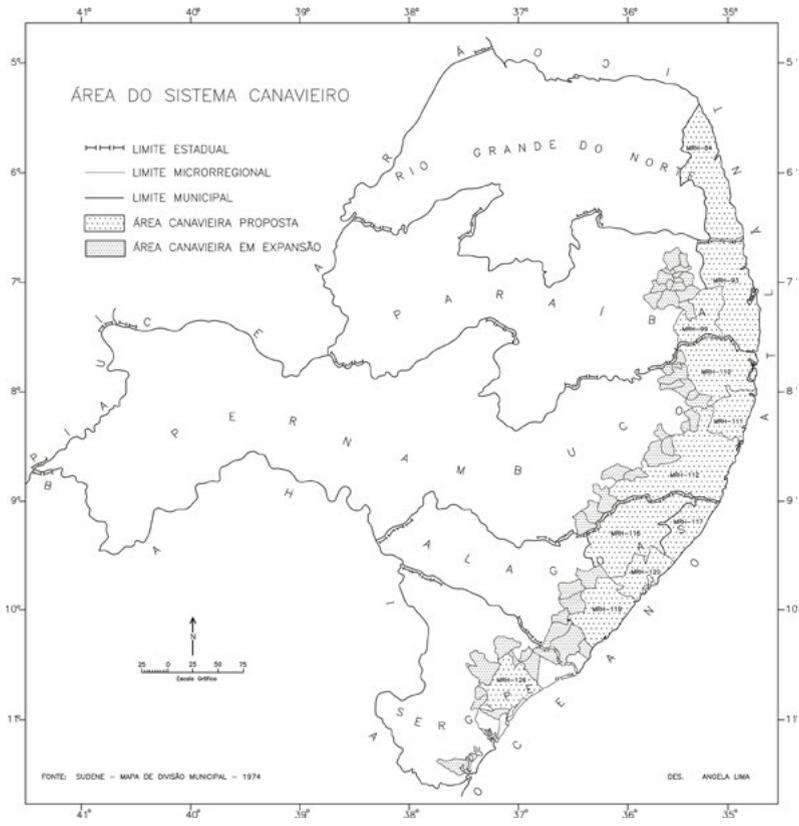


Figura 1. Área do sistema canaveiro, 1974.
 Fonte: Andrade (1988).

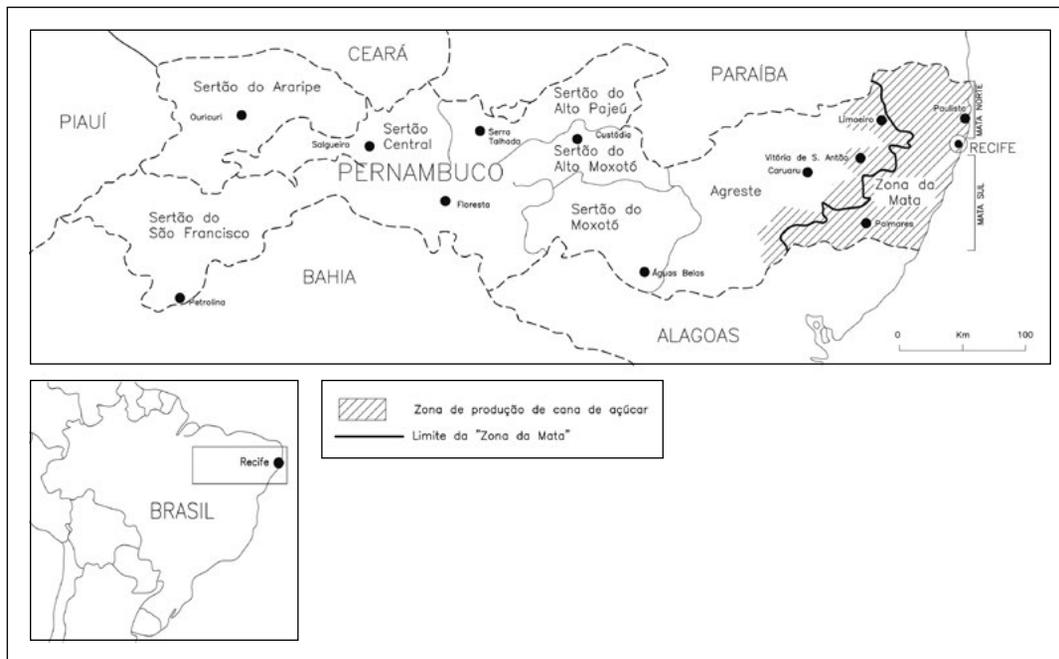


Figura 2. Pernambuco e suas microrregiões.

Fonte: Dabat, Porter e Souza (2001).

Embora a zona canavieira de Pernambuco no século xx seja o foco da argumentação deste trabalho, e sirva aqui como modelo da linha interpretativa e conceitual que se deseja propor, arriscaria afirmar que a maior parte das considerações aqui expostas se aplicaria a outras áreas açucareiras no Nordeste e fora dele. Nesse sentido, o objetivo deste livro vai além de uma mera discussão formal e factual dos chamados fatos históricos num tempo e espaço específicos. Ele se propõe, em linhas gerais, a iniciar um novo debate conceitual e metodológico, portanto histórico, de um tema tido como esgotado por seus críticos mais desatentos.

Espaço

O conceito de espaço é marcado por infindas discussões tanto entre geógrafos quanto entre historiadores. Para os propósitos desta obra, no entanto, o espaço será considerado, assim como a economia e a cultura, por exemplo, uma instância da sociedade. Na verdade, todas essas instâncias contêm e estão contidas umas nas outras: a economia está no espaço, assim como o espaço está na economia; e o mesmo ocorre nos campos político-institucional e cultural-ideológico ou simbólico. O que tudo isso significa é que o essencial do espaço é social no sentido de que ele não é formado unicamente pelas coisas, objetos geográficos, naturais ou artificiais.⁷ O espaço é tudo isso mais a sociedade, pois cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade num dado tempo histórico. Ele

7 Lefebvre, a esse respeito, assim escreveu: “Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção”. Henri Lefebvre. *Espacio y Política* [1973]. Barcelona: Ediciones Península, 1976, p. 34.

não é simplesmente um pano de fundo ou um simples reflexo da sociedade, mas um condicionante condicionado, como as demais estruturas sociais.⁸

Espaço é um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos [para nosso propósito: cidades, plantações, estradas, usinas, engenhos, matas, rios, animais...] e sistemas de ações [relações sociais], não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”⁹ – definiu Milton Santos em *A natureza do espaço*. Em outros termos, o geógrafo defende que espaço são *processos*¹⁰ que se organizam em *estruturas*,¹¹ que se materializam em *funções*¹² que, por sua vez, se realizam através das *formas*¹³ num complexo e integrado sistema de interações ambientais e sociais.¹⁴ Nesse contexto, “o movimento

8 “O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais”. Milton Santos. “O espaço geográfico como categoria filosófica”. In: *Anais V Encontro Nacional de Geógrafos (1982): contribuições científicas*. Porto Alegre, 1983.

9 Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção* [1996]. São Paulo: EDUSP, 2006, p. 39.

10 “Processo pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. Milton Santos. *Espaço e método* [1985]. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 69.

11 “Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. *Ibidem*.

12 “Função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”. *Ibidem*.

13 “Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão”. *Ibidem*.

14 Toda a construção da teoria do espaço em Milton Santos é fundamentada nessas quatro categorias analíticas. Em seu artigo *O espaço geográfico como categoria filosófica*, assim escreveu: “A forma nos apresenta a coisa, o objeto geográfico; sua função atual nos leva ao processo que lhe deu origem; e este, o processo, nos conduz à totalidade social, a estrutura social que desencadeou, e dá ao objeto uma vida social”. Milton Santos. “O espaço geográfico como categoria filosófica”. Op. Cit. Em *Por uma geografia nova*, afirmou: “qualquer que seja a

dialético entre forma e conteúdo que preside o espaço é igualmente o movimento dialético do todo social”¹⁵ – no presente caso: a sociedade açucareira. Isso significa dizer que os elementos constituintes do espaço (incluindo os trabalhadores, os engenhos, as usinas, as instituições, o suporte ecológico, as infraestruturas...) devem ser encarados como estados ou condições das coisas, e não como as coisas mesmas.¹⁶ Seus valores não são dados em função deles mesmos, mas do seu papel no interior de um conjunto-contexto. Tomados isoladamente, eles apenas têm valor como simples objeto, mas o seu valor como dado social vem de sua existência relacional.¹⁷

Assim como a sociedade, o espaço está em constante evolução, condicionada, por sua vez, por um conjunto de fatores externos e internos que provocam mudanças espaciais do mesmo modo que a evolução “normal” das próprias estruturas. A estrutura espacial, pontuou Milton Santos, é:

uma acumulação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classes específica e de um conjunto específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações

análise ou o estudo que não leva em consideração *todas* essas categorias e *todas elas ao mesmo tempo*, não poderá abraçar a realidade total”. Milton Santos. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978, p. 219.

15 Milton Santos. *Espaço e método*. São Paulo: Livraria-Editora Nobel, 1985.

16 “O espaço [deve ser] visto em sua própria existência, como uma forma-conteúdo, isto é, como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a consideramos separadamente do conteúdo e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou”. Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. Op. Cit., p. 14.

17 Em *A justiça social e a cidade*, David Harvey afirmou: “o espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional *em sim mesmo*, mas pode transformar-se em um ou [‘e/ou’, poderíamos acrescentar] outro, dependendo das circunstâncias”. David Harvey. *A justiça social e a cidade* [1973]. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 5.

entre os recursos presentes. A realidade social, o mesmo que o espaço, resulta da interação entre todas estas estruturas.¹⁸

Então, toda estrutura bem como todo sistema são realidades mistas e contraditórias de objetos e relações – de fixos e fluxos, como diria Milton Santos – que não podem existir separadamente, de tal forma que sua contradição não exclui sua unidade.

Pensar a *plantation* enquanto sistema, portanto, é compreender que o valor sistêmico de sua *forma* (labiríntica) e *função* (concentraciônica) não está em si mesmo tal como o vemos, mas em seu significado relativo dentro de um sistema mais amplo. Cada um desses componentes tem papéis diferentes no movimento da totalidade. Embora os engenhos, as estradas, cidades, montanhas, rios e canaviais sejam todos elementos concretos em sua existência material, eles são abstratos fora de sua função e em condições históricas dadas. Uma vez que nada existe fora de seu contexto histórico, apenas em conjunto, o meio e as relações sociais formam um sistema de encadeamentos recíprocos.

Espaço e tempo são, portanto, como defendeu David Harvey em *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*, “categorias básicas da existência humana”,¹⁹ e inseparáveis na realidade. É impossível uma análise do espaço fora de sua dimensão temporal, pois nele elementos de diferentes períodos históricos coexistem, como um mosaico de diversas épocas, formando a própria realidade social.²⁰ A estrutura espacial de uma dada área e numa dada época depende, em grande medida, de influências impostas

18 Milton Santos. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 44.

19 David Harvey. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change* [1990]. Oxford: Blackwell Publishers, 1992, p. 201.

20 Para Carlos Moya, “O espaço se define como uma totalidade de relações posicionais que organiza a totalidade de atores. A mudança temporal se define como o funcionamento dessa estrutura e como uma dinâmica interior ao sistema social...”. Carlos Moya. *Sociólogos y Sociología*. 2ª Ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970, p.178, citado por Milton Santos. *Por uma geografia nova*. Op. Cit., p. 218-219.

pela história. Como Ruy Moreira afirmou em *A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil*, “a estrutura da formação social determina a estrutura do espaço, mas é a conjuntura política de cada momento constituída pela correlação de forças entre as classes sociais do lugar que comanda seus movimentos, processos e formas”.²¹ Enquanto subproduto do tempo, todo espaço é impensável fora da história e seu sistema temporal, e isso não significa dizer que uma mera referência, quase acidental, a determinada situação histórica específica seja suficiente para servir como modelo explicativo de certas estruturas espaciais – como se o espaço fosse simplesmente atravessado pelo tempo sem com ele se misturar. “O espaço é a acumulação desigual de tempos”.²² Nesse sentido, a arquitetura espacial da *plantation* não era simplesmente o resultado de suas próprias condições no passado, senão fruto de um longo processo de produção e reprodução de um sistema (ela mesma) – herdeiro do tempo escravista e colonial – arquitetado para funcionar com base na exploração de força de trabalho coagida. Ela supunha uma associação, desigual e combinada, de ações e heranças de diferentes momentos históricos. Uma análise da *plantation* que considere essa diacronia, portanto, requer sempre uma simbiose entre tempo e espaço.

Entender a *plantation* a partir de um enfoque espaçotemporal, então, é encará-la não simplesmente como uma somatória de elementos ambientais e sociais, mas como fruto de um único e complexo sistema de interações ambientais e sociais no curso de sua própria história. Assim, defendo que contrária às tendências do próprio dinamismo – no momento em que se convertera em norma e seu modelo fora reproduzido (sem alterações em sua essência)

21 Ruy Moreira. *A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil* [2012]. 2ª Ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 43.

22 Milton Santos. *Pensando o espaço do homem* [1980]. São Paulo: EDUSP, 2007.

em amplas áreas – a organização espacial da *plantation* exerceu, em seu curso, importante papel na estruturação e ordenamento compulsivo da chamada “civilização do açúcar”. A *plantation*, vista como um conjunto de objetos organizados e acionados segundo uma lógica específica, determinava a estrutura de suas partes constituintes.²³ Nela, a materialização da liberdade como contingência (*processos*), em território de confinamento e exploração (*função*), por meio de sua arquitetura labiríntica (*forma*), não era o resultado puro e simples de forças naturais/ambientais dadas *a priori*. Dentro dela, por exemplo, os engenhos eram a projeção espacial de relações de poder desiguais instituídas ao longo da história: territórios definidos pelo poder de quem neles mandava e controlava, e pela submissão de quem neles vivia e trabalhava. Os engenhos eram a expressão dessas relações de poder no espaço. Enquanto territórios usados e controlados, eram, ao mesmo tempo, relações sociais projetadas no espaço e espaços concretos.

Território

Assim como espaço, território é um conceito polissêmico e controverso. Mas sua ideia guarda com o espaço a característica de não se referir puramente aos elementos físicos da geografia, mas estar vinculado, também, a sua dimensão social. No geral, muitos autores construíram visões particulares de território, influenciados pela realidade que estudavam e por seus objetivos e concepções de espaço. Contudo, hoje é praticamente consensual que o território

23 “Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que *determina* os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade”. Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. Op. Cit., p. 24.

é indissociável da noção de poder e que é limitante concebê-lo unicamente como os limites político-administrativos dos países: territórios nacionais. Os territórios podem ser construídos e destruídos dentro de escalas temporais e espaciais diversas.²⁴ Portanto, podem ter caráter permanente, temporário ou cíclico; e podem se desenvolver também em cidades, bairros, ruas... Assim, o poder exercido sobre o território não é apenas monopólio do Estado, mas pode ser instituído e mantido por empresas e/ou grupos pequenos de indivíduos.

Uma importante referência nos estudos sobre a singularidade do conceito de território é o geógrafo Claude Raffestin. Sua proposição de uma abordagem relacional do território, indissociável da noção de poder, representa uma de suas principais contribuições teóricas à temática. Para Raffestin, toda relação de poder desempenhada por um sujeito no espaço produz território. Como ele escreveu em *Por uma geografia do poder*: “o território... revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si... Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite... Delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou, ainda, manifestar um poder numa área precisa”.²⁵ O território, portanto, diz respeito a um espaço sobre o qual se exerce domínio e, como tal, controle de acesso, controle de acessibilidade, como nos engenhos, por meios variados: “o território é o instrumento pelo qual os homens, as comunidades, as sociedades tomam posse do mundo”; e as relações sociais, a territorialidade, são o mecanismo para que essa posse ocorra.²⁶

24 Robert D. Sack. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1986.

25 Claude Raffestin. *Por uma geografia do poder* [1980]. São Paulo: Ática, 1993, p. 144-153.

26 Claude Raffestin. “Prefácio”. In: Marcos Aurelio Saquet. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada*

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Rogério Haesbaert afirma em *Territórios alternativos* que a ideia de território exprime soberania numa dupla dimensão: material e imaterial. Ele sugere que “o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”.²⁷ Em *O Território na transição da pós-modernidade*, Paul Claval defende que “as dimensões materiais e imateriais [do território] são indissociáveis, pois a dimensão imaterial assegura a conquista, manutenção e expansão da materialidade do território. Nesse sentido, o discurso também faz parte do território”. Para ele, “o discurso pode naturalizar ou desnaturalizar compreensões do espaço, sendo que alguns discursos emergem como ‘dominantes’ ou ‘hegemônicos’ e se tornam consenso”.²⁸ Em outros termos, “o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”.²⁹

Mais recentemente, na esteira do pensamento de Claude Raffestin, Marcelo Lopes de Souza sintetizou o território como “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”. Para ele, a questão primordial na definição do território “*não é, na realidade, quais são as características geocológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e*

para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 10.

27 Rogério Haesbaert. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 121.

28 Paul Claval. “O Território na transição da pós-modernidade”. In: *Geographia*, v. 1. n°. 2, Rio de Janeiro, 1999.

29 Marcelo Lopes de Souza. “Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes & Roberto Lobato Corrêa (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

seu espaço..., mas o verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: *quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?*”³⁰ A delimitação e o controle de um grupo sobre outro, no entanto, podem não ocorrer de maneira precisa e regular. Elas podem sofrer alterações com a história, em seu jogo de poder sempre complexo e dinâmico. Ou seja, dependendo do grau de controle e domínio exercido em determinado espaço, e também do grau de representatividade dos discursos a seu respeito, o território pode ser redesenhado ou mesmo apagado sob circunstâncias precisas.³¹

Obviamente, os territórios não existem em si, dados pela natureza. Como Milton Santos escreveu, “é o uso do território, e não o território em si mesmo que faz dele objeto da análise social”.³² São os atores hegemônicos (indivíduos, empresas e instituições) que usam o território, o instrumentalizam como recurso, para garantir a realização de seus interesses particulares,³³ buscando constantemente se adaptarem ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência. Uma vez que o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares, sob exercícios cotidianos de dominação, “essa dialética”, defendia Milton Santos, “se afirma mediante um controle ‘local’ da parcela ‘técnica’ da produção e um controle remoto da parcela política da produção”.³⁴ “No plano local, o território, em si mesmo, constitui uma norma para o exercício das ações”³⁵ – na *plantation*, exercícios de violência.

30 Marcelo Lopes de Souza. “‘Território’ da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental”. Op. Cit., p. 57-72.

31 Milton Santos. *Por uma geografia nova*. Op. Cit.

32 Milton Santos. “O retorno do território”. In: *OSAL: Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires: Clacso, Año 6, nº. 16 (jun. 2005).

33 Milton Santos. “O papel ativo da geografia: um manifesto”. In: *Revista Território*. Rio de Janeiro. Ano V, n. 9, jul./dez., 2000, p. 103-109.

34 Milton Santos. “O retorno do território”. Op. Cit.

35 Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. Op. Cit., p. 225.

Pensar os engenhos enquanto territórios (*usados*), portanto, não significa dizer que eles eram, necessariamente, *locus* natural de relações de poder desiguais dadas pela natureza. Eles nasceram de estratégias de controle cotidianamente constituídas no curso da história. Foram exercícios diários de territorialidades (de uma classe sobre outra) que tornaram os latifúndios monocultores territórios nos quais se exerciam domínio, soberania e controle. Enquanto sistemas sociais fechados, os engenhos eram produtos históricos de relações de força desiguais que envolviam, ao mesmo tempo, controle político, econômico e simbólico, por vezes associados, por vezes desconectados e contraditoriamente articulados. Entendê-los como territórios nos quais se exerciam controle, dominação e violência é encará-los como parte de um longo processo, nem sempre contínuo, de apropriação social do espaço. Foram as práticas espaciais de domínio, as ações de violência dos *senhores* para com os trabalhadores da cana ao longo de cinco séculos, que imprimiram aos engenhos sua marca de autoridade e arbítrio, tornando-os territórios usados pelo poder armado das empresas.³⁶

Paisagem

A *plantation*, nesse sentido, não era simplesmente o vasto “mar de cana” que congregava um grande labirinto de velhas estradas e

36 “Então o mundo se dá como latência, como um conjunto de possibilidades que ficam por aí, vagando, até que, chamadas a se realizar, transformam-se em *extenso*, isto é, em qualidades e quantidades. Tais essências seriam, então, o Real Possível, possibilidades reais, e não ideais. Esse Real se dá como configuração viável da natureza e do espírito, em um dado momento: uma técnica nova ainda não historicizada, uma nova ação apenas pensada. A totalidade como latência é dada pelas suas possibilidades reais, mas histórica e geograficamente irrealizadas. Disponíveis até então, elas se tornam realizadas (historicizadas, geografizadas) através da ação.” Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. Op. Cit., p. 80.

interligava territórios igualmente antigos e controlados. Enquanto conjunto indissociável de sistemas de interações ambientais e sociais, que a tornava um espaço de rigor e violência e controlava toda a vida em seu interior, a *plantation* constituía, na reminiscência dos trabalhadores, uma paisagem acrimoniosa pela qual os “horizontes verdes” da cana eram “os limites do mundo”.³⁷

Como o espaço e o território, a ideia de paisagem é marcada por um dualismo fundamental: ela é ao mesmo tempo tanto o que nós vemos quanto a maneira que vemos. Toda paisagem é resultado de uma “acumulação de tempos”,³⁸ conectando passado e presente; “tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”.³⁹ Apesar da concretude da paisagem como coisa material, ela é sempre abstração. Sua realidade é histórica, não pura e unicamente física, e está sempre associada com o espaço. Em *Paisagem e memória*, Simon Schama sugere que toda paisagem é cultura antes mesmo de ser natureza. Ela é construída tanto por estratos de memória quanto por camadas de

37 Manoel do Ó. *100 anos de suor e sangue: homens e jornadas da luta operária do Nordeste*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1971, p. 17.

38 Milton Santos. *Pensando o espaço do homem*. Op. Cit., p. 54.

39 Milton Santos. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia* [1988]. 6ª Ed. Em colaboração com Denise Elias. São Paulo: Edusp, 2014, p. 89. Ainda segundo Milton Santos, “Nossa visão depende da localização em que se está, se no chão, em um andar baixo ou alto de um edifício, num miradouro estratégico, num avião... A paisagem toma escalas diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos, segundo o lugar em que estejamos, ampliando-se quanto mais se sobe em altura, porque desse modo desaparecem ou se atenuam os obstáculos à visão e o horizonte vislumbrado não se rompe. A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva – pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato”.

rochas:⁴⁰ a herança de muitos momentos, mutável de acordo com a perspectiva de quem a observa e dela faz parte. Don Mitchell, em *The lie of the land: migrant workers and the California landscape*, propõe que “devemos explorar não apenas a morfologia da paisagem ou a representação da paisagem, mas a interdependência entre as duas”.⁴¹ Em outros termos, a paisagem lida com os significados dos espaços para os grupos humanos e “é sempre mais complicada do que sua morfologia sugere”.⁴² Ela é um quase-objeto (*quasi-object*)⁴³ e compõe também o próprio espaço em sua existência.

O complexo sistema açucareiro no Nordeste do Brasil não se manteve por tanto tempo sobre felizes convergências de circunstâncias. Sem determinismos geográficos («*sans distance pas de géographie*»), como diria Jacques Lévy em *L'espace legitime: sur la dimension spatiale de la fonction politique*,⁴⁴ a gestão e a percepção das distâncias entre o mundo dos engenheiros e a sociedade externa foi condição *sine qua non* na conservação da liberdade como continência e na própria organização espacial da *plantation* ao longo dos séculos.⁴⁵ Enquanto princípio organizador do espaço, associado

40 Simon Schama. *Paisagem e memória* [1995]. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

41 Don Mitchell. *The lie of the land: migrant workers and the California landscape*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996, p. 29.

42 Idem, p. 82.

43 Idem, p. 33.

44 Jacques Lévy. *L'espace legitime: sur la dimension spatiale de la fonction politique*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

45 A simbiose constante entre os elementos geográficos e históricos (não apenas sociais) na constituição da *plantation* – sua arquitetura espacial, portanto – é um determinante incontornável de sua análise. As características do clima; regime de chuvas; hidrologia; solo... do Nordeste oriental influíram na composição da *plantation* tanto quanto a ambição por lucros dos senhores; as brigas entre os produtores por mercados da Europa; o comércio de escravos... O estudo das correntes marítimas, realizado por Pierre Chaunu, constitui um importante exemplo de como essa simbiose constrói a história. Seu mapa dos isócronos do Atlântico mostra como as correntes marítimas comandavam as opções da economia

à orientação (direção) e conexão (posição relativa), o arranjo das distâncias que mantinham o isolamento⁴⁶ dos engenhos foi fator preponderante na sustentação do sistema de dominação canavieiro e na composição da paisagem açucareira.⁴⁷ Mas, é importante que

colonial na América, numa época em que a navegação era quase que determinada por esse fator ambiental: a proximidade virtual em termos de distância/tempo entre a América (incluindo suas terras de açúcar) e a Europa permitiu a rápida multiplicação dos engenhos em terras pernambucanas entre os séculos xv e xvii, favorecendo os senhores dessa localidade. Pierre Chaunu. *Conquista e exploração dos novos mundos (século xvi)*. São Paulo: Pioneira & Edusp, 1984, p. 305. As características geográficas da *plantation* também permitem explicar, por exemplo, porque a Mata Sul se tornou totalmente usineira bem mais cedo que a Mata Norte. Segundo os geógrafos, apesar de a Mata Norte contar com um número maior de açudes nos engenhos, a escassez de cursos d'água mais regulares e abundantes dificultou a localização das usinas. De fato, é na parte sul da zona canavieira de Pernambuco onde se localiza o maior número de usinas e engenhos.

46 “Nunca seria demasiado lembrar que o meio natural se impõe com muito maior força ao homem que trabalha a terra do que aos demais que se dedicam a outras atividades. Em ensaio que realizei sobre cercas sertanejas, já me ocorrera dizer, acentuando a falta de interação entre vizinhos rurais, em áreas de fraca densidade populacional, numa ausência mesmo notória de ‘comunicação de vizinhança’, que as grandes distâncias desertas agiam sempre com demasiada força compressiva, verdadeiro elemento de confinamento. As cidades estão, por isso mesmo, livres dessa servidão da distância e os aspectos de interação se produzem com maior rendimento. Em qualquer estudo que se fizer sobre a evolução do meio rural no Brasil, não se pode deixar de ter em vista o aspecto da amplitude do nosso território, criando para as atividades da agricultura um denominador comum de isolamento”. Souza Barros. *Matolão de pau-de-arara*. Rio de Janeiro: Editora Quipapá, 1964, p. 129.

47 Em 1932 Thompson afirmou: “The history of the plantation as an institution begins with the migration and contacts of people of diverse races and cultures. The races and cultures may be considered as products of isolation... Not only the biological earmarks of the people we call ‘races’ results from geographical isolation, but whatever is distinctive in the various group cultures likewise develops in the experiences of isolated groups. What is most distinctive and peculiar about races and peoples, what a people take for granted, their culture, in other words, is an effect of the particular conditions under which they have lived with physical nature and with each other”. E. T. Thompson. *The Plantation*. Op. Cit., p. 102.

se diga: as distâncias⁴⁸ às quais me refiro, entre os engenhos e seu exterior, não seguiam apenas um referencial métrico absoluto, mas estavam vinculadas também a padrões culturais e históricos⁴⁹ – à paisagem.⁵⁰ Além das características do relevo, da rede hidrográfica, da cobertura vegetal, bem como do tipo de solo e do clima, da malha viária e ferroviária e do sistema de transporte que influíam na capacidade de se deslocar para dentro e/ou para fora das *plantations*, a violência física, os medos, a honra e as esperanças compunham, na mesma proporção que os elementos físicos do espaço, a percepção das distâncias e, portanto, também do próprio espaço em seu devir.⁵¹

48 “A noção de distância, na forma em que é utilizada nas teorias correntes, é uma categoria de emprego uniforme, como se todas as instituições e todas as firmas tivessem permanentemente e totalmente à sua disposição a rede de transportes; como se todos os homens fossem capazes de utilizar todas as estradas e todos os veículos, sob condições idênticas. Todos sabemos que os homens não dispõem da mesma mobilidade. Para muitos homens, essa ideia deveria ser enunciada de outra forma: os homens não são igualmente móveis, nem igualmente imóveis. A noção de distância não tem significação se não se faz referência à estrutura de classes e ao ‘valor’ dos lugares, tanto para os indivíduos como para o capital”. Milton Santos. *Por uma geografia nova*. Op. Cit., p. 104.

49 “Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território”. Claude Raffestin. *Por uma geografia do poder*. Op. Cit., p. 150-151.

50 M. T. Cadawaller. “Cognitive distance in intraurban space”. In: G. T. Moore and R. G. Golledg (Editors). *Environmental Knowing*. Dowden, Hutchinson, & Ross, Stroudsburg, PA, 1976.

51 Maria Adélia Souza. “Geografia, paisagens e a felicidade”. In: *GeoTextos*, vol. 9, n. 2, dez. 2013, p. 219-232.

A *plantation*, enquanto sistema espacial de dominação para o lucro, funcionava com base numa combinação de fatores que – não apenas associados, mas em simbiose e formando uma rede – permitiam sua existência: *i*) a manipulação das formas espaciais, associada à *ii*) inoperância ativa do Estado, garantia o isolamento da força de trabalho no interior dos engenhos. Estas, por sua vez, *iii*) facilitavam o uso da violência na extração do sobretrabalho e manutenção da dependência dos indivíduos. O medo gerado pela proliferação do clima de terror decorrente dos atos normativos de violência *iv*) garantia a quase imobilização dos indivíduos que, em associação com todos os fatores anteriores, *v*) sustentava o sistema de exploração. Para visualizar como tudo isso funcionava, elaborei o corema a seguir que permite compreender a maneira como enxergo a montagem esquemática da arquitetura espacial de dominação da *plantation* (Figura 3).

Do ponto de vista físico, a *plantation* era constituída de duas partes básicas: o mundo externo e o mundo dos engenhos. Na primeira, se encontravam as sedes municipais e a maior parte dos serviços essenciais, como hospitais, postos médicos, escolas, delegacias, bancos, mercados livres... Era no mundo externo também onde o sistema público de transporte atendia o maior número de pessoas porque, dentre outros motivos, ele contava com uma rede mais ampla de rodovias pavimentadas. Separado do primeiro por uma fronteira invisível, o mundo dos engenhos, por seu turno, era constituído basicamente por unidades produtivas isoladas, formando verdadeiras ilhas nos imensos canaviais. Acessíveis quase sempre por vias não pavimentadas, de difícil locomoção e que formavam verdadeiros labirintos, esses engenhos concentravam centenas de milhares de indivíduos. Nesse mundo quase inacessível, cuja economia fechada tornava os *moradores* clientes *cativos*, violência e miséria se sobressaíam como seus traços reconhecidamente mais característicos.

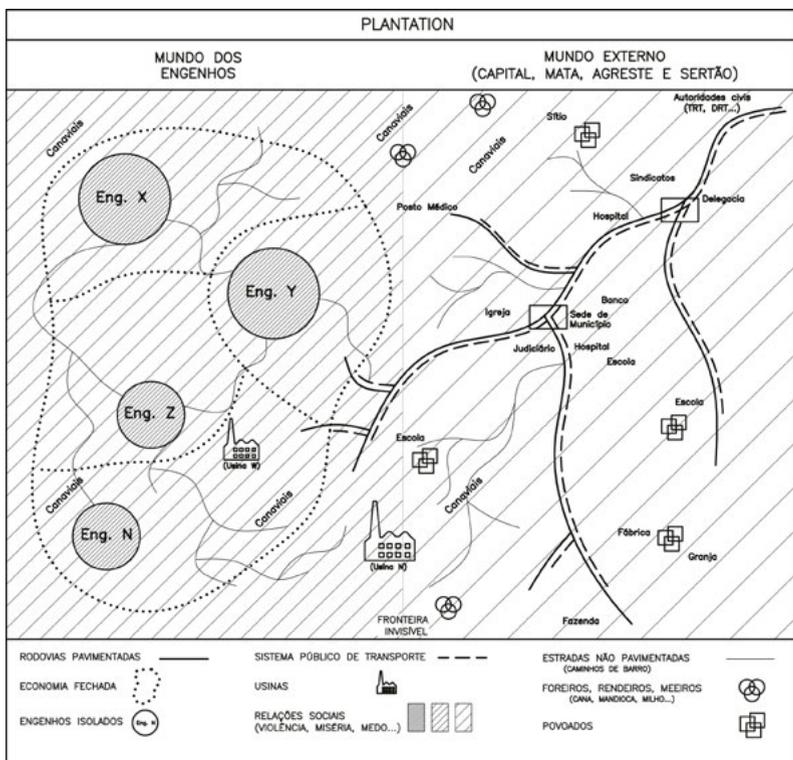


Figura 3. O mundo dos engenhos e o mundo externo da *plantation* açucareira [Esquema]. Fonte: elaboração do autor.

Em 1987, por exemplo, o Governo do Estado de Pernambuco estimava que cerca de trezentas mil pessoas ainda morassem nos engenhos e agrovilas apenas na metade sul da Zona da Mata. Segundo o relatório intitulado *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*, divulgado pela Delegacia de Planejamento do Estado, os engenhos eram “povoados ilhados pela cultura da cana-de-açúcar (...), ‘depósito’ de mão de obra da reserva cativa”, cujo acesso viário ao complexo canavieiro, em regra

geral, “[era] precário, com estradas carroçáveis, intransitáveis nos períodos chuvosos, isolando os povoados, por períodos que duravam até seis meses”.⁵² Além disso, o documento acrescentava: com a tomada dos pequenos e excepcionais sítios, onde se cultivava lavoura de subsistência, a única fonte de abastecimento existente era o *barracão*, cujo sistema automático de débitos tornava os trabalhadores “clientes cativos”.

Um decênio antes, os antropólogos do Museu Nacional no Rio de Janeiro haviam constatado que, para a maioria dos trabalhadores no Nordeste açucareiro, os engenhos eram como *cativeiros*.⁵³ Em Pernambuco, eles próprios admitiam as dificuldades que enfrentavam para sair das ‘ilhas do açúcar’: “Não, eu não podia sair não! O pessoal lá, pra sair, era o maior sacrifício. Tinha que falar com o administrador, que ia sair pra outro canto: onde ia, o que era que ia fazer... e naquele tempo era o cativeiro...”.⁵⁴ Na Paraíba, como demonstrou o antropólogo Afrânio Raul Garcia em *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*, o sistema de controle exercido pelos engenhos e usinas parece ter sido semelhante, pois, “em 1976-77, encontravam-se ainda membros das famílias dos moradores, sobretudo as mulheres, que jamais haviam saído dos limites da propriedade”.⁵⁵ Em Alagoas, “nos dias de trabalho, ou seja, durante a semana, só era permitido ao morador sair

52 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (Fiam). Vol. I e II. 1987.

53 Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 205-217.

54 Trabalhador rural José Severino da Silva, citado por Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. 2ª Ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012, p. 692.

55 Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1989a, p. 37

do ‘engenho’ quando mandado, por qualquer motivo, pelo próprio ‘senhor de engenho’”.⁵⁶

A *plantation*, no entanto, não se resumia a sua aparência, a suas formas espaciais e como elas afetavam o cotidiano dos indivíduos. Enquanto modo de existir, de ser no mundo, ela congregava também elementos não palpáveis, mas nem por isso menos concretos: os medos, as hesitações, a honra, a altivez, o poder... Na paisagem mental dos trabalhadores, as noções de distância entre os engenhos e seu exterior não eram reduzidas a simples relação geométrica entre dois pontos (os engenhos e as cidades, por exemplo).⁵⁷ Para a força de trabalho que vivia em seu interior, a distância entre esses dois mundos variava de acordo com: *i*) as características e condições das vias; *ii*) o tempo e o esforço gasto na viagem; *iii*) suas noções de rotas, localização e direção; *iv*) os modos e meios de deslocamentos, e seu custo, em função da renda,⁵⁸ de sua situação na escala socioeconômica, das oportunidades e de sua posição no espaço; *v*) as consequências advindas da decisão de sair sem consentimento dos patrões ou para deles se queixarem nos órgãos públicos da cidade (Justiça do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e sindicatos)... Ou seja, a violência

e Afrânio Raul Garcia. *O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989b, p. 46.

56 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

57 “A cognitive map includes spatial information about the environment, including places, and routes, identity, location, distance, direction...”. R. M. Downs and D. Stea (Editors). *Image and environment: cognitive mapping and spatial behavior*. Aldine Publishing Co., Chicago, 1973.

58 “Cognition of environmental distance is influenced by pathway features, travel time, and travel effort which are substantially different depending on travel mode”. D. R. Montello. “The perception and cognition of environmental distance: direct sources of information”. In: S. C. Hirtle and A. U. Frank (Editors). *Spatial information theory: a theoretical basis for GIS*. Springer-Verlag, Berlin, 1997.

e os medos compunham a paisagem açucareira tanto quanto a ecologia e a configuração territorial do espaço.⁵⁹

Na *plantation*, a distância quilométrica não era uma variável independente.⁶⁰ Mesmo se considerássemos apenas os elementos perceptíveis aos olhos, verificaríamos que, fazendo uma decupagem das vias que ligavam os engenhos ao mundo exterior, poucos trechos eram asfaltados ou transitáveis em períodos chuvosos; além das próprias características do relevo que tornavam a distância entre um ponto A (na parte baixa do vale) e B (no cume da montanha) maiores do que se invertêssemos o sentido, do ponto B para o A.⁶¹ Na zona canavieira essas questões também eram particularmente importantes na medida em que as condições do terreno estavam sempre mudando de acordo com as estações do ano. Obviamente, não se pode aplicar as mesmas relações geométricas a todos os pontos do espaço, mas os cálculos que proponho neste trabalho dão uma ideia significativa dos limites reais (sejam ecológicos, histórico-estruturais ou psicológicos) da liberdade nos engenhos. Em última instância, a distância real entre o mundo interno e externo dos engenhos era sempre maior do que a métrica euclidiana era capaz de mensurar.

A arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil, portanto, era formada tanto por vales, montanhas e rios, quanto pelas péssimas estradas que interligavam os dois mundos

59 Na definição de Milton Santos, a “configuração territorial [é] formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas e florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for”. Em outro trecho ela é definida como “o conjunto total, integral, de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível”. Milton Santos. *Metamorfoses do espaço habitado*. Op. Cit., p. 84-85.

60 Jean Gallais. “Alguns aspectos do espaço vivido nas civilizações do mundo tropical”. In: *Espaço e cultura*, UERJ, n. 6, jul/dez de 1998.

61 Georges Nicolas. “Distance Géographique”. In: *Ve rencontre de Théo Quant*. Février 2001.

e pelos medos que compunham os mapas cognitivos daqueles que viviam em seu interior e influíam em sua maneira de perceber isso tudo. Nesse sentido, a construção mental da percepção do espaço pelos trabalhadores perpassava, também, por suas experiências com a violência. Seus mapas cognitivos eram “versões mentais [sofisticadas] de um mapa cartográfico”, mas acrescidos de elementos impossíveis de serem representados em qualquer carta geográfica convencional. Enquanto construção mental, entretanto, “o mapa cognitivo não [era] uma representação fotográfica ou sem falhas do espaço físico”;⁶² ele era formado tanto por elementos objetivos quanto subjetivos.⁶³ As experiências, individuais e/ou coletivas, dos trabalhadores com a violência, o medo e a coerção eram incorporadas a esse processo. A física do terreno representava apenas uma parte dos inúmeros obstáculos que precisavam ser vencidos para que o mundo externo aos engenhos fosse acessado. Na maioria dos casos, as distâncias representadas nos mapas mentais poderiam parecer bem maiores do que seriam em termos absolutos, num referencial puramente métrico. Ademais, o processo de delineamento desses mapas e, da mesma forma, a decisão de tentar sair ou não do mundo fechado dos engenhos dependiam ainda de variáveis como: a idade dos indivíduos; sua posição relativa na

62 Andrew Mondschein; Evelyn Blumenberg & Brian D. Taylor. “Cognitive mapping, travel behavior, and access to opportunity”. In: *85th Annual Meeting of the Transportation Research Board*. August 1, 2005.

63 Segundo Jacques Lévy: “Podemos ir mais longe e tentar produzir mapas capazes de transcrever a diversidade das velocidades, sem nos atermos aos mapas isócronos de origem única ou à multiplicidade das práticas espaciais que vão além das “cartas mentais” habituais. Reconheçamos que o desafio cognitivo é formidável e que estamos entrando aqui em um terreno delicado. A utilização de todos os recursos intelectuais disponíveis em geografia, é claro, mas também em matemática (topologia e pretopologia, fractais), em engenharia dos transportes (análise das redes) ou em ciências cognitivas, é indispensável”. Jacques Lévy. “Uma virada cartográfica?”. In: H. Acselrad (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UF RJ, 2008, p. 166.

hierarquia do engenho; sua relação com os padrões; sua condição conjugal e familiar; número de filhos; acesso ao sítio... Admitir que condições pessoais interpretadas de um ponto de vista psicossocial constituem – juntamente com as diferenças de possibilidades econômicas concretas, abertas segundo formas diferentes e em diferentes escalas e aos diferentes indivíduos – o próprio espaço, é mais um dos propósitos deste livro.



Para entender a essência da *plantation* açucareira é preciso decompor o espaço. Para entender sua dinâmica é preciso decompor o território. E para entender seu efeito na vida dos trabalhadores é preciso, também, decompor a paisagem. Este livro adota, portanto, uma visão dialética entre espaço, território e paisagem. A paisagem açucareira era o conjunto das coisas que se davam diretamente aos sentidos dos trabalhadores, incluindo seus medos e dissabores; a configuração territorial era tanto o conjunto, integral, de todas as coisas que formavam a natureza em seu aspecto superficial e visível, quanto as relações de poder em seus domínios; e a *plantation* era o resultado da combinação entre o território, a paisagem e a sociedade em um movimento quase inerte. A questão central aqui defendida, portanto, não está em saber se certa condição geográfica determinou a estrutura social, mas que traços de uma dada paisagem – seja diretamente apanhada pelos sentidos ou historicamente mantida – explicam-se ou podem explicar-se pela ação contínua, positiva ou negativa, de uma forma específica de estruturação socioespacial. Como Don Mitchell afirmou: “se queremos escrever histórias espaciais que tenham importância intelectual e política... então não podemos simplesmente abandonar o âmbito material como se

ele não existisse... Ao contrário: a relação entre forma material e representação ideológica deve ser o centro de nossas análises”.⁶⁴

Pensar as terras de açúcar como um espaço transtemporal que integra elementos naturais e históricos é tomá-las, então, não como um simples constructo mental ou, seu avesso, um simples *locus* onde as relações entre os homens se davam. A dimensão espacial da *plantation* impõe à sua análise um ponto de vista mais holístico, que incorpore tanto elementos físico-naturais, quanto estruturais e sociais.⁶⁵ A partir desse espaço – ao mesmo tempo condição, meio e produto⁶⁶ de sua própria existência – os engenhos se proliferaram enquanto domínios territoriais instituídos para, por meio do controle absoluto sobre os corpos, garantir lucros ao setor agroindustrial.

O mundo do açúcar

Obviamente, as *plantations* não eram homogêneas em seus pormenores. Elas não foram organizadas de forma sistemática durante toda sua existência, e a vida dos habitantes em seu interior sofria variações decorrentes tanto de ordem econômica global, quanto por particularidades locais. As relações de trabalho e as formas de

64 Don Mitchell. *The lie of the land: migrant workers and the California landscape*. Op. Cit., p. 5.

65 Para Henri Lefebvre: “El estudio de una aglomeración rural, en cualquier país, descubre equilibrios más sutiles de lo que podría esperarse en un principio: proporciones entre la extensión de las tierras de labor, los bosques y pastos, entre los grupos de seres vivos que subsisten de su pedazo de tierra. Este estudio, cuando pasa de los hechos objetivos a los hechos humanos relacionados con ellos, descubre también que los equilibrios materiales, sin ser expresa y racionalmente queridos por los hombres, no son obtenidos ciega y mecánicamente, demuestran una consciencia, difícil de captar y más difícil todavía de definir”. Henri Lefebvre. “Problemas de sociología rural: la comunidad rural y sus problemas histórico-sociológicos”. In: *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978, p. 19.

66 Ana Fani A. Carlos. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

violência e exploração não eram exatamente as mesmas em todos os engenhos. A própria estrutura física de cada um deles – maior ou menor proximidade com sua sede municipal e condições das vias de acesso, por exemplo – se diferenciava em função de diversas variáveis.

Por amplas áreas, entre os séculos XVI e XVIII, essas unidades produtivas, imersas num sistema internacional de mercados, proliferaram-se de forma acelerada. O geógrafo Affonso Varzea, em *Geografia do açúcar no leste do Brasil*, chegou a afirmar que: “pode-se mesmo formular uma regra geográfica: uma várzea: um canavial: um banguê”.⁶⁷ Por volta de 1550, em Pernambuco existiam apenas cinco engenhos de açúcar. Mas em 1630, quando da ocupação do Nordeste pelos holandeses, esse número havia chegado a cento e quarenta e quatro.⁶⁸ Em 1777, já existiam mais de trezentos e cinquenta engenhos na capitania, número que extrapolou a casa dos mil na segunda metade do século XIX e atingiu seu auge nos anos 1920 com mais de dois mil e quinhentos engenhos, segundo os geógrafos Gilberto Osório de Andrade e Raquel Caldas Lins Andrade.⁶⁹ Com a instalação e ampliação do número de usinas no final do século XIX e início do XX, bem como com a falência da maior parte dos antigos banguês,⁷⁰ essas unidades produtivas – justamente com

67 Affonso Varzea. *Geografia do açúcar no leste do Brasil*. Op. Cit., p. 270.

68 Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

69 Gilberto Osório de Andrade e Raquel Caldas Lins Andrade. *Pirapama: um estudo geográfico e histórico*. Recife: Editora Massangana, 1984, p. 128.

70 Segundo o *Dicionário do açúcar, Engenho Banguê*: “Tipo antigo de engenho movido a tração animal ou a água. Uma de suas características é o evaporar a garapa em caldeiras ou tachas submetidas a fogo direto ou a fogo nu. O engenho banguê era o tipo da propriedade rural dentro de cujos limites existia solidariedade entre patrões e empregados, seu relacionamento era também mais humano, por exemplo, do que as relações atuais existentes entre usineiros e trabalhadores de usinas – estes transformados em quase autônomos e aqueles distanciados de suas fábricas de açúcar, via de regra, entregues a gerentes. Nos

toda sua população cativa – passaram a ser incorporadas como fornecedoras de matéria-prima e mão de obra para as grandes fábricas de açúcar e álcool combustível. Em 1935, Pernambuco contava com 61 usinas e 1.454 engenhos.⁷¹

No curso da história da *plantation* no Nordeste, pelo menos seis grandes complexos açucareiros chegaram a existir (nos estados do Rio Grande do Norte; Paraíba; Pernambuco; Alagoas; Sergipe e Bahia), compreendendo milhares de engenhos individuais, cada um deles contendo de dezenas a milhares de pessoas. No final dos anos 1980, por exemplo, quando grande parte dos trabalhadores não mais vivia no interior das *plantations*, apenas a metade sul da zona canavieira de Pernambuco contava com cerca de quinhentos engenhos e uma população de mais de 60 mil pessoas.⁷² Essas “*plantations* modernas continuavam sendo unidades relativamente autossuficientes, assim como os engenhos [banguês] eram... seus contornos e limites permaneciam os mesmos há cem anos ou mais”, descreveu Harry William Hutchinson em *Village and plantation life*

antigos engenhos banguês, como lembra Mario Lacerda de Melo, o proprietário soma, à sua condição de empresário, a de líder ou chefe que, por um lado exerce a sua autoridade, e frequentemente se excede nesse exercício, mas que, por outro lado, dispensa aos seus subordinados o amparo da sua proteção e da sua assistência. Acerca disso, observou o sociólogo Renato Carneiro Campos: ‘Nos engenhos-banguês, durante o patriarcalismo, existia um convívio bem maior entre empregados e empregadores: convívio no trabalho, nas rezas, nas festas e na própria mesa. Se tudo isso é verdade, não é menos verdade que havia um poder extremado do senhor de engenho: poder que se estendia – como se estende até hoje em alguns casos – desde a escolha dos cultivos agrícolas até a orientação política, ao chamado *voto de cabresto*’”. Nelson Barbalho. *Dicionário do açúcar*. Recife: Massangana, 1984, p. 184.

71 José Bonifácio X. de Andrade. “Expansão da usina e extinção do engenho banguê em Pernambuco”. In: Yoni Sampaio. *Nordeste rural: a transição para o capitalismo*. Recife: Ed. Universitária, 1987, p. 68.

72 Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem). *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit.

in Northeastern Brazil.⁷³ Muitas haviam conservado seus nomes e fronteiras desde os tempos coloniais. Eram unidades produtivas de dominação secular. Seus habitantes, como nos tempos da escravidão, viviam quase que em uma civilização à parte. Seu isolamento geográfico permitia a manutenção de uma sociedade semifechada com linguagem; sistema de pesos, medidas e salários; moeda; economia; “justiça e política interna própria”. A sociedade do açúcar tinha uma cronicidade própria: lá, os tempos se acumulavam de forma desigual. Lá, mesmo depois da abolição, a casa-grande permanecia convivendo com as senzalas; modernas fábricas e tecnologia avançada conviviam com a escravidão dissimulada; a riqueza produzida pela cana com a miséria da população; terras férteis com a fome crônica; rios caudalosos e perenes com a falta d’água para beber... – contradições não antagônicas num ambiente projetado para explorar, compondo o que Sidney W. Mintz chamaria de “*sugar way of life*”.⁷⁴ A esse respeito, Christine Dabat observa:

No meio-milênio de sua existência, nenhuma comoção profunda foi capaz de alterar duravelmente as bases dessa sociedade tão desigual. A permanência predominou em todos os aspectos principais. Hoje ainda [início do século XXI], a estrutura fundiária altamente concentrada continua beneficiando poucas grandes famílias. Nenhuma reforma agrária redistribuiu o acesso ao principal meio de produção: a terra. A longevidade plurissecular deste fenômeno – raro na época moderna – constitui um privilégio exorbitante mantido pela força bruta, inclusive estatal, a serviço da continuidade dinástica dentro da classe dos proprietários. Pois nenhuma revolução social modificou radicalmente a composição das elites econômicas e políticas interrompendo suas linhagens. Nenhuma

73 Harry William Hutchinson. *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Seattle: University of Washington Press, 1957, p. 46.

74 Sidney W. Mintz. “The History of a Puerto Rican Plantation”. In: Sidney W. Mintz (Ed.). *Caribbean transformations*. Baltimore: The Johns Hopkins Univ., 1984, p. 101.

revolta popular vitoriosa sacudiu suficientemente as desigualdades consolidadas ao fio dos séculos, efetuando rupturas, senão perenes em termos econômicos, ao menos capazes de estremecer o edifício social e suas certezas culturais.⁷⁵

Mesmo tendo seus arranjos redesenhados durante várias fases ao longo da história, o caráter de contingência da liberdade na *plantation* permaneceu inalterado.⁷⁶ Do século XVI até 1888, o sistema usava tanto a mão de obra escrava quanto uma pequena força de trabalho “livre”. Com a abolição da escravidão, a maioria dos libertos passou à condição de *moradores de engenho*:⁷⁷ uma categoria de trabalhador que existia em paralelo aos escravos, mas que se generalizou apenas no final do século XIX. A partir dos anos 1960, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e, sobretudo, após a crise do petróleo e a criação do Pró-Álcool (Programa Nacional

75 Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 22-23.

76 “Dans toutes les colonies européennes, elle [l’abolition de l’esclavage colonial] s’accompagne de mesures de disciplines punitives qui entravèrent la liberté et l’accès des affranchis à l’éducation, au foncier, au travail. Et cela avec la complicité des gouvernements métropolitains. Le lobby sucrier et le lobby colonial trouvèrent des complices dans les classes politiques métropolitaines. L’industrialisation et la modernisation des sociétés européennes s’accommodèrent des nouveaux règlements d’exclusion dans les colonies qui avaient été régies par l’esclavage, le travail sur ces territoires restant considéré comme ‘inférieur’ au travail des ouvriers européens, ne relevant pas des mêmes droits ou des mêmes libertés. Le travail dans les plantations restait soumis à des conditions brutales et ce malgré la modernisation des infrastructures (routes, chemin de fer, ports, modes de production et de transport...). Dans les colonies françaises anciennement esclavagistes, les lois métropolitaines comme celles obtenues progressivement par les mouvements de travailleurs ou les mouvements progressistes n’étaient pas automatiquement appliquées, et ce jusqu’en 1946 au moment où le statut colonial qui les régissait fut aboli (et même dans ce cas, il fallut attendre la fin des années 1990 pour que l’égalité pleine et entière des droits sociaux y soit acquise)”. Fonte: <http://www.esclavagemoderne.org/011-613-Francoise-Verges.html>. Acesso em 13 de fevereiro de 2015.

77 Para uma análise precisa da categoria *morador de engenho*, ver Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit.

do Álcool) nos anos 1970, a *plantation* atingiu uma nova fase com um intenso processo de expulsão de sua força de trabalho *cativa*. A melhoria relativa do sistema viário, promovida pelo Estado para ampliar a produção e o escoamento da cana, e a necessidade das empresas de se isentarem legalmente de qualquer responsabilidade social para com os trabalhadores confluíram para a intensificação desse processo que já vinha ocorrendo em escala menor. Os benefícios que o Estado mais uma vez estava disposto a conceder aos latifundiários para substituírem por cana os terrenos ocupados com casas, sítios e roçados, e garantirem o transporte (mesmo precário) diário dos trabalhadores até os engenhos compensavam a fictícia ausência de mão de obra decorrente da expulsão dos *moradores*. O fim da *morada*,⁷⁸ pois, não modificou paralelamente a condição de vida miserável da classe trabalhadora, nem a manteve longe do controle exercido pelo setor sucroalcooleiro.

Libertos pela segunda vez (a primeira da escravidão e a segunda da condição de *moradores cativos*), os trabalhadores do açúcar que passaram a viver fora dos engenhos permaneciam por eles atraídos: devido ao baixo nível de escolarização, decorrente da ausência uniforme de unidades de ensino no interior dos engenhos, a maioria não lograva êxito na busca por ocupações em outras atividades nas cidades. Se antes as esferas da vida e do trabalho se justapunham de forma quase absoluta (nasciam, viviam e morriam no local de trabalho), doravante elas haviam se separado apenas timidamente: moravam fora dos engenhos, mas lá trabalhavam a maior parte do tempo e dos dias. De fato, passaram a morar fora dos engenhos, mas não propriamente fora da *plantation*: espaço mais amplo que exercia influência sobre uma extensa área que incorporava centenas

78 Para uma análise precisa da *morada*, ver: Moacir Palmeira. *Morar: a lógica da plantação tradicional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1972. Lygia Sigaud. *Os claudes e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit. Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit.

de povoados, cidades e municípios inteiros. Nessa fase do sistema, os obstáculos geográficos que mantinham as *plantations* intocadas permaneceram válidos apenas para as autoridades estatais, que eram impedidas de adentrar em seus domínios. Ademais, a zona canaveira permanecia lugar extremamente perigoso, não apenas por suas características ambientais que faziam qualquer estranho ficar à deriva em seu “mar de cana”, mas também por seu histórico de violência, que, aliás, era mantida, sobretudo, em decorrência de sua geografia concentracionária.

Enquanto *locus* de tensões sociais, a *plantation* foi também considerada “campo de guerra declarada”.⁷⁹ O uso intenso de armas de fogo, denúncias públicas de agressões e assassinatos, ameaças de morte, dentre outras demonstrações de práticas violentas, faziam parte do cotidiano dos trabalhadores do açúcar antes e depois dos chamados anos de chumbo, bem como antes e depois do fim da *morada* – como comprovam algumas matérias de jornais, documentos oficiais e vários relatos orais. A publicação, em 1963, de *A terra e o homem no Nordeste* por Manuel Correia de Andrade evidenciou o problema da violência impune no interior dos engenhos. Mais de meio século após a abolição da escravidão legal, o autor descreve os mecanismos e meios pelos quais *moradores* endividados no *barracão*⁸⁰ eram submetidos a um sistema de dominação similar a “ver-

79 Espedito Rufino de Araújo. *O trator e o “burro sem rabo”: conseqüências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canaveira de Pernambuco – Brasil*. Diss. de Mestrado, Genebra, 1990, p. 36.

80 Segundo o *Dicionário do açúcar, Barracão*: “No Nordeste, estabelecimento comercial situado nas proximidades das usinas ou engenhos de açúcar, no qual se abastecem os trabalhadores da indústria açucareira. Raro o trabalhador do eito que não viva endividado no barracão da usina, cujas contas, ao que se diz à boca pequena, jamais têm fim. ‘Quem compra fiado em barracão, quanto mais paga, mais deve!’ – afirmam os *cabras* da bagaceira. Via de regra, o trabalhador do eito não tem outra alternativa senão aquela de adquirir mantimentos para a sua sobrevivência no barracão da usina, o qual, para obrigá-lo a tornar-se seu freguês, de certo modo lhe facilita o crédito, embora este,

dadeiros cárceres privados”. Os castigos corporais também foram apontados, como o relato de um “morador ferrado com ferro em brasa [...] por um administrador de engenho”.⁸¹ Outros depoimentos posteriores denunciaram a sofisticação dos métodos de tortura empregados nas *plantations*: “Toda usina tinha uma cadeia escondida chamada ‘Benedita’ – um quartinho pequeno, bem fechado, como uma catacumba de defunto, que só tinha um buraquinho pra tomar fôlego”.⁸²

Sobre fontes e métodos

Em poucos lugares, em todo o território nacional, um grupo tão reduzido de empresas controlou, com inegável liberdade, a força de trabalho de um número tão elevado de seres humanos. Os engenhos e

cada vez mais, o torne escravo do estabelecimento. Acerca disso, o prof. Mário Lacerda de Melo observa que ‘essa estrutura ocasiona distorções e abusos que são naturalmente mais generalizados nos muitos numerosos casos em que o trabalhador não tem alternativa de efetuar as suas compras fora do estabelecimento comercial onde recebe os salários a ele consignados nas folhas de pagamento. Na maioria das vezes são abusivamente altos os preços que paga e abusivamente baixa a qualidade das mercadorias que compra. O que se explica sobretudo pela ausência de competição comercial entre vendedores, ou melhor, pelo fato de, em grande parte, constituírem os trabalhadores de cada usina ou de cada engenho uma espécie de freguesia cativa do respectivo barracão, sem alternativa de escolha de outro estabelecimento para a realização das suas compras, feitas diariamente. Aos absurdos referidos quase sempre fazem vistas grossas os produtores, tendo, a esse respeito, constatado o pesquisador Telmo Maciel que, na sua área de pesquisa, ‘os proprietários rurais admitem a exploração dos trabalhadores pelos barracões’”. Nelson Barbalho. *Dicionário do açúcar*. Op. Cit., p. 64.

81 Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. Cit., p. 110.

82 Depoimento de Marcos Martins da Silva, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Escada, sequestrado, preso e torturado antes e durante o regime militar. Sua primeira prisão foi numa cadeia privada da Usina Caxangá, em 1963. Ana Carneiro. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010, p. 40.

usinas congregavam centenas de milhares de indivíduos que moravam em seu próprio local de trabalho. Tudo em suas vidas se relacionava diretamente com o trabalho que executavam desde muito cedo: *i*) a casa em que moravam; *ii*) os alimentos que consumiam; *iii*) a água que bebiam; *iv*) as roupas que usavam; *v*) o ritmo, intensidade e jornada de seus trabalhos; *vi*) seu tempo de descanso e lazer etc. O trabalho compunha o cotidiano de vida desses “homens esquecidos”: *i*) acordavam para trabalhar; *ii*) se alimentavam para trabalhar; *iii*) trabalhavam; *iv*) dormiam para descansar e trabalhar no dia seguinte. A influência que usinas e engenhos exerciam sobre suas vidas e saúde era quase absoluta.⁸³

Sendo particular em tantos pormenores, este livro defende que a *plantation* deve ser analisada a partir de uma conexão mais precisa e explícita das partes que lhe formavam enquanto sistema. Entretanto, a falta de informação impediu, por longos anos, uma revisão mais fina, precisa e detalhada de sua história. Muitos documentos deixaram de existir, perdidos ou deteriorados ao longo do tempo, ou eram inacessíveis e desconhecidos. O acesso aos próprios engenhos ainda é proibido, em sua maioria. As imagens, em vídeos ou fotos, da vida interna nesses territórios controlados, são raras. Durante muitos anos, a maior parte dos dados disponíveis era veiculada, sobretudo, pela classe patronal através das publicações do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) ou por notícias de jornais: ambos veículos que notadamente assumiam uma perspectiva elitista da história, deturpada quase sempre por uma preleção ideológica. O discurso de Gilberto Freyre⁸⁴

83 José Marcelo Marques Ferreira Filho. *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História. Recife: UFPE, 2012, p. 145.

84 Gilberto Freyre. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Recife: Editora de Pernambuco, 1970. Gilberto Freyre.

e José Lins do Rego,⁸⁵ para quem a chamada “civilização do açúcar” havia criado uma sociedade harmoniosa e paternalista no interior dos engenhos, foi reproduzido não apenas nos bancos escolares e artigos de jornais, mas encontrou boa acolhida também na academia.⁸⁶ A história propagada por essa literatura foi, em grande medida, responsável por difundir a imagem de uma *plantation* doce e afetuosa que havia deixado saudades depois do advento das usinas.⁸⁷ Boa parte das reportagens de jornais e dos trabalhos acadêmicos produzidos sobre a *plantation* açucareira no Nordeste ou deram uma roupagem acadêmica a esse discurso hegemônico ou fragmentaram sua realidade ao ponto de deformar sua história.

As dificuldades com as fontes tornavam-se ainda mais graves, uma vez que o próprio movimento sindical foi incapaz de preservar, por motivos culturais, logísticos ou de segurança, sua própria documentação. Além disso, o trabalhador rural analfabeto não deixava muitos rastros. Foram, sobretudo, os relatos orais de informantes que já haviam deixado os engenhos, ou coletados *in loco* por antropólogos que conseguiram acesso a algumas poucas plantações nos

Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil [1936]. São Paulo, Global, 2004.

85 José Lins do Rego. *Menino de engenho* [1932]. Rio de Janeiro: José Olympio, (8ª ed.), 1965; *Doidinho* [1933]. Rio de Janeiro: José Olympio, (19ª ed.), 1979; *Banguê* [1934]. Rio de Janeiro: José Olympio, (19ª ed.), 2000; *Usina* [1936]. Rio de Janeiro: José Olympio, (13ª ed.), 1993; *O moleque Ricardo* [1937]. Rio de Janeiro: José Olympio, (20ª ed.), 1995.

86 Christine Rufino Dabat. “A Canção de Roland e o Ciclo da cana-de-açúcar: dos usos da literatura para a construção da história oficial”. In: *Cadernos de História: Oficina de História – Espaços medievais*. Ano IV, n. 4, 2005.

87 Essa ideia também é reproduzida fora do Brasil: “Thus in Brazil, by the nineteenth century, slavery on the declining sugar plantations in the northern part of the country assumed a less rigorous, more paternalistic form, while on the new coffee plantations to the south the institution possessed all the harshness, cruelty, overwork, and high death rate that characterized slavery at its worst”. August Meier & Elliot Rudwick. *From plantation to ghetto*. New York: Hill and Wang, 1996, p. 64.

anos 1970-80,⁸⁸ que durante muito tempo ajudaram alguns pesquisadores a pensar a *plantation* por outros ângulos.

Desde o início de minhas pesquisas sobre a zona canavieira, portanto, estava diante de um desafio que parecia incontornável: as fontes históricas. Ainda na graduação, meus primeiros contatos com a história social do trabalho na *plantation* açucareira se deram com o vasto e inédito acervo de processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Escada (município da Zona da Mata Sul de Pernambuco) no arquivo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região. A JCJ de Escada havia começado a funcionar em 1963 – juntamente com suas homônimas nos municípios de Palmares, Jaboatão dos Guararapes, Nazaré da Mata e Goiana – em parte como resposta às demandas dos movimentos de trabalhadores que se intensificavam em todo o Nordeste por meio das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais.

Escolhida a primeira documentação que iria compulsar, o procedimento inicial que adotei foi, no mínimo, ambicioso: estava decidido a ler, desde o começo, todos os processos que haviam sido preservados referentes a trabalhadores de usinas e engenhos. Desempenhava o ritual no arquivo de maneira muito disciplinada: organizava os pacotes com documentos amarrados por barbantes;

88 Nas palavras de José Sergio Leite Lopes, que havia pesquisado a parte fabril das *plantations*: “Se o ‘vapor do diabo’ [...] que serve de epígrafe a este trabalho, indica a exterioridade e hostilidade que apresenta o funcionamento de uma usina de açúcar com relação a seus operadores humanos, também é a hostilidade que a usina tem a apresentar a eventuais pesquisadores que procurem penetrar em seus domínios para entrar em contato com seus operários. Enquanto o caráter fechado da *fábrica* em geral pode ser ilustrado pelo aviso colocado à entrada de uma célebre fábrica teórica situada por contingência na Inglaterra: ‘No admittance except on business’ (Marx. *Le capital*, Livre I. Paris: Editions Sociales, 1969), as usinas de açúcar têm a acrescentar a esta inacessibilidade à sua planta fabril a proibição ao acesso às casas, mesmo dos operários, situadas em seu território”. José Sérgio Leite Lopes. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 1.

escolhia o mais antigo; espanava a poeira e as traças que ainda restavam e fichava os processos por ordem cronológica.

À primeira vista, em sua maioria, os processos pareciam não dizer muito: possuíam poucas folhas (de três a cinco no máximo, incluindo a “papelada burocrática da justiça”) e com conteúdos semelhantes (rescisões de contrato e processos conciliados). Só depois, quando já próximo da segunda centena de processos devidamente lidos e fichados, fui percebendo que, colocados em série, eles poderiam revelar conhecimentos sobre o passado que, isoladamente, não seriam capazes de fornecer. Doravante, tudo começava a fazer sentido: o volume excessivo de rescisões de contrato; o alto índice de conciliações; o baixo número de processos julgados; os arquivamentos; as desistências; as arguições dos advogados e das testemunhas; a presença sindical nas reclamações e nas audiências; as demandas individuais e coletivas; os direitos reclamados; a referência ao Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)... Além dos pormenores jurídicos e legais, os processos indicavam o engenho no qual os trabalhadores moravam ou haviam morado; sua idade; sexo; estado civil; profissão; salário (em alguns casos); condições de vida; relatos de violência física; formas de pressão da classe patronal... Estava diante de uma documentação que me fazia pensar a *plantation* não apenas do ponto de vista jurídico, ou econômico, ou social... mas pensá-la de forma ainda mais ampla, como um sistema que combinava todos esses elementos e outros mais. A leitura dos processos trabalhistas me permitiu ir além das problemáticas que as pesquisas até então publicadas estavam acostumadas a abordar. Eles me possibilitaram adentrar em outros âmbitos, como o direito, a saúde e a dimensão geográfica dos conflitos de classe que haviam sido abordados de maneira muito acanhada pelos estudos de história precedentes. As inquietações a respeito da dimensão espacial (não puramente física como os geógrafos até então abordavam) da *plantation* já

foram postas desde esse momento, mas me faltavam ferramentas conceituais, metodológicas e, sobretudo, mais fontes.

O acesso aos livros de registros de pacientes do Hospital Barão de Lucena (HBL), conhecido como Hospital das Usinas, segundo grande corpo documental compulsado, permitiu-me novamente o contato com mais uma fonte inexplorada até então. Novamente iniciei o processo longo e cansativo de leitura documental no arquivo do HBL. Também nesse momento, após ler toda a documentação de 1963 a 1973, descobria novos caminhos de pesquisa. Essa documentação me forneceu dados importantes como: engenho de procedência dos pacientes; idade; sexo; profissão; estado civil; diagnóstico da patologia; situação de saída do hospital...

Paralelamente à pesquisa com os livros de registros de pacientes, busquei os rastros que poderiam responder minhas antigas inquietações, originadas, em parte, de meu primeiro contato com os processos do TRT e avançadas no HBL. Estendi minhas pesquisas aos arquivos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) e aos relatórios, processos, autos de infração e denúncias contra usinas e engenhos localizados no subsolo da antiga Delegacia Regional do Trabalho (DRT). Este último arquivo, da mesma forma, até então ainda não alcançado por nenhum pesquisador. Os dados coletados nesses quatro arquivos explicam detalhes da *plantation* que as memórias e os artigos de jornais não poderiam fornecer. Eles nos permitem entender o dia a dia dos *moradores* em dezenas de engenhos diferentes, espalhados por toda a área açucareira de Pernambuco, detalhando não só as lutas de classe, mas permitindo também a construção da geografia desses conflitos.

Mesmo tendo avançado com tão ampla documentação, percebi que, para defender a tese de que o espaço (em suas dimensões física, estrutural e sócio-histórica) era elemento incontornável para se entender as condições de vida dos trabalhadores do açúcar (em múltiplas

dimensões: saúde; trabalho; lazer; educação...), era imperativo me aproximar de conceitos e fontes próprios da geografia – mesmo que, até então, todos os estudos geográficos sobre a *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil tivessem reduzido o espaço a sua dimensão puramente física e descritiva, minimizando, quando não ignorando, a validade dos condicionantes sócio-históricos e “simbólicos” em sua formação. Uma vez que a coerência interna de qualquer construção teórica depende tanto do arcabouço conceitual quanto do grau de representatividade dos elementos analíticos ante o objeto estudado, não bastava, para reconstruir a arquitetura espacial da *plantation*, saber usar com destreza minha imaginação controlada. Era preciso, para defender essa nova forma de interpretar a história do açúcar no Nordeste, uma ampla análise documental amparada em conceitos e ferramentas da história e fora dela.

Iniciei então minha busca por mapas. As cartas da *i*) Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); os mapas do *ii*) Departamento de Estradas de Rodagem (DER); do *iii*) Arquivo Histórico do Exército (Ahex); *iv*) Arquivo Nacional no Rio de Janeiro (ANRJ); e as ortofotocartas da *v*) Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem) me permitiram identificar e localizar cada engenho (mais de mil em toda a zona canavieira de Pernambuco) – vários deles, inclusive, que havia conhecido nas pesquisas com outras documentações já mencionadas.

A informação sobre a localização dos engenhos foi fundamental no processo de construção deste livro. Sabendo com precisão onde cada um deles estava localizado; sua distância em relação à sede dos municípios onde se encontravam os principais órgãos de assistência ao trabalhador; as características do seu relevo; sua proximidade dos cursos d’água; as vias de comunicação com outros engenhos e com o mundo externo... eu poderia, então, (juntamente com as informações anteriormente coletadas durante anos de pesquisa) responder as questões que me inquietaram por longo tempo: em

que medida a geografia da *plantation*, precisamente o isolamento da maior parte dos engenhos em relação ao mundo externo (e todos os seus efeitos), interferiu na vida de centenas de milhares de indivíduos que em seu interior viviam? Quais os efeitos – para a classe trabalhadora – econômicos, sociais, jurídicos, culturais – que esse isolamento poderia acarretar? Existiria alguma ligação entre a violência sem limites no interior dos engenhos e a estrutura espacial da *plantation*? A mesma violência que dissuadia os trabalhadores de acessarem os órgãos públicos em defesa de seus interesses? Haveria alguma conexão entre o descumprimento sistemático dos direitos trabalhistas no interior dos engenhos e sua estrutura espacial? Existiria algum laço associativo entre a miséria e a fome crônicas, já denunciadas por autoridades médicas nacionais e internacionais, e sua estrutura espacial? Existiria, da mesma forma, algum elo entre a configuração espacial da *plantation* e as dificuldades de atuação dos líderes sindicais e dos inspetores do trabalho? A possibilidade de construir uma resposta positiva aceitável para essas e outras questões estava começando a parecer possível.

Obviamente, as representações do espaço não podem ser confinadas nos mapas. Tanto eles quanto as narrativas textuais oferecem elementos que nos permitem uma análise histórica da realidade e são importantes no desafio de compreender o espaço. Em consonância com as informações obtidas nos mapas, os documentos textuais revelam informações sobre o espaço que a cartografia não mostra. Eles permitem a orientação e coordenação de coisas dessemelhantes, tornando possível conceber o espaço para além de suas características visíveis no plano puramente físico. As cartas mentais, cujos elementos que as compõem podem ser extraídos dos documentos textuais e dos relatos orais, são bem mais complexas que as cartas convencionais e suas estradas, curvas de nível, relevo e vegetação. A complexidade do espaço exige maior nível de abstração que os mapas e as

cartas não são capazes de fornecer.⁸⁹ Ademais, os problemas metodológicos que envolvem o uso dos mapas (me refiro especificamente à escala) podem induzir a erros grosseiros o leitor menos atento. Para alguns autores, a escala é um esquecimento coerente que mascara a realidade.⁹⁰ Ela escolhe intencionalmente mostrar alguns elementos e ocultar outros. Os mapas, mesmo em escalas mais detalhadas, condicionam a natureza das observações e da própria imagem que se obtém dela, podendo eles revelar ou esconder territórios, conflitos e contradições locais.⁹¹ Os mapas também estão ligados à ideia de poder.⁹² Seus traçados, vias, fronteiras e limites não são definidos de forma acidental. Em alguns casos, eles são imbuídos de intenção por aqueles que dominam ou desejam dominar recortes do espaço. Em todo caso, eles são de grande importância para melhor compreender os fenômenos produzidos e reproduzidos na sociedade.⁹³

Os anos de pesquisa com documentação tão ampla, portanto, não foram em vão. Colocadas em conjunto, essas fontes tornam possível escrever sobre a *plantation* de uma nova maneira. Tudo isso não quer dizer que elas sejam inteiramente confiáveis. Os mapas, por exemplo, não mostram o espaço em seu movimento histórico,

89 Claude Raffestin. *Por uma geografia do poder*. Op. Cit.

90 J. B. Racine; C. Raffestin; V Ruffy. “Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.45, n.1, 1983, p.123-135.

91 Iná Elias de Castro. “O problema da escala”. In: Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes & Roberto Lobato Corrêa (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Op. Cit.

92 Kevin Cox. “Representation and power in the politics of scale”. In: *Political geography*, v.17, n.1, 1998, p.41-44. Katherine Jones. “Scale as Epistemology”. In: *Political geography*, v.17, n.1, 1998.

93 Neil Smith. “Geography, difference and the politics of scale”. In: Doherty J.; Graham E. & Malek M. (editors). *Postmodernism and the social science*. London: Macmillan; 1992. Neil Smith. “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica”. In: Antônio Arantes. (org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 132-175.

nem os modos de existir da sociedade: o espaço, propriamente. Eles não revelam a complexidade das relações sociais cotidianas. Em última análise, eles representam um processo de esquecimento coerente que pode induzir pelo menos dois tipos de problemas fundamentais: *i*) dimensional (inseparabilidade entre tamanho, proporção e fenômeno); e *ii*) fenomenal (complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los em sua totalidade sistêmica). Embora os mapas tenham sido fundamentais e indispensáveis no estudo ora apresentado, a análise da complexidade do espaço geográfico e as diferentes dimensões dos fenômenos socioespaciais que eles pretendiam conter exigiram não só um nível maior de abstração controlada, mas também um intenso cruzamento de fontes de várias naturezas. A esse respeito, procedi a uma análise comparativa minuciosa entre as ortofotocartas (fotos aéreas) disponíveis na Condepe/Fidem e as cartas da Sudene e pude constatar a precisão com que essas últimas foram elaboradas.

Tanto quanto foi possível, portanto, suprimi as lacunas deixadas pelas memórias e pelos trabalhos até então produzidos com um intenso e diversificado uso destas novas fontes que me permitiram enxergar as homogeneidades do sistema em sua totalidade inatingível. Os questionamentos levantados no início da pesquisa a respeito da estreita relação entre os padrões espaciais da *plantation* açucareira e a história social do trabalho no mundo dos engenhos, portanto, só poderiam ser satisfatoriamente solucionados se todas estas fontes fossem pensadas considerando sempre sua espacialidade: *i*) os prontuários médicos, por exemplo, identificam a um só tempo a origem dos pacientes atendidos e também daqueles que não o eram; *ii*) os processos trabalhistas permitem não apenas entender as demandas da classe trabalhadora em termos dos direitos que estavam sendo descumpridos, mas também a espacialização dos conflitos e as dificuldades de acesso à Justiça; *iii*) as denúncias contra usinas e engenhos possibilitam identificar os lugares onde os proprietários eram

mais resistentes ao cumprimento das leis, e aqueles onde os trabalhadores eram mais dispostos, por vários motivos, a reivindicar seus direitos... Ademais, todos os relatos de violência, coerção, longas jornadas de trabalho, baixos salários, fome e doenças sem tratamento adequado compunham, também, a *plantation* em sua existência.

Obviamente, o modelo analítico ora proposto – que se inscreve na tentativa de compreensão da *plantation* enquanto existência sistêmica e não simplesmente como lugar, modelo produtivo ou instituição – implica riscos: entre outros, o de deixar escapar as particularidades dos casos específicos, uma vez que a proposta aqui lançada não é de fazer uma grande compilação de situações e histórias particulares. Entretanto, este livro estaria limitado ao funcionalismo se considerasse apenas determinadas funções no interior do sistema; e seria classificado como estruturalista se apenas indicasse as estruturas de tal sistema, sem reconhecer seu movimento histórico ou as relações sociais que lhes davam sentido. Como o entendimento de qualquer objeto passa por sua construção lógica e pela história de sua formação, impõe-se uma análise que apreenda a *plantation* como um todo, considerando suas formas, funções, estruturas e processos. E essa análise será tanto mais rigorosa quanto sejamos capazes de escapar às relações de causa e efeito que enclausuram artificialmente certas variáveis e impossibilitam abranger a totalidade das interações.

É pelo significado e função particular de cada elemento do espaço que apreendemos seu valor num dado momento. Isso, entretanto, é muito complicado de ser feito sem um mínimo de teorização e esforço de síntese. Como toda teorização depende tanto de um esforço de generalização, quanto de individualização, busquei elencar – e pensar em associação – o maior número possível de variáveis que julgo compor a arquitetura espacial da *plantation*. Nesse caso, a generalização nos permite a listagem das possibilidades; e a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas

dessas possibilidades se combinavam em seu contínuo movimento, tornando possível compreender suas mudanças e permanências no curso do tempo. A história espacial de um determinado engenho não se restringe, portanto, aos seus limites geográficos; nem às suas feições físicas; nem às formas produtivas em seu interior... Ela vai muito além, fazendo parte de um processo bem mais abrangente que a insere em contextos mais amplos. Cada engenho é um produto histórico específico, imerso, no entanto, num sistema único. Nenhum deles podia acolher, da mesma forma e com a mesma amplitude e intensidade, as mesmas combinações.

História e Geografia: tempo-espaço

A análise das interações entre os elementos do espaço é sempre mais complexa que a investigação simples de suas formas e objetos isolados, estáticos, pois exigem relações, conexões que nem sempre são possíveis de serem feitas de forma direta ou objetiva. Na verdade, o problema não é empiricizar os objetos espaciais isoladamente, mas absorvê-los em conexão, fora de sua inércia. Para esse propósito, é necessário, por vezes, recorrer a ferramentas analíticas de outras áreas na busca de entender os mecanismos e os meios de funcionamento de uma determinada realidade. A existência de qualquer sistema nem sempre é palpável e apresentada de forma límpida mesmo aos olhos daqueles considerados especialistas. Se ficarmos confinados à economia para compreender os fenômenos econômicos; à sociologia para explicar o que se chama de fato social; ou mesmo à geografia para interpretar as ditas realidades geográficas, corremos o risco de acabarmos na impossibilidade de chegar a uma explicação válida da sociedade na qual, de fato, esses âmbitos não se separam. Nesse sentido, defendo que a *plantation* representa um campo de trabalho particular para o historiador e exige, em sua constituição analítica, tanto certo nível de coerência interna e

externa, quanto um conjunto próprio de conceitos, métodos e categorias analíticas. Externamente, tal coerência se apura em relação a outros saberes, nem sempre encontrados nas fórmulas disponibilizadas pelos clássicos campos historiográficos.

Desde os *Annales*, a geografia passou a desempenhar um papel fundamental na nova forma de escrever a história. Inspirados na obra de Vidal de La Blache e na Escola Francesa de Geografia, Marc Bloch⁹⁴ e Lucien Febvre⁹⁵ foram os primeiros historiadores, no início do século xx, a defender que a geografia estaria mesmo no âmago do fazer historiográfico. Foi com Fernand Braudel,⁹⁶ no entanto, que a geografia retrospectiva se tornou um modelo definitivo para a história.

Uma vez que a realidade circundante dos grupos humanos é geográfica; uma vez que a agricultura que os alimenta depende dos condicionantes climáticos, da mesma forma que a economia depende das vias de circulação das mercadorias; uma vez que as políticas nacionais se dão sobre os territórios... para Braudel, a escrita da história é permeada pela geografia tanto por sua evidência física inexorável, quanto por suas coerções estruturais à vida humana. Como ele escreveu, as próprias civilizações são espaços “com limites *mais ou menos* estáveis; donde, para cada uma delas, *uma* geografia particular, a sua, que implica uma série de possibilidades, de determinadas

94 Marc Bloch. “Régions naturelles et groupes sociaux”. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. n. 17, 1932; “Une étude régionale: Géographie ou Histoire?” In: *Annales d'histoire économique et sociale*. n. 25, 1934; “Les paysages agraires: essais de mise au point”. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. n. 39, 1936; *Apologia da história ou o ofício de historiador* [1949]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

95 Lucien Febvre. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

96 Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1983; *Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996; *O espaço e a história no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988; “A Geohistória”. In: *Revista de História Contemporânea*. n. 1, São Paulo: Xamã, 2002; “La Géographie face aux sciences humaines”. In: *Débats et combats. Annales de Histoire*. 6^o année, octobre-décembre, n. 4, 1951.

injunções, algumas quase permanentes”.⁹⁷ Para ele, o ambiente eram as formas da terra (mares, planícies, montanhas), um elemento colado ao tempo que agia por meio dos processos de *longue durée* na modelagem das vidas dos grupos humanos. Ele defendia que a história ia para além da simples sucessão de fatos isolados no cotidiano dos indivíduos. Numa escala temporal mais ampla, existia mesmo na natureza uma história de mudanças superlentas, mas que afetavam as relações humanas e as estruturas sociais. Para ele, a sociedade muda completamente segundo o espaço. A principal contribuição de Braudel foi atentar para os dois principais elementos que condicionam e configuram as estruturas sociais, limitando as manobras dos indivíduos: o tempo e o espaço. A ideia de totalidade tempo-espaço – a noção de espaço como duração – recebeu em suas pesquisas um tratamento amplo. O tempo era parte da tradição e do contexto social, das maneiras de proceder culturalmente e das relações de poder e dominação estabelecidas. O espaço, por seu turno, e da mesma forma, era dinâmico. Em resumo, para Braudel, o espaço era, antes de tudo, relações.

Apesar dos esforços dos historiadores franceses já citados, a relação inequívoca entre história e geografia, ou entre sociedade e natureza, não alcançou de forma geral efeitos amplos nos trabalhos acadêmicos. Na maioria dos casos, o ambiente aparecia nas pesquisas de maneira muito descritiva, quase como que as transpassando sem com elas estabelecer relações mais complexas. O clássico livro de Gilberto Freyre *Nordeste*, por exemplo, é quase um tratado descritivo da natureza e dos homens no que ele chamava de “civilização do açúcar”. Como escreveu José Augusto Pádua, poucos historiadores “foram capazes de produzir, ao longo do século xx, mesmo no Brasil, análises que incorporaram os fatores biofísicos no coração da análise histórica”.⁹⁸

97 Fernand Braudel. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 33.

98 José Augusto Pádua. “As bases teóricas da História Ambiental”. In: *Estudos Avançados* 24 (68), 2010.

A partir dos anos 1970, com a emergência do ambientalismo, impulsionado pela crise do petróleo, evidencia-se o nascimento de um novo campo historiográfico: a História Ambiental. Incorporando as transformações teóricas mais recentes, o que caracteriza a História Ambiental não é a atenção dispensada para a natureza como palco ou simples cenário, mas, como argumenta Guillermo Castro Herrera, “as interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, e as consequências dessas interações para ambas as partes, ao longo do tempo”.⁹⁹ Essa nova maneira de pensar a história, portanto, propõe uma forma menos dualista do estudo das relações entre sociedade e natureza. A História Ambiental defende uma ampliação da análise histórica, não sua redução ao mundo biofísico: a natureza. A esse respeito, Richard White escreveu em *The organic machine*:

Nós não podemos compreender a história humana sem a história natural, e não podemos compreender a história natural sem a história humana. As duas estiveram entrelaçadas por milênios... A natureza, ao mesmo tempo uma construção cultural e um conjunto de coisas reais fora de nós e não completamente contidas por nossas construções, precisa ser inserida na história humana. A natureza, parafraseando Donald Worster, é o nado do salmão, o rio fluindo, e, eu acrescentaria, o ato de pescar dos homens. Na tentativa de um relacionamento, eu pretendo fazer mais do que escrever uma história humana ao lado de uma história natural e chamá-la de uma história ambiental. Isso seria como escrever a biografia de uma esposa, colocando ao lado dela a biografia de um marido, e chamar isso de a história de um casamento. Eu quero a história mesma do relacionamento.¹⁰⁰

A história, enquanto disciplina da totalidade, portanto, deve incorporar em suas problemáticas tanto os aspectos econômicos,

99 Guillermo Castro Herrera. “Notas sobre historia ambiental y desarrollo sostenible”. In: *Peripicias*. n. 71, 2007.

100 Richard White. *The organic machine*. New York: Hill and Wang, 1996, p. ix-x.

culturais e políticos da sociedade, quanto a percepção que esta tem de suas conexões com o ambiente. Nesse sentido, Donald Worster propôs que a história deve se empenhar num esforço analítico que associe três níveis básicos. O primeiro deles trata do “entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; [incluindo] aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza”. O segundo nível diz respeito aos “modos de produção”. Nele, importa entender como os grupos humanos se relacionam e produzem bens a partir dos recursos naturais. O terceiro nível se insere no campo do “puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza”.¹⁰¹

Mais recentemente, alguns historiadores vêm operando o que se chama de “spatial turn in history”, ou uma virada espacial na história. Por meio de estudos colaborativos interdisciplinares e uso intenso de sofisticados programas de computação, os pesquisadores da chamada *Spatial History*, cuja maior produção acadêmica se concentra no Spatial History Lab, da Stanford University, vêm propondo uma nova forma de pensar e fazer a história:

Nossa estrutura de laboratório e cultura é projetada especificamente para apoiar a natureza interativa do processo de pesquisa em história espacial, onde novas questões e oportunidades de exploração adicional surgem com frequência. Nós promovemos o pensamento criativo e a solução de problemas em desafios técnicos, conceituais e intelectuais – por meio de novas maneiras de usar a tecnologia existente para desenvolver ferramentas personalizadas e soluções. Nosso processo começa descrevendo as metas e os objetivos iniciais da pesquisa, coletando e digitalizando dados a partir de arquivos,

101 Donald Worster. “Para fazer história ambiental”. In: *Estudos Históricos*. Vol. 4, n. 8, 1991.

bibliotecas e organizações. Nós organizamos nossos dados em um banco de dados geoespaciais para melhor facilitar a integração de dados espaciais e não espaciais, em seguida, usamos análises visuais para ajudar a identificar padrões e anomalias. Muitas de nossas visualizações são experimentais e só eventualmente algumas se tornam produtos finais. Nós defendemos a visualização como uma forma não apenas de ilustrar conclusões, mas um meio de fazer pesquisa.¹⁰²

O Nordeste açucareiro e as pesquisas acadêmicas

O presente estudo, obviamente, se beneficiou de tudo que foi anteriormente produzido, seja no campo metodológico e nas discussões conceituais sobre o espaço; seja nos trabalhos acadêmicos sobre a *plantation*. No Brasil, as pesquisas no âmbito açucareiro adotaram enfoques variados. As publicações do IAA foram as que compilaram o maior número de dados sobre volume de produção; área plantada; preços; mercado nacional e internacional etc. Por outro lado, entre 1940 e 1960, médicos e nutricionistas iniciaram grandes projetos de pesquisa acerca das condições sociais dos trabalhadores do açúcar no Nordeste. Dentre eles destacaram-se Josué de Castro,¹⁰³ Nelson Chaves¹⁰⁴ e, posteriormente, Malaquias

102 Fonte: web.stanford.edu/group/spatialhistory. Acesso em 14 de setembro de 2019.

103 Josué de Castro. *Geografia da fome* [1948]. São Paulo: Brasiliense, 1961; *O livro negro da fome*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966; *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967; *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. Volume I, 8ª Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968. Além de Anna Maria de Castro. *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1984.

104 Nelson Chaves. *Trópico, nutrição e desenvolvimento*. Recife: UFPE, 1965; *O açúcar na nutrição*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969; *Trópico e nutrição*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969; *Fome, criança e*

Batista Filho.¹⁰⁵ Suas conclusões foram de que a sociedade açucareira havia produzido um exército de indivíduos cronicamente desnutridos. Pesquisadores estrangeiros, incluindo médicos de várias especialidades, que realizaram estudos na zona canavieira de Pernambuco também constataram as péssimas condições de vida da população. Mais recentemente, o brasilianista Joseph Page fez referência aos nordestinos como “camponeses cobertos de doenças e morrendo de fome”.¹⁰⁶ Alguns anos depois, o sociólogo e jornalista francês Robert Linhart realizou várias entrevistas para seu livro *O açúcar e a fome: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste brasileiro*. Os relatos compõem o que o autor chamou de “aritmética da miséria”.¹⁰⁷

Nas humanidades, Antropologia e História se destacam como os principais campos de pesquisas. Ainda nos anos 1960, o livro *A terra e o homem no Nordeste*, de Manuel Correia de Andrade, representou um dos primeiros estudos – embasado num grande conjunto de fontes e dados – sobre as condições de vida e trabalho na *plantation* açucareira. Sua formação em Economia, Geografia, Direito e História lhe permitiu escrever de maneira inovadora sobre o papel do açúcar em todo o Nordeste oriental.¹⁰⁸

vida. Recife: Massangana, 1982; “Nutrição e trópico”. In: *Congresso brasileiro de Tropicologia*. Recife: Massangana, 1986; *O homem além do tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*. Coletânea de Artigos. Universidade Federal de Pernambuco, EDUFPE, 2007.

105 Malaquias Batista Filho et al. *Pesquisa nutricional na zona da mata*. Recife: UFPE Imprensa Universitária, 1968.

106 Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Tradução: Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

107 Robert Linhart. *Le sucre et la faim*. Paris: Editions de Minuit, 1980. *O açúcar e a fome: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

108 Manuel Correia de Andrade. *Economia pernambucana no século XVI*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1962; *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo: Ática, 1987; *Área do sistema canavieiro*. Recife: Sudene, 1988; *Lutas Camponesas no*

Nos anos 1970, o Museu Nacional do Rio de Janeiro inaugurou uma nova fase nos estudos sobre a *plantation*. Os trabalhos de Moacir Palmeira,¹⁰⁹ Lygia Sigaud¹¹⁰ e José Sergio Leite Lopes¹¹¹ deram início a uma série de pesquisas em torno da *morada*. A eles se seguiram vários estudos incorporados ao “Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste”, desenvolvidos no Departamento de Antropologia da UFRJ. Pesquisadores como Afrânio Garcia Jr.;¹¹² Ana Beatriz Alásia de Heredia;¹¹³ Marie France Garcia;¹¹⁴ Doris Rinaldi Meyer¹¹⁵ e Moema Maria Marques de Miranda¹¹⁶ estudaram âmbi-

Nordeste. 2ª Ed. SP: Ática, 1989; *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Editora Universitária, 2001.

- 109 Moacir Palmeira. *Morar: a lógica da plantação tradicional*. Op. Cit.; “Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”. In: *Contraponto*, 2, Rio de Janeiro, 1977.
- 110 Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit.; “Direito e coerção moral no mundo dos engenheiros”. In: *Estudos Históricos* 18. São Paulo, 1996; “Des plantations aux villes: les ambiguïtés d’un choix”. In: *Études rurales*. n°. 131/132, Droit, politique, espace agraire au Brésil (Jul. - Dec., 1993), p. 19-37.
- 111 José Sérgio Leite Lopes. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Op. Cit.
- 112 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983; *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit; *O sul: caminho do roçado*. Op. Cit.
- 113 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit.
- 114 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d’un marché situé dans une usina*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1977; *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo do agreste paraibano*. Tese de Doutorado. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1984.
- 115 Doris Rinaldi Meyer. *A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- 116 Moema Maria Marques de Miranda. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma Junta Trabalhista*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 1991.

tos diversos acerca dos trabalhadores rurais no Nordeste. Suas análises construíram uma visão singular sobre a *morada*. Para os antropólogos, esta representou uma etapa particular na história da *plantation* no Nordeste garantindo vantagens materiais aos *moradores de engenho*, dentre as quais: moradia; assistência em caso de doenças e morte; acesso a lenha e água, além da proteção do senhor.

Na contramão da literatura e das pesquisas antropológicas até então realizadas, amparado em ampla documentação e relatos orais inéditos, o livro *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*, de Christine Rufino Dabat, publicado em 2007, contra-argumentou a visão predominante da *morada* como um momento de relativa harmonia entre proprietários e *moradores*. Ao tornar audível a voz dos trabalhadores, Christine Dabat contestou ao mesmo tempo a visão literária segundo a qual o acesso a um lote de terra, cedido temporariamente ao trabalhador na forma de sítio ou roçado, seria um elemento-chave na definição da *morada*; e as interpretações marxistas que, inseridas no evolucionismo cultural, pensaram a *morada* como a fase feudal na história do Nordeste. As culturas de subsistência, que garantiriam a segurança alimentar dos *moradores de engenho* no interior da *plantation*, além de pouco frequentes, possuíam uma série de limitações, como distância do local de moradia; má qualidade dos solos e falta de tempo e disposição por parte dos trabalhadores, haja vista as exigências físicas da empresa capitalista, não feudal. Sua tese merece destaque não apenas por conferir historicidade aos discursos dos canavieiros, percebendo-os como agentes históricos, mas também pela profundidade teórica que possibilitou criticar a história oficial e por abrir novos caminhos interpretativos que permitiram, inclusive, pensar este próprio estudo ora apresentado. Para Christine Dabat:

[A] contribuição dos moradores de engenho à história regional se opõe frontalmente àquela suposta memória coletiva veiculada pela literatura, pela imprensa e retomada surpreendentemente até mesmo por autores marxistas, talvez, culturalmente influenciados pela classe social dos autores formuladores da lenda dourada da “morada”, como José Lins do Rego e Gilberto Freyre: filhos ou netos de senhores de engenho. A pretendida benevolência da atitude dos plantadores em relação a seus empregados agrícolas pode constituir uma maneira cultural de ocultar – não tanto a miséria na qual as populações eram mantidas, que tinha sua utilidade para reivindicar mais dinheiro do Estado – mas a violência, o exercício mais brutal de força física para garantir a manutenção do sistema de opressão e exploração. Pois a violência patronal e do Estado, a serviço da classe dominante, teve um papel decisivo na “morada”.¹¹⁷

Além de *Moradores de engenho* – que deveria ter provocado uma reviravolta na historiografia nacional sobre o tema, mas parece não ter sido compreendido em sua plenitude – Christine Dabat publicou uma série de importantes artigos sobre a *plantation* em revistas nacionais e internacionais.¹¹⁸

117 Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 751.

118 Christine Rufino Dabat. “Les grandes grèves de coupeurs de canne en Pernambouc d’un gouvernement Arraes à l’autre: difficile accession au registre démocratique et à la citoyenneté (1963-1987)”. In: *Grèves et conflits sociaux*. II^e colloque international. The International Association Strikes and Social Conflict (IASSC) - Approches croisées de la conflictualité: xviii^e siècle à nos jours, s/d.; “Le mot ‘Plantation’ au Brésil : de l’historiographie à la mémoire des coupeurs de canne”. In: *Caravelle: Grandes plantations d’Amérique latine*, n. 85, 2005; “Uma ‘caminhada penosa’: a extensão do direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco”. In: *Clío: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: EDUFPE, n. 26.2, 2008; “Açúcar e trópico: uma equação ‘natural’ justificando um modelo social perene”. In: *Cadernos de História: Oficina da História. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras*. Recife: EDUFPE, 2010, p. 42-71; “A produção de açúcar nas fronteiras da modernidade: o percurso de Henrique Augusto Milet (Pernambuco, século XIX)”. In: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: EDUFPE, 30.2. 2012; “Sugar cane ‘plantations’ in Pernambuco: from ‘natural vocation’ to ethanol

O primeiro autor a escrever uma história ambiental do açúcar no Nordeste do Brasil foi o norte-americano Thomas D. Rogers. Em seu livro *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*,¹¹⁹ o autor examinou os discursos da elite sobre a paisagem, bem como os discursos daqueles que trabalhavam nos canaviais. Segundo Thomas, na mente da classe proprietária, a região açucareira no Nordeste era uma “paisagem a trabalhar”: a paisagem para benefício dos fazendeiros, que não viam distinção entre terra e trabalho. Terras e pessoas se ligavam em sua mente – e não apenas pelos laços de cultura, leis e crenças a que as sociedades “modernas” estão afeitas. Ligavam-se também pela coerção, pelo senso de propriedade e controle transmitido de geração a geração pelos poderosos e por uma história de escravidão e agricultura em grande escala”.¹²⁰ Os senhores tratavam mata, rio, canal e trabalhadores sem perceber distinções entre eles. Quase como uma vocação natural, todos estariam predestinados, na visão das elites, à *plantation*. Essa forma de interpretar a história do Nordeste açucareiro permitiu que um novo debate fosse lançado com a possibilidade de pensar a história social do trabalho em profunda conexão com o ambiente. Na narrativa construída por Thomas Rogers, trabalho e ambiente são inseparáveis, como o eram na vida e na mente de milhares de trabalhadores nos canaviais.¹²¹

production”. Op. Cit; Christine Rufino Dabat & Maria do Socorro de Abreu e Lima. “Os movimentos sociais e as mudanças recentes na Zona da Mata de Pernambuco”. In: Aécio Gomes Mato. *Modernização conservadora e desenvolvimento na Zona da Mata de Pernambuco*. Recife: EDUFPE, 2011, p. 179-221; Christine Rufino Dabat and Thomas D. Rogers. “‘A peculiarity of labor in this region’: Workers’ Voices in the Labor Court Archive at the Federal University of Pernambuco”. In: *LARR*, vol. 47, nº 4, 2012, p. 164-178.

119 Thomas D. Rogers. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2017.

120 Idem, p. 27.

121 Seguindo essa mesma linha de raciocínio, John Soluri afirmou: “By narrating how workers’ lives are shaped by ecological as well as social relationships,

A produção acadêmica a respeito da *plantation* açucareira no Nordeste, de fato, é bem mais ampla do que os trabalhos acima citados. Vários outros estudos foram publicados por pesquisadores do Brasil e de fora. Apenas para citar alguns, a produção açucareira em épocas coloniais, por exemplo, foi muito bem discutida por Evaldo Cabral de Mello;¹²² José Antonio Gonsalves de Mello;¹²³ Manuel Diégues Jr.;¹²⁴ Stuart Schwartz¹²⁵ e Vera Ferlini.¹²⁶ Os estudos sobre o processo usineiro e a abolição da escravidão no final do século XIX e início do XX contaram com autores importantes como Peter Eisenberg;¹²⁷ Gadiel Perruci¹²⁸ e Jacob Gorender.¹²⁹ Os movimentos sociais nas zonas canavieiras com as Ligas Camponesas e as intensas lutas pela reforma agrária nos anos 1960

labor-environmental hybrids create new ways of rematerializing labor history without recycling Marxian models of political economy whose critiques of capitalism tend to reinforce valuations of nature derived from economic theory". John Soluri. "Labor, Rematerialized: Putting Environments to Work in the Americas". In: *International Labor and Working-Class History* (ILWCH), 85, Spring 2013, p. 1-15.

- 122 Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense-Universitária /EDUSP, 1975; *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar no Brasil holandês*. 1ª Ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.
- 123 José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo: José Olympio, 1947; *A economia açucareira: fontes para a história do Brasil holandês*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, 2004.
- 124 Manuel Diégues Jr. *O bangüê nas Alagoas* [1948]. 2ª Ed. Maceió: EDUFAL, 1980.
- 125 Stuart B. Schwartz. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- 126 Vera Ferlini. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: EDUSC, 2003; *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.
- 127 Peter Eisenberg. *Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em Pernambuco (1840-1910)*. Tradução de João Maria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- 128 Gadiel Perruci. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- 129 Jacob Gorender. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

foram intensamente discutidos por Francisco Julião;¹³⁰ Clodomir Moraes;¹³¹ Fernando Antônio Azevêdo;¹³² Luciana Jaccoud;¹³³ Antônio Callado;¹³⁴ Gregório Bezerra;¹³⁵ Celso Furtado;¹³⁶ Caio Prado Jr.;¹³⁷ Anthony Pereira,¹³⁸ dentre outros. Mais recentemente, em 2005, a professora Socorro Abreu publicou uma importante e inédita tese sobre o movimento sindical intitulada *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*.¹³⁹ Além destes e outros, estudos mais atuais¹⁴⁰ têm buscado refletir sobre a dicotômica relação entre modernização conservadora e desenvolvimento sustentável. Engenheiros, economistas, agrônomos, ambientalistas, geógrafos e historiadores têm se debruçado sobre os vários problemas ambientais e sociais decorrentes do modelo conservador de desenvolvimento embutido no atual incentivo ao etanol como ordem e progresso em termos energéticos.



-
- 130 Francisco Julião. *Cambão. A face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009.
- 131 Clodomir Moraes. "Peasant League in Brazil" In: Rodolfo Stavenhagen. *Agrarian problems & peasants movements in Latin America*. Op. Cit., p. 478-479.
- 132 Fernando Antônio Azevêdo. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- 133 Luciana de Barros Jaccoud. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-68)*. Recife: Massangana, 1990.
- 134 Antonio Callado. *Os industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco: aspectos da luta pela Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. Antônio Callado. *Tempos de Arraes: a revolução sem violência*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- 135 Gregório Bezerra. *Memórias*. 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- 136 Celso Furtado. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- 137 Caio Prado Júnior. *A questão agrária no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- 138 Antony W. Pereira. *The end of the peasantry: the rural labor movement in Northeast Brazil (1961-1988)*. University of Pittsburgh Press, 1997.
- 139 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: EDUFPE & Editora Oito de Março, 2005.
- 140 Como os publicados em Aécio Gomes de Matos (org.). *Modernização conservadora e desenvolvimento na Zona da Mata de Pernambuco*. Recife: EDUFPE, 2012.

A despeito de tudo o que a academia já produziu, entretanto, a influência mútua e inequívoca entre a estrutura espacial da *plantation* açucareira e sua história social nunca foi conscientemente abordada, seja pela falta de dados disponíveis, seja por limitações conceituais e metodológicas. A ideia de que a compreensão do espaço constitui elemento fundamental na análise das relações de trabalho e das lutas de classe foi pouco debatida pela historiografia. A abundância de trabalhos que elencam, como uma grande enciclopédia, diversos estudos de casos e fatos históricos dispersos – como se eles *per se* conduzissem seus leitores a uma compreensão detalhada e precisa da realidade; como um exercício cego (quase matemático) e sem explicitação da própria história que se propõe interpretar – pode ter valor demonstrativo (quase sempre indireto), mas não explicativo, do papel do espaço nos processos sociais.

Mesmo os historiadores que investigam as condições de vida e trabalho no mundo rural raramente incorporam o espaço em suas análises, ou focam as interações entre os trabalhadores e o ambiente no qual exerceram suas atividades. Por outro lado, e da mesma forma, o mundo do trabalho e os condicionantes históricos permaneceram periféricos para muitos geógrafos que negligenciaram seu papel central na criação de estruturas produtivas, na acumulação de capital e nas mudanças ambientais que afetavam a sociedade como um todo¹⁴¹.

Em outros termos, as análises históricas vêm sofrendo simplificações, reduzindo o uso das fontes a um caráter meramente ilustrativo e desprezando as especificidades ambientais. A incapacidade de decodificar as singularidades de cada âmbito de pesquisa e os limites que a geografia impõe aos grupos sociais têm produzido generalizações a respeito da suposta história dos trabalhadores no

141 Gunther Peck. "The nature of labor: fault lines and common ground in environmental and labor history". In: *Environmental History*. Vol. 11, nº 2, Apr. 2006.

Brasil. Em algumas ocasiões, a história social do trabalho é confundida com a história da classe operária urbana; em outras, a história local é transloucada em história do Brasil. As discussões sobre termos e conceitos (consciência de classe, por exemplo) descartam, em muitos casos, o estudo concreto das relações sociais e das condições de possibilidade (também geográficas) de ações efetivas por parte dos grupos explorados. Os quadros teórico-conceituais (como os fornecidos pela obra de E. P. Thompson e utilizados na maioria dos estudos recentes em história social da classe operária, por exemplo) nem sempre servem de referencial incontestado em determinados contextos históricos. Nesse sentido, os modelos de análises adotados como “arquétipos” para estudos a respeito da classe operária urbana no Brasil encontram profundas limitações em outros contextos, como na *plantation* açucareira no Nordeste¹⁴². Qualquer proposta analítica ou interpretativa que pretenda inspirar ou guiar uma intervenção endereçada ao conjunto de determinada sociedade não pode prescindir, portanto, de uma visão do todo que inclua as formas, funções, estruturas e processos do espaço em sua dimensão temporal, uma vez que “só o estudo da história dos modos de produção e das formações sociais nos permit[er] reconhecer o valor real de cada coisa no interior da totalidade”¹⁴³.



Uma vez que “a produção do espaço é resultado de múltiplas determinações, cuja origem se situa em níveis diferentes e em escalas

142 José Marcelo Marques Ferreira Filho. “Conflitos trabalhistas nas ‘terras do açúcar’: Zona da Mata pernambucana (anos 1960)”. In: *Revista Crítica Histórica*. Ano III, n. 5, Julho/2012, ISSN 2177-9961.

143 Milton Santos. *Pensando o espaço do homem*. Op. Cit., p. 39.

variáveis, indo do simples lugar à dimensão internacional”,¹⁴⁴ e embora este livro seja, de maneira geral, sobre as condições de vida na *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil, jamais seria possível tratar deste tema de forma isolada. Dada a integração da *plantation* à economia-mundo capitalista,¹⁴⁵ esta também é, em grande medida, uma história internacional. Quando *i*) as Ligas Camponesas e os sindicatos de trabalhadores rurais multiplicaram-se pelo Nordeste nos anos 1960; ou quando *ii*) o Brasil assumiu a cota norte-americana de açúcar após a Revolução Cubana; quando *iii*) a ditadura foi instalada no Brasil e as principais lideranças sindicais foram presas, ou assassinadas; ou ainda quando *iv*) o Pró-Álcool foi adotado como proposta para sanar o déficit de combustível provocado pela crise mundial do petróleo... Todos estes fatores interferiram na vida de centenas de milhares de trabalhadores que viviam nos engenhos. Ademais, o Nordeste não foi o único lugar do mundo a desenvolver a *plantation* como modelo de produção em larga escala, ou a construir complexos sistemas concentracionários que confinavam pessoas para explorar seu trabalho a baixo custo¹⁴⁶.

Embora não seja a intenção deste estudo comparar as *plantations* no Brasil e fora dele (as do Caribe,¹⁴⁷ por exemplo), tal questão não pode ser confortavelmente ignorada. O Caribe e o Nordeste do Brasil se relacionavam, antes de tudo, por sua inserção num sistema

144 Idem, p. 58-59.

145 Sidney W. Mintz. “The so-called World-System: Local Initiative and Local Response”. In: *Dialectical Anthropology*, 11, 4 Nov. 1977, p. 253-270. Immanuel Wallerstein. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

146 H. C. Prinsen-Geerlig. *The world's cane sugar industry: past and present*. Norman Rodger – Altrincham (Manchester), 1912.

147 A *plantation* no Caribe possui incontáveis semelhanças com sua experiência no Nordeste do Brasil. A esse respeito, a obra de Sidney Mintz é indispensável. Sidney W. Mintz. *Worker in the cane: a Puerto Rican Life History*. Yale, Caribbean Series: 11. New Haven, Yale UP, 1960; *Taso: un travailleur de la canne*. Paris: Maspéro, 1979; *Caribbean transformations*. Op. Cit.; *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Op. Cit.

capitalista global e possuíam mais semelhanças que diferenças. Em ambos os casos – gestados na mesma época – o açúcar fora eleito como o produto a ser exportado em larga escala para satisfazer o mercado externo europeu;¹⁴⁸ ambos os casos utilizavam mão de obra escrava; ambos os casos permaneceram por séculos como espaços concentracionários de gente coagida. Sem comparatismos, os paralelos aqui apresentados entre o Nordeste e o Caribe – realizados sempre por analogias – funcionam apenas como instrumento analítico e não prova *a priori* de uma plena semelhança entre as várias *plantations* que ocorreram na história. Não se trata de comparar, mas contrastar por alusão as várias formas assumidas por esse sistema na América.

Estrutura textual do livro

O presente estudo está dividido em oito partes. A primeira, intitulada “*Plantation*: espaço, tempo, história”, funciona como uma espécie de introdução, como deve ter percebido o leitor que até aqui conseguiu chegar, e situa os principais conceitos, bem como a necessidade de articulá-los, sobre os quais o livro se assenta: espaço; tempo; território; paisagem; formas; funções; estruturas; processos; sistemas...

“Formas espaciais da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil”, parte dois, descreve a configuração territorial na arquitetura espacial da *plantation*, incluindo cidades, usinas, engenhos e o sistema viário. A proposta central dessa seção é conhecer as formas, pois sem

148 Segundo Mintz, o açúcar foi umas das comidas que “o mundo foi convidado, convencido, obrigado, persuadido por corrupção e coagido a consumir”. Sidney W. Mintz. “Comida, cultura e energia” In: *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: Ed. Universitária, 2008. Ainda segundo o antropólogo: “During the seventeenth and the eighteenth centuries, Europeans in large numbers learned for the first time to consume substantial quantities of cane sugar”. Sidney W. Mintz. *Tasting food, tasting freedom. Excursions into eating, culture and the past*. Boston, Beacon Press, 1996, p. 51.

elas não há como entender a sociedade: elas são providas da força de criar ou de condicionar relacionamentos, e podem mudar ou manter as estruturas sociais.

A terceira, “A liberdade como contingência: a *plantation* e a (i) mobilização da força de trabalho no mundo dos engenhos”, analisa como a classe patronal usava a configuração territorial para imobilizar os trabalhadores. Seu objetivo geral é entender o papel das formas na *plantation* e como elas funcionavam confinando e isolando os trabalhadores no mundo fechado dos engenhos.

Na parte quatro, “A *plantation* e a violência estrutural no mundo dos engenhos”, procuro explicar como formas espaciais e violências se combinavam, tornando-se um componente-chave do espaço, na modelagem da paisagem açucareira e na forma dos trabalhadores perceberem os espaços.

“Trabalho e vida no mundo dos engenhos”, parte cinco, analisa a arquitetura espacial da *plantation* a partir do cotidiano e das condições de vida dos trabalhadores do açúcar. Nessa seção, defendo que a miséria enfrentada pela classe trabalhadora existia e/ou se agravava em função, sobretudo, do grau de isolamento dos engenhos, que, por sua vez, permitia um nítido controle sobre o uso do território e, conseqüentemente, sobre a força de trabalho.

A sexta parte, “*Plantation*: espaço concentracionário”, explica como o modo de existir da sociedade açucareira era regulado por um complexo jogo dialético entre forças de concentração e dispersão dos trabalhadores. Nessa seção, procuro demonstrar que inúmeras variáveis – como a distância métrica entre os engenhos e as sedes municipais; ou entre eles e as rodovias asfaltadas mais próximas; ou a ausência de transporte público e a carência de recursos financeiros para se deslocar para fora dos engenhos; ou o medo de sair sem autorização dos administradores e sofrer algum tipo de castigo, por exemplo – contribuíram para compor os mapas mentais dos trabalhadores do açúcar e com eles a arquitetura espacial da *plantation*.

Da mesma forma, analiso os fatores que impediam os engenhos de serem acessados pelos sindicatos e pela fiscalização rural, seguindo o argumento de que eles compunham territórios usados; espaços concentracionários controlados pela força patronal açucareira.

A sétima, “Arquitetura espacial da *plantation* depois do fim da *morada*”, é dedicada à análise do modo de existir da sociedade açucareira depois do intenso processo de expulsão e/ou saída dos antigos *moradores de engenho*, quando grande parte da força de trabalho passou a morar fora das unidades produtivas, mas permaneceu a elas *sujeita*. Nela, defendo que as conquistas trabalhistas empreendidas após longa e intensa mobilização, associada ao acelerado processo de expulsão e/ou saída dos *moradores* nos anos 1960-1970, não foram suficientes para alterar a arquitetura de exploração e domínio da *plantation*, mas apenas provocaram uma sensível modificação em seu arranjo espacial.

A oitava, e última, parte, “*Plantation*: processos estruturados em formas”, se dedica a fazer uma síntese da tese geral a que se propõe este livro, qual seja: compreender que a *plantation* não era simplesmente um lugar, modelo produtivo ou instituição, mas um complexo e unificado sistema de interações ambientais e sociais em seu modo de existir, de ser; em seu próprio fazer-se sempre o mesmo.



Como se sabe, a divisão de todo trabalho em partes reúne as vantagens e desvantagens da abordagem e da apresentação descontínua. As vantagens são evidentes: permite analisar, em detalhes, cada parte constituinte do todo, além de explicitar o entendimento de seu papel na formação do sistema central. O maior inconveniente está na possibilidade de dispersão induzida do objeto central ao

longo do corpo do livro, o que torna difícil ao leitor manter a coerência interna que se supõe subjacente ao todo. Da mesma forma, toda periodização é uma convenção artificial, em parte arbitrária, e enganadora se lhe são conferidas mais virtudes do que ela pode oferecer. Qualquer recorte geográfico e temporal que se proponha será necessariamente arbitrário. A arbitrariedade, no entanto, não é necessariamente negativa, desde que seja explícita. Nesta obra, é a proposição de um foco aquilo que julgo mais relevante. Por outro lado, se, por necessidade da análise, pode-se (de)limitar o todo, não se deve por isso imaginar que esse todo se reduza à simples soma de suas partes. O todo, a *plantation*, não era simplesmente a soma de suas partes. Assim, espero que o sistema de remissões utilizado ao longo do texto dê conta do todo e das partes em suas interações e mantenha acesa no leitor a preocupação central deste trabalho.



Nesse sentido, este livro, tal como se apresenta, presta-se a ser julgado tanto naquilo que ele contém, quanto naquilo que ele silencia; do mesmo modo que nos seus avanços e suas insuficiências. Assim, tendo explicado sobre o que esta obra trata, gostaria de esclarecer, de maneira mais precisa, o que ela não trata. Esta não é uma história do Nordeste, muito menos sua geografia. Não é uma história de Pernambuco, ou dos engenhos e usinas do estado. Embora eu faça uso de escritos sindicais e relatos orais de antigos *moradores de engenho*, esta não é uma história do movimento sindical, nem dos sindicatos de trabalhadores rurais. Ela não explora por completo, por exemplo, os efeitos psicológicos ou simbólicos da violência e do trabalho forçado no interior da *plantation*; ou a percepção comparativa, na visão dos antigos *moradores*, entre viver nos engenhos

e fora deles; ou ainda as semelhanças entre o Nordeste açucareiro e outras formas internacionais de *plantation*... Não seria possível fazer justiça a todos esses assuntos em um único livro.

Haverá quem lamente, enfim, o pequeno espaço ocupado pelas informações e histórias já conhecidas em livros clássicos, uma vez que vários âmbitos da sociedade açucareira no Nordeste do Brasil já foram amplamente abordados em pesquisas acadêmicas anteriores. Este livro não pretende repetir todo o avanço que a historiografia precedente já produziu, mas se limitará a frequentá-la na medida em que seus dados e informações sejam úteis a seu propósito central. Mais do que detalhar as miseráveis condições de vida dos trabalhadores, já amplamente demonstradas por outros pesquisadores, por exemplo, é importante captar as formas de organização espacial da *plantation* e suas dinâmicas de transformação, no interior das quais as relações desiguais entre as classes tornavam a miséria uma constante.

CAPÍTULO II

Formas espaciais da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil

Através do espaço, a história se torna, ela própria,
estrutura, estruturada em formas.

Milton Santos (1978)

Em 1988 um grande relatório, com quase setecentas páginas, sobre a *plantation* açucareira, intitulado *Área do sistema canavieiro*,¹⁴⁹ foi publicado pela Sudene. Fruto do trabalho conjunto de uma equipe com oito pesquisadores, coordenado pelo Prof. Manuel Correia de Andrade, esse estudo é ainda hoje a mais detalhada e completa fonte de informações, num só volume, sobre a chamada “civilização do açúcar” no Nordeste. Ao mesmo tempo área economicamente mais importante da região e geradora de grandes tensões sociais, nessa extensa faixa litorânea com 44.818 km², estavam situados não apenas centenas de engenhos, mas também grandes cidades como

¹⁴⁹ Manuel Correia de Andrade. *Área do sistema canavieiro*. Op. Cit.

Recife, João Pessoa, Maceió, Aracaju e Natal, além de outras de menor expressão. Segundo o relatório, cidades inteiras, incluindo as grandes capitais mencionadas, faziam parte, ou estavam inseridas na área de abrangência do “domínio absoluto da cana”: uma parte do território nacional onde “a cana só permit[ia] a existência de outras culturas em porções inexpressivas”. Além das grandes cidades litorâneas, a monocultura canavieira também exercia influência notória sobre o Sertão e o Agreste, áreas contíguas à Zona da Mata que, apesar de suas características ambientais não lhes permitirem seguir o modelo monocultor do açúcar, eram por ele influenciadas. Nos períodos de safra da cana, por exemplo, que coincidiam com as estiagens do interior, boa parte da força de trabalho explorada nos engenhos e usinas do litoral provinha dessas mesorregiões.

Trinta anos antes das pesquisas que culminaram na publicação de *Área do sistema canavieiro*, Aziz Nacib Ab’Saber e Walter Alberto Egler, dois notáveis geógrafos brasileiros, guiaram algumas excursões científicas (compostas em sua maioria por pesquisadores estrangeiros) como parte integrante do XVIII Congresso Internacional de Geografia. O relatório dessa pesquisa em conjunto, publicado primeiro em inglês e francês, chegou ao público brasileiro em 1958 com o título *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Seu objetivo, aproveitando a grande participação de geógrafos de vários países, era permitir um conhecimento mais pormenorizado da geografia física e humana desses dois estados. Ao se referir às regiões canavieiras litorâneas, o documento foi enfático: “o açúcar aqui tem sido e continua sendo tudo ou quase tudo”¹⁵⁰.

Embora em contextos e épocas diferentes, ambos os documentos revelam certa continuidade da presença do setor sucroalcooleiro na construção do espaço e sua influência sobre extensas áreas do

150 Mário Lacerda de Melo. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba* (guia da excursão n. 7, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia). Rio de Janeiro: edição do Conselho Nacional de Geografia, 1958, p. 114.

Nordeste. Mesmo em regiões metropolitanas com amplas ligações internacionais e em épocas recentes, a influência da sacaricultura alcançou não apenas indivíduos do campo, mas também de cidades inteiras. Se levarmos ainda em consideração a extensa parcela do domínio açucareiro “que vai do Recôncavo [Baiano] aos confins do Ceará com o Piauí”, chamada pelo geógrafo Affonso Varzea de *país do açúcar*,¹⁵¹ não incluída no mapa proposto pela publicação de 1988, a área canvieira do Nordeste ganha proporções ainda maiores. Em todo caso, ambas as pesquisas registram detalhes históricos e geográficos das terras onde o Brasil nasceu. O caso específico de Pernambuco, berço dos primeiros engenhos que deram início à chamada sociedade açucareira, é sintomático da herança de dominação secular legada pelo “doce” e servirá aqui de modelo explicativo para a proposta interpretativa que doravante será conduzida.



Esta seção descreve a configuração territorial na arquitetura espacial da *plantation*, não por si mesma, mas pelo fato de que ela exprime relações sociais e é condição para que tais relações possam ser exercidas. O propósito central aqui é conhecer de sobrevoos as formas espaciais, uma vez que sem elas não há nem estrutura nem função. Elas são providas da força de criar ou de condicionar relacionamentos, e podem mudar ou manter as estruturas sociais.

Mata

Mesmo que sua influência econômica, social, política e cultural ultrapasse seus limites físicos, a *plantation* açucareira em Pernambuco se

151 Affonso Varzea. *Geografia do açúcar no leste do Brasil*. Op. Cit.

confunde geograficamente, em sua maior porção, com a chamada Zona da Mata: mesorregião costeira que ocupa boa parte do Brasil, e guarda em seu qualificativo uma referência acidental ao bioma original, hoje quase extinto, a Mata Atlântica. Desde o início da colonização dessas terras pelos europeus, a exuberante vegetação arbórea ancestral foi sendo rapidamente devastada, cedendo lugar ao que os geógrafos Gilberto Osório de Andrade e Raquel Caldas Lins Andrade chamaram de “terras dilatadas”: “desmedidos latifúndios” de cana¹⁵². Numa expressão que se tornou comum tanto entre os habitantes dessa região quanto entre os acadêmicos: “a Zona da Mata tornou-se Zona da Cana”.

A paisagem na Zona da Mata, no Nordeste, desde os tempos coloniais, foi caracterizada pelo canavial. O ornamento predominante dessas terras. Viajar por ela, ainda hoje, será atravessar plantações e mais plantações de cana. E a vista que as vá contemplando descobrirá canaviais pelas encostas, pelas várzeas, pelos altos, pelas beiras do rio... Canas, sempre canas, como símbolo de predomínio. O engenho, ontem, como hoje a usina, de boeiro a fumegar era como um carco de posse desses canaviais quase sem fim. Eles eram o mel, o açúcar, a riqueza, o poderio. Dir-se-iam, em esquadrões, de folhas ericadas, as baionetas com que os ‘senhores de engenho’ contavam para apoiar a sua força, a sua autoridade.¹⁵³

A concentração da propriedade fundiária – uma forma jurídica, mas também espacial, como afirmou Milton Santos – tornou-se a marca desse pedaço do Brasil, mantendo nas mãos de um pequeno grupo amplos poderes econômicos, sociais, políticos e culturais.

152 Gilberto Osório de Andrade e Raquel Caldas Lins Andrade. *Pirapama: um estudo geográfico e histórico*. Recife: Editora Massangana, 1984, p. 18.

153 Mário Sette. *Anquinhas e bernardas*. São Paulo: Liv. Martins, 1940, citado por José Condé. *A cana-de-açúcar na vida brasileira*. Rio de Janeiro: M.I.C. & I.A.A., 1971/72, p. 60.

Com efeito, a forma de ocupação e exploração dos recursos naturais (incluindo os seres humanos), em solo antes território dos povos primeiros, impôs mais que um modelo produtivo: fixou um modo de vida e relações desiguais duradouras entre os grupos humanos que passaram a compor a nova sociedade em formação. A esse respeito, Caio Prado Júnior sugeriu que existe uma “relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do país, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” herdeira dos tempos coloniais.¹⁵⁴

Para o geógrafo Mario Lacerda de Melo, foram as condições edáficas da Zona da Mata os fatores naturais que mais influíram na geografia dos canaviais, incluindo seu caráter concentracionário da terra. Segundo ele, a cana-de-açúcar é o produto mais adequado, do ponto de vista ecológico e econômico, ao aproveitamento dos solos na zona úmida oriental nordestina.¹⁵⁵ Decerto Mario Lacerda se referia, precisamente, à perfeita adequação da gramínea ao clima tropical dessa parte do Brasil, o que, conseqüentemente, geraria maior produtividade e lucro. Todavia, a *plantation* não foi um simples corolário das condições ambientais encontradas no Brasil. Ela foi gestada numa confluência de fatores ecológicos, políticos, econômicos e sociais que influíram em seu desenvolvimento. Edgar Tristram Thompson assim se referiu a seu processo de formação:

A *plantation* é largamente concentrada na zona tropical, não por causa do clima, mas porque as regiões tropicais constituem a mais importante e a mais acessível fronteira da comunidade mundial. Elas constituem uma fronteira onde existem

154 Caio Prado Júnior. “Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil” [1960]. In: Caio Prado Júnior. *A questão agrária*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 18.

155 Mário Lacerda de Melo. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: IJNPS, 1975.

recursos exploráveis, em geral agrícolas, que estão mais próximos dos centros consumidores em termos de custo do que as vastas áreas de terras escassamente povoadas capazes de produzir vários tipos de agricultura nas zonas temperadas. A razão da *plantation* dominar essas regiões é a necessidade de uma força de trabalho disciplinada e segura. Onde os povos nativos não existem em número suficiente ou não podem ser levados ou forçados a suprir a necessidade de trabalho, trabalhadores são importados como aprendizes, empregados contratados ou escravos. É isso, ao invés do clima, o que dá o caráter à *plantation*.¹⁵⁶

Em Pernambuco, a cana-de-açúcar passou a ser cultivada nas chamadas mata seca (ao norte do Recife até a fronteira com o estado da Paraíba) e úmida (ao sul do Recife até os limites de Alagoas), numa área situada entre o Planalto da Borborema e o mar. Sobre o relevo, solo e clima dessa região, o geógrafo Manuel Correia de Andrade descreve que:

Em alguns pontos ela [a Zona da Mata] apresenta encostas relativamente íngremes, em forma de colinas mamelonares, e em outras, na forma de tabuleiros arenosos e planos. É cortada por rios de pequena extensão, que nascem nas encostas da Borborema e se dirigem para o oceano. Tais rios, apesar de serem permanentes, têm regime muito irregular: grande variação do débito entre a estação chuvosa – de maio a julho – e a estação seca – de agosto a abril. Enquanto nos alto e médio cursos eles são bastante encaixados, formando vales profundos, no baixo curso correm em planícies aluviais pleistocênicas e holocênicas, formando várzeas baixas e frequentemente inundáveis. Muitas vezes estas várzeas, de solos turfosos, necessitam ser drenadas para que se possa cultivar a cana. O clima da área é quente durante todo o ano, o que facilitou a difusão da cultura da cana-de-açúcar. Caracteriza-se

156 E. T. Thompson. *The Plantation*. Op. Cit., p. 8.

por ter duas estações bem definidas... A umidade, porém, varia de acordo com as taxas pluviométricas, que diminuem do litoral para o interior e do Sul para o Norte. Nas bordas da Borborema estas taxas aumentam em função da posição do relevo, que provoca a ascensão da massa de ar, a condensação e as chuvas orográficas. Assim, uma combinação de fatores físicos e humanos provocou o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar e a sua expansão durante quatro séculos, plasmando uma sociedade e uma civilização. Entre os fatores de ordem física podemos salientar a posição geográfica, ou seja, a distância do mercado europeu em relação a outras áreas do país, as condições de solo e de clima e o sistema da agricultura açucareira, trazido das ilhas do Atlântico na ocasião em que o capitalismo comercial presidia à expansão europeia pelos continentes que iam sendo “descobertos” e conquistados.¹⁵⁷

No curso da história, entretanto, a Zona da Mata é notada muito mais pelos absurdos índices de indigência humana, reconhecidos internacionalmente, do que pelo vigor e pela expressão econômica dos seus aparelhos produtivos. Segundo relatório do Condepe/Fidem, publicado em 1987, intitulado *Termo de referência para uma ação do governo do Estado de Pernambuco na Zona da Mata (Bases de uma nova política, interessando especificamente à economia canavieira)*, essa área é notadamente marcada por “relações de produção extremamente perversas”, uma vez que “o complexo econômico açucareiro e a ação governamental jamais produziram condições favoráveis à melhoria da qualidade de vida do homem da Zona da Mata. A região permanece sendo lembrada como um dos maiores bolsões de pobreza absoluta do planeta”.¹⁵⁸ Seis anos antes (1981),

157 Manuel Correia de Andrade. “Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco”. In: *Estudos Avançados* 15 (43), 2001.

158 Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem). *Termo de referência para uma ação do governo do Estado de Pernambuco na Zona da Mata (Bases de uma nova política, interessando especificamente à economia canavieira)*. Recife, 1987.

a mesma Agência Estadual havia apresentado o *Projeto de abastecimento alimentar para a zona canavieira de Pernambuco*, mas, ao que tudo indica, não deu certo ou não saiu do papel e a zona canavieira seguiu sendo a mesma “sociedade altamente estratificada”.¹⁵⁹

Cidades

Com uma extensão territorial de aproximadamente 12 mil km² e uma população que nos anos 1980 girava em torno de um milhão de habitantes,¹⁶⁰ a região açucareira em Pernambuco congregava várias cidades, povoados, usinas e um sem-número de engenhos. Como Mario Lacerda de Melo pontuou, nos anos 1970:

sem maior dinamicidade e sem maior poder de comando espacial os pequenos centros [...], na paisagem, se apresenta[va]m como ilhotas urbanas cercadas de cana por todos os lados. Cercadas por cana e, obviamente, dos domínios tributários das usinas e a elas pertencentes. Comandando a vida econômica e possuindo suas áreas de influência, as usinas é que exerc[ia]m mais efetivamente o papel de pontos focais da organização do espaço.¹⁶¹

“Cercadas de cana”,¹⁶² as cidades dependiam das usinas para subsistir.¹⁶³ Após o *boom* na produção de açúcar, decorrente da

159 Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem). *Projeto de abastecimento alimentar para a zona canavieira de Pernambuco*. Recife, 1981.

160 Idem.

161 Mário Lacerda de Melo. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Op. Cit., p. 124.

162 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 208.

163 Em Alagoas, “foi o açúcar o grande agente propulsor [dos] povoados e, consequentemente, da formação inicial da maioria dos municípios e cidades alagoanas. Poucos foram os que escaparam desse destino histórico. O açúcar moldou praticamente todos os aspectos da sua sociedade... Foram as áreas canavieiras,

implantação do parque industrial usineiro na transição do XIX para o XX, algumas usinas tiveram um crescimento tão notável que seus aglomerados se transformaram em cidades, como Catende. Em alguns casos, cidades pequenas, como Barreiros, só começaram a crescer porque usinas haviam se instalado em suas imediações. Elas viviam como “uma consequência da usina”.¹⁶⁴ Mas o oposto também ocorria. Com a falência das ferrovias e a implantação de algumas estradas na área do sistema canavieiro, “muitas cidades passaram a apresentar aspecto desolado aos que se aventura[va]m a deixar a rodovia principal e visitá-las”.¹⁶⁵ Gileno de Carli, em seu clássico *Aspectos açucareiros de Pernambuco*, dos anos 1940, escreveu que “a usina substituiu a cidade. Certa a tese de que a cidade é um ser vivo, essas cidades açucareiras de Pernambuco nasceram, viveram e estão – muitas delas – quase à morte... A vida no interior da Zona da Mata de Pernambuco ressurgiu onde a usina se instalou”.¹⁶⁶ Muitas usinas chegaram a ter uma população maior que algumas sedes de municípios, como Rio Formoso.¹⁶⁷ As cidades eram “prolongamentos da *plantation* açucareira”,¹⁶⁸ escreveu a socióloga Teresa Sales após pesquisa de campo em Ribeirão. Manuel Diéguas Jr. foi mais contundente:

e não outras, que se destacaram como espaço de maior importância dentro do território alagoano... Será impossível narrar a história do Estado sem vê-lo com suas capelas, moendas, plantações pairando nas várzeas, nas encostas, influenciando de forma poderosa a sua política, a sua cultura, o seu modo de ser, o elo entre a cidade e o campo”. Douglas Apratto Tenório & Cármen Lúcia Dantas. *Caminhos do açúcar: engenhos e casas-grandes das Alagoas*. 2ª Ed. Publicação do Sebrae Alagoas, s/d., p. 22; 30; 38.

164 Gileno De Carli. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Rio de Janeiro: IAA, 1940, p. 7.

165 Manuel Correia de Andrade. *Área do sistema canavieiro*. Op. Cit., p. 555.

166 Gileno De Carli. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Op. Cit., p. 7.

167 Manuel Correia de Andrade. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Editora Universitária, 2001, p. 47.

168 Maria Teresa Sales de Melo Suarez. *Cassacos e corumbas*. São Paulo: Ática, 1977, p. 83.

Na região agrária do Nordeste, sob o domínio imperial do açúcar, a cidade – ou a vila, a princípio – se transformou em dependência do engenho e hoje da usina; se não totalmente em dependência, ao menos em prolongamento. Não só o domínio político, nas eleições, na escolha dos dirigentes, na seleção dos vereadores, ou o domínio econômico; o domínio foi além, e atingiu o próprio sentido urbano da vida de cidade. A vila ou a cidade na área açucareira tem caráter mais nitidamente rural que mesmo urbano; menos centros de irradiação, como deviam ser, que núcleos de subordinação. De subordinação ao engenho ou à usina; de sujeição ao açúcar. E é o açúcar que, como sucede desde a colonização, fixa as linhas mestras da existência desses núcleos. Vilas e cidades se constituem um prolongamento do domínio absoluto do polvo açucareiro. ...As cidades da área açucareira, sedes de municípios, passaram a meros vassalos dos engenhos, ontem, e hoje o são da usina... Mesmo as capitais não se pode dizer que vivam ou já tenham vivido, independentes do açúcar, ao contrário: o próprio desenvolvimento de capitais como o Recife ou Maceió só começou a intensificar-se com a usina... O açúcar, portanto, estendeu às próprias capitais o domínio de sua força; fez com que estas gravitassem em torno de sua órbita... Na área açucareira o que desde o primeiro século convencionamos chamar de “cidade” não é senão uma dependência do engenho, da propriedade territorial; dependência econômica, social e política. Os senhores de engenhos ocupam os cargos políticos, e deles se servem para manter o domínio rural...¹⁶⁹

As cidades, portanto, compunham a arquitetura espacial da *plantation* tanto quanto os vales açucareiros e os engenhos, seus rios e sua força de trabalho. Mario Lacerda ainda sugere que “a organização econômica e ecológica do espaço geográfico da área canavieira

169 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Comissão Nacional de Alimentação, 1954, p. 226-229; 320.

superpu[nha]-se à divisão administrativa e praticamente lhe [era] independente”.¹⁷⁰ Como ele assinalou, as empresas se relacionavam mais precisamente não com os municípios nos quais estavam instaladas, mas com as capitais estaduais onde se localizavam o porto, as sedes das empresas, os financiadores etc. Para ele, as usinas exerciam influência sobre os municípios e as cidades, não o oposto.¹⁷¹ Nos pequenos aglomerados, nas regiões de acesso mais precário, por vezes, ocorria uma “submissão da vila como um todo ao poder do proprietário”.¹⁷² Segundo Gileno De Carli, “em volta dessas cidades se espalhavam centenas de engenhos, onde viviam senhores de engenho, com suas famílias e agregados. As dificuldades de transporte com o Recife fortaleciam os interesses dos proprietários em torno da vida social, econômica e política dos municípios”.¹⁷³

As fronteiras municipais e distritais eram menos importantes, portanto, que a homogeneidade imposta pelo modelo da *plantation* e sua própria espacialidade dominante. “O Nordeste açucareiro não correspond[ia], culturalmente falando, aos limites geográficos de sua divisão política”.¹⁷⁴ Ele possuía configuração própria e, em muitos casos, a topografia ou o solo, por exemplo, poderiam condicionar a continuidade das áreas ocupadas com cana para além dos marcos municipais. Uma rápida análise dos mapas disponíveis per-

170 Mário Lacerda de Melo. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Op. Cit., p. 45.

171 Mesmo no final do século xx, segundo a Comissão Pastoral da Terra: “Os usineiros e senhores de engenho detiveram durante séculos, e detêm até o momento [1999], a propriedade exclusiva da terra, o que lhes conferiu absoluto domínio também sobre as vidas e os destinos de pessoas e comunidades. O perímetro das cidades é delimitado pela cana, impedindo a expansão urbana e sujeitando as classes políticas municipais aos interesses do latifúndio”. CPT. *Reforma agrária para a Zona da Mata de Pernambuco*. 1999.

172 Doris Rinaldi Meyer. *A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina*. Op. Cit., p. 63.

173 Gileno De Carli. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Op. Cit., p. 6.

174 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit.

mite visualizar a dispersão geográfica das pequenas cidades à deriva no imenso “mar de cana”. Fotos aéreas¹⁷⁵ também informam com precisão sua lenta evolução ao longo dos anos e revelam a perene monotonia que lhe era característica. Até os dias atuais, “tudo o que se vê no meio do mundo é cana”.¹⁷⁶

Usinas

A implantação do sistema de usinas, associada a seus efeitos sobre o ambiente e sobre a política, também foi elemento importante na constituição espacial da *plantation*. Manuel Correia, em apresentação ao livro de Gaspar e Apollonio Peres, *A indústria assucareira em Pernambuco*, afirmou:

em Pernambuco e Alagoas, estados onde o açúcar tinha maior expressão política, foram os senhores de engenho e os usineiros da área da Mata que controlaram a maior parcela do espaço político. Com a república, os senhores de engenho mais ricos e os fazendeiros de gado e algodão de maiores posses, aliados, passaram a controlar os estados e a colocar a máquina administrativa a seu serviço.¹⁷⁷

A chamada Revolução Industrial do Açúcar¹⁷⁸ “modificou bastante a paisagem econômico-social e [o] meio físico do Pernambuco

175 As fotos aéreas (ortofotocartas) disponíveis no acervo do Condepe/Fidem foram de fundamental importância nesta pesquisa. Elas permitiram atestar o grau de precisão das cartas da Sudene, bem como revelam detalhes não informados em seu traçado.

176 Nancy Scheper-Hughes. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1992, p. 33.

177 Manuel Correia de Andrade. “Apresentação”. In: Gaspar Peres & Apollonio Peres. *A indústria assucareira em Pernambuco* [1915]. Recife: Cepe, 1991, p. IV.

178 Maria Teresa Sales de Melo Suarez. *Cassacos e corumbas*. Op. Cit., p. 30. Ver também: José Honório Rodrigues. “A revolução industrial açucareira e os engenhos centrais”. In: *Brasil Açucareiro*, IAA, Rio de Janeiro, março de 1946.

açucareiro”.¹⁷⁹ A falência da maior parte dos banguês, decorrente de sua ínfima capacidade de concorrer com a elevada produção das usinas, e a transformação de muitos *senhores de engenho* em meros fornecedores de cana foram alguns dos primeiros sinais de mudança. Os banguês que resistiram por mais tempo (até os anos 1950/60) foram os que se encontravam no interior do estado – Sertão e Agreste – e que poderiam contar com um mercado consumidor nessas próprias regiões. O aprofundamento da concentração fundiária foi outro efeito quase imediato, pois “a cana, sempre esfomeada por terras, [fez] diminuir as áreas em que os moradores cultivavam lavouras de subsistência”,¹⁸⁰ com consequências trágicas para seu trabalho e nutrição.¹⁸¹ Ademais, muitas usinas adquiriam as terras de engenhos falidos, ampliando, assim, sua área de domínio, inclusive sobre a força de trabalho que, na maioria dos casos, permanecia no mesmo lugar. Uma vez que as usinas raramente eram fundadas junto à cidade, e sim em antigos engenhos, perto do traçado ferroviário e às margens de rios perenes, o impacto ecológico do despejo do vinhoto nos cursos hídricos, associado à intensificação na derrubada das florestas¹⁸² que durante muito tempo foram fundamentais para o sucesso da monocultura canavieira (fornecendo

179 José Bonifácio X. de Andrade. “Expansão da usina e extinção do engenho banguê em Pernambuco”. In: Yoni Sampaio. *Nordeste rural: a transição para o capitalismo*. Recife: Ed. Universitária, 1987, p. 65.

180 Manuel Correia de Andrade. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 43.

181 Manuel Diégues Jr. fala de “imperialismo da cana dominando e absorvendo terra”. Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 18.

182 “Vários problemas são enfrentados pelas Usinas de Mamanguape, dentre os quais, podemos destacar, o de combustível e o de água. Geralmente usam como combustível o bagaço e a lenha. Enquanto aquele é obtido facilmente da cana esmagada, esta é adquirida às vezes por alto preço e transportada de longe...”. Manuel Correia de Andrade. *Os rios do açúcar no Nordeste do Brasil: o Rio Mamanguape*. Recife: FJNPS, 1957, p. 48.

lenha para as fornalhas, para as edificações, para a montagem de certas peças necessárias na engrenagem dos engenhos, para a fabricação das caixas de açúcar, barças e carros de boi para seu transporte), acelerou a erosão das encostas, tornando os cursos d'água cada vez menos profundos, mais largos e poluídos.¹⁸³ Nas palavras de Gilberto Freyre, os rios se tornaram o mictório das usinas.¹⁸⁴

A usina, então, teve papel central na produção do espaço nessa nova fase da *plantation*. Ampliou-se a concentração fundiária com o desmatamento e a tomada dos sítios aos *moradores*; estendeu-se a influência empresarial nos negócios do Estado e com ela o poder da classe patronal sobre sua força de trabalho; a poluição atingiu índices desastrosos para o meio (incluindo os homens)... Todas essas questões compuseram o espaço tanto quanto a extensão da área de cana plantada, a presença de fábricas ainda mais modernas no campo e o nascimento da malha ferroviária particular¹⁸⁵ montada junto a todo esse processo. Segundo Amaro Luiz de Carvalho,

os usineiros não só [eram] proprietários das usinas, como também das terras, das matas, do gado, [...] da plantação de cana, das casas, dos templos religiosos, dos instrumentos de trabalho, [...] do armamento bélico, das rodovias, das ferrovias,

183 Um estudo detalhado dos impactos ambientais gerados pelo setor sucroalcooleiro pode ser encontrado em: Maiara Gabrielle de Souza Melo. *Gestão ambiental no setor sucroalcooleiro de Pernambuco: entre a inesgotabilidade dos recursos naturais e os mecanismos de regulação*. Recife: Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (ProdeMa), UFPE, 2011.

184 Gilberto Freyre. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Op. Cit.

185 Manuel Correia de Andrade chegou a afirmar que “em certo período da lavoura açucareira pernambucana, comprar terras para as usinas e estender trilhos para ir apanhar as canas era uma exigência da produção. Chegou-se ao extremo de os trilhos das usinas somarem mais, no total, que os de serviço público”. Manuel Correia de Andrade. *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 142.

dos caminhões e locomotivas, dos barracões e cooperativas, controlando a distribuição do combustível e lubrificantes para veículos e monopolizando a distribuição de alimentos [...]¹⁸⁶

À medida que a maior parte dos engenhos passava a pertencer a uma mesma empresa, controladora também de número cada vez mais elevado de seres humanos, “o domínio territorial do usineiro torna[va]-se mais completo, mais fechado e mais rígido”.¹⁸⁷ Nas palavras de Gileno de Carli: “a usina de açúcar em Pernambuco tem uma grande responsabilidade nos destinos sociais do Nordeste. De sua prosperidade depende o ritmo de progresso do estado. Do seu insucesso advirão o caos, a anarquia e o abandono da zona açucareira”.¹⁸⁸

No complexo industrial, propriamente, “o caráter fechado da fábrica, estend[ia]-se à moradia de seus operários”. O antropólogo José Sérgio Leite Lopes – que durante sua pesquisa de doutoramento conseguiu acesso a algumas usinas de Pernambuco no ano de 1972 – escreve que, mesmo nas unidades fabris que se localizavam praticamente dentro da cidade, “a usina mant[inha] uma vila operária própria, como que para estanquizar seus operários do resto da população”. Segundo ele, “tal fato tende a confirmar esse traço característico das usinas, a saber: controlar mais diretamente a esfera doméstica dos operários através de sua morada”.¹⁸⁹ Nessas condições, as vilas operárias garantiam a imobilização da força de trabalho,¹⁹⁰ seu isolamento e confinamento. No horizonte mental dos metalúrgicos do açúcar, a usina representava um *cati-*

186 Amaro Luiz de (Palmeira) Carvalho. “O movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco”. In: Editorial *A Luta*. n. 1, 1966, p. 2.

187 Mário Lacerda de Melo. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Op. Cit., p. 114.

188 Gileno De Carli. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Op. Cit., p. 13.

189 José Sérgio Leite Lopes. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Op. Cit., p. 12, 18.

190 Idem, p. 175.

*veiro*¹⁹¹ que submetia todos à autoridade territorial dos usineiros. A esse respeito, Leite Lopes afirma:

A rua dos empregados localizava-se defronte à portaria da usina, a casa dos operários localizando-se em diversos arruados ao lado da planta fabril oposto à portaria (nos fundos da usina). Exatamente defronte à portaria da usina e de seus escritórios administrativos esta[va] a casa do gerente – de dois andares, ao contrário das outras casas de empregados –, como a controlar todo o movimento de entrada e saída de pessoas na planta fabril.¹⁹²

A casa-grande do usineiro localizava-se em locais mais afastados e possuía “aspecto de uma casa de campo de alta burguesia, de descanso de fim de semana”.¹⁹³ Douglas Apratto Tenório e Cármen Lúcia Dantas, se referindo ao Engenho Boa Esperança, em seu *Caminhos do açúcar: engenhos e casas-grandes das Alagoas*, afirmam: “isolado, quase fronteiro com o vizinho Estado de Pernambuco, sua casa-grande domina o cenário exuberante do alto, parecendo mais um castelo medieval europeu”.¹⁹⁴ As pequenas casas dos operários, por outro lado, uniformes e coladas umas às outras, situavam-se nos lugares mais poluídos e insalubres das vizinhanças da usina,¹⁹⁵

191 Mais detalhes sobre o cativo podem ser encontrados na parte III: “A liberdade como contingência: a *plantation* e a (i) mobilização da força de trabalho no mundo dos engenhos”.

192 José Sérgio Leite Lopes. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Op. Cit., p. 176.

193 *Ibidem*.

194 Douglas Apratto Tenório & Cármen Lúcia Dantas. *Caminhos do açúcar: engenhos e casas-grandes das Alagoas*. Op. Cit., p. 64.

195 “Vila operária, de casas conjugadas, de porta e janela, que se assemelham às antigas senzalas. Nos engenhos o *habitat* é disperso, sendo as casas de taipa, cobertas de telha, construídas nos altos... na Usina Tanque... as habitações dos trabalhadores rurais são dispersas, assemelhando-se às das demais usinas... A Usina Santa Maria apresenta aspecto diferente: as instalações industriais e o escritório se acham ilhados no meio do canal que chega quase até o edifício. Estão localizados no fundo do vale que serviu de sítio ao engenho Mufumbo. Distante 1 km,

convivendo com os efeitos dos resíduos do processo de produção – o mal cheiro do vinhoto e seus insetos; a fuligem; o barulho dos trens... O arquiteto Geraldo Gomes afirma que, em pleno século xx, o conjunto de habitação de operários livres das indústrias lembra as senzalas. Para ele, “na realidade não mudou muito a situação social do escravo para a do operário de usina”, o que justifica perfeitamente a “persistência do tipo arquitetônico”.¹⁹⁶

As formas que o espaço assumia dentro do complexo usineiro refletiam, portanto, certa homologia entre a disposição das ruas e das casas, bem como sua arquitetura, e a hierarquia social inerente à *plantation*. Segundo Beatriz Alásia de Heredia, “na organização espacial da usina, a despeito de variações decorrentes da introdução da fábrica propriamente dita, a vila dos trabalhadores da parte industrial e a residência dos novos funcionários em seu conjunto acaba[vam] reproduzindo o modelo de organização espacial do engenho”,¹⁹⁷ teoricamente mais fechado e rígido. Marie France Garcia reproduziu em sua dissertação de mestrado, *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*, o desenho da planta baixa da usina de Goiabeiras (Figura 4).

Como testemunhou a antropóloga, até a disposição das casas em relação ao sentido dos ventos refletia a dicotomia social no interior das unidades produtivas:

no sítio do antigo engenho Mufumbinho, o modesto hotel e uma pequena vila onde residem os poucos funcionários e operários da indústria. Os trabalhadores rurais, como nos casos anteriores, têm residências dispersas nos pontos altos em habitações de ‘taipa’ cobertas de telha”. Manuel Correia de Andrade. *Os rios do açúcar no Nordeste do Brasil: o Rio Mamanguape*. Op. Cit., p. 65.

196 Entrevista com o arquiteto Geraldo Gomes. Documentário: “Caminhos do Açúcar”. Ano: 2006. Duração: 00:27:28. Série: *Cultura do açúcar*. Produção: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana Multimídia Produções. Disponível em www.tvescola.mec.gov.br. Acesso em 14 de setembro de 2019. Ver também Geraldo Gomes. *Engenho e arquitetura*. Recife: Fundaj/Ed. Massangana, 2006.

197 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 172.

Todas as casas situadas antes da chaminé (a casa-grande e as casas dos empregados das usinas), quando nos colocamos do lado de Imperatriz, não recebem a fumaça e a fuligem da chaminé. Em oposição, depois da chaminé, banhada continuamente por um turbilhão de fuligem preta, estão situadas as casas dos *moradores* e trabalhadores.¹⁹⁸

As vias de comunicação que ligavam Goiabeiras à cidade mais próxima também foram descritas por Marie France:

A usina de Goiabeiras está localizada no meio de uma vasta área de cana-de-açúcar e é isolada pelo fato de não ser servida por transporte público regular. Para ter acesso a ela, o mais fácil é partir de Imperatriz, cidade mais próxima ligada a Goiabeiras por 25 km de estrada de terra carroçável quase o tempo todo. As outras vias de acesso são não apenas mais longas, mas impraticáveis de carro em tempos de chuva, ou seja, durante o inverno.¹⁹⁹

Durante a viagem até Goiabeiras, Marie France detalha ainda que era preciso atravessar vários engenhos, mesmo que para aqueles que vinham de fora, como seu caso, não existisse divisão aparente entre eles. Ela relata que, nos períodos de chuva, as rotas ficavam geralmente impraticáveis²⁰⁰ e as pessoas substituíam os jipes por cavalos.²⁰¹

198 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 35.

199 Idem, p. 1.

200 Affonso Varzea relata que, certo dia, durante suas pesquisas de campo na região açucareira de Alagoas, “o temporal que se estava montando parecia daqueles de interromper as comunicações terrestres com a cidade, tornando impraticáveis o barro e a tabatinga dos caminhos”. Affonso Varzea. *Geografia do açúcar no leste do Brasil*. Op. Cit., p. 338.

201 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 3; 27.

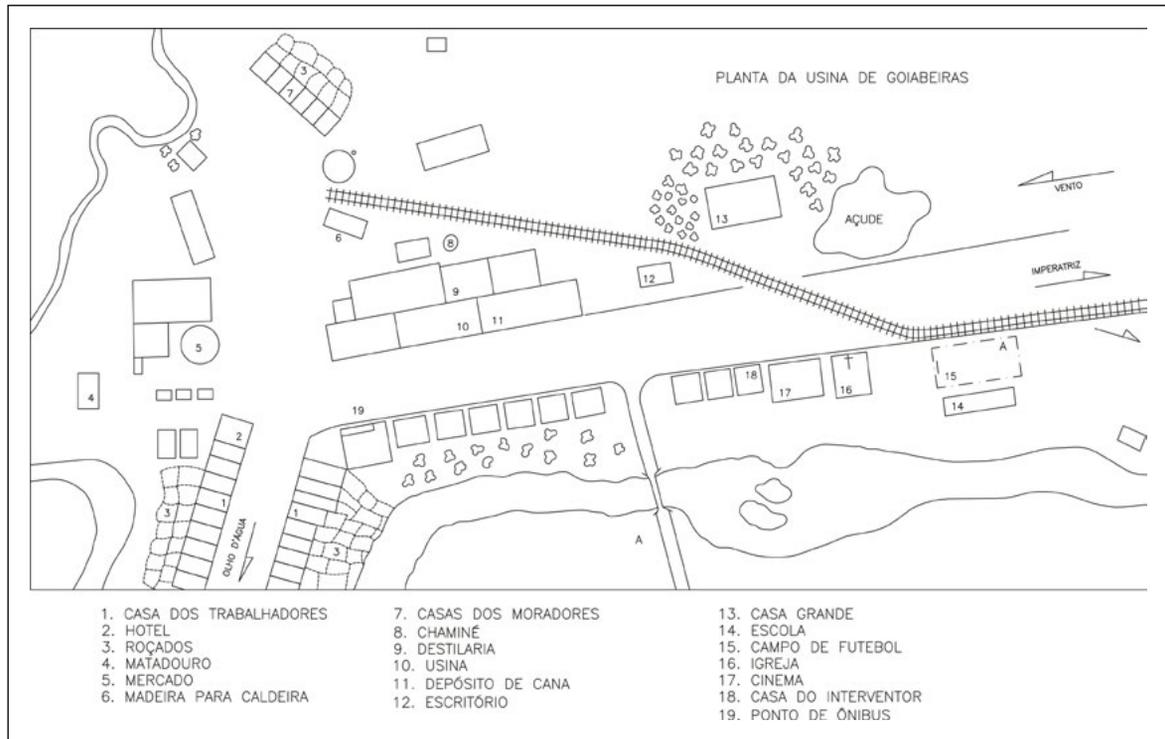


Figura 4. Planta da Usina de Goiabeiras. Fonte: Garcia (1977).

Sistema viário

As vias de comunicação entre o mundo interno e externo dos engenhos, durante longo tempo precárias ou inexistentes, também constituíam elementos importantes na composição espacial da *plantation*. Em 1975, a Secretaria de Transportes, Energia e Comunicações do Governo do Estado de Pernambuco publicou uma proposta de ação para sanar os problemas viários na área do açúcar, intitulada *Programa especial de rodovias vicinais para a zona canavieira de Pernambuco (justificativa econômica)*. Segundo o documento, “as expectativas de expansão da agroindústria açucareira, na Zona da Mata de Pernambuco, depend[iam] estritamente do encontro de uma solução racional para o problema das estradas vicinais”.²⁰² A erradicação de muitas ferrovias – durante certo tempo bastante capilares na Mata Sul, embora servissem quase exclusivamente para o transporte da cana e não da força de trabalho – e a limitação do uso de carretas devido às péssimas condições das estradas²⁰³ e do relevo íngreme da região contribuía para ampliar as distâncias virtuais entre plantação (canavial) e usinas.²⁰⁴

202 PERNAMBUCO – Secretaria dos Transportes, Energia e Comunicações. *Programa especial de rodovias vicinais para a zona canavieira de Pernambuco (justificativa econômica)*. Recife, 1975.

203 Segundo Manuel Correia de Andrade, em Alagoas, a “Usina Caeté [tinha] um sério problema de transporte da cana: não dispondo de ferrovia, toda ela é transportada em caminhões. Como as canas se localizam em sua totalidade nas várzeas do São Miguel, a usina tem às vezes de interromper a moagem, porque a chuva torna as estradas intransitáveis”. Manuel Correia de Andrade. *Os rios do açúcar no Nordeste do Brasil: os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel*. Recife: FJNPS, 1959, p. 77.

204 Esse dado disponibilizado pelo *Programa especial de rodovias vicinais* parece contradizer José Alópio Goulart. *Transportes nos engenhos de Açúcar*. Rio de Janeiro: Gráfica Faveira, 1959, p. 91, citado por José Condé. *A cana-de-açúcar na vida brasileira*. Op. Cit., p. 283. “O caminhão chegou e abafou. A ligeireza da viagem e a capacidade de carga foram os argumentos decisivos para alicerçar sua posição superando todos os demais meios de transporte externo a serviço

Segundo o *Programa especial de rodovias vicinais*, ainda nessa época, a movimentação da “palha” ao ponto de reunião da matéria-prima era realizada, em 65% dos casos, em lombo de burros. Em algumas áreas, onde a declividade do terreno obstava o transporte em quadrúpedes, os feixes de cana eram transportados nas costas de carregadores. Do ponto de reunião até as usinas, as ferrovias e rodovias eram as vias que realizavam, precariamente, o transporte da cana.²⁰⁵ A distância média de traslado da plantação à usina era, segundo os dados oficiais, de 20 km. Com a previsão de implantação de cerca de 6 mil km de estradas vicinais na zona canavieira, as distâncias globais de transporte seriam diminuídas, pelas estimativas do Estado, em 3.180 km. Embasado puramente na estratégia de beneficiamento empresarial do setor sucroalcooleiro, os melhoramentos propostos pelo *Programa especial*, entretanto, eram essencialmente econômicos. Os benefícios (“inevitáveis”) de ordem social foram mencionados apenas uma vez em todo o documento:

dos engenhos. Até cana, ia buscar nos canaviais, abrindo, as usinas, estradas pelo meio das canas para o possante veículo pudesse penetrar fundo naquele mundo de açúcar”. A esse respeito Mário Sette também escreveu: “Embora as estradas se ampliem e se modernizem, para nelas os automóveis tirem à vontade os seus cem e mais quilômetros, por elas ainda passam, vagarosos e prestadios, os carros de bois. Têm para uns a face da poesia, da tradição; têm para outros o significado utilitário da confiança. Não falham, não se recusam, não traem, o automóvel, bonito, luxuoso, veloz, fracassa, às vezes de repente numa encrenca de motor ou num caminho cheio de atoleiros. O carro de bois não. Vingam ladeiras medonhas; desembaraçam-se do barro pegajoso ou dos fofos areais; transportam assim toros de madeira e blocos de pedra como se fossem feixes de canas ou sacos de açúcar”. Mário Sette. *Anquinhas e bernardas*. Op. Cit., p. 71, citado por José Condé. *A cana-de-açúcar na vida brasileira*. Op. Cit., p. 278.

205 Segundo o documento, a limitação do uso das carretas se dava pela: *i*) despesa inicial relativamente alta; *ii*) baixa velocidade nas estradas (limitando seu uso a pequenas distâncias); e *iii*) estradas ruins e ladeiras íngremes. PERNAMBUCO – Secretaria dos Transportes, Energia e Comunicações. *Programa especial de rodovias vicinais...* Op. Cit.

“a implantação do programa trar[ia], inevitavelmente, benefícios de ordem social imponderáveis”.

De fato, os problemas de mobilidade entre o mundo dos engenhos e o mundo exterior faziam parte da própria lógica espacial da *plantation*.²⁰⁶ Eram essenciais para seu funcionamento pleno como espaço de liberdade contingente. Diria mesmo que era um dos principais componentes que imprimiam a seu arquétipo o caráter herético e quase intocável de seu *modus operandi*.²⁰⁷ Se em meados dos anos 1970 as estradas vicinais representavam um importante gargalo na produção açucareira e dificultavam as tentativas de entrar e/ou sair dos engenhos, em épocas mais remotas, a mobilidade era ainda mais precária: “em 1831... nada existia em Pernambuco que merecesse ser chamado de estrada. Tudo o que havia eram caminhos de tropeiros, nem sempre praticáveis, sequer, pelos carros de boi”.²⁰⁸ Meio século mais tarde, o *Esboço da carta corográfica da província de Pernambuco*, datado de 1880, já mostrava algumas sendas abertas, cruzando rios e extensas áreas de cana (Figura 5). Numa época em que as estradas de rodagem tinham avançado apenas timidamente para o Cabo e o meio caminho até Ipojuca na Mata Sul; Vitória em direção ao Agreste e Itambé e Nazaré na Mata Norte... os caminhos

206 A falta de estradas era comum em todo o Nordeste. Na Paraíba, por exemplo: “como os caminhos do povoamento equivaliam a simples picadas abertas no mato, eis que de estradas somente se poderá falar ao final do século XIX e, um pouco mais tarde, com as obras contra as secas”. José Octávio. *História da Paraíba: lutas e resistência*. Paraíba: Conselho Estadual de Cultura – sec: União, 1994, p. 94.

207 A imobilidade dos indivíduos parecia ser uma exigência, como forma de controle sobre a população, da *plantation*. Segundo Gaspar e Apollonio Peres, “uma das normas do Regulamento para o lavrador da União Agrícola de Jaboatão em 1903 era Artigo 14 – não desviar caminhos, não fazer passagens por valados e cercas, nem arrancar ou queimar estacas, valas etc.”. Gaspar Peres & Apollonio Peres. *A indústria assucareira em Pernambuco*. Op. Cit., p. 248.

208 Gilberto Osório de Andrade & Raquel Caldas Lins Andrade. *Pirapama: um estudo geográfico e histórico*. Op. Cit., p. 139.

de barro eram as principais vias de comunicação entre as cidades;²⁰⁹ vilas sedes de comarcas e municípios; povoações sedes de paróquias e povoados ou lugarejos (alguns dos quais, engenhos de açúcar). Seguindo para o sul, o *Esboço da carta corográfica* revela também alguns engenhos cujos nomes ainda são preservados: Gurjaú; Olinda, Arariba; Timboassu; Limoeiro; Batateira e Vermelho. Ao Norte, engenhos Pindoba; Oratório; Queimadas. Ainda nessa carta é visível a Estrada de Ferro de Recife ao São Francisco (1862-1901), construída até Palmares, bem como sua projeção não concretizada até Boa Vista às margens do Rio São Francisco.

Mais recentemente, já no século xx, os mapas rodoviários produzidos pelo DER permitem seguir na tentativa de recompor a evolução, em sua cronologia peculiar, das estradas de rodagem na *plantation*. As cartas de 1948, 1951 e 1952 mostram a precariedade do sistema viário na primeira metade do século.²¹⁰

Comparadas aos desenhos subsequentes, é perceptível que as estradas carroçáveis compunham ainda a maior parte das vias de acesso aos engenhos e povoados mais distantes. Em 1958, as únicas rodovias pavimentadas eram: BR-11 Sul (atual BR-101) até Palmares; BR-11 Norte até Goiana; BR-25 (atual BR-232) até Caruaru; e PE-5 (atual BR-408) até próximo de Limoeiro.

209 Tratava-se de “estradas intransitáveis na quadra invernososa, ruins em qualquer época do ano, porque nunca se cuidou deveras de estradas de rodagem e de caminhos vicinais”. Gaspar Peres & Apollonio Peres. *A indústria assucareira em Pernambuco*. Op. Cit., p. 58.

210 Affonso Varzea traz em sua obra *Geografia do açúcar no leste do Brasil* uma foto que ilustra bem a situação das redes de comunicação na área canavieira. Em sua descrição: “pedaços de estrada bem representativo da Zona da Mata, como se diz popularmente em Pernambuco, com a decoração de árvores isoladas valendo por testemunhas da cobertura vegetal que dominava ao tempo dos Caetés. De um lado e de outro alastram-se partidos de cana, da gramínea que a economia de substituição açucareira trocou pela floresta de outrora”. Affonso Varzea. *Geografia do açúcar no leste do Brasil*. Op. Cit., p. 64.



Figura 5. Esboço da carta corográfica da província de Pernambuco, 1880 [Detalhe Zona da Mata].
 Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

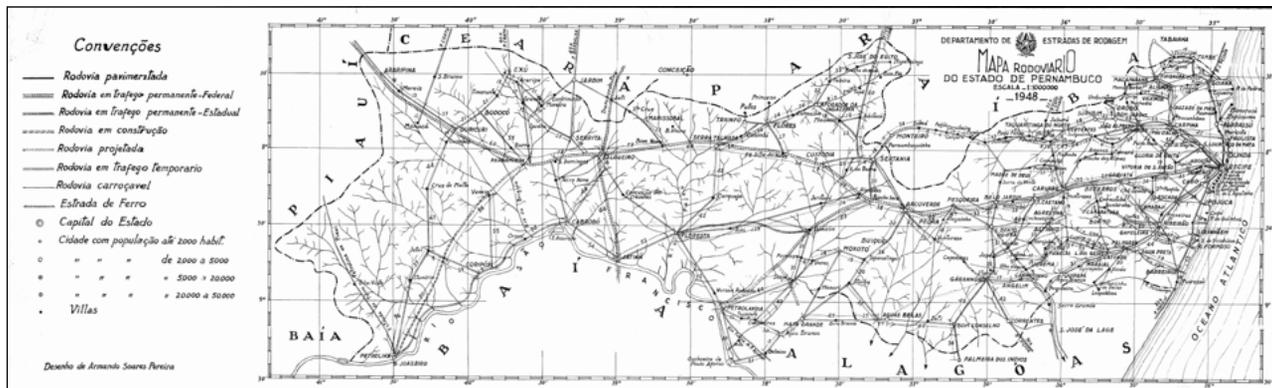


Figura 6. Mapa Rodoviário do Estado de Pernambuco, 1948 [Desenho de Armando Soares Pereira].
 Fonte: Arquivo do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PE).

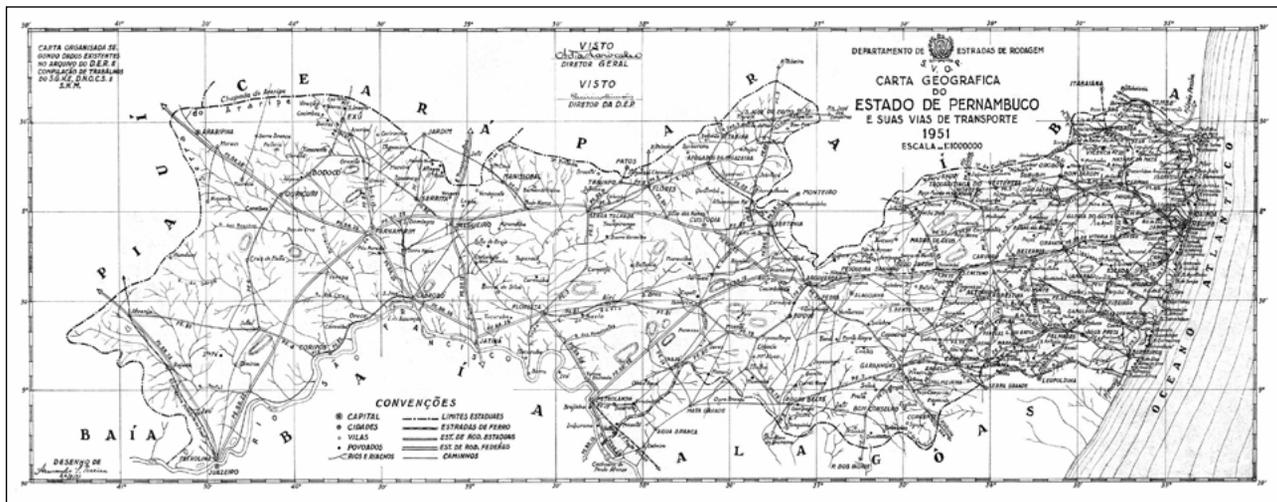


Figura 7. Carta Geográfica do Estado de Pernambuco e suas vias de transporte, 1951 [Desenho de Armando Soares Pereira]. Fonte: Arquivo do DER/PE.

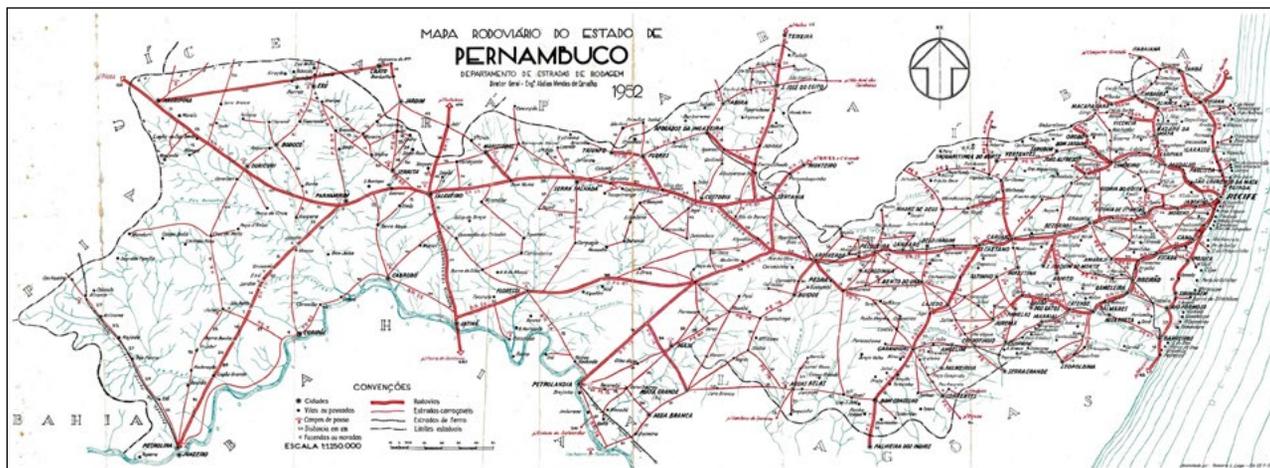


Figura 8. Mapa Rodoviário do Estado de Pernambuco, 1952
 [Desenho de Homero L. Lago]. Fonte: Arquivo do DER/PE.

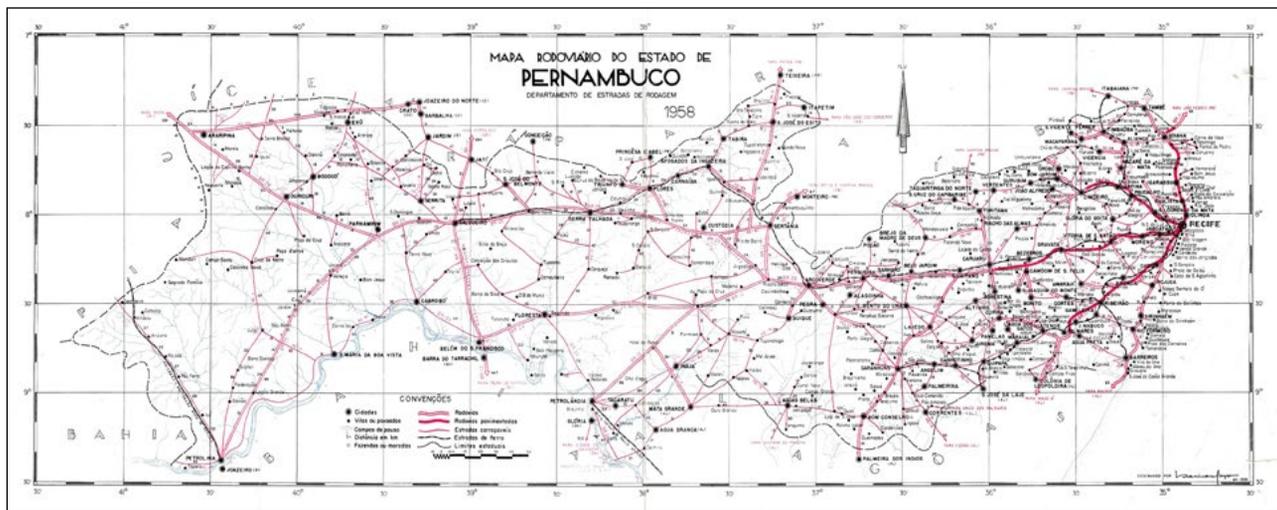


Figura 9. Mapa Rodoviário do Estado de Pernambuco, 1958.
Fonte: Arquivo do DER/PE.

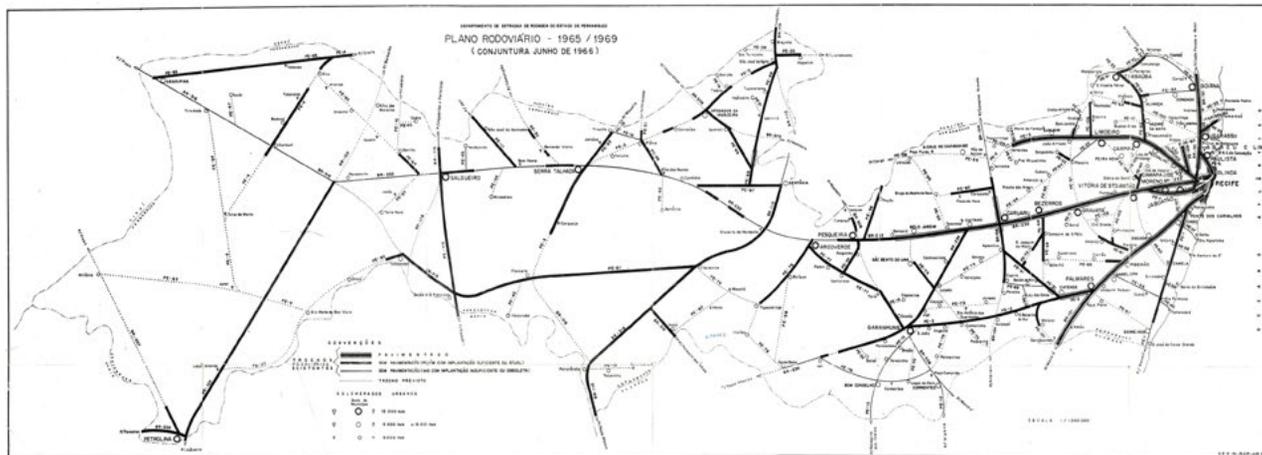


Figura 10. Plano Rodoviário – 1965/1969 (Conjuntura: junho de 1966)
 [Desenho de Homero L. Lago]. Fonte: Arquivo do DER/PE.

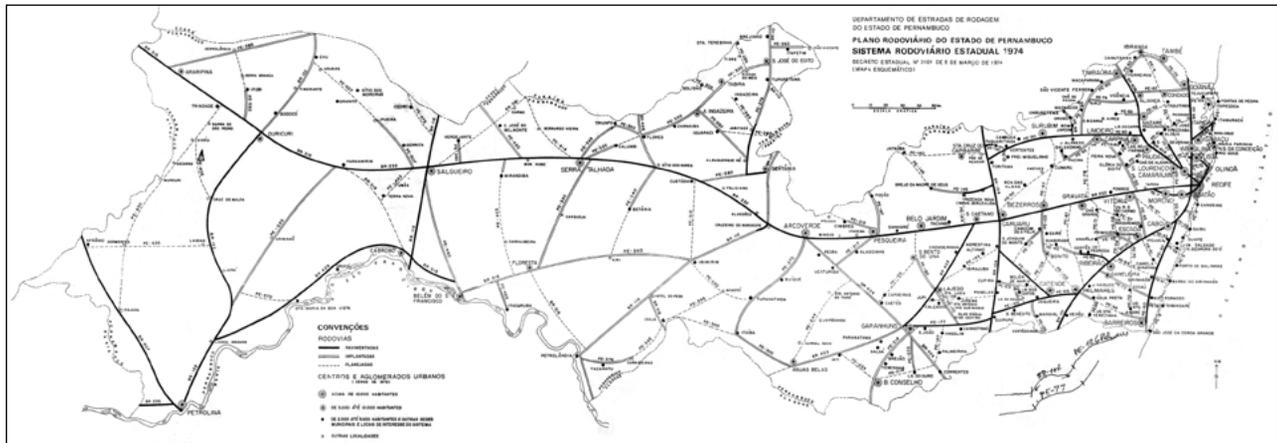


Figura 11. Plano Rodoviário do Estado de Pernambuco – Sistema Rodoviário Estadual (Mapa Esquemático), 1974. Fonte: Arquivo do DER/PE.



Figura 13. Carta geográfica do Estado de Pernambuco e suas vias de transporte, 1951 [Detalhe Zona da Mata]. Fonte: Arquivo do DER/PE.

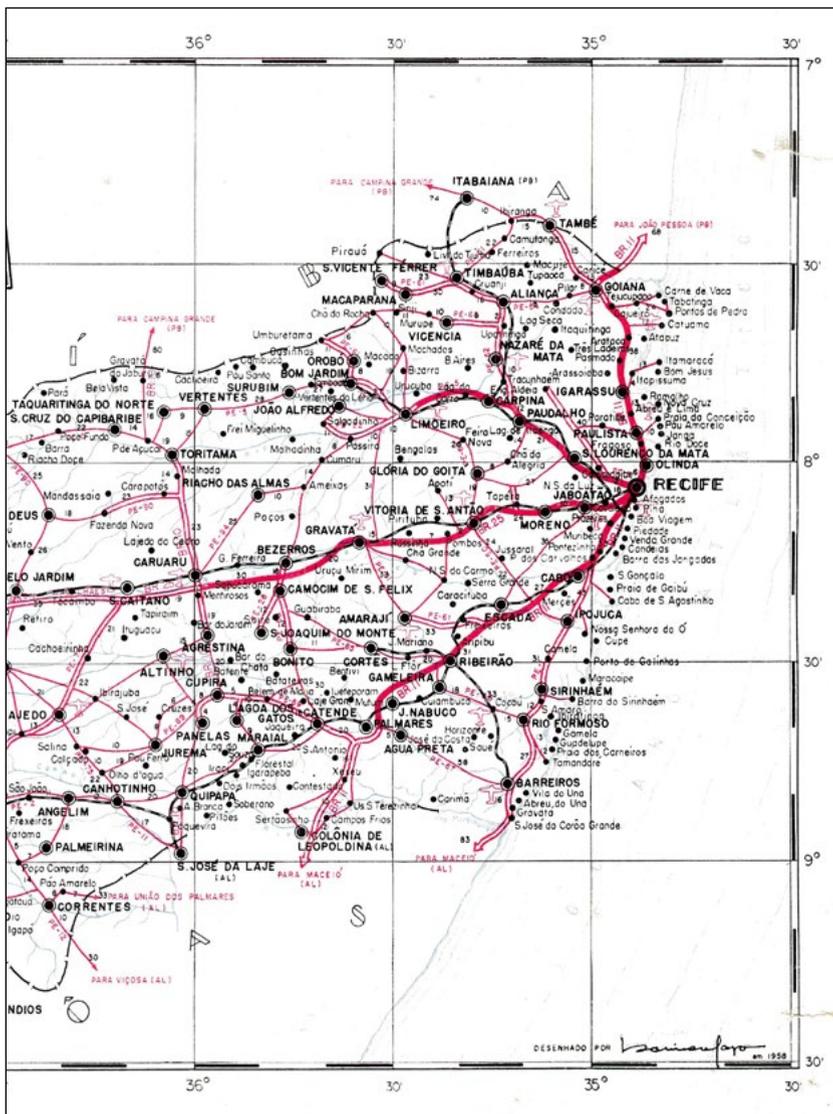


Figura 15. Mapa Rodoviário do Estado de Pernambuco, 1958 [Detalhe Zona da Mata]. Fonte: Arquivo do DER/PE.

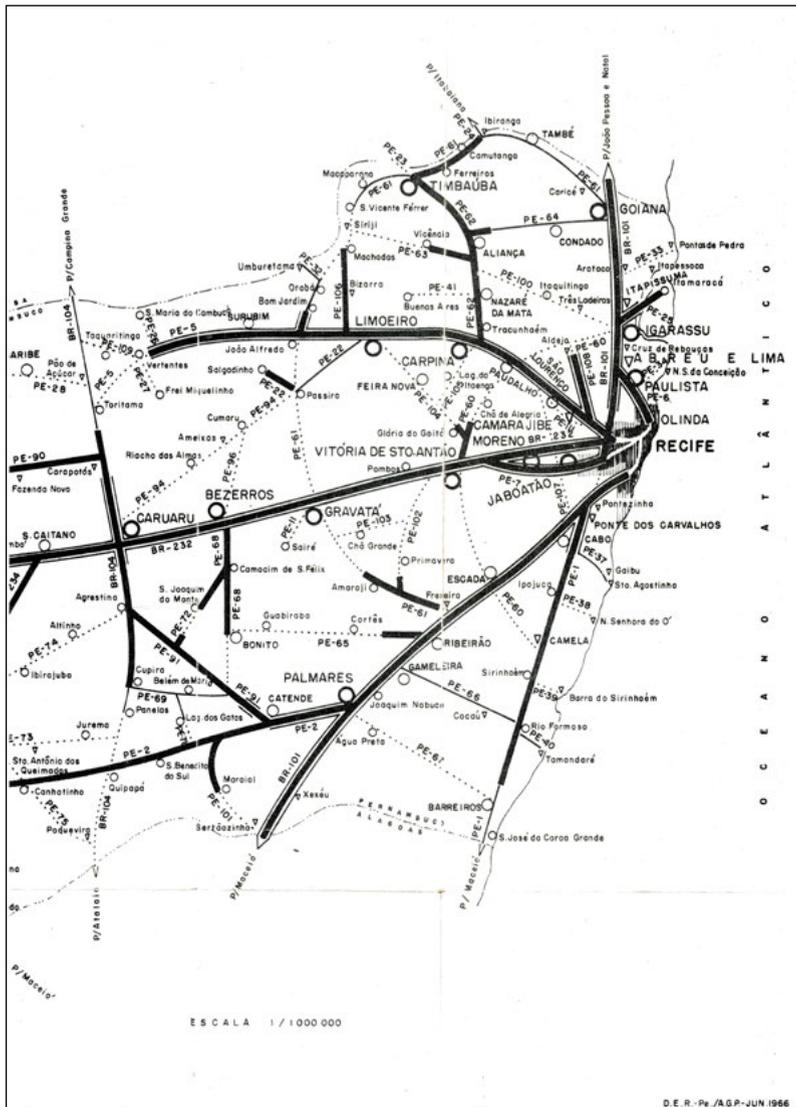


Figura 16. Plano Rodoviário – 1965/1969 (Conjuntura: junho de 1966) [Detalhe Zona da Mata]. Fonte: Arquivo do DER/PE.

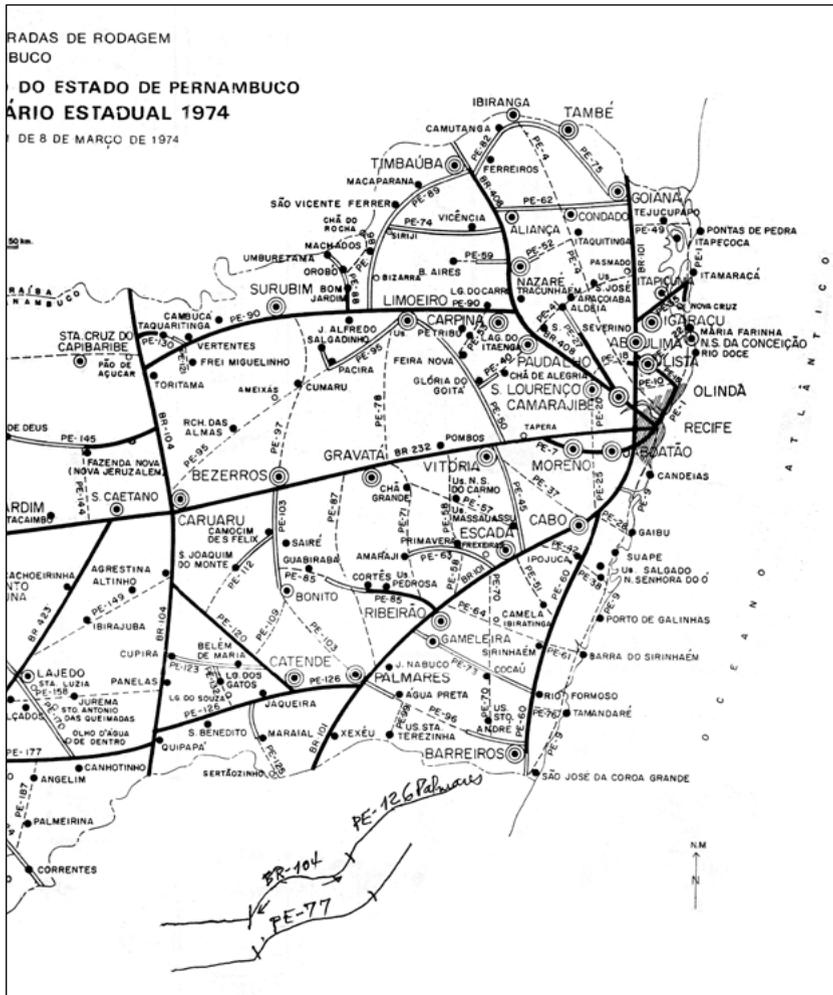


Figura 17. Plano Rodoviário do Estado de Pernambuco – Sistema Rodoviário Estadual (Mapa Esquemático), 1974 [Detalhe Zona da Mata].
Fonte: Arquivo do DER/PE.

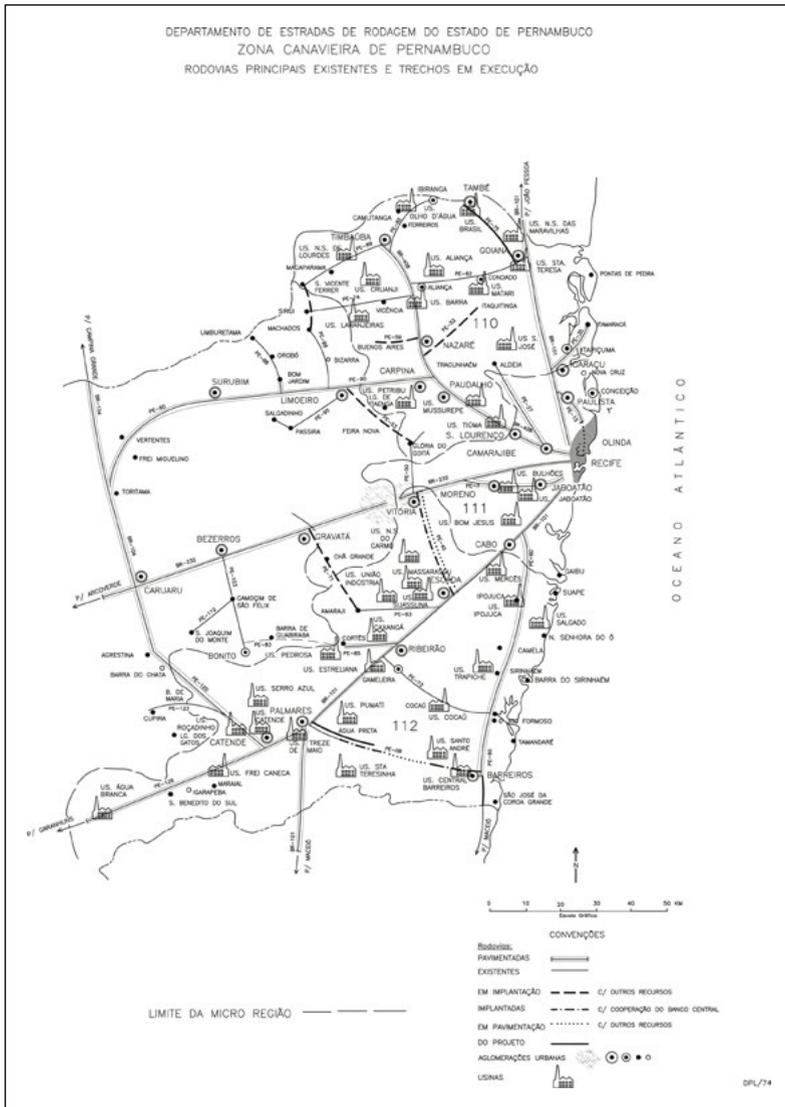


Figura 18. Zona Canaveira de Pernambuco: rodovias principais existentes e trechos em execução, 1974. Fonte: Pernambuco (1975).

As demais estradas de rodagem eram todas carroçáveis e não alcançavam a maior parte dos engenhos localizados nos perímetros das cidades do interior. A extensa área triangular que ia desde o Cabo até Colônia de Leopoldina (Alagoas) e São José da Coroa Grande (limite sul do estado), por exemplo, não era servida senão pelas PE-66 e PE-67, ambas com tráfego razoável apenas nas estações secas, e por um ramal ferroviário de Ribeirão até Barreiros, passando por Cucaú. Na Mata Norte, da mesma forma, quase toda a área desde São Lourenço até São Vicente Férrer e Itambé era desprovida de rodovias construídas pelo poder público. A estrada de ferro margeava parte da PE-5 e seguia pela PE-22 até Itabaiana (Paraíba). Obviamente alguns caminhos eram abertos pelos engenhos ou mesmo pela população local, inclusive para facilitar o escoamento da cana até as usinas e estradas de ferro que só atingiam as cidades menos pequenas e seguiam, normalmente, traçado semelhante ao das principais rodovias visíveis nos mapas. Apesar de terem contribuído com a “expansão dos canaviais para o oeste”,²¹¹ as estradas de ferro nunca serviram amplamente à população canavieira.

Nos anos 1960 e 1970, a estrutura viária não avançou de maneira significativa. Segundo dados do DER, em dezembro de 1964, a Zona da Mata (com 2.514.269 habitantes) contava com apenas 828 quilômetros de rede rodoviária, índice bem menor do que os 1.039 km para o Agreste (1.321.170 habitantes) e 1.842 para o Sertão (787.837 habitantes), mesmo sendo essas duas últimas regiões áreas mais extensas que a Mata. O *Plano rodoviário do Estado de Pernambuco (1965/1969)* detalha que, na Mata Sul, apenas a BR-101 e um curto trecho de 13 km da PE-2 (que ligava Palmares a Catende) e outro da PE-1 (que ligava a BR-101 ao Cabo) eram pavimentados. A PE-1, que ligava a BR-101 até São José da Coroa Grande, encontrava-se

211 Manuel Correia de Andrade. *Área do sistema canavieiro*. Op. Cit., p. 63.

apenas implantada, embora não pavimentada, com um curto trecho insuficiente ou obsoleto. Partes da PE-61 entre Frexeira e Amaraji; PE-65 entre Ribeirão e Cortês; PE-2 entre Catende e Garanhuns, passando por municípios canavieiros como Quipapá e Canhotinho; PE-91 entre Catende e Agrestina; e da PE-66 entre Gameleira e Rio Formoso também estavam implantadas (esta última em condições precárias). Os demais trechos que constam no mapa estavam apenas previstos. Na Mata Norte – além das rodovias pavimentadas da BR-101 até Goiana, PE-5 até Vertentes, e PE-61 ligando PE-5 a Bom Jardim – curtos pedaços estavam implantados, como a PE-62 que ligava a PE-5 até Timbaúba e trecho da PE-61 entre Timbaúba e Camutanga, além de um pequeno pedaço da PE-63 entre Aliança e Vicência e outro da PE-64 de Aliança a Goiana. Os demais trechos descritos no mapa foram previstos, mas não implantados.

Alguns anos mais tarde, o *Plano rodoviário do Estado de Pernambuco (1974)* mostrava que não mais do que 150 km de estradas haviam sido implantados. Na Mata Sul, saíram do papel os 35 km da PE-45 (antiga PE-60) ligando Escada a Vitória de Santo Antão e se aproximando das Usinas Massauassu e Nossa Senhora do Carmo; um pequeno trecho de aproximadamente 7 km da PE-63 (antiga PE-61) atingiu Primavera; a PE-85 (antiga PE-65) se estendeu por cerca de 20 km, até a Usina Pedrosa e chegando próximo a Guabiraba. Mais ao sul, em direção ao litoral, a PE-96 (antiga PE-67), saindo da BR-101, atingiu Água Preta, de onde a PE-99, prevista, chegaria à Usina Santa Terezinha e de Barreiros até próximo à Usina Santo André. Na parte norte da Zona da Mata, um trecho de aproximadamente 35 km da PE-50 (antiga PE-104) foi implantado ligando Glória do Goitá e Feira Nova a Limoeiro, e chegando próximo à Usina Petribu. Ainda mais ao norte, a PE-59 (antiga PE-41) saiu de Nazaré em direção a Buenos Aires, mas ficou pela metade do caminho; de Vicência, a PE-74 (antiga PE-63) se estendeu até Siriji; e um pequeno trecho da PE-27 (antiga PE-108) atingiu

Aldeia, de onde estava prevista a PE-41 ligando a BR-101 à BR-408, passando pela Usina São José.

A importância do setor sucroalcooleiro na arquitetura espacial da *plantation*, no que concerne precisamente às suas formas, é nitidamente perceptível através de uma análise detida dessas cartas. Se as usinas não aparecem nos mapas da DER até os anos 1960, no *Plano rodoviário* de 1974 elas parecem indicar os caminhos pelos quais as estradas deveriam seguir. A implantação, em duas frentes, da PE-96 saindo ao mesmo tempo de Palmares (BR-101) e Barreiros (PE-60), por exemplo, denota uma nítida tentativa de beneficiar as Usinas Santa Terezinha, Pumati (não visível no mapa) e Santo André. Da mesma forma, a PE-45 atingindo as proximidades das Usinas Nossa Senhora do Carmo e Massauassu. A Usina Pedrosa também foi beneficiada pela pavimentação de um pequeno trecho da PE-85. Ademais, a maior parte dos engenhos e povoados entocados permanecia não beneficiada pelo complexo viário construído em torno das empresas de açúcar,²¹² como revela o mapa das *Rodovias principais existentes e trechos em execução* (1974), que explicita a força da agroindústria açucareira nos negócios que deveriam beneficiar a coletividades, sobretudo os *moradores de engenhos* nas regiões mais distantes e

212 José Luiz Mota Menezes, referindo-se a Alagoas, atesta que “a cartografia contemporânea nos ajuda a compreender a teia formada por tais meios de comunicação, se confrontados com roteiros holandeses. Diante de análise recente dessas rotas, verifica-se que não parecem ter mudado muito ao longo de mais de três séculos. Naturalmente que com as novas estradas nacionais tais vias foram relegadas a um segundo plano. As atuais estradas de jurisdição federal pouco contribuem para um possível turismo para conhecimento e uso das casas dos engenhos e das fábricas abandonadas em ruínas. A reabilitação de tais propriedades rurais e suas sedes tem um fator negativo em relação a um uso diferente daquele original, que é a localização dessas novas estradas, que as ignorou. O desenvolvimento de um turismo rural é hoje difícil de se materializar sem grandes investimentos em estradas de acesso aos velhos e belos engenhos”. Douglas Apratto Tenório & Cármen Lúcia Dantas. *Caminhos do açúcar: engenhos e casas-grandes das Alagoas*. Op. Cit., p. 141-142.

inacessíveis.²¹³ Era como se as estradas fossem – ao lado dos homens, rios, matas... – também instrumentos de trabalho na *plantation*.

Fora de Pernambuco, a *plantation* açucareira seguia determinando a organização do espaço e, com ele, o sistema viário. Na Paraíba, por exemplo, segundo a *Revista Brasileira de Geografia*, “a utilização do solo [era] cuidadosamente planejada; tudo em função do rei açúcar... As estradas de ferro e de rodagem esgueira[va]m-se pela base dos tabuleiros, à margem dos canaviais. A ferrovia [tinha] estações cujo único fim [era] servir às usinas”.²¹⁴

Engenhos

Os engenhos foram as unidades básicas que sustentaram a *plantation* e com ela o Brasil dos primeiros tempos: a chamada “civilização do açúcar”. Numa época em que a conquista e domínio da terra indicavam o grau de sucesso na empreitada da colonização, os engenhos obtiveram grande importância na ocupação do território.²¹⁵ Mesmo em Minas Gerais, escreveu Miguel Costa Filho, regiõ

213 “O espaço agrícola é, seletivamente, o receptáculo de dois tipos de capital: o capital novo, valorizado, que escolhe lugares privilegiados onde, ajudado pelo Estado pode reproduzir-se melhor e mais rapidamente; e um capital desvalorizado, velho, que deve se refugiar nas atividades menos rentáveis, prejudicado ainda pela má qualidade ou mesmo pela inexistência de infra-estruturas. Se forem examinadas as estatísticas relativas à construção de estradas, constata-se uma progressão mais rápida das estradas de boa qualidade, que unem os grandes centros e as zonas de produção capitalista, do que as ligações regionais e locais, e dos caminhos vicinais”. Milton Santos. *Economia espacial: críticas e alternativas* [1979]. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 142.

214 Orlando Valverde. “O uso da terra no leste da Paraíba”. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 1955.

215 Segundo Ruy Moreira, “o fator ordenador desse arranjo espacial plantacionista é, então, a localização do engenho-indústria, posicionado no centro de um verdadeiro ‘sistema espacial’. Tal localização prende-se basicamente a três exigências: terras férteis, água e lenha”. Ruy Moreira. *A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil*. Op. Cit., p. 69.

com pouca tradição açucareira, se comparada ao Recôncavo Baiano ou à Zona da Mata em Pernambuco, “a cana-de-açúcar e o engenho de cana participaram indiscutivelmente em posição de certa importância [...] nesse movimento civilizador...”.²¹⁶

Isolados do restante da sociedade exterior, para garantir seu perfeito funcionamento,²¹⁷ cada engenho, “pequeno domínio inteiramente fechado a qualquer ingerência de fora”,²¹⁸ era “uma entidade completa em si mesma, com seu sobrado, capela, engenho [fábrica], senzalas, escravos, canaviais, pastos, bois e matas...”.²¹⁹ A casa-grande, completada pela senzala, representava não um simples lugar de morar, senão todo um sistema econômico, social e político de exploração. Mesmo depois do advento das usinas e da falência dos engenhos enquanto fábricas de açúcar, “muitos dos [seus] limites originais ainda [permaneceram] exist[indo], e as *plantations* mantiveram, muitas vezes, seus nomes originais”.²²⁰ O Engenho Matapiruma, palco do célebre massacre em 5 de outubro de 1972, por exemplo, existia desde o período colonial.²²¹ A *Planta topográfica*

216 Miguel Costa Filho. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IAA, 1963, p. 83.

217 André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil* (Texto confrontado com o da edição de 1711). São Paulo: Melhoramentos-MEC; Brasília: INL, 1976, p. 77.

218 Joaquim Nabuco. *Maçangana, roteiro literário do Brasil e de Portugal*, citado por José Condé. *A cana-de-açúcar na vida brasileira*. Rio de Janeiro: M.I.C. & I.A.A., 1971/72, p. 58.

219 Gilberto Freyre. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Recife: Editora de Pernambuco, 1970. Gilberto Freyre. *A presença do açúcar na formação brasileira*. Rio de Janeiro: IAA, Coleção Canavieira, n. 16, 1975.

220 “Each unit was a complete entity in itself, with its *sobrado*, chapel, mill, slave quarters, slaves, cane fields, pastures, oxen, and forest land... Today many of the original boundary lines still exist and the plantations have often kept their original names”. Harry William Hutchinson. *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Seattle: University of Washington Press, 1957, p. 35.

221 Gilberto Osório de Andrade & Raquel Caldas Lins Andrade. *Pirapama: um estudo geográfico e histórico*. Op. Cit., p. 108.

da parte da província de Pernambuco junto da costa ao sul da capital até o Rio Formoso... (ca. 1858) mostra grande número de engenhos – alguns dos quais dispõem de registros fotográficos (acervo da Fundação Joaquim Nabuco) – que mantiveram seus nomes e existem até os dias atuais, embora não mais como unidades produtivas autossuficientes: Engenho Jaboatão; Juçara e Arariba da Pedra, a noroeste do Cabo; Macujé e Palmeiras, ao norte do Cabo; Engenho Contendas; Jundiá e Limoeiro, a oeste de Escada; Dois Braços de Baixo, a noroeste; bem como União e Gapió a sudeste; e Timbó Assu e Maranhão a leste de Escada.

Da mesma forma, na *Carta parcial do Estado de Pernambuco: ampliação fotográfica do mapa 1:500 000 da Inspeção de Obras Contra a Seca, completado com elementos dos mapas municipais*, reproduzida pelo Serviço Geográfico e Histórico do Exército (1941), é possível identificar os Engenhos Ceva, em Vitória de Santo Antão, Babilônia, Lage e Trapuá, em Nazaré da Mata. Outra simples justaposição entre a *Planta topográfica* de meados do século XIX e a carta da Sudene que mostra Vitória de Santo Antão²²² permite, igualmente, identificar engenhos com mais de um século de existência, a exemplo de: Sete Ranchos, Garras, Bambural e Contendas, a oeste de Escada; Jundiá e Campestre, a noroeste; Camaçari, Giqui e Arandu, a nordeste; Timbó Assu, Maranhão, Bonfim, Crauassu e Mirador, a leste; Soledade, Gapió, União, Atalaia, Sibiró do Mato e Água Fria, a sudeste; e Três Braços, ao sul de Escada.

222 BRASIL. Ministério do Exército; Sudene. DSG. *Vitória de Santo Antão*. 2ª ed. Olinda, 1989. 62 x 74 cm. Folha SC.25-V-A-11. Escala 1:100.000. 8°00' – 8°30'S, 35°00' - 35°30'W.

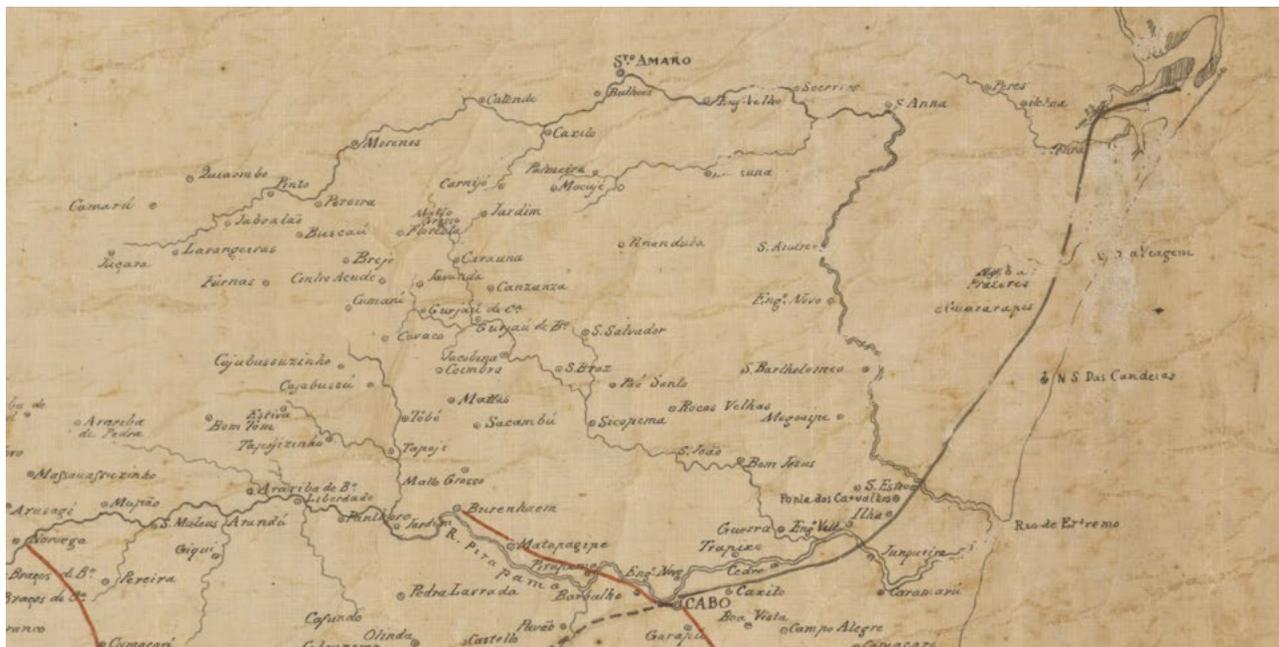


Figura 19. Planta topográfica da parte da província de Pernambuco junto da costa ao sul da capital até o Rio Formoso mostrando os rios, principais povoações e a maior parte dos engenhos, assim como traço da estrada de ferro em construção entre o Recife e o Rio Una e os traços das estradas de rodagem propostas, e que vão ter a mesma linha férrea, s/d [Detalhe norte do Cabo]. Fonte: Acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

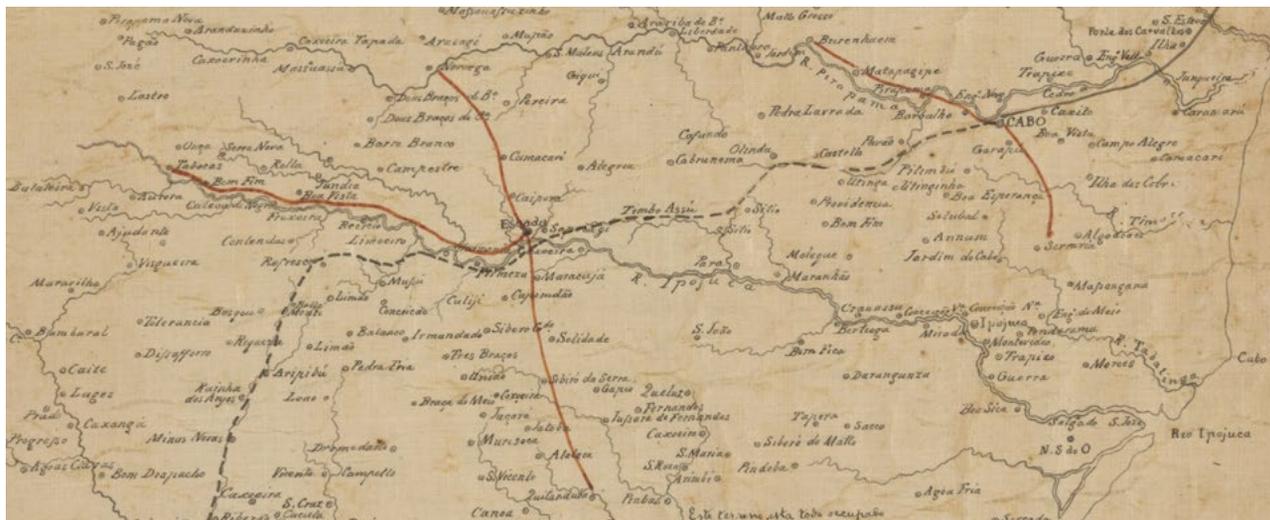


Figura 20. Planta topográfica da parte da província de Pernambuco junto da costa ao sul da capital até o rio Formoso mostrando os rios, principais povoações e a maior parte dos engenhos, assim como traço da estrada de ferro em construção entre o Recife e o Rio Una e os traços das estradas de rodagem propostas, e que vão ter a mesma linha férrea, s/d [Detalhe do Cabo e Escada]. Fonte: Acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

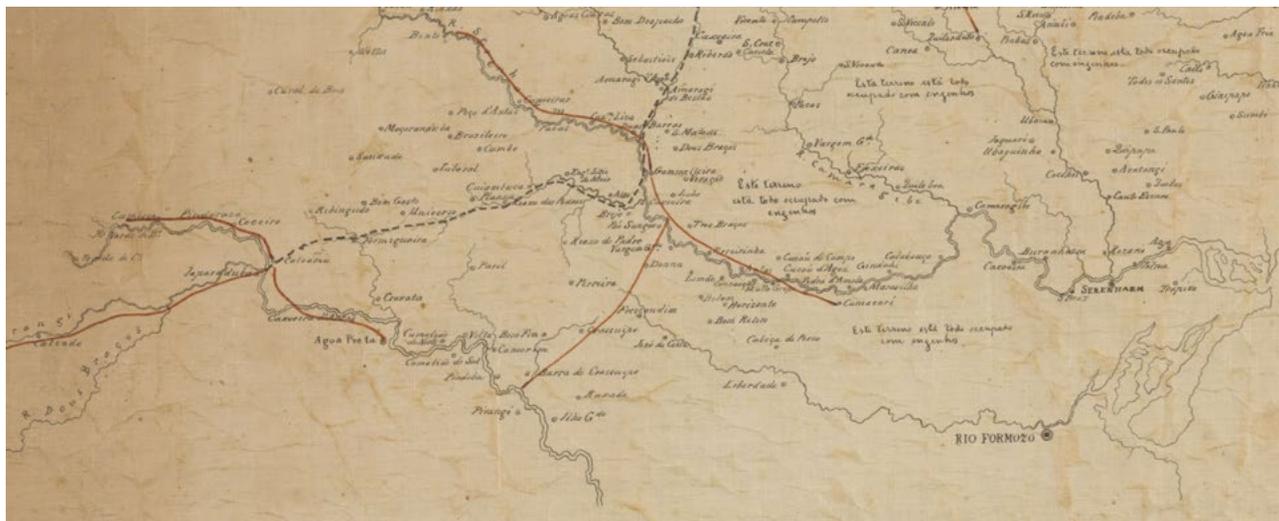


Figura 21. Planta topográfica da parte da província de Pernambuco junto da costa ao sul da capital até o rio Formoso mostrando os rios, principais povoações e a maior parte dos engenhos, assim como traço da estrada de ferro em construção entre o Recife e o Rio Una e os traços das estradas de rodagem propostas, e que vão ter a mesma linha férrea, s/d [Detalhe de Serinhaém, Rio Formoso, Água Preta e Catende]. Fonte: Acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

É difícil calcular o número preciso de engenhos na Zona da Mata pernambucana. Ao longo do tempo, muitos deles deixaram de existir, mudaram de nome ou foram incorporados às usinas como simples extensões de terra cultivada. Os mapas e as cartas, normalmente, não mostram todos os engenhos, sobretudo os menores, com poucos edifícios construídos, menos perceptíveis nas fotos aéreas. Sabe-se, porém, que a maior parte deles localizava-se em áreas difíceis de serem atingidas, e aqueles que desejavam acessá-los a partir das cidades do interior deveriam transpor inúmeros obstáculos naturais, como o relevo montanhoso, e estruturais, como a ausência de transporte público e mesmo de estradas pavimentadas. O *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*²²³ – estudo produzido por uma equipe técnica composta por vinte e quatro membros e publicado em dois volumes pelo Governo do Estado de Pernambuco em 1987 – afirmava que os engenhos eram como ilhas, isolados pela cana-de-açúcar que dominava quase todas as terras férteis da parte meridional da Mata. Sua descrição pormenorizada de cada engenho visitado configura, ainda hoje, uma das mais importantes fontes de informações sobre o acesso ao mundo dos engenhos e sobre a vida em seu interior. Pela metodologia da pesquisa, as condições de acesso aos engenhos representavam um dos principais indicadores socioeconômicos da região canavieira.

O *Levantamento socioeconômico* constatou que, apenas para citar alguns exemplos, o acesso ao Distrito Demarcação (sudeste de Amaraji) “se faz[ia] através do município de Ribeirão, por 8 km de estrada de barro, intransitável nos períodos de chuva”.²²⁴ Para chegar no Engenho Pilão (mais ao norte da Usina União e Indústria), era necessário tomar uma “estrada de barro, em péssimas condições

223 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit.

224 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Vol. 1., p. 63.

de tráfego, agravada nos períodos de chuva, dificultando a vida da comunidade, o escoamento da produção, a distribuição de merenda escolar, o acesso das professoras, o abastecimento e o atendimento médico”.²²⁵ O acesso ao Engenho Arandu (nordeste de Escada) era feito por “estrada carroçável que se encontra[va] em precário estado de conservação”, distando de sua sede municipal em 17 km.²²⁶ A extensa área coberta por engenhos ao sul e sudeste da cidade de Escada também foi visitada pelos pesquisadores. Para atingir o Engenho Sibiró Grande, por exemplo, era necessário percorrer 8 km de “estrada carroçável de barro, apresentando estado precário de conservação”.²²⁷ Seguindo no sentido leste, o acesso ao Engenho Sibiró da Serra, a 22 km da sede do município, se dava por meio de “estrada carroçável, a qual torna[va]-se intransitável nos períodos do inverno, notadamente para os veículos leves”; o relatório ainda acrescentava o fato de a ponte de madeira sobre o Rio Urubu estar sem a viga central, tornando o trajeto ainda mais inseguro.²²⁸ Para chegar ao Engenho Gaipó, a 12 km de Ipojuca, era preciso tomar estrada carroçável em condições precárias no período invernos, onde “só transita[va]m caminhões e animais. Fora desse período, o serviço de transporte [era] explorado por proprietários de carros particulares que cobra[va]m, em média, Cz\$ 25,00 por pessoa, numa viagem de ida e volta à cidade”.²²⁹ O Engenho Queluz é um caso emblemático: segundo o documento, “a distância da localidade à sede [era] de 15 km, sendo que 11 km [eram] percorridos pela estrada de acesso à Usina Ipojuca e 4 km em estrada carroçável, que se liga ao Engenho. Não exist[ia] linha de ônibus, nem caminhão ou Kombi transitando pela localidade, por isso, o deslocamento da população até a sede municipal [era] feito sempre a pé”.²³⁰

225 Idem, p. 202.

226 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico...* Vol. 11., p. 107.

227 Idem, p. 149.

228 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico...* Vol. 1., p. 147.

229 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico...* Vol. 11., p. 163.

230 Idem, p. 171.

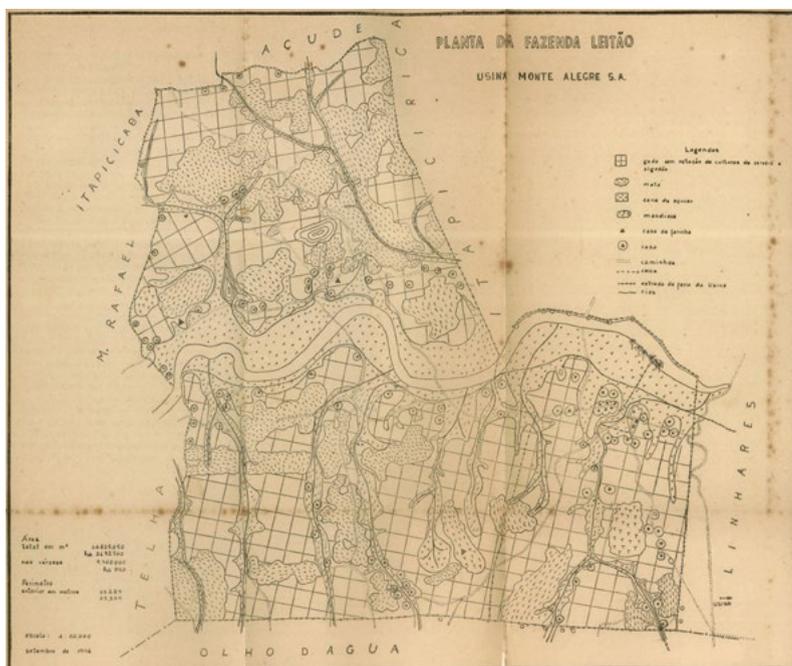


Figura 23. Planta da Fazenda Leitão – Usina Monte Alegre S.A, 1942.
 Fonte: Andrade (1959)

Seguindo para o norte do Cabo, Escada e Amaraji, os mapas e as cartas revelam ainda grande número de engenhos isolados. O extenso quadrilátero formado pelas cidades de Jabotão, Vitória de Santo Antão, Escada e Cabo abrigava vários engenhos que para serem acessados tornavam necessário seguir por caminhos que se bifurcavam por dentro do imenso “mar de cana”.²³¹ Essa extensa área cortada ao norte pelo Rio Jabotão e ao sul pelo Rio Pirapama abrigava em sua parte central não somente serras, morros e rios, mas

231 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 75.

uma população esquecida pelas autoridades públicas. Os engenhos Pari, Buscaú, Comaru, Gurjaú de Baixo, Gurjaú de Cima, Jacobina, Bom Jardim e Coimbra são exemplos daqueles localizados nas áreas mais distantes dos centros municipais e das rodovias pavimentadas em condições de uso.

Afastando-se do litoral, em direção a Chã Grande, a monotonia verde dos canaviais seguia dominando a paisagem. Depois de transpor a PE-45 e o Rio Ipojuca, até a Serra dos Caboclos, toda a área era composta por engenhos de cana e quase nenhum sítio ou fazenda. Os engenhos Taboca, Riachão, Matapiruma de Cima, Pirapama e São José ocupavam locais de acesso mais complicado, bem no centro da extensa área de monocultura. Seguindo para o sul, passando por Ribeirão, Gameleira, Sirinhaém e Rio Formoso, em direção a Barreiros e São José da Coroa Grande na divisa com as terras de açúcar em Alagoas, o desenho da *plantation* se mantinha. Os Rios Camaragibe, Sirinhaém e Una, com extensão e volume relativamente importantes à primeira vista, representavam quase elementos acidentais na paisagem monótona e imponente dos canaviais. Vistos por um ângulo mais aberto e elevado, pareciam delicadas linhas que costuravam o imenso tecido verde de cana. Ainda na Mata Sul, rumando em direção a Água Preta, Palmares e Catende, nos confins geográficos da fronteira do mundo do açúcar com o Agreste, a cana transgredia as distâncias dos engenhos mais entocados. Lá, também, homens, mulheres e crianças se perdiam por entre os canaviais, dispersos em engenhos cuja posição relativa na arquitetura da *plantation* fazia indicar sua função concentracionária no sistema. Para acessar o Engenho Canaru em Palmares, por exemplo, era necessário fazer um percurso de aproximadamente 24 km; nos períodos de chuva, quando um trecho de 9 km ficava intransitável, os *moradores* eram obrigados a fazer um desvio pela estrada de Ribeirão/Cortês num percurso de 76 km.²³²

232 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit., p. 197.

Na Mata Norte, a disputa dos engenhos com os sítios e fazendas não impedia o domínio da cana sobre a maior parte do solo. Em 1970, municípios inteiros como Timbaúba na fronteira norte com a Paraíba; São Vicente Férrer nos limites da Mata com o Agreste; Aliança; Condado, Goiana, Vicência, Itaquitinga; Nazaré da Mata e Araçoiaba, todos visíveis nas cartas da Sudene, eram dominados pela monocultura canavieira. Na verdade, muitas fazendas e sítios pertenciam às usinas, ampliando os limites territoriais do latifúndio. Mesmo nessas áreas, contudo, a cana disputava espaço com outras culturas e com a criação de gado. Na Paraíba, as terras da Fazenda Leitão, pertencentes à Usina Monte Alegre S.A., por exemplo, eram invadidas pela cana que ocupava todo e qualquer pedaço de terra. Quase não existia vazios na *plantation*.

As vias de comunicação entre os engenhos e o mundo exterior eram ainda piores em épocas mais remotas. O *senhor de engenho* Júlio Bello, em suas *Memórias*, dizia que o Recife era tão longe que se ele “tivesse de passar com a família uma temporada na Europa não seriam tão antecipados os preparativos e não se falaria com tamanho alarime e mistério da viagem”.²³³ Quando de uma de suas viagens, afirmou: “recordo-me que vim uma vez do Recife em automóvel, pela Escada, fazendo um grande rodeio, porque na época ainda não se havia construído rodagem direta, para lá pelo Rio Formoso, Sirinhaém e Ipojuca”.²³⁴ Sua descrição das vias de acesso que levavam aos engenhos atribuía quase que vida própria aos tortuosos caminhos que conduziam até os cortes mais fundos do território da cana:

o caminho torneja e vai se vendo aquele quadro encantador ora numa, ora noutra volta, às vezes subindo num alto, outras descidos ao escampo de uma planície de terras lavradas de

233 Júlio Bello. *Memórias de um senhor de engenho*. Prefácio de Gilberto Freyre e José Lins do Rego. Recife: Fundarpe, 1985, p. 52.

234 *Idem*, p. 145.

pouco, até que dentro do cercado do engenho a estrada alargava-se numa encruzilhada, recorta-se divide-se e emaranha-se em vários caminhos, enovela-se e inverte-se depois a principal em ângulo quase reto para o nascente, como uma imensa, uma infinita corda que amarrasse uns aos outros todos os engenhos, continuando vitoriosamente para o sul. Então, num corte mais fundo, por onde aquela corda fantástica se subverte, desaparecem a mata e os grandes ‘bouquets’ amarelos de pau-d’arco.²³⁵

A “natureza” labiríntica, mencionada por Bello, dos emaranhados caminhos que ligavam interior e exterior do mundo do açúcar, somada ao solo massapé e aos elevados índices de precipitações pluviométricas, tornava a mobilidade dos *moradores* sempre mais problemática. Ainda O *Levantamento socioeconômico* de 1987 afirmava que na *plantation* “em época de chuva torna[va]-se difícil o tráfego de veículos”,²³⁶ uma vez que “os automóveis fica[va]m impossibilitados de transitar, restando aos moradores como opção apenas caminhar ‘a pé’, ou transporte por tração animal”. Como resultado da pesquisa: “foram encontrados trechos alagados, com extensão superior a 100 m, permitindo apenas o deslocamento de animais e veículos pesados. Até mesmo para o pedestre a locomoção torna[va]-se bastante difícil”.²³⁷ De acordo com os técnicos que realizaram a pesquisa, esse isolamento social era mantido “por efeito de uma estrutura conservadora e hermética”,²³⁸ que impelia a força de trabalho a viver

235 Ibidem.

236 Esse *Levantamento* do Governo do Estado é revelador da persistência do problema das “águas que dificultam enormemente o trânsito”. Affonso Varzea. *Geografia do açúcar no leste do Brasil*. Op. Cit., p. 151.

237 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit.

238 Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem). *Termo de referência para uma ação do governo do Estado de Pernambuco na Zona da Mata (Bases de uma nova política, interessando especificamente à economia canavieira)*. Recife, 1987.

confinada na lavoura canavieira. O “total isolamento em que viv[ia]m [os moradores de engenho], privados, como se encontra[va]m, do acesso a equipamentos que lhes possibilit[asse]m condições dignas de saúde, moradia e educação”,²³⁹ descrito pelo relatório do Governo, ilustra bem como a *plantation* dominava as populações, aglomeradas em localidades ilhadas pela cana.

Na região açucareira da Bahia, em meados do século xx, os relatos de Harry William Hutchinson apontam também que, no Recôncavo, “não [havia] transporte público no interior” dos engenhos e o trem, que não era utilizado pelos moradores da cidade, normalmente ficava muito longe. A maioria da população precisava andar para todos os lugares que ia.²⁴⁰ Na região onde Hutchinson realizou suas pesquisas, todo o transporte de mercadorias, mesmo na estação seca, era realizado por carro de boi.²⁴¹ Durante a estação chuvosa, “a camada de barro por baixo da parte superficial do solo segura[va] a água, transformando as estradas em atoleiros praticamente intransitáveis. A situação se torna[va] ainda pior logo após o fim das chuvas e a secagem da superfície, pois quando um homem ou animais romp[iam] a superfície seca e afunda[vam] no barro, a sucção criada [era] difícil de ser superada... Durante estes meses, a viagem [era] extremamente cansativa para os cavalos e mulas”.²⁴² Ademais, como os rios nessa região eram poucos e pequenos, tendendo a secarem nos quentes verões, a água era escassa, tornando comum a imagem de mulheres e crianças carregando galões de água em suas cabeças, e de burros carregando barris de água ao longo das estradas.²⁴³ Segundo Hutchinson, “o sentimento de isolamento e abandono [era] forte”.²⁴⁴

239 Idem.

240 Harry William Hutchinson. *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Op. Cit., p. 19.

241 Idem, p. 19.

242 Idem, p. 18.

243 Idem, p. 21-22.

244 Idem, p. 65.

De volta a Pernambuco, a precariedade da rede de comunicação viária, bem como a ausência quase absoluta de um sistema integrado de transporte, tornava os engenhos territórios isolados. Geógrafos afirmavam, já em 1984, que na região da bacia do Rio Pirapama, “à exceção de algumas rodovias de terra batida melhor conservadas nas vizinhanças de usinas de açúcar e de destilarias”, a “densa urdidura de caminhos vicinais [era], às vezes, [impraticável] na estação das chuvas”.²⁴⁵ Gilberto Freyre chamava essas estradas de “caminhos de rato”. Manuel Correia dizia que na *plantation* é possível percorrer “quilômetros e quilômetros sem se ver outra planta que não seja a cana-de-açúcar”.²⁴⁶



O engenho era a essência a um só tempo prática e simbólica do poder da classe patronal, de sua dominação sobre terras e homens. Da mesma forma que nas vilas operárias, nos arredores das usinas, a arquitetura dos engenhos também possuía a função primeira de controlar as forças produtivas. Ela era uma das condições para que a potência de suas formas se tornasse ativa na realização eficaz e concreta da empresa da exploração. Em tese recentemente defendida, a antropóloga Ana Luísa Martins Micaelo descreve e ilustra o desenho do Engenho Arupema na Mata pernambucana (Figura 24).²⁴⁷ Para seus interlocutores, o engenho ficava no “fim de mundo”:

245 Gilberto Osório de Andrade & Raquel Caldas Lins Andrade. *Pirapama: um estudo geográfico e histórico*. Op. Cit., p. 141.

246 Manuel Correia de Andrade. *Área do sistema canavieiro*. Op. Cit., p. 545.

247 “Neste mapa não se encontram marcados quaisquer caminhos ou estradas, uma vez que estes eram muito incipientes, tendo-me sido feita referência

Há vinte anos atrás, Arupema era um engenho com poucos moradores cujas casas se encontravam dispersas por entre a cana rarefeita. ^[248] Na sede do engenho, onde se situava a casa-grande que o proprietário raramente frequentava, encontravam-se apenas a casa do administrador..., a cocheira dos animais e as casas de mais três ou quatro famílias de moradores. O lugar era relativamente distante da cidade sede do município e isolado das estradas principais. As pessoas deslocavam-se a pé, de burro ou cavalo”. “[N]o passado os acessos ao engenho eram muito precários, tornando-se impraticáveis nos períodos de maior intensidade das chuvas. As pessoas recordam que não havia estradas, mas caminhos de barro, muito estreitos, mais próximos de trilhas pedonais. Até ao fim dos anos 1990, não havia rede de eletricidade, escola ou posto de saúde no engenho Arupema. Por esse motivo, para frequentar a escola, as crianças deslocavam-se diariamente para um engenho próximo, a pé ou de burro, dado que o automóvel era um requisito que, naquele tempo, apenas o administrador do engenho tinha.²⁴⁹

apenas a um trecho de caminho em terra batida que se estendia desde a sede do engenho até ao seu limite com o outro engenho do mesmo proprietário: Águas Brancas”. Ana Luísa Martins Micaelo. *Essa terra que tomo de conta: parentesco e territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco*. Tese de Doutorado em Antropologia. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014, p. 58.

- 248 Para Lygia Sigaud, tratava-se de uma espécie de dispersão induzida. Segundo a autora: “a ação inibidora dos proprietários, que vêm na horizontalização das relações o germe da ‘subversão’, provavelmente ainda hoje restringe uma maior aproximação dentro do engenho... Há proprietários que fecham a igreja e o barracão do engenho e não permitem grupos escolares nem reunião do Sindicato dentro da propriedade para não favorecer o contato entre *moradores* e evitar a ‘agitação””. Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 210.
- 249 Ana Luísa Martins Micaelo. *Essa terra que tomo de conta: parentesco e territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco*. Op. Cit., p. 54; 139.

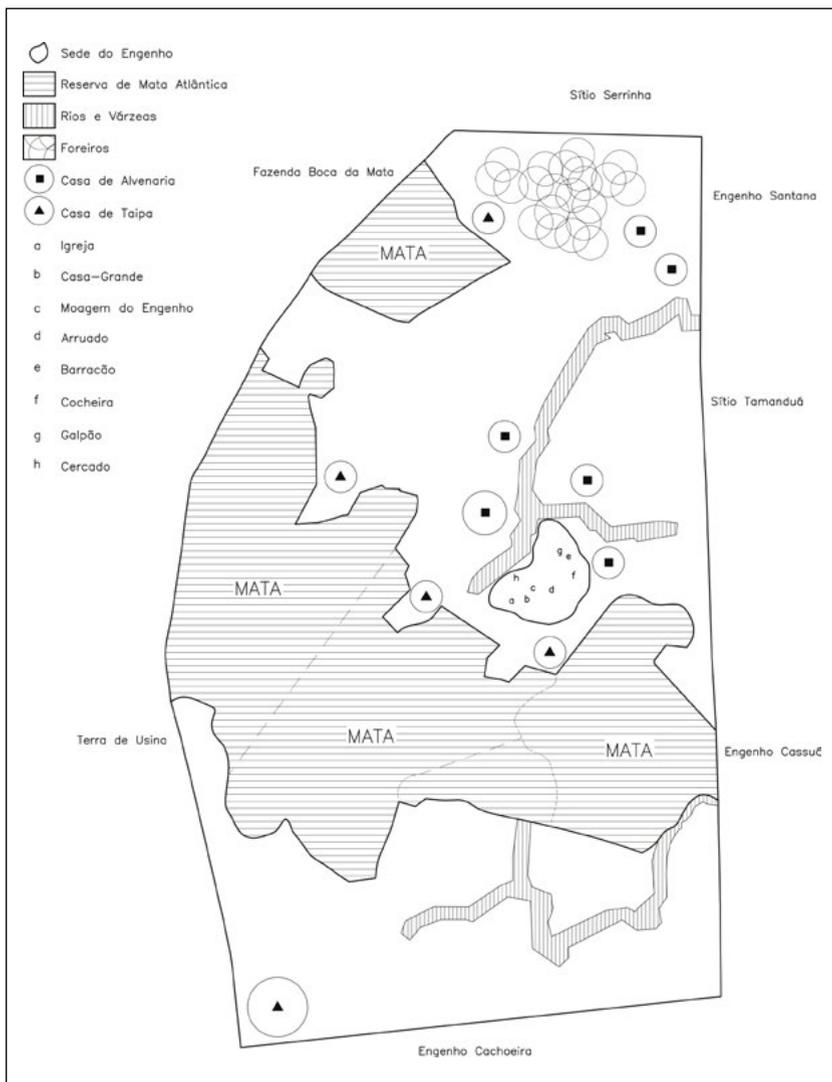


Figura 24. Desenho do Engenho Arupema.
 Fonte: Micaelo (2014).

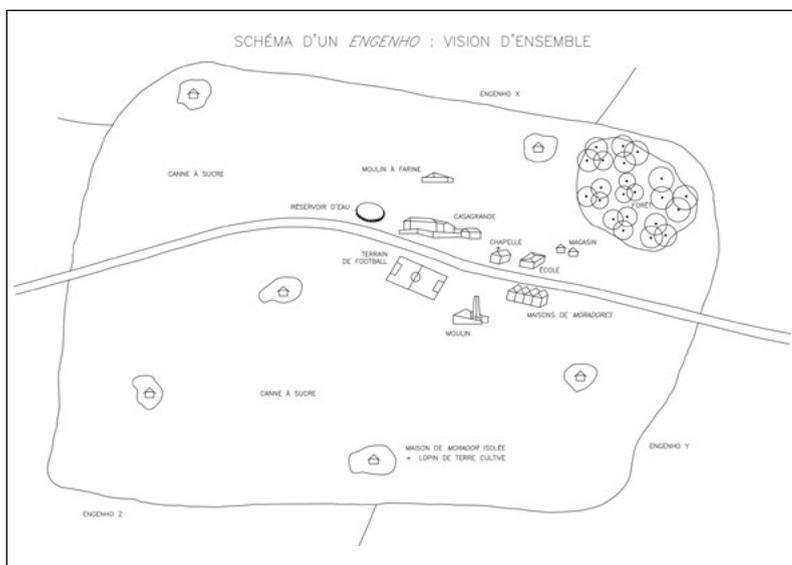


Figura 25. Schéma d'un engenho: vision d'ensemble.

Fonte: Garcia (1989a)

Cada engenho tinha seu próprio núcleo autogestado, cujo desenho das construções denunciava a hierarquia desigual de seu sistema social (Figura 25). A rua das casas dos trabalhadores, por exemplo, normalmente era voltada para a casa do feitor,²⁵⁰ que observava seu comportamento diário a fim de lhe impor as penalidades

250 Segundo o *Dicionário do açúcar*, Feitor: “Capataz, administrador de bens alheios. Nos primitivos engenhos de açúcar, o feitor era um empregado contratado para dirigir o serviço dos escravos, fazendo-o quase sempre com o máximo de energia e severidade, policiando o trabalho e distribuindo punições que iam desde os bolos de palmatória até o tronco, onde o negro cativo caído em falta ficava amarrado durante dias e dias, às vezes passando a pão e água... Para os trabalhadores do eito o feitor é sempre considerado um algoz”. Nelson Barbalho. *Dicionário do açúcar*. Op. Cit., p. 216.

cabíveis em caso de “desvio de conduta”.²⁵¹ Afrânio Garcia descreveu em detalhes a organização e a lógica espacial dos engenhos na região açucareira da Paraíba:

O exame da distribuição espacial das construções existentes nos *engenhos* e suas funções permite avaliar a amplitude dos planos da vida social que foram estruturados pela hierarquia do *engenho*. A cultura objetivada no espaço materializa a hierarquia, ao mesmo tempo que contribui, por sua simples existência, à interiorização por cada indivíduo das disposições mentais correspondentes à posição que ocupa neste espaço. O esquema do conjunto da propriedade mostra uma parte central, onde a construção mais imponente é a *casa-grande*, onde reside a família do *senhor*, junto ao *engenho* propriamente dito, galpão onde estão a moenda e as instalações de fabricação dos derivados da cana. Este conjunto está cercado por campos cultivados de cana-de-açúcar; no meio do canal, vez por outra, encontram-se as casas dos *moradores*, de pau-a-pique, em geral, cercadas por roçados e eventualmente algumas árvores frutíferas. A posição central e o aspecto da casa da família do proprietário, em contraste com as casas dos *moradores*, e a extensão do canal confrontada aos roçados diminutos constituem um dos melhores índices da maneira pela qual se distribui e se exerce o poder social. O exame da parte central é ainda mais significativo: a *casa-grande* e o *engenho* estão situados nas proximidades da capela, da escola, do *barracão*, e do terreno para jogos de futebol e para as festas ao ar livre; mais adiante se situa um grupo de casas geminadas para *moradores*, ocupadas em geral por empregadas domésticas da *casa-grande*, por jardineiros e os que se ocupam do pomar. Isto permite que todos os encontros e todas as reuniões, das mais informais ou obras do acaso, como o encontro dos homens no *barracão* para beber uma lapada de cachaça

251 “Each of the plantations has its own nucleus, the street of worker’s house oriented toward the house of the overseer”. Harry William Hutchinson. *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Op. Cit., p. 65.

finda a jornada de trabalho, às mais institucionalizadas e ritualizadas, como os ofícios religiosos, passando pelas festas e jogos esportivos, não possam escapar ao olhar vigilante do senhor da *casa-grande* e de todos os habitantes do domínio. A escola e a capela, situadas em torno da *casa-grande*, contribuem para redobrar o marco simbólico deste micro-espço como o local onde estão concentrados todos os poderes.²⁵²



Os engenhos, portanto, não eram apenas unidades produtivas. Eles representavam todo um padrão de organização social, modelador de uma sociedade com estrutura social definida. Nada do que se passava em seu interior – como as práticas religiosas; o ensino escolar (nos raros casos de engenhos com escolas); o controle dos atos cotidianos; o uso da violência física; as atividades de lazer e festas; as rodas de conversas entre os homens nos finais de semana; a organização das mulheres durante a lavagem de roupa... – escapava do controle da classe patronal.²⁵³ Suas formas herméticas – que no conjunto da zona canavieira pode-se dizer que compunham padrões espaciais – não eram apenas uma variável, mas também um dado do próprio processo de constituição espacial do mundo do açúcar. Eram, ao mesmo tempo, resultado e condição de existência da *plantation*, afetando todos os âmbitos da vida dos indivíduos, condicionando seus atos e dissuadindo-os, sob o risco de morte em muitos casos, de movimentos mais abertos.

252 Afrânio Raul Garcia. *O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Op. Cit., p. 43.

253 Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit.

A modernização do setor com o aparecimento das usinas, bem como o lento avanço do sistema de rodovias ligando o mundo externo e interno dos engenhos, não impediu que seus traços mais arcaicos, herdeiros dos tempos da escravidão, se perenizassem na “agroindústria do açúcar de Pernambuco; onde tantos foram os bangüês que aprofundaram raízes seculares na paisagem e imprimiram-lhe marcas bem poucas vezes contrafeitas e quase nunca de todo dissipadas”.²⁵⁴ Como a antropóloga Nancy Scheper-Hughes escreveu em *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*, após viver vários anos na zona canavieira no norte de Pernambuco:

se alguém se desviar da rua principal, pegando os empoeirados e às vezes lamacentos caminhos que entrecruzam a cidade..., e seguir os trilhos do trem ou os contornos dos antigos engenhos nos arredores da cidade, as imagens de modernidade desaparecem. Imediatamente mergulha-se em outro mundo e em outro tempo, outra cronicidade por completo.²⁵⁵

Esse outro mundo ao qual a pesquisadora se refere era, precisamente, o que chamo aqui de espaço de liberdade contingente, onde tempos diversos se acumulavam para compor uma sociedade desigual e quase imóvel em suas estruturas de controle e dominação.

254 Gilberto Osório de Andrade. *Os rios do açúcar no Nordeste oriental (o Rio Paraíba do Norte)*. Vol. III. Recife: IJNPS, 1959, p. 81.

255 Nancy Scheper-Hughes. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Op. Cit., p. 88.



Figura 26. Engenho Oratório. Nazaré da Mata, PE. Fonte: Coleção engenhos de açúcar em Pernambuco. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 27. Engenho Araticuns. Vicência, PE. Fonte: Coleção engenhos de açúcar em Pernambuco. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 28. Engenho Ribeirão. Vicência, PE. Fonte: Coleção engenhos de açúcar em Pernambuco. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 29. Engenho Vicência. Vicência, PE. Fonte: Coleção engenhos de açúcar em Pernambuco. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 30. Engenho Violento. Vicência, PE. Fonte: Coleção engenhos de açúcar em Pernambuco. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 31. Pernambuco: um engenho. 31 de julho de 1968. Fonte: Coleção engenhos de açúcar em Pernambuco. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 32. Engenho Matapiruma. Escada, PE. Fonte: Foto de Julien Mandel. 1930-1940. Coleção engenhos de açúcar em Pernambuco. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 33. Engenho Canaveiras. Chã de Alegria, PE. Fonte: Coleção Instituto do Açúcar e do Alcool. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 34. Santa Teresinha. Água Preta, PE. Fonte: Coleção Instituto do Açúcar e do Alcool. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 35. Engenho Pintos. Moreno, PE. Ca. 1940. Fonte: Coleção Gileno de Carli. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 36. Usina Nossa Senhora de Lourdes. Macaparana, PE. Fonte: Coleção Instituto do Açúcar e do Alcool. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.

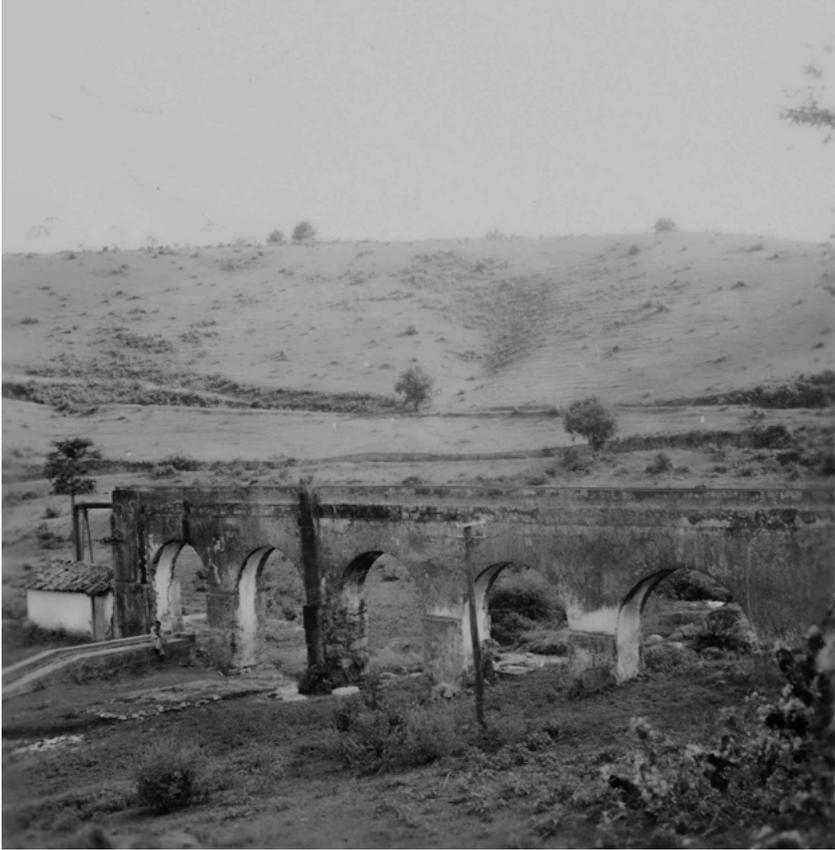


Figura 37. Engenho Palmeiras. Jaboatão, PE. Fonte: Foto de Carlos Brotherhood. 1968. Coleção Vales Açucareiros. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 38. Engenho Babilônia. Nazaré da Mata, PE. 1956. Fonte: Coleção Vales Açucareiros. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 39. Engenho Babilônia. Nazaré da Mata, PE. 1956. Fonte: Coleção Vales Açucareiros. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 40. Engenho Bom Destino. Bom Jardim, PE. 1956. Fonte: Coleção Vales Açucareiros. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 41. Engenho Cotunguba. Nazaré da Mata, PE. 1956. Fonte: Coleção Vales Açucareiros. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 42. Engenho Laje. Nazaré da Mata, PE. 1956. Fonte: Coleção Vales Açucareiros. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 43. Engenho Palma de Orobó. Bom Jardim, PE. 1956. Fonte: Coleção Vales Açucareiros. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 44. Engenho Pindoba. Paudalho/Carpina, PE. 1956. Fonte: Coleção Vales Açucareiros. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.



Figura 45. Engenho Trapuá. Paudalho/Nazaré, PE. 1956. Fonte: Coleção Vales Açucareiros. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Ministério da Educação.

CAPÍTULO III

A liberdade como contingência

A *plantation* e a (i)mobilização da força de trabalho no mundo dos engenhos

As formas espaciais assumidas pela *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil, sua configuração territorial hermética, labiríntica e concentracionária, eram como moldes aos quais os grupos humanos a ela ligados (notadamente a classe trabalhadora) deveriam se adequar e nos quais eram forçados a cumprir suas ações em sociedade. Seu significado e valor, entretanto, não emanavam apenas de seu desenho, mas do papel que – pelo fato de comporem um sistema coeso e integrado de objetos geográficos, formando uma extensão contínua e homogênea – elas desempenhavam no processo social: de sua função.

O repertório de funções que podem ser combinadas às formas geográficas; o que se pode fazer com elas; o que elas podem oferecer; como elas podem ser manipuladas... dependerá, contudo, dos propósitos pelos quais foram criadas e seu controle e gestão ao longo do tempo. Como Milton Santos esclareceu, “são as propriedades fundadoras de uma coisa que dizem como ela se relacionará com outras

coisas”.²⁵⁶ São as relações sociais, portanto, que determinam o uso das formas cujas funções são definidas apenas em sociedade.

Era a partir dessa lógica que a *plantation* se arquitetava espacialmente. Uma vez que para a possibilidade (potência) se transformar em realidade (ato) é preciso que se criem condições propícias; uma vez que a estrutura necessita das formas para tornar-se existência e, de outro lado, toda forma-conteúdo tem um papel ativo no movimento do todo social, o sistema de dominação açucareiro, comandado pelas forças armadas da classe patronal, utilizava-se da configuração territorial da *plantation* para impor seu modelo de produção/exploração da força de trabalho. O meio básico para tal intento era o controle e a *sujeição* dos trabalhadores.



Esta seção analisa como a classe patronal usava a configuração territorial da *plantation* para imobilizar os trabalhadores. Considerando que as formas espaciais são uma figura de matéria que comporta uma finalidade a ser cumprida, o propósito central aqui é entender seu papel na arquitetura espacial da *plantation* e como elas eram utilizadas para manter coeso o sistema de dominação açucareiro, confinando e isolando os trabalhadores no mundo fechado dos engenhos.



256 Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. Op. Cit., p. 62.

O mundo do açúcar no Nordeste do Brasil era o produto de interações ambientais e históricas num mesmo espaço. Nele, a *plantation* sujeitou todos, não apenas os *moradores de engenho*, à sua esfera de influência. Seguindo a linha do tempo, “foi a expansão dos canaviais pelas terras úmidas da mata que possibilitou a ocupação do espaço pernambucano, traçando as suas linhas mestras e marcando e remodelando o tipo de organização do território”.²⁵⁷ Se, cidades inteiras, usinas e engenhos estavam amarrados ao sistema de dominação da *plantation*, todos os seus habitantes, de uma forma ou de outra, também eram a ele sujeitos. Seu raio de ação e domínio atingiam mesmo regiões que não eram predominantemente canavieiras, como o Agreste e Sertão.

A cana-de-açúcar alastrou-se enquanto suas raízes encontraram o massapé, o que quer dizer, ela dominou na Zona da Mata, ao longo dos rios de cursos longos e médios, nas baixadas das várzeas que não iam além de 60 ou 70 quilômetros a partir do litoral nordestino. Logo que aparecem os carrascais do Agreste, a cana parou a sua marcha.^[258] Contudo, foi-lhe possível dar saltos, às vezes de muitas léguas. É que

257 Manuel Correia de Andrade. “Apresentação”. In: Gaspar Peres & Apollonio Peres. *A indústria assucareira em Pernambuco*. Op. Cit., p. I.

258 Contrariando esse dado, Manuel Correia em *Área do sistema canavieiro* mostra que a cana-de-açúcar alastrou-se além dos limites da Zona da Mata, portanto atingindo áreas localizadas a mais de 100 quilômetros de distância do litoral. Contribuíram para isso a adubação e a melhoria genética das canas, tornando-as mais resistentes e passíveis de serem cultivadas em solos menos ricos que o massapé da Mata. Manuel Correia de Andrade. *Área do sistema canavieiro*. Op. Cit. Ainda segundo Manuel Correia, em Alagoas “o surto canavieiro dos fins do século XVIII e do XIX veio liquidar com as matas de várzea e das encostas, e só deixou a dos tabuleiros, graças à crença generalizada de que os solos de tabuleiro não se prestarem para a cultura da cana, preservadas, porém, até 1951, porque os irmãos Coutinho, após adquirirem a Usina Sinimbu, resolveram estender os canaviais pelos tabuleiros, com a introdução do adubo”. Manuel Correia de Andrade. *Os rios do açúcar no Nordeste do Brasil: os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel*. Op. Cit., p. 51.

no Agreste e no Sertão a dentro, existem manchas úmidas, brejos e pés de serra de solo profundo, onde a água torna possível o plantio da cana. Por isso é viável traçar-se um mapa do Nordeste no qual, fora da faixa verde dos canaviais da Zona da Mata, encontrar-se-iam pequenas ilhas, onde “bolas” de cana contrastariam com o cinzento das caatingas circunvizinhas, nessas manchas onde se plantou a cana, instalaram-se pequenos engenhos e engenhocas [...] Os canaviais do tipo “*plantation*” dos engenhos da Zona da Mata mudariam em “bolas” de cana quando transportados para os engenhos agrestinos ou sertanejos. Também lá, os engenhos eram isolados em pequenas propriedades, perdidos na vastidão do solo árido ou semi-árido do Nordeste.²⁵⁹

A dispersão geográfica das unidades produtivas e sua distância em relação às cidades do interior da Zona da Mata e do Recife, associadas à precariedade de seu sistema viário e de transporte e à omissão do Estado no que se refere à assistência aos trabalhadores, afetavam diretamente as relações de trabalho no interior dos engenhos. Uma vez que o isolamento garantia aos proprietários um controle quase absoluto da força de trabalho em seu interior, a história do açúcar no Nordeste do Brasil é impensável fora de sua geografia.²⁶⁰ A maior ou menor capacidade de se deslocar na *plantation*, para dentro e para fora dos engenhos, considerando seus obstáculos ecológicos e histórico-estruturais, é fator incontornável no estudo de um grupo de indivíduos que vivia e morava em seu local de trabalho.

259 Sylvio Rabello. *Cana-de-açúcar e região: aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Recife: IJNPS, 1969, p. 17; 41; 56-57.

260 “A enorme extensão do litoral e a concentração das culturas da cana em regiões, distantes umas das outras, em que se encontrem os solos onde podiam prosperar... tinham de forçosamente concorrer para a dispersão e isolamento dos primitivos núcleos rurais”. Fernando de Azevedo. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar*. 2ª Ed. Ilustrada. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d., p. 32.

O caráter concentracionário da *plantation*, uma de suas funções, – e com ele todos os seus atributos de violência e dominação – era, não só, mas também, reflexo de sua forma (labiríntica) e da inoperância ativa do Estado. A ausência do poder público no amparo às populações confinadas favorecia para que a classe patronal canavieira pudesse empregar todos os métodos, sutis ou explícitos, de extração do sobretrabalho aos proletários rurais. Em outras palavras, a geografia da *plantation*, sua forma secular, era usada em favor dos grupos empresariais para manter o domínio e exploração da força de trabalho. O espaço era manipulado para aprofundar as diferenças de classes.²⁶¹ Como Milton Santos afirmou, uma vez que “o ato de construir está submetido a regras que procuram nos modelos de produção e nas relações sociais suas possibilidades” de existência, “os construtores do espaço não se desembaraçam da ideologia dominante quando concebem uma casa, uma estrada, um bairro, uma cidade”.²⁶²

A vida no interior dos engenhos era emoldurada por uma geografia cujas características limitavam a mobilidade, e com isso a liberdade dos indivíduos, facilitando o uso da força física como forma de ampliar lucros.²⁶³ A submissão das cidades às usinas bem como a precariedade do sistema viário na Zona da Mata, somadas à ausência quase absoluta de um sistema de transporte público, tornavam os *moradores de engenho* como que reféns do sistema latifundiário concentracionário. Como Milton Santos afirmou:

A sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transporte. À medida que o tempo passa, a sociedade atinge níveis cada vez maiores de complexidade pelo uso das hierarquias e pelo manejo especial dos materiais e das mensagens. Segue-se que a propriedade

261 Milton Santos. *Pensando o espaço do homem*. Op. Cit., p. 32.

262 Idem, p. 36.

263 A relação entre o espaço e o uso da violência como fator econômico será abordada na parte IV.

desses sistemas é importante na condução de todas as nossas atividades. Quaisquer limitações ao movimento das coisas e dos pensamentos através dessas hierarquias convertem-se, por sua vez, em coações exercidas sobre o funcionamento da sociedade. As limitações podem ser físicas, institucionais e culturais, ou psicológicas. À medida que mudam a tecnologia e as aspirações humanas, tornando possíveis novas conexões e às vezes fechando todas as velhas rotas, a coação no interior dos sistemas também muda.²⁶⁴

Na *plantation* açucareira, como vimos, “inexist[ia]... grande parte dos fluxos que comumente ocorr[ia]m entre campo e cidade”.²⁶⁵ Mario Lacerda de Melo sugeria que “os engenhos... forma[va]m, todos eles, um sistema coeso, dominado pela força industrial centralizadora”²⁶⁶ que exigia um controle quase absoluto sobre seus habitantes. Funcionavam, portanto, de forma que “para garantir a mão de obra necessária era preciso... imobilizá-la, e o engenho o fez, fixando-a dentro dos limites da propriedade”.²⁶⁷ Sua configuração territorial manteve coeso um “capital imobilizado”²⁶⁸ sobre o qual se exercia o poder de mando. Nos engenhos, “as rondas do proprietário eram a expressão desse poder, na medida em que nenhum espaço ou ser escapava a sua atenção e intervenção”.²⁶⁹ Em Alagoas, por exemplo, até os anos 1980, “o morador era impedido de deslocar-se, inclusive não lhe era permitida a saída da

264 John F. Kolars & John D. Nysten. *Human geography: spatial design in world society*. New York, Mc Graw-Hill, 1974, citado por Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. Op. Cit., p. 19.

265 Manuel Correia de Andrade. *Área do sistema canavieiro*. Op. Cit., p. 555.

266 Mário Lacerda de Melo. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Op. Cit., p. 111.

267 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 116.

268 Yony Sampaio. *Nordeste rural: a transição para o capitalismo*. Recife: Ed. Universitária, 1987.

269 Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 159.

propriedade^[270] onde morava durante a semana, a menos que fosse mandado”.²⁷¹ Na Paraíba, “mesmo fora dos dias em que o *morador* deve[sse] trabalhar para o *patrão*, ele não pod[ia] ir vender sua força de trabalho em outro lugar sem antes obter a permissão do *patrão*”.²⁷² Manuel Diégues Jr., em *População e açúcar no Nordeste do Brasil*, afirmava que “o açúcar concentrou a população, não permitindo que ela se estendesse, em condições de densidade mais apreciável, além dos limites de sua influência”.²⁷³ Os *moradores* eram, nas palavras de Gilberto Freyre, “gente pobre e aparentemente livre”.²⁷⁴ Gileno de Carli afirmava que “falta[va] ao trabalhador rural do engenho banguê toda e qualquer assistência” e que “ele viv[ia] miseravelmente na vida de ficção de liberdade – quando há a escravatura da necessidade”.²⁷⁵

A morada

O sistema de *morada*²⁷⁶ enquanto modelo de organização da força de trabalho remete ao período que marcou o fim da escravidão. Embora

270 Mesmo em fins do século xx, a *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil parecia funcionar seguindo os códigos escravos norte-americanos: “A major part of the slave codes in all Southern states was the provision for control and discipline. Slaves were not permitted to leave plantations without permission... Slaves were not allowed to possess firearms. They could not visit whites or blacks, or receive them as visitors...”. August Meier & Elliot Rudwick. *From plantation to ghetto*. Op. Cit., p. 58-59.

271 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 197.

272 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 62.

273 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 194-195.

274 Gilberto Freyre. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 109.

275 Gileno De Carli. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Op. Cit., p. 22.

276 Moacir Palmeira. “Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”. Op. Cit.

o *morador* já existisse desde os tempos coloniais, ele ainda não tinha se transformado, até 1888, em forma dominante de exploração. Na época da escravidão oficial, os *moradores* habitavam, segundo Tollenare, as sobras de terras dos engenhos, e constituíam quatro tipos distintos: i) moradores não vinculados; ii) moradores que pagavam *cambão*;²⁷⁷ iii) moradores que pagavam *foro*;²⁷⁸ e iv) moradores sujeitos a trabalhos assalariados para o proprietário. Embora essas relações não constituíssem uma estrutura rígida e pudessem variar no tempo e no espaço, os *moradores* de maneira geral eram pequenos colonos (mulatos, negros livres ou índios) aos quais os *senhores de engenho* concediam a permissão de elevar uma cabana no meio do mato e de cultivar um pequeno pedaço de terra.²⁷⁹ Mas, “como... não t[inha]m contrato, o senhor pod[ia] mandá-los embora quando quise[sse]”.²⁸⁰ O viajante francês Tollenare testemunhou, em suas visitas aos engenhos do Nordeste, que os *moradores* “viv[iam] isolados, longe de toda a autoridade civil e religiosa”,²⁸¹ sujeitos à autoridade dos *senhores*, que não raramente tratavam-nos com

277 Segundo o *Dicionário do açúcar, Cambãozeiro*: “Morador não vinculado ao engenho mas ocupante de suas sobras de terras, o qual é obrigado a compensar o proprietário pelo uso da área ocupada e onde trabalha. O Prof. Mário Lacerda de Melo diz que ‘essa compensação certas vezes era realizada através de prestação de trabalho não remunerado (comumente um dia por semana), o que faz lembrar o sistema de corveia dos tempos do feudalismo europeu’ e que ‘outras vezes a compensação era paga em dinheiro. Nesse caso, o regime (que, então tem tudo de um sistema de arrendamento) é chamado de *aforamento* e o morador de *foreiro*’”. Nelson Barbalho. *Dicionário do açúcar*. Op. Cit., p. 97.

278 Segundo o *Dicionário do açúcar, Foreiro*: “Trabalhador de engenho que, dentro dos limites da propriedade, dispõe de pequeno trato de terra, onde cultiva um roçado qualquer, ficando sujeito ou obrigado a trabalhar para o senhor de engenho quando esse o exigir”. Nelson Barbalho. *Dicionário do açúcar*. Op. Cit., p. 219.

279 Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. Cit., p. 78.

280 L. F. de Tollenare. *Notas dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 75.

281 Idem, p. 75.

muita altivez e arrogância. Em muitos casos, os proprietários de engenhos procuravam as mulheres dos *moradores* para seu gozo.²⁸² Desde essa época, portanto, os *moradores* constituíam uma reserva de mão de obra (cativa) que podia ser utilizada a qualquer hora pela agroindústria do açúcar.²⁸³

“Com a abolição o escravo transformou-se em *morador*”.²⁸⁴ Sem qualquer alternativa fora dos limites da cana, a maior parte “[d] os ex-escravos fic[ou] na Zona da Mata porque não havia qualquer outro lugar para ir”.²⁸⁵ Doravante juridicamente livres, “muitas vezes vagando pelos engenhos à procura de emprego, esses homens eram vistos pela ótica dos proprietários como vagabundos”.²⁸⁶ A ideia disseminada no final do século XIX de que os recém-libertos eram vadios e ociosos foi bem utilizada pela classe patronal para manter a exploração dessa força de trabalho na *plantation*. Mesmo antes do Treze de Maio, durante o Congresso Agrícola do Recife (1878), por exemplo, alguns dos seus participantes propuseram resolver o problema da “vadiagem” “por meio de disposições ou regulamentos policiais severos”, através dos quais “o governo tornasse o trabalho obrigatório”.²⁸⁷ Outros, defendiam “leis que obrig[ass]em a fixar residência os indivíduos dessa classe” ou “dar pronta e severa execução

282 Marcela Heráclio Bezerra. *Mulheres invisíveis: trabalho, lutas e cotidiano das trabalhadoras rurais da cana-de-açúcar da região da Mata Sul do Estado de Pernambuco 1955-64*. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFPE. Recife. 2012.

283 Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. Cit., p. 79.

284 José Bonifácio X. de Andrade. “Expansão da usina e extinção do engenho banguê em Pernambuco”. In: Yoni Sampaio. *Nordeste rural: a transição para o capitalismo*. Op. Cit., p. 98.

285 Peter Eisenberg. *Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em Pernambuco (1840-1910)*. Op. Cit., p. 202.

286 Pedro Eugênio Toledo Cabral. “Tempo de morada: a constituição do mercado de trabalho semiassalariado na lavoura canavieira pernambucana”. In: Yoni Sampaio. *Nordeste rural: a transição para o capitalismo*. Op. Cit., p. 48.

287 *Congresso Agrícola do Recife, 1878. Trabalhos*. Introdução de Gadiel Perruci, Ed. fac-similar, Recife: CEPA/PE, 1978, p. 278.

às leis que proib[ia]m a vagabundagem”.²⁸⁸ Assim, a falta de opção fora dos engenhos, associada às estratégias dos *senhores* em manter o controle sobre os libertos por meio de uma falsa propaganda contra sua suposta vadiagem, não tornou imprescindível o uso da violência física explícita para manter os trabalhadores concentrados no mundo dos engenhos.²⁸⁹

o morador não vinculado se prestava muito bem à efetiva ocupação do solo pelos proprietários fundiários. A permissão “graciosa” do senhor de engenho (mesmo em casos em que não existisse pagamento de renda em dinheiro) garantia a propriedade privada da terra em áreas que, do contrário, poderiam ser consideradas, na prática, devolutas.²⁹⁰

Com a abolição, portanto, a classe patronal canavieira não foi de fato ameaçada por uma suposta ausência de braços na *plantation*. Segundo o economista Pedro Eugenio Cabral, a *morada* foi “a única opção possível de articular o trabalhador livre com a produção canavieira”;²⁹¹ além de preservar os engenhos enquanto territórios particulares de dominação. Para ele, o assalariamento puro, fora da *morada*, era uma impossibilidade estrutural à manutenção da *plantation* e, ao mesmo tempo, significaria um duro golpe no setor açucareiro, já que este sempre sobreviveu, em Pernambuco, com base na exploração humana. Assim, “por ser o engenho a forma social dominante nas áreas onde se desenvolveu, e estando, por conseguinte, fechadas outras alternativas econômicas, eram geralmente os próprios trabalhadores que procuravam os senhores para pedir *morada*”.²⁹²

288 Idem, p. 400.

289 Pedro Eugenio Toledo Cabral. “Tempo de morada: a constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na lavoura canavieira pernambucana”. Op. Cit., p. 50.

290 Idem, p. 35.

291 Idem, p. 53.

292 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 118.

O processo de institucionalização da *morada* não foi tão complexo quanto se supõe. A fórmula era simples: pelo ritual de pedir *morada*, o proprietário se informava sobre o pretendente por meio de carta do antigo *senhor* ou por emissários. De forma geral, só era aceito como *morador* quem tinha filho e/ou esposa, e o simples fato de ser o próprio trabalhador quem pedia *morada* tornava-o, segundo parte da literatura, como endividados moralmente, dada a “generosidade” do *senhor* em aceitá-lo como um dos seus, o que asseguraria gratidão e fidelidade do *morador* para com ele. Em algumas ocasiões, quando o proprietário aceitava trabalhadores que haviam abandonado o antigo *senhor* por ter contraído débitos no *barracão*, a dívida contraída era dupla: monetária e moral. Por esse mecanismo, argumentou a antropóloga Beatriz Alásia de Heredia, “o morador se socializava no esquema de dominação”.²⁹³

Na *plantation*, “tornar-se um *morador* era alguma coisa como tornar-se um homem submisso a outro”,²⁹⁴ afirmou Afrânio Garcia. Nesse processo, “a concessão da casa [símbolo maior da *morada*] implica[va], dentre outras coisas, a perda da vida privada, como por exemplo o controle das visitas que o *morador* poderia receber”.²⁹⁵ Segundo Teresa Sales, o uso da expressão “trabalhadores livres” quando se faz referência aos *moradores de engenho* deve ser empregada entre aspas porque “a liberdade aludida apenas significa[va] o fato de a mão de obra não ser formalmente escrava, comprada e vendida como mercadoria”.²⁹⁶ O historiador Flávio Guerra também salientou que esses trabalhadores eram “livres apenas no nome, porque as novas condições de trabalho [depois da abolição] criadas

293 Idem, p. 119.

294 Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 13.

295 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. x.

296 Maria Teresa Sales de Melo Suarez. *Cassacos e corumbas*. Op. Cit., p. 32.

para a vida nos serviços do açúcar, continuaram sendo senão de escravidão no sentido lato do vocabulário, pelo menos de sujeição quase absoluta ao patrão”.²⁹⁷ A forma de funcionamento dos engenhos, pelo emprego explícito da violência e pelo ritmo e intensidade do trabalho desempenhado em seu interior, em quase nada foi modificada.

expulsos do interior ou libertos das relações escravistas, estes homens [ex-escravos],... não encontravam opção de trabalho que não fosse se submetendo às relações de morada,... relações que significavam uma subordinação completa não só econômica mas política e social ao proprietário.²⁹⁸

A longevidade das formas de exploração nas relações entre as classes era umas das marcas da *plantation*. A abolição não modificou muitas características sociais dos antigos banguês. A estrutura espacial de dominação e controle nos engenhos não deixou de existir como modelo de exploração. Os trabalhadores – assim como os canaviais, os rios, as montanhas... – permaneceram integrantes da *plantation*, agora na condição de *moradores*. A liberdade não teve lugar no mundo do açúcar, tornando-se contingencial e limitada ao plano jurídico.²⁹⁹

297 Flávio Guerra completa: “livres, como já disse alguém, até onde a liberdade possa considerar-se exclusivamente o não ser propriedade de ninguém. A sujeição do trabalho e quase de vida, porém, continuava ainda a existir”. Flávio da Motta Guerra. *Idos do velho açúcar*. 2ª Ed. Revista e Aumentada. Recife: Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, 1982, p. 195-196.

298 Pedro Eugenio Toledo Cabral. “Tempo de morada: a constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na Lavoura Canavieira Pernambucana”. Op. Cit., p. 47.

299 Segundo Bernard Bret: “À la campagne, le système du latifundio traditionnel voulait que le propriétaire concède au *morador* quelques parcelles en usufruit et ne lui verse qu’une rémunération minimale pour les journées de travail passées sur les terres du domaine. La dépendance du *morador* était totale, aggravée par les sommes dues à la boutique de la propriété. Or, comment échapper à cet endettement fait précisément pour vous enfermer dans la position du débiteur insolvable quand on est isolé et sans véhicule pour se rendre en ville?”

O engenho como *cativeiro*

Se o regime de trabalho exaustivo comandava o tempo absoluto dos *moradores*, o engenho controlava seu espaço. Na verdade, em sua maioria, aqueles que viviam em seu interior se viam como *cativos* de um sistema inextricável de dominação e controle de todos os âmbitos de suas vidas.

O *Cativeiro*... designa[va] uma posição de disponibilidade completa do *morador* e de sua família, de quem, a qualquer momento, o *usineiro* ou *senhor de engenho* pod[ia] exigir os serviços. Designa[va] também que estes serviços só depend[ia]m da vontade do patrão, que pod[ia] fazer cumprir suas ordens por meio da força física.³⁰⁰

Cativos e *sujeitos* eram os termos que melhor definiam os *moradores de engenho*. Termos que, em grande medida, os remetiam de volta aos tempos da escravidão e sua consequente ausência de liberdade. Embasada nos depoimentos dos trabalhadores e em dados coletados em pesquisas antropológicas *in loco*, parte da literatura

Si le paternalisme pouvait adoucir la violence de la relation de travail il faut bien reconnaître que ce sont là deux faces d'une même réalité: l'oppression. Cette dépendance créait autrefois (crée encore aujourd'hui?) des clientèles électorales au service de l'oligarchie foncière. Sous les pressions et face aux menaces, les *moradores* étaient obligés de voter comme le maître le leur disait, c'est-à-dire pour lui-même s'il était candidat ou, sinon, pour un de ses proches. C'est le système connu sous le nom de *coronelisme*, par lequel le *coronel* qui possède la terre détient aussi le pouvoir local parce qu'il contrôle ses *paysans*. Dans une telle situation, le *morador* est privé de sa liberté (il ne peut pas quitter le domaine car il est piégé par sa dette), du bien-être (le système l'enferme dans la pauvreté), de sa dignité et de sa citoyenneté (comment être citoyen quand on dépend de celui qui vous dicte comment voter?). Bernard Bret. "Territoires de servitude et territoires de liberté au Brésil". In: *Espace populations sociétés* [En ligne], 2014/2-3 | 2015, mis en ligne le 12 janvier 2015, consulté le 11 février 2015. URL: <http://eps.revues.org/5752>.

300 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 73.

definiu os engenhos como *cativeiros*,³⁰¹ uma vez que confinavam e exploravam pessoas com base em violência física e simbólica. Boa parte das pessoas que tiveram a experiência de passar alguns dias nos engenhos os percebia como um “sistema de mando, de imposição, de fustigação, de desrespeito pela pessoa humana”.³⁰² Manuel Diégues Jr. dizia que o açúcar “concentrando a população em sua exploração, também a sujeitou ao seu imperialismo”.³⁰³ O antropólogo Afrânio Raul Garcia também afirmou que:

O uso mais comum, mas não o único, associa *sujeitos* aos trabalhadores residentes nos engenhos e *libertos* a todos os outros. Agora, esta distinção não tem nenhum fundamento jurídico: de acordo com as disposições legais em vigor, todos os indivíduos são livres e iguais perante a lei. Esta classificação não é nem reconhecida nem sancionada pelo Estado.³⁰⁴

De fato, os termos *sujeito* e *cativo* não se referiam, simplesmente, ao local de moradia; eles remetiam, mesmo indiretamente, a um sofisticado sistema de *assujeitamento* ao qual a força de trabalho estava amarrada. E embora não se configurem categorias válidas em termos jurídicos, elas podem ser empregadas a partir de pressupostos históricos e sociológicos. Uma vez que as condições reais de vida e trabalho o aproximavam mais da escravidão do que dos tempos de liberdade, o *sujeito* era um *cativo*/escravo por outros termos. Ainda segundo Afrânio Garcia, o engenho era “como um

301 Segundo Marie France “os *moradores sujeitos* estão na sua maioria localizados na zona açucareira. Se bem que se encontre um pequeno número na região do Agreste (... na cultura do algodão)”. Marie France Garcia. *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo do agreste paraibano*. Op. Cit., p. 130.

302 Amaro Luiz de (Palmeira) Carvalho. “O movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco”. Op. Cit., p. 17.

303 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 194.

304 Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 8.

invólucro, como um universo social fechado”.³⁰⁵ Neles, muitos indivíduos nasciam, viviam/trabalhavam e morriam sem jamais terem atingido seus limites externos: “seus limites não iam além do sítio; nada os empurrava para fora. Ignoravam os espaços que acenavam com outras promessas. Longe dessas fronteiras, estariam perdidos. Sua geografia era mínima”, escreveu José Américo de Almeida.³⁰⁶ Os engenhos “constitu[í]am uma espécie de força centrípeta, que os impel[ia] todos [os *moradores*] ‘naturalmente’ para dentro do espaço dominado pelo poder do *senhor*, e marca[va] seu horizonte mental..., os distanciando e isolando do mundo social ao redor”.³⁰⁷ O *cativo*, portanto, não era uma virtualidade da relação entre *senhores* e *moradores*, como alguns autores tentaram fazer crer, mas algo que se colocava no cotidiano das relações.³⁰⁸ Como Lygia Sigaud afirmou, o uso comum pelos trabalhadores do açúcar de termos como *cativo*, *livre* e *cativo* durante o século xx mostra que “as categorias da época escravista ainda eram apropriadas para descrever situações percebidas como análogas àquelas de um passado cuja memória tinha sido preservada e transmitida através de gerações”.³⁰⁹

Não é apenas o trabalhar à noite, doente, cansado, os seis dias da semana, sem *precisão* que define o *cativo*. O *cativo* reside no ser chamado em casa para trabalhar, no ter um *empregado* batendo à sua porta, convocando o *morador* para

305 Idem, p. 47.

306 José Américo de Almeida. *Memórias: antes que me esqueça*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

307 Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 37.

308 Segundo Lygia Sigaud, de cujo ponto de vista neste caso eu me distancio: “por ter o caráter de um abuso do poder do proprietário, o *cativo* [era] uma virtualidade da relação e não necessariamente algo que se colo[casse] no cotidiano da relação *morador-proprietário*”. Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 207.

309 Lygia Sigaud. “A collective ethnographer: fieldwork experience in the Brazilian Northeast”. In: *Social Science Information* 47, nº 71, 2008, p. 89-90.

o trabalho. O que faz com que o trabalhador se pense como *cativo* é o fato de que nesses momentos não tem a “liberdade” de dizer “não”.³¹⁰

Nesse espaço de liberdade contingente, quanto maior a distância em relação ao mundo externo, maior o potencial de exploração ilegal e uso da força física com objetivos econômicos por parte do setor empresarial. Inseridos num longo quadro social marcado por medo e ameaças, fora do alcance dos possíveis benefícios ofertados pelo Estado, os *moradores* viviam isolados, sem amparo social que os retirasse da condição de eternos subordinados e explorados.

Os *senhores de engenho* e grandes proprietários eram os “descendentes dos que participaram da conquista e ocupação do espaço canavieiro nos quatro e meio séculos de ocupação”.³¹¹ Eles eram “descendentes da aristocracia proprietária do passado, e muitos dos seus trabalhadores [eram] descendentes dos escravos que viveram nos mesmos engenhos”.³¹² Os *senhores* eram donos dos fatores de produção que desde o período colonial incluíam a força de trabalho, as montanhas, os canaviais, rios, matas... O quadro pintado por Tollenare no século XVII – aquele do “senhor de engenho, armado de chicote e visitando as dependências de sua fábrica” como um “rei que só decobr[ia] [sic] em volta de si animais, que [eram] os seus negros escravos, que maltrata[va], e [eram] os seus moradores”³¹³ – foi preservado quase integralmente na era da democracia no século XX. Segundo Manuel Diégues Jr., “o senhor de engenho fixou-se definitivamente na paisagem social no decorrer dos tempos... onipotente e dispondo de sua propriedade como senhor

310 Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit.

311 Manuel Correia de Andrade. *Área do sistema canavieiro*. Op. Cit., p. 218.

312 Harry William Hutchinson. *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Op. Cit., p. 8.

313 L. F. de Tollenare. *Notas dominicais*. Op. Cit., p. 68.

absoluto, poder que se estendia igualmente aos elementos humanos dele dependentes”.³¹⁴



A arquitetura espacial da *plantation*, no entanto, não pode ser reduzida às suas formas geográficas e à vida dos *moradores* no interior dos engenhos. Mesmo porque o sistema produtivo exigia uma força de trabalho maior do que aquela que se submetia à *morada*. Mario Lacerda falava de uma “vinculação e subordinação [progressiva], aos engenhos, dos habitantes das áreas... menos suscetíveis de exploração pela agricultura canavieira”.³¹⁵ Afora o *morador*, existia uma grande diversidade de formas e vínculos empregatícios: parceiros, foreiros, rendeiros, meeiros...; além dos assalariados temporários sem Carteira de Trabalho (*clandestinos*). De forma geral, a segmentação da força de trabalho se dava, inicialmente, por meio de uma distinção geográfica do domicílio.³¹⁶ O “*povo de fora*”³¹⁷ (os que não viviam dentro dos engenhos) normalmente se distinguiu do “*povo de dentro*” (*morador, sujeito, cativo*) porque gozava de relativa autonomia por viver fora dos engenhos, onde a cana não dominava de forma tão absoluta. Na verdade, essa segmentação da força de trabalho entre os que viviam dentro e fora dos engenhos – para além da localização diferencial de suas moradias – tinha seu *leitmotiv*: se por

314 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit.

315 Mário Lacerda de Melo. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Op. Cit., p. 38.

316 Lygia Sigaud. “O sindicato e a estratégia do capital”. In: Universidade Estadual Paulista. *A mão de obra volante na agricultura*. Organização: Depto. de Economia Rural, FCA, Botucatu. São Paulo: Polis, 1982.

317 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 40.

um lado era importante manter uma parte considerável dela dentro das propriedades, com vistas a garantir o funcionamento diário da agroindústria, por outro, os habitantes das cidades (*os de fora*) poderiam ser empregados como mão de obra barata durante a safra. Nesse caso, as distâncias pareciam ser encurtadas para atender as exigências do capital que impelia um grande número de desempregados que viviam nas chamadas *pontas de rua* (periferia das cidades) para dentro dos engenhos. As barreiras naturais e estruturais eram transpostas para manter o sistema funcionando.

grande parte dos trabalhadores rurais viv[ia], porém, nas cidades, vilas e povoações na zona canavieira. [Eram] geralmente pequenos aglomerados onde, ao lado das autoridades, dos poucos funcionários públicos, comerciantes, proprietários e artífices, viv[ia] uma grande quantidade de trabalhadores que se mant[inha]m graças ao serviço no campo, nas propriedades vizinhas. Prefer[ia]m viver nesses aglomerados que chama[va]m geralmente de “rua”, para terem a liberdade de trabalhar no dia que quise[ss]em, frequentar o culto religioso que deseja[ss]em, votar no candidato que preferi[ss]em ou que melhor paga[sse] o seu voto, ter vida social mais movimentada, pois organiza[va]m danças, geralmente aos sábados, pod[ia]m frequentar bodegas e tomar cachaça e terem o direito de receber o salário um pouco mais elevado. Não receb[ia]m, porém, qualquer assistência médica, dentária, farmacêutica nem social e dificilmente consegu[ia]m empréstimos.³¹⁸

Muitas vezes, portanto, a precariedade das condições sociais nos engenhos era reproduzida nas pequenas cidades do interior da Zona da Mata. Sem infraestrutura (hospitais, bancos, feira livre...) e autonomia, além de submissas quase totalmente às usinas (inclusive seus órgãos públicos e a força policial), a maioria das cidades

318 Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. Cit., p. 117.

na área do sistema canavieiro dependia economicamente da produção açucareira. Sob diversos aspectos, os habitantes das cidades, vilas e povoados estavam ligados ao mundo do açúcar. Uma vez que as opções de emprego fora da agroindústria eram quase nulas, os canaviais respondiam pela ocupação da maior parte dos postos de trabalho. Em época de safra, por exemplo, dado o reduzido nível de mecanização do setor, populações inteiras das pequenas cidades eram alocadas para servir de mão de obra *clandestina* para o corte da cana. Campo e cidades serviam à monocultura açucareira. Mesmo assim, os canaviais exigiam mais braços.

Agreste e Sertão na constituição da *plantation*

Retirantes do Agreste e Sertão, os *corumbas* constituíam parte da força de trabalho deslocada anualmente para a zona canavieira com o objetivo de suprir a necessidade de braços nos canaviais. Manuel Correia afirmava que “sem essa mão de obra agrestina as usinas do Nordeste dificilmente conseguiriam realizar as suas moagens com grandes safras”.³¹⁹ Para que se tenha uma ideia, “nos meses de colheita, no decênio de 1890, os engenhos registraram que 45% de sua força de trabalho compunha-se de migrantes sazonais vindos do sertão”.³²⁰ Segundo Sérgio Leite Lopez, já nos anos 1970, a maior parte dos serventes, em algumas usinas, era de *corumbas*.³²¹ Eles eram fundamentais na manutenção do complexo açucareiro. Na verdade, os *corumbas* eram vítimas de um processo que associava falta de assistência do Estado às populações agrestina e sertaneja nos períodos de seca e benefício aos usineiros que exploravam sua

319 Idem, p. 118.

320 Peter Eisenberg. *Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em Pernambuco (1840-1910)*. Op. Cit., p. 202.

321 José Sérgio Leite Lopes. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Op. Cit., p. 154.

barata força de trabalho. Segundo Roberto Ricardo Ringuelet, pesquisador argentino, cujo trabalho *Migrantes estacionales de la región del Agreste del Estado de Pernambuco* foi fruto de sua pesquisa de campo na região açucareira de Pernambuco:

o início do século xx está na base da memória social do migrante agrestino [*corumba*], na boca dos mais velhos, aludindo às longas viagens a pé com escalas até a Mata. A partir da década de [19]30, há um notável crescimento infraestrutural, se desenvolve o transporte automotor e vias de transferência para estes, transformando antigos caminhos e ampliando em geral as comunicações; paralelamente se organiza por parte das usinas, e logo com a mediação de contratadores, o traslado de migrantes em caminhões para a colheita, facilitando a migração especialmente nos municípios da Mata e em áreas marginais.³²²

Embora as comunicações não tivessem evoluído tanto quanto pretendia Ringuelet, como demonstrei no capítulo precedente, não se pode negar que elas haviam avançado em relação aos tempos pré-abolição. Mesmo porque o uso da força imigrante era uma necessidade estrutural da *plantation*. Essa simbiose pode revelar ainda o controle espacial exercido pelo setor agroindustrial que direcionava para si a força de trabalho constrangida pelas secas e desamparada pelo Estado. Seguindo ainda Ringuelet, ele afirma que existia uma

inter-relação histórica complementar entre ambas as regiões, Agreste e Mata. A economia agrestina satisfaz[ia] demandas da *plantation* primeiramente com a produção pecuária, e em seguida com alimentos básicos. Mais adiante há uma nova vinculação no fornecimento de mão de obra. Quando se inicia

322 Roberto Ricardo Ringuelet. *Migrantes estacionales de la región del Agreste del Estado de Pernambuco*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1977, p. 19.

este movimento? Geralmente marcam um fator conjuntural que são as secas periódicas.³²³

As secas periódicas, com mais frequência no Agreste e Sertão, compunham o espaço açucareiro – na medida em que forneciam regularmente parte essencial de sua mão de obra – tanto quanto o trabalho dos imigrantes e a inoperância consentida do Estado em lhes assistir nas estiagens. Não se pode pensar a história da *plantation* sem levar em consideração o papel das secas nessas áreas, seus desdobramentos políticos e efeitos sobre o mundo do açúcar. Obviamente, não era a ausência de chuvas em si que favorecia a agroindústria açucareira, mas, uma vez que a falta de assistência dos órgãos de Estado durante as secas liberava parte dos habitantes do interior para ser explorada na Zona da Mata, e os engenhos e usinas não conseguiam manter os lucros da produção sem a exploração dos *corumbas*, esse problema ambiental (e político) integrava também o espaço açucareiro.

Os fatores de expulsão e atração dessa mão de obra, portanto, eram muito mais associados às relações sociais e condicionantes políticos do que aos fenômenos de ordem natural. Diferente da Zona da Mata, a economia agrestina não requeria, durante todo o ano, recurso intensivo de braços. Lá, a relação entre concentração de terra e imobilização da mão de obra não existia de maneira tão absoluta. Em muitos casos, os trabalhadores deixavam suas próprias terras improdutivas para se lançarem aos engenhos. Mesmo quando o homem do Agreste deixava as terras de algum proprietário, isso indicava, ao menos, a possibilidade de se deslocar/sair livremente.³²⁴ Nessas áreas, existia “um sistema de estratificação menos rígido do que aqueles dos engenhos no litoral”,³²⁵ e o acesso a estes pelos imi-

323 Idem, p. 17.

324 Idem, p. 29.

325 Idem, p. 13.

grantes apenas era permitido em função de uma necessidade estrutural da economia açucareira.

A *plantation* açucareira permeava o Agreste e o Sertão. A migração sazonal dos *corumbas* compunha também o espaço, não constituído simplesmente pelo lugar onde as dispersões ocorriam, como um simples palco ou plano de fundo. Os próprios movimentos dos indivíduos e seu papel dialético na manutenção do sistema de exploração compunham também a *plantation* em sua existência. Não se trata, portanto, de entender o espaço açucareiro como um simples lugar de destino dos retirantes, mas de pensá-lo como que compoendo um único sistema de interações sociais e ambientais. Como Afrânio Garcia afirmou: “viver nos Agrestes é escapar da dominação dos *usineiros* no Sul, mas o Sul é parte integrante da vida dos Agrestes”.³²⁶

Não existia, portanto, uma delimitação nítida entre um local de origem dos *corumbas* e outro de destino, mas um fluxo bastante complexo, condicionado por fatores de ordens natural (como as estiagens), estrutural e política. O custo de transporte variava de acordo com as distâncias entre os municípios de origem e os engenhos de destino.³²⁷ Algumas empresas institucionalizavam mesmo um sistema pelo qual caminhões eram encarregados do traslado dos trabalhadores das cidades vizinhas até os engenhos.³²⁸ A esse respeito, Manuel Correia percebeu que em Pernambuco “estas migrações sazonais, devido à direção das estradas e caminhos, [eram] feitas, em geral, na direção Noroeste-Sudeste”.³²⁹ Ainda segundo o geógrafo, “as usinas mais distantes do litoral..., por se localizarem próximas ao Agreste receb[ia]m *corumbas* mais facilmente e em maior número”; enquanto “aquelas localizadas mais

326 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 84.

327 Idem, p. 94.

328 Maria Teresa Sales de Melo Suarez. *Cassacos e corumbas*. Op. Cit., p. 47.

329 Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. Cit., p. 118.

distantes [do Agreste], necessitavam, às vezes, enviar caminhões às cidades agrestinas em dia de feira para agenciar trabalhadores”.³³⁰ Em alguns casos, no entanto, os agrestinos migravam a pé. Um migrante anônimo, entrevistado por Teresa Sales, descreveu que “a canseira nos pés e a dor no espinhaço [era] grande, das léguas que [se] t[inha] de varar daqui lá [na zona canavieira]”.³³¹

o crescimento das malhas de estradas que unem a Mata ao Agreste e o acesso recente das usinas e fornecedores maiores a créditos subsidiados para a compra de caminhões, têm, cada vez mais, possibilitado que os tentáculos dos estabelecimentos canavieiros se alonguem Agreste a dentro [sic] pelas entranhas de vilas e sítios agrestinos à cata de mão de obra.³³²

No Agreste, os próprios *corumbas* eram responsáveis pela manutenção familiar, com suas simples ferramentas. Lá, desenvolviam uma pequena produção agrícola, cujos produtos eram, em parte, usados internamente. A vida no Agreste “implica[va] numa menor imobilidade do trabalhador e uma maior circulação monetária em comparação com a Zona da Mata”.³³³ Lá, o grau de autoexploração da força de trabalho funcionava por meio de uma equação que balanceava a medida de satisfação das necessidades do grupo familiar e o peso do trabalho para cada indivíduo. A energia empregada nas atividades era calculada em função das necessidades de consumo da família. A disponibilidade de os membros capacitados exercerem atividades laborais determinava a força empregada em cada tarefa.

330 Idem, p. 119.

331 Corumba entrevistado por Teresa Sales. *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 127.

332 Pedro Eugênio Toledo Cabral. *O trabalhador da cana-de-açúcar em Pernambuco: da senzala ao caminhão*. Recife: PIMES, UFPE, 1983.

333 Roberto Ricardo Ringuelet. *Migrantes estacionales de la región del Agreste del Estado de Pernambuco*. Op. Cit., p. 15.

Comparado à vida no Agreste, o mundo dos engenhos representava, na cartografia mental dos *corumbas*, um lugar definido pela negatividade: “para o imigrante temporário, a situação do morador de engenho e[ra] muito negativa, e contraposta a sua própria: o morador [era] cativo, preso; muitos acha[va]m que se lhes outorga[va]m os piores trabalhos... e maus-tratos”.³³⁴ Na agroindústria do açúcar, “o trabalho [dos *corumbas*] era na cana e o sonho no roçado”.³³⁵ Muitos “utilizavam o caldo e a cana como alimentos [em substituição a uma das refeições] para economizar os salários recebidos” quando de volta ao seio familiar.³³⁶ O grau de violência na *plantation* fazia com que “alguns chega[ssem] a dar nomes falsos para manter o anonimato”³³⁷ e garantir certa segurança, caso desejassem deixar os engenhos antes do prazo acordado. Vivendo em galpões que se assemelhavam às antigas senzalas – em alguns casos eram elas mesmo (re) utilizadas – os *corumbas* viviam as privações diárias dos *moradores de engenho*. Sua estada no mundo fechado do açúcar provavelmente os fazia lembrar a vida em liberdade na terra que deixaram para trás. A falta de água para beber, de segurança e de liberdade nos engenhos da Zona da Mata permaneciam, na percepção dos *corumbas*, uma marca indelével da *plantation*.

Tanto no caso do emprego da força de trabalho dos habitantes das periferias das pequenas cidades e vilarejos à deriva na *plantation*,³³⁸

334 Idem, p. 90.

335 Corumba entrevistado por Teresa Sales. *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Op. Cit., p. 127.

336 Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. Cit., p. 118.

337 Roberto Ricardo Ringuélet. *Migrantes estacionales de la región del Agreste del Estado de Pernambuco*. Op. Cit., p. 90.

338 Segundo Lygia Sigaud, “Alguns municípios na Zona da Mata ocupam a posição de verdadeiros centros de convergência de trabalhadores. Eles seriam ‘centros’ na medida em que existe em torno uma concentração de unidades produtivas e que já se encontra fora das propriedades um grande número de trabalhadores, havendo, portanto, uma demanda considerável por força de trabalho. Estas

quanto no que se refere ao uso dos *corumbas*, o papel dos empreiteiros era fundamental.³³⁹ Na medida em que suas ações permitiam o jogo dialético entre os dois mundos, os empreiteiros contribuíam de duas formas na composição espacial da *plantation*: primeiro promovendo os fluxos migratórios para dentro e para fora das fronteiras do açúcar; e depois beneficiando as empresas na exploração barata e sem ônus legal da massa de trabalhadores.

Mesmo não estabelecendo, na maioria dos casos, relações estáveis com o mundo do açúcar, os engenhos por vezes funcionavam como destinos definitivos dos *corumbas*. Na maior parte desses casos, tratava-se de indivíduos que não possuíam família constituída e/ou que passaram a galgar certas posições privilegiadas na hierarquia profissional da agroindústria, normalmente porque se destacavam na execução de alguma atividade que a maioria dos seus colegas emigrados não dominava. Isso se dava porque na *plantation* a exploração e a violência eram exercidas sob graus e formas diferenciadas, fazendo com que alguns indivíduos gozassem mesmo de certos “privilégios” nos engenhos. O caso dos *cabos*³⁴⁰ talvez seja um dos mais emblemáticos no setor rural. Na parte industrial, dentro da usina propriamente, alguns empregados com maior especialização chegavam a ser disputados pelo setor. Seus salários relativamente elevados, entretanto, não eliminavam o caráter ordinário da exploração ilegal da maioria dos canavieiros e operários da parte industrial.

áreas coincidem geralmente com áreas de expansão da cana”. Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 146.

339 Para mais detalhes sobre a atuação dos empreiteiros, ver Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit.

340 Segundo o *Dicionário do açúcar, Cabo de Eito*: “Capataz, tipo que, geralmente, é grosseiro e autoritário, pago para dirigir, no eito, turma ou grupo de trabalhadores diaristas, os quais veem no *cabo* um verdadeiro algoz”. Nelson Barbalho. *Dicionário do açúcar*. Op. Cit., p. 84.

Talvez a pergunta de se o trabalho na Zona da Mata era um recurso positivo para o *corumba* não seja a questão central. Afinal, o emprego temporário não eliminava a exploração dessa força de trabalho. Na verdade, era fundamental como mais um elemento para manter reduzidos os salários no interior dos engenhos. As estiagens no Agreste e Sertão, concomitantes aos períodos de safra da cana, pareciam fazer parte também desse sofisticado sistema de exploração, como se lhe fosse intrínseco.

Com a intensificação do processo de expulsão dos *moradores*, já no final do século xx, o trabalho imigrante passou a sustentar, definitivamente, o setor sucroalcooleiro. Os centros que recebiam essa força de trabalho expulsa “longe est[avam] de lhes poder proporcionar satisfatoriamente certos serviços essenciais, como os de saúde, educação e habitação”.³⁴¹ Por alteração na estrutura de povoamento da *plantation*, as pequenas cidades do interior sofreram certa modificação funcional quando passaram a receber centenas de milhares de trabalhadores expulsos. Essa pseudourbanização, como a classificou Mario Lacerda,³⁴² entretanto, não fez surgir uma fronteira definida entre o engenho como território de dominação e violência e seus limites enquanto sistema social. A delimitação territorial do engenho, que permaneceu explorando a força de trabalho que se deslocava diariamente aos canaviais, era apenas a materialização de limites dados a partir de relações sociais.³⁴³ Assim, a *plantation* seguiu sendo um espaço de liberdade contingente mesmo depois de a maior parte da força de trabalho não mais morar no interior dos engenhos.

341 Mário Lacerda de Melo. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Op. Cit., p. 124.

342 Idem, p. 125.

343 Doris Rinaldi Meyer. *A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina*. Op. Cit., p. 16.

CAPÍTULO IV

A *plantation* e a violência estrutural no mundo dos engenhos

O isolamento da força de trabalho no interior das *plantations* – garantido tanto por sua forma quanto pela inoperância ativa do Estado – e sua estrutura de imobilização tornavam a liberdade contingente e ampliavam as possibilidades de dominação efetiva, sem inconvenientes, da população *cativa*. A condição espacial da *plantation*, tomando-a como suporte, não era independente das ações (relações) que ela era suscetível de abrigar. Enquanto forma-conteúdo, o espaço açucareiro tinha duplo valor: como agente, ele podia desempenhar a função de confinar pessoas; e, como palco arquitetado, ele podia concomitantemente acolher, de forma espontânea e programada, a violência e o controle social instituídos.

Uma vez que a configuração territorial é a situação sobre a qual as ações se projetam, e estas são tanto mais eficazes quanto as formas espaciais são mais adequadas a seus propósitos, alguns “objetos... podem nascer predestinados a um certo tipo de ações, a cuja plena

eficácia se tornam indispensáveis”.³⁴⁴ A intencionalidade das ações, nesse caso, sua orientação e motivação, se conjuga às possibilidades de uso das formas na tentativa de lhes dar concretude. Assim, enquanto atos projetados – dotados de propósito – toda ação inclui reconhecer de antemão o que fazer, como fazer e seus resultados esperados. Por vezes, ela exige a aplicação de um trabalho metódico e continuado que se funda em certos ordenamentos, escritos ou não, formais ou informais, para atingir determinados fins.

Quando as rotinas, ou as tradições, se integram às relações e passam a compor elas também certas estruturas, isso significa que elas se tornaram atos regulatórios. Significa que toda ação é mais do que o simples deslocamento visível dos indivíduos no espaço – já que se dá em situações, contextos e lugares específicos – mas também e, sobretudo, os modos de se relacionarem em sociedade.

A natureza por si mesma, portanto, não tem ação, não é dotada de objetividade. Ela é o meio pelo qual os indivíduos, em sociedade, e também as empresas e instituições, realizam seus planos para satisfazer determinadas necessidades. São essas necessidades que conduzem os atores a agir e levam o espaço a desempenhar determinadas funções. Mas essas ações não se geografizavam indiferentemente, elas buscavam utilizar o espaço de maneira a torná-lo útil aos seus objetivos de lucro mediante exploração. É nesse sentido que as formas espaciais que moldavam a *plantation* açucareira eram ajustadas aos propósitos/“necessidades” de lucro da classe patronal agroindustrial. Por elas mesmas, não significavam muita coisa, mas seu uso permitia manipular, por meio da violência, da coerção e do medo, centenas de milhares de indivíduos.



344 Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. Op. Cit., p. 55.

Esta seção discute o papel da violência na arquitetura espacial da *plantation*. Defendo que formas espaciais e violência atuavam numa dialética que isolava e imobilizava a força de trabalho *sujeita* no mundo dos engenhos. Embora a violência seja tema sempre presente e bastante ilustrado nos trabalhos acadêmicos que envolvem o mundo do açúcar, para os propósitos deste livro, o foco da abordagem será incidido sobre sua funcionalidade na composição do espaço e na manutenção do sistema de dominação e imobilização da força de trabalho. De fato, seu uso intenso e frequente representava um elemento fundamental na determinação da arquitetura espacial da *plantation* e seu *status* de espaço de liberdade contingente. A estrutura labiríntica da zona canavieira, associada à precariedade das vias de comunicação e transporte que concentravam a força de trabalho no interior das unidades produtivas, facilitava a prática indiscriminada e impune da violência pela classe patronal. Mesmo sem existir enquanto objeto ou coisa em si mesma, a violência era parte do próprio espaço. Ela desempenhava um importante papel no controle dos trabalhadores exercido pelos grandes proprietários, uma vez que, se ela era facilitada pelas características ambientais e estruturais do espaço, ela também moldava o próprio sistema na medida em que exercia uma função precisa na composição dos mapas cognitivos dos trabalhadores do açúcar – influenciando em suas perspectivas de distância, por exemplo. Com efeito, a equação era simples: o isolamento dos engenhos permitia e facilitava o uso da violência em seu interior; e esta, por sua vez, alargava, na dimensão cognitiva real, as fronteiras com o mundo externo e era utilizada para coagir a classe trabalhadora e lhe impor certo nível de medo que a levava a uma quase imobilização. A partir da lógica racional de adequação entre meios (método mais seguro e barato) e fins (lucro máximo), a violência não apenas compunha a própria *plantation* em sua existência – como um de seus elementos sem os quais ela não poderia ser – mas também era indispensável à sua

manutenção. Combinada à forma labiríntica e isolada dos engenhos, ela funcionava como um componente-chave do espaço, modelando a paisagem açucareira.

“Açúcar com gosto de sangue”

Violência, coerção e medo constituíam marcas indelévels da arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil. Esses três elementos compunham o espaço tanto quanto os canaviais, rios, matas, estradas, relevo, engenhos e usinas. Violência e coerção, e seu corolário imediato, o medo, funcionavam como importantes fatores na manutenção do confinamento da força de trabalho e do excedente econômico dos engenhos. As características ecológicas e estruturais da *plantation*, sua geografia mínima e falta de infraestrutura de transporte que ligassem os engenhos às cidades, contribuíam para tornar o mundo do açúcar um território dominado pela violência explícita e simbólica da classe patronal. A zona canavieira era um complexo sistema concentracionário.

Em todas as épocas e lugares nos quais a *plantation* existiu, a violência funcionou como um de seus pilares de sustentação. Gilberto Freyre chamava o modelo casa-grande e senzala de “sistema militar de agricultura”.³⁴⁵ De fato, desde sua montagem em tempos coloniais, os engenhos guardavam consigo certo caráter bélico e militar. O Regimento de Tomé de Souza em 1548, por exemplo, determinava que cada unidade produtiva devesse contar com “torres ou casas fortes” e possuir “ao menos quatro berços e dez espingardas com pólvora necessária para dez bestas e vinte espadas e dez lanças ou chuças e vinte corpos d’armas d’algodão”. Segundo Fernando de Azevedo, a função militar dos engenhos não era menos relevante

345 Gilberto Freyre. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Op. Cit.

que sua função econômica de produzir riqueza, uma vez que a função bélica dos engenhos fornecia garantias à plena expansão das fábricas num regime de “paz”, de maior estabilidade e segurança.³⁴⁶ Quanto à usina, ela possuía, segundo Freyre, um espírito militar, “formando cada [uma] um império”.³⁴⁷ Júlio Bello, outro conhecido representante patronal, assim se referiu, em suas *Memórias*, à sociedade açucareira:

nos primeiros quartéis do século passado [XIX] eles [senhores de engenho] foram com efeito homens todo poderosos: polícia e justiça dentro de suas terras eram eles... As autoridades e a polícia respeitavam os engenhos, algumas vezes coitados de criminosos defendidos e inatingíveis como tabus sagrados... Certos senhores arrogantes não perdoavam a mais razoável visita da polícia às suas propriedades...³⁴⁸

O estilo hermético dos engenhos imprimia-lhes como marca singular a dominação e controle quase absoluto de toda sorte de vida no interior de suas fronteiras, mesmo depois da escravidão. Vivendo como *cativos* e *sujeitos* de um sistema montado para explorar sem limites a força de trabalho, os *moradores de engenhos* frequentemente eram vítimas do próprio sistema que ajudavam forçosamente a manter. Nesse sentido, Christine Dabat atesta que, “embora a violência patronal não se manifestasse diariamente nas suas dimensões mais espetaculares, no período pós-escravista, a ameaça de seu exercício e a violência ordinária embutida no modo de relações presentes no engenho torna[va]m-na um elemento básico do sistema”.³⁴⁹

346 Fernando de Azevedo. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar*. Op. Cit., p. 146.

347 Idem, p. 86.

348 Júlio Bello. *Memórias de um senhor de engenho*. Op. Cit., p. 179.

349 Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 416. Ver também: Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. Cit.; Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit.; Antônio Callado. *Tempos de Arraes: a revolução sem violência*. Op. Cit.

A arquitetura espacial da *plantation* era constituída ao mesmo tempo por seu relevo e canaviais e pelo medo impresso no cotidiano da força de trabalho isolada. Mas o papel da violência na sua constituição não se limitou apenas à dimensão puramente social das lutas de classe. Quando em 1984 a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco publicou o folheto *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*,³⁵⁰ esse documento representou umas das tentativas mais bem-sucedidas de sintetizar os objetivos e mecanismos da violência patronal na *plantation* açucareira:

Açúcar com gosto de Sangue

O açúcar produzido na zona canavieira de Pernambuco tem gosto de sangue. Sangue dos trabalhadores rurais espancados e assassinados pela truculência daqueles senhores de engenhos e usineiros que implantaram um verdadeiro clima de terror em suas propriedades, com o objetivo de saciar a sua ganância de super-lucros através da super-exploração dos trabalhadores rurais da palha da cana.

Objetivos da Violência (o lucrativo negócio da violência)

A violência é utilizada para expulsar os moradores dos seus sítios, *sem o ônus da indenização das suas benfeitorias*, com o objetivo de expandir a área plantada com cana-de-açúcar;

A violência é utilizada para expulsar os trabalhadores rurais permanentes e registrados, residentes nos engenhos há 10, 20 e até 30 anos, *sem o ônus do pagamento dos seus direitos trabalhistas* (indenização por tempo de serviço, férias, 13º salário, aviso prévio etc.), com objetivo de substituí-los por trabalhadores temporários e clandestinos (sem registro legal na empresa);

A violência é utilizada para, *sem ônus trabalhista*, expulsar os trabalhadores não-residentes nos engenhos, porém registrados, e da mesma forma substituí-los por trabalhadores temporários clandestinos;

350 FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*. 1984.

A violência é utilizada para submeter os trabalhadores rurais a uma carga de trabalho ilegal durante 6 dias da semana e *só receberem 2 a 3 dias de salário*, como consequência da *duplicação e triplicação do tamanho das tarefas* estabelecidas no Dissídio Coletivo, *com prejuízo ainda do repouso remunerado, férias, 13º salário*;

A violência é utilizada para tentar impedir que os trabalhadores reclamem do *roubo da balança e da vara e da falta de apontamento dos dias trabalhados*;

A violência é utilizada para tentar impedir que os trabalhadores reclamem na Justiça do Trabalho os seus direitos violentamente lesados;

A violência é utilizada para tentar desligar os trabalhadores dos seus Sindicatos. Sinal disso é que a violência recai particularmente sobre o delegado sindical e sobre trabalhadores encaminhados à Justiça do Trabalho pelo Sindicato;

A violência é utilizada para impedir o acesso dos dirigentes sindicais aos locais de trabalho, na tentativa de evitar que os dirigentes tomem conhecimento amplo e completo da situação existente no Engenho;

A violência é utilizada para tentar impedir reuniões dos trabalhadores e delegado sindical no Engenho;

A violência é utilizada para tentar impedir a ação fiscalizadora do Instituto de Pesos e Medidas e da Delegacia Regional do Trabalho;

A violência é utilizada, portanto, também para tentar desarticular a ação do Movimento Sindical, impedindo, muitas vezes, que o Sindicato possa agir como instrumento legal de defesa dos interesses dos trabalhadores contra a super-exploração patronal.

A síntese feita pela Fetape a respeito da função da violência no mundo dos engenhos revela a sofisticação do uso da força patronal e sua contribuição na moldura da *plantation*. Se, contudo, o documento não estabelece uma conexão explícita entre violência e espaço, ele serve bem como ponto de partida para essa nova interpretação que proponho. Quando “a violência [era] utilizada para tentar impedir que os trabalhadores reclam[ass]em na Justiça do Trabalho os seus direitos violentamente lesados”, por exemplo, ela estava indiretamente influenciando na maneira de eles perceberem o espaço do qual faziam parte. Se as dificuldades para acessar o Poder

Judiciário nas fronteiras externas ao mundo dos engenhos iam além dos obstáculos ecológicos e estruturais, perpassando pelo cotidiano de violência patronal, os medos embutidos pela classe trabalhadora representavam mesmo elementos do espaço enquanto totalidade. A dispersão geográfica dos engenhos, seu isolamento e distância dos centros públicos; a precariedade do sistema viário e ausência de transporte, somados à pobreza extrema da população interna e aos efeitos físicos e psicológicos da violência impune instituída, compunham, em conjunto, o espaço açucareiro como um todo. Nesse sentido, as distâncias entre o mundo dos engenhos e o mundo externo eram calculadas pelos trabalhadores levando-se em conta uma somatória de variáveis: ecologia (relevo, solo, clima, hidrografia); infraestrutura (estradas e sistema de transporte); e as relações sociais (violência, coerção e medo). Violência e medo, portanto, não se associavam unicamente no âmbito das relações sociais que compunham o espaço. Eles influíam mesmo na própria dimensão física da *plantation*, alargando os horizontes da cana.

Da mesma forma, quando “a violência [era] utilizada para impedir o acesso dos dirigentes sindicais aos locais de trabalho”, bem como “a ação fiscalizadora da Delegacia Regional do Trabalho”, isso significava que ela era capaz de controlar o território dos engenhos dando contornos limitados ao mundo do açúcar. A mesma fórmula funcionava para as usinas, como relatou Nancy Scheper-Hughes:

no dia seguinte, às 8 horas da manhã, chegamos ao principal portão, fechado, da *usina*, e o vigia, talvez reconhecendo Seu Severino como um sindicalista, levou algum tempo para aprovar os nossos trabalhos e nos deixar passar. Conforme os portões se fechavam atrás de nós, fui lembrado mais uma vez do mundo total e fechado que a *usina* representava.³⁵¹

351 Nancy Scheper-Hughes. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Op. Cit., p. 59.

Enquanto parte do próprio espaço, portanto, os medos funcionavam para manter a *plantation* como um grande sistema concentracionário, isolando os *moradores* do restante da população externa e fazendo com que

[su]a experiência de vida prática não lhe[s] permiti[sse] desenvolver-se como cidadão[s] e ganhar consciência de responsabilidade com respeito ao seu próprio destino. Todos os atos de sua vida [eram] atos de um agregado, de um elemento cuja existência, em todos os seus aspectos, integra[va] a unidade econômico-social que [era] a plantação de cana. Esses homens pouca ou nenhuma consciência t[inha]m de integrar um município ou um distrito... Por outro lado, esse sistema teve como consequência a dispersão dos trabalhadores dentro da propriedade. Como as terras reservadas à produção de alimentos eram consideradas de pior qualidade, nos topos das colinas, os moradores aí eram colocados distantes uns dos outros. Essa dispersão dificultava toda a forma de vida comunitária, reduzia a influência dos homens de maior personalidade sobre os demais e entorpecia o intercâmbio de ideias com o exterior. Sobre o morador isolado, exercia-se com toda a força a autoridade do proprietário e da máquina política a seu serviço.³⁵²

Plantation: espaço concentracionário

A ideia de incluir as “terras do açúcar” no Nordeste do Brasil como que compondo elas também um complexo sistema concentracionário pode soar *out of place*, uma vez que a tradição histórica do termo concentracionário faz remetê-lo, quase que de imediato, aos conhecidos campos de concentração nazista ou aos *gulags* soviéticos. O terror produzido pelo nazismo – nem tanto aquele do regime soviético, de maneira geral menos conhecido – impregnou-se (ou foi impregnado) na memória dos indivíduos como o

352 Celso Furtado. *Dialética do desenvolvimento*. Op. Cit., p. 147-149.

episódio mais horrendo e execrável da história da humanidade. De fato, se tomada a experiência do holocausto (me refiro aos campos de extermínio e não de concentração propriamente), o nazismo foi singular em intensidade e proporções – talvez fique atrás apenas do genocídio não televisionado dos “povos puros” durante o contato entre o antigo e novo mundo (Europa e América) nos séculos xv e xvi e que, veladamente, se estende até os dias atuais em outras proporções. Mas os campos de concentração nazistas diferiam, propriamente, dos campos de extermínio que produziram o holocausto. Na verdade, existiam vários tipos: campos de concentração; de trânsito; de extermínio e de trabalhos forçados. Em alguns casos, um grande complexo concentracionário incorporava mais de uma dessas formas.³⁵³

O historiador norte-americano Stanley M. Elkins, em sua polêmica obra *Slavery: a problem in American Institutional and Intellectual Life*,³⁵⁴ publicada em 1948, foi o primeiro a comparar a *plantation* escravista aos campos de concentração nazistas: “embora ele negue que a escravidão fosse um campo de concentração, ou mesmo ‘como’ um campo de concentração, ele se refere aos campos de concentração como patriarcados pervertidos e formas extremas de escravidão”, escreveu Eugene D. Genovese.³⁵⁵ Inspirado no livro de Frank Tannenbaum *Slave and Citizen: the negro in the Americas*³⁵⁶ – publicado um ano antes e que havia feito estudos comparativos entre os Estados Unidos e o Brasil – Elkins identifica dois modelos de

353 Timothy Snyder. *Terras de sangue: a Europa entre Hitler e Stalin*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

354 Stanley M. Elkins. *Slavery: a problem in American institutional and intellectual life*. 3th Edition, Revised. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1976.

355 Eugene D. Genovese. “Rebelliousness and Docility in the Negro Slave”. In: Ann J. Lane. *The debate over slavery: Stanley Elkins and his critics*. Urbana, Chicago, London: University of Illinois Press, 1971.

356 Frank Tannenbaum. *Slave and citizen: the negro in the Americas*. New York, 1947.

plantation escravista: o modelo ibérico (representado, sobretudo, pelo Brasil) e o modelo norte-americano. Para Elkins, a brandura da escravidão na América colonizada por Portugal e Espanha era contrastada com sua perversidade nos Estados Unidos. Segundo ele, o impacto da escravidão norte-americana na personalidade do negro não teve paralelo em nenhum outro país da América. As consequências psicológicas da escravidão teriam infantilizado o negro ao ponto de dissuadi-lo de qualquer tentativa de revolta. A escravidão nos Estados Unidos operava como um “*closed system*”, enquanto na América Latina como um “*open system*”.

Tão logo defendida, a tese de Elkins sofreu duras críticas. O antropólogo norte-americano Sidney W. Mintz, por exemplo, negou o caráter supostamente mais humano da escravidão na América Latina, uma vez que, “na *plantation* escravista capitalista, a humanidade era um obstáculo à maximização” dos lucros.³⁵⁷ Da mesma forma, Marvin Harris contestou o mito da generosidade do senhor no modelo ibérico.³⁵⁸ Em 1971, o livro *The debate over slavery: Stanley Elkins and his critics*,³⁵⁹ organizado por Ann J. Lane, colecionou artigos de vários estudiosos que discordavam veementemente das ideias de Elkins. Em um deles, por exemplo, Earl E. Thorpe criticou qualquer comparação entre a escravidão na América e os campos de concentração afirmando que: “muitos prisioneiros dos campos foram alvo de experiências médicas bárbaras. Os escravos das plantações não eram usados como cobaias humanas. Um ex-interno altamente letrado dos campos declarou [...] que o ‘trabalho escravo e a política de extermínio [dos campos de concentração] eliminou

357 Sidney W. Mintz. “Slavery and Emergent Capitalisms”. In: Laura Foner & Eugene D. Genovese (Ed.). *Slavery in the New World: a reader in comparative history*. PRENTICE-HALL, INC., Englewood Cliffs, N. J., 1969, p. 35.

358 Marvin Harris. “The Myth of the Friendly Master”. In: Laura Foner & Eugene D. Genovese (Ed.). *Slavery in the New World: a reader in comparative history*. Op. Cit.

359 Ann J. Lane. *The debate over slavery: Stanley Elkins and his critics*. Op. Cit.

qualquer compensação pelo valor de uma vida, mesmo em termos de uma sociedade escravista'...”³⁶⁰

Ainda nos anos 1970, a ideia de que o Nordeste do Brasil era um grande campo de concentração foi alçada novamente por Eduardo Galeano na obra *As veias abertas da América Latina*. Sua descrição da *plantation* açucareira é ilustrativa:

O Nordeste brasileiro é, na atualidade, uma das regiões mais subdesenvolvidas do hemisfério ocidental. Gigantesco campo de concentração para trinta milhões de pessoas, padece hoje a herança da monocultura do açúcar. De suas terras nasceu o negócio mais lucrativo da economia agrícola colonial na América Latina. Atualmente, menos da quinta parte da zona úmida de Pernambuco está dedicada à cultura da cana-de-açúcar, e o resto não se usa para nada: os donos dos grandes engenhos centrais, que são os maiores plantadores de cana, dão-se a este luxo do desperdício, mantendo improdutivos seus vastos latifúndios. Não é nas zonas áridas e semiáridas do interior nordestino onde as pessoas comem pior, como equivocadamente se crê. O sertão, deserto de pedra e arbustos ralos, vegetação escassa, padece fomes periódicas: o sol inclemente da seca abate-se sobre a terra e a reduz a uma paisagem lunar; obriga aos homens o êxodo e semeia cruces às margens dos caminhos. Porém é no litoral úmido onde se padece a fome endêmica. Ali onde mais opulenta é a opulência, mais miserável se forma, terra de contradições, a miséria; a região eleita pela natureza para produzir todos os alimentos, nega-os todos: a faixa costeira ainda conhecida, ironia do vocabulário, como zona da mata, em homenagem ao passado remoto e aos míseros vestígios da floresta sobrevivente aos séculos do açúcar. O latifúndio açucareiro, estrutura do desperdício, continua obrigado a trazer alimentos de outras zonas, sobretudo da região

360 Earl E. Thorpe. “Chattel Slavery and Concentration Camps”. In: Ann J. Lane *The debate over slavery: Stanley Elkins and his critics*. Op. Cit.

Centro-Sul do Brasil, a preços crescentes. O custo de vida no Recife é o mais alto do Brasil, muito acima do índice do Rio de Janeiro. O feijão custa mais caro no Nordeste do que em Ipanema. Meio quilo de farinha de mandioca equivale ao salário diário de um trabalhador adulto numa plantação de açúcar por sua jornada de sol a sol: se o operário protesta, o capataz manda buscar o carpinteiro para que tire as medidas do corpo, para saber o quanto de madeira será necessário para o caixão. Aos proprietários ou seus administradores continua em vigência, em vastas zonas, o “direito à primeira noite” de cada moça. A terça parte da população de Recife sobrevive marginalizada em palhoças de chão batido; num bairro, Casa Amarela, mais da metade das crianças que nascem morrem antes de chegar ao primeiro ano. A prostituição infantil, meninas de dez ou doze anos vendidas por seus pais, é frequente nas cidades do Nordeste. A jornada de trabalho em algumas plantações se paga a preços mais baixos do que a diária mais baixa da Índia. Um informe da FAO, Organização das Nações Unidas, assegurava em 1957 que na localidade de Vitória de Santo Antão, perto de Recife, a deficiência de proteínas “provoca[va] nas crianças uma perda de peso 40% mais grave do que se observa[va] geralmente na África”. Em numerosas plantações subsistem ainda as prisões privadas, “mas os responsáveis pelos assassinatos por subnutrição – diz René Dumont – não são presos nelas, porque são os que têm a chave”.³⁶¹

Nos anos 1990, a ousadia interpretativa de Galeano levou a antropóloga norte-americana Nancy Scheper-Hughes a questionar: “Seria a referência de Galeano ao Nordeste do Brasil como um ‘campo de concentração para mais de trinta milhões de pessoas’ uma metáfora vulgar, uma apropriação indevida de um espaço e uma experiência sem igual e que não teve paralelo em lugar al-

361 Eduardo Galeano. *As veias abertas da América Latina*. 30ª Edição. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 45.

gum?”.³⁶² ‘Não!’, foi sua resposta. Em ambos os modelos (nazista/soviético ou brasileiro) um grande número de indivíduos era concentrado num território determinado onde um pequeno grupo controlava todos os âmbitos de suas vidas. Em ambos os modelos, a população interna vivia na linha tênue entre a morte e a inanição; sem condições mínimas de abrigo; sem assistência médica; sem acesso livre a bens de consumo; sem comunicação aberta com o mundo externo; sob a coerção física e moral de todos os membros dos grupos familiares; e submetidos a várias formas de violência física e/ou simbólica. Até mesmo o sadismo praticado nos campos de concentração tinha seu *double* no mundo do açúcar.³⁶³

Quando em março de 1964 o jornal *Última Hora* publicou uma matéria com relatos da sistemática violência no campo, ele também estava mostrando os métodos mais cruéis e desumanos de tortura empregados pela classe patronal:

- a) “Fornalha” – onde os camponeses eram queimados vivos – Relato do pistoleiro José Félix da Silva (Capanga do coronel), que disse que recebeu inúmeras ordens do coronel para surrar e matar camponeses.
- b) Segundo relato de Alcira de Lourdes da Silva, seu marido morreu em 1946 em consequência das torturas sofridas. Enquanto estava limpando o roçado, caíram algumas fagulhas do seu cachimbo, incendiando um pequeno “partida de

362 Nancy Scheper-Hughes. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Op. Cit., p. 141.

363 Segundo a Contag, “uma constante, na grande maioria dos casos, é a tentativa de abater moralmente os trabalhadores, humilhá-los, o que faz com que a violência, muitas vezes, seja acompanhada por requintes de sadismo”. CONTAG. “A violência no campo pela mão armada do latifúndio (1981 a junho/1984): torturas, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidade e expulsão dos trabalhadores da terra”. In: *A estrutura agrária e a violência no campo*, apresentado por ocasião do lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 3 de abril de 1984, em Brasília, Distrito Federal. Documento avulso disponível no acervo da Fetape.

cana”. Por ter sido responsável pelo pequeno incêndio, José Fernandes Filho foi posto de castigo, de frente à casa-grande, com os braços para cima e o pescoço amarrado por forte corrente. Dias depois do massacre, JFF, teve de ir ao hospital, vítima de inflamações na garganta, falecendo em seguida.

- c) Arranca Bigode – Manoel Delmiro dos Santos conta que viu seu tio ter os bigodes arrancados pelo latifundiário Alarico em virtude de um atraso de cinco minutos, porque o filho menor estava doente. Em seguida o “coronel” Alarico disse que fosse tratar do filho no inferno e pelo atraso ia lhe dar uma lição. Cego de raiva, enrolou as pontas do grosso bigode entre os dedos e deu um forte puxão, provocando grave hemorragia, ficando até hoje, João Delmiro dos Santos, defeituoso dos lábios.
- d) Ossadas Humanas – segundo José Francisco da Silva, era comum encontrar ossadas humanas semi-enterradas. “Ele mandava matar depois da meia-noite, quando todos dormiam”. As surras eram aplicadas de cipó-pau, xique-xique, chicote de bater em cavalo, etc. e raro foi o camponês que escapou de uma surra.³⁶⁴

De fato, apenas uma pequena parte dos casos de agressões, torturas e assassinatos era noticiada.³⁶⁵ Dada a difícil penetração no mundo dos engenhos, sabe-se muito pouco sobre o que lá ocorreu, mesmo antes e depois da ditadura militar.³⁶⁶ Apenas em raros momentos a imprensa dava cobertura a esse tipo de fato. Quanto ao caráter concentracionário do sistema, o geógrafo Manuel Correia revelou ao mundo um de seus sofisticados mecanismos de funcionamento:

364 *Jornal Última Hora*. Edição Nordeste, 05/03/1964. Disponível no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje).

365 José Felipe Rangel Gallindo. *O Trotskismo no campo em Pernambuco: “o Jeremias das caminhadas”*. Recife: UFPE. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

366 Lygia Sigaud. “Direito e coerção moral no mundo dos engenhos”. Op. Cit.; “Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana”. In: *Mana*. Estudos de Antropologia Social, 10(1):131-163.

o proprietário facilita ao trabalhador pequenos empréstimos; este, ganhando pouco, com família numerosa, e abastecendo-se em barracão que cobra sempre preços elevados. Quando o débito chega a quatro ou cinco mil cruzeiros, o proprietário começa a negar novos empréstimos, alegando que a conta está grande. Ameaça de um desconto semanal no salário a fim de que seja feita a amortização do débito. O trabalhador desesperado procura sair para outra propriedade, mas o credor não consente que ele se mude se não saldar a conta. Então ele pede um empréstimo equivalente ao débito ao proprietário do engenho onde vai morar e, se consegue, paga o débito anterior e se muda; não é livre, porém, porque “vendeu-se ao novo proprietário” e só poderá sair de suas terras quando pagar a importância devida. Incrível é que quando o morador não encontra quem o compre sai a noite fugido – esta é a expressão que se usa – da propriedade do credor, é comum que este consiga o apoio de uma autoridade que vai prender o foragido onde estiver a fim de que ele trabalhe para o credor e salde o débito. Às vezes, o trabalhador que fugiu fica na propriedade do credor trabalhando durante o dia e permanecendo à noite preso em um quarto sob vigilância dos vigias em verdadeiros cárceres privados.³⁶⁷

Aludindo não apenas a sua consequência mais nefasta (concentrar para exterminar), mas também à característica básica de imobilizar grupos de indivíduos sob quaisquer propósitos, o epíteto “concentracionario” – para além de sua função meramente adjetiva – pode, então, ser empregado, sem risco de heresia histórica, ao vasto complexo açucareiro no Nordeste do Brasil. E mais, alguns traços tornavam a *plantation* açucareira um espaço concentracionário ainda mais sofisticado que suas linhagens clássicas, pois funcionava perfeitamente sem a necessidade de muros ou arames farpados, ou mesmo da extensa camada de neve (muros naturais) que isolava

367 Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. Cit., p. 116-117.

a Sibéria do resto do mundo. Como Afrânio Garcia escreveu em 1989, no mundo do açúcar, “a estrutura hierárquica se inscreve completamente em um espaço fechado, cujo funcionamento próprio tem por efeito imobilizar os trabalhadores, sem que seja necessária uma barreira separando o interior do exterior”.³⁶⁸ Mais recentemente, em 2014, o antropólogo Michel Agier organizou um livro chamado *Un monde de camps*.³⁶⁹ A respeito dele, Agier fez referência direta às *plantations* açucareiras como campos de trabalhadores concentrados:

Os campos de trabalhadores, sobretudo aqueles nos países emergentes como Brasil, China, África do Sul e os Emirados Árabes Unidos, mas também no sul dos Estados Unidos e da Europa (Itália, Espanha, Chipre...), respondem a uma lógica puramente econômica: nestas regiões, o desenvolvimento do agronegócio, com as plantações de açúcar, por exemplo, e o lançamento de obras gigantescas – estradas, barragens... – geram uma enorme necessidade de mão de obra que não se hesita em procurar diretamente no exterior. A forma do campo permite acomodar essas pessoas economicamente úteis, mas socialmente indesejáveis. Entre estes indesejáveis há aqueles que podem morrer e aqueles que ainda podem servir para qualquer coisa. É por isso que nós também discutimos em nosso livro os campos de trabalhadores, uma forma de campo que se multiplica na China de hoje, na África do Sul, no Brasil, nos países do Golfo. Estas são pessoas que “não valem nada” socialmente, mas que são utilizadas economicamente.³⁷⁰

368 Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 51.

369 Michel Agier (dir.), avec la collaboration de Clara Lecadet et les contributions de Hala Abou-Zaki, Hélène Thiollet, Marc Bernardot, Olivier Clochard, Alice Corbet... *Un monde de camps*. Paris: La Découvert, 2014. Ver sobretudo a parte IV: “Campements, camps de travailleurs, centres de rétention: entre prison, bidonville et ghetto”.

370 Disponível em: <https://lejournal.cnrs.fr/articles/les-camps-sont-un-monde-dans-le-monde>. Acesso em: 14 de setembro de 2019.

O impulso, diante de tantas semelhanças, em associar o Nordeste açucareiro a um clássico campo de concentração, entretanto, não deve ofuscar suas diferenças. Embora também confinasse pessoas, a *plantation* não era propriamente um sistema prisional. O modelo concentracionário açucareiro seguia uma lógica puramente, ou sobretudo, econômica; embora os clássicos campos de trabalhos forçados também tenham percebido que o valor agregado de sua força de trabalho encarcerada poderia ser utilizado pelo Estado ou por empresários particulares. Na União Soviética, por exemplo, o trabalho forçado nos *gulags* foi considerado um grande sucesso econômico e político nos tempos de Stalin, que, inclusive, havia sido preso por quatro vezes nos campos antes de assumir a direção da URSS. Lá, diferente do “modelo adocicado” brasileiro, os presos eram interrogados e cumpriam uma pena cujo tempo era legalmente arbitrado; em seguida eram libertos e poderiam voltar a viver na sociedade externa. Ademais, os campos nazistas e soviéticos foram criados “para encarcerar pessoas não [unicamente] pelo que elas tinham feito [como nos sistemas prisionais comuns], mas [também] pelo que elas eram”:³⁷¹ judeus; negros; homossexuais; presos políticos; “inimigos do Estado”...

Na chamada “civilização do açúcar”, diferentemente, onde os mecanismos de dominação remetiam ao tempo da escravidão, os indivíduos haviam sido historicamente confinados desde o período colonial. Descendentes de escravos sem terra, dinheiro e estudo, a maioria dos indivíduos que a compunham não havia sido transportada para lá de maneira forçada. Como a cana, eles “brotavam” anualmente no massapé dos engenhos; ou para lá migravam por conta própria fugindo das secas no Agreste e Sertão. Juridicamente livre para deixar os engenhos, a maioria era

371 Anne Applebaum. *Gulag: a history of the soviet camps*. London: Penguin Books, 2003, p. 19.

condicionada por forças históricas a viver onde nascera, exercendo a única função que aprendera na vida: plantar e cortar cana. Além disso, o modelo açucareiro foi uma empreitada não estatal propriamente (ainda que a maior parte dos proprietários das *plantations* tenha controlado, também, o aparelho de Estado), mas, sobretudo, uma empresa privada. Embora parte do aparelho repressivo de Estado tivesse se associado à classe empresarial (me refiro especificamente ao autoritarismo exercido pela polícia contra a classe trabalhadora), a maior parte da violência era praticada por milícias particulares. A omissão consentida do Estado, desse modo, também teve papel fundamental na manutenção do sistema. Como uma amnésia deliberada, o Estado se permitiu “esquecer” dessas zonas intocadas do território nacional.

A *plantation* no Brasil, portanto, não pode ser livremente assimilada aos clássicos campos de concentração. É necessário impor-lhe uma definição própria que sintetize sua existência enquanto espaço de liberdade contingente que associava, em conjunto, suas formas, funções, estruturas e processos ao longo dos cinco séculos de história.

Milícias privadas, força policial e violência ordinária no mundo dos engenhos

A ideia de que a violência representa um sintoma de perda de poder³⁷² não tinha validade na *plantation*. O poder da classe patronal era firmado precisamente por seu uso. Como Afrânio Garcia afirmou, “para se fazer obedecer, ou para punir, o *senhor* infligia castigos corporais que poderiam chegar à morte. Para esse uso, ele dispunha de *cabras de confiança*, caracterizados por uma completa fidelidade à pessoa do patrão, mantidos por concessão de vantagens

372 Hannah Arendt. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

materiais e de um estatuto privilegiado no engenho”.³⁷³ Os *senhores de engenho* costumavam recrutar “indivíduos que tinham cometido crimes em outros cantos, portanto susceptíveis de terem o gosto e a aptidão para o manejo das armas”.³⁷⁴ De acordo com alguns relatos, o administrador,³⁷⁵ por exemplo:

possu[í]a direito para andar armado. Admit[í]a, demit[í]a, suspend[í]a, multa[va] e em muitos casos até castiga[va] fisicamente os camponeses. Autoriza[va] e proib[í]a festas dentro dos engenhos. D[ava]-se o direito de conquistar as filhas e as mulheres dos camponeses... Influ[í]a na escolha dos delegados sindicais, nos preços e tamanhos das contas, proib[í]a greve, prend[í]a camponeses e os entrega[va] à polícia, pratica[va] espionagem para a usina e para o serviço secreto do exército.³⁷⁶

As “milícias privadas dos patrões, cuja existência o Estado brasileiro insist[í]a em ignorar, apesar de todas as evidências”,³⁷⁷ como afirmou Lygia Sigaud, foram sempre muito frequentes e exerciam controle efetivo sobre grande parte dos trabalhadores. Elas eram responsáveis pelo constante “clima de intimidação e terror no

373 Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 39-40.

374 Afrânio Raul Garcia. *O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Op. Cit., p. 46.

375 Segundo o *Dicionário do açúcar, Administrador*: “O testa-de-ferro do plantador de cana, o homem que toma conta de seus canaviais e não permite que em suas terras se faça outra cultura que não seja a da cana-de-açúcar, o gerente das propriedades rurais caracterizadas pela monocultura da cana. Para o trabalhador do eito: o mandachuva do engenho”. Nelson Barbalho. *Dicionário do açúcar*. Op. Cit., p. 24.

376 Amaro Luiz de (Palmeira) Carvalho. “O movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco”. Op. Cit., p. 3.

377 Lygia Sigaud. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. In: *Dados*. Vol. 29, n. 3, 1986, p. 319-343.

engenho”³⁷⁸ e fora dele.³⁷⁹ Segundo o movimento sindical, vigias e cabos fortemente armados com revólveres, espingardas calibre 12 e cipós de boi transitavam nos locais de trabalho “visitando” e “fiscalizando” os moradores.³⁸⁰ O documento *A violência no campo pela mão armada do latifúndio (1981/1984): torturas, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidade e expulsão dos trabalhadores da terra*, divulgado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por ocasião do lançamento em Brasília da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 3 de abril de 1984, revelava que:

a violência, às vezes, é exercida diretamente pelo proprietário. Mas frequentemente, entretanto, fazendeiros, grileiros ou empresas usam de pistoleiros profissionais ou de verdadeiras milícias privadas. Essas milícias não são privilégio das áreas mais isoladas. Várias usinas de açúcar do Nordeste e senhores de engenho valem-se delas para “manter a ordem” em suas propriedades.³⁸¹

Essas informações também são confirmadas por Manuel Correia de Andrade: “os proprietários mantinham em suas terras capangas fortemente armados”;³⁸² pelos fiscais da DRT;³⁸³ e por

378 FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*. 1984.

379 “Ces milices privées ont toujours été très fréquentes ; elles intervenaient non seulement à l’intérieur de la propriété, mais aussi dans les multiples conflits”. Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 40.

380 Affonso Varzea falava dos “paisanos armados dia e noite de carabina, estranhos guardas com caras de brabo (‘tough guy’)”. Affonso Varzea. *Geografia do açúcar no leste do Brasil*. Op. Cit., p. 428.

381 CONTAG. “A violência no campo pela mão armada do latifúndio...”. Op. Cit.

382 Manuel Correia de Andrade. “Apresentação”. In: Gaspar Peres & Apollonio Peres. *A indústria assucareira em Pernambuco*. Op. Cit., p. 11.

383 DRT/PE. *Relatório de Fiscalização dos Engenhos Petribu I e São Miguel ao Sr. Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho*. Proc. s/n. Data: 21 de março de 1983. DRT/PE. *Relatório de Fiscalização ao Sr. Delegado Regional do Trabalho em Pernambuco*.

inúmeros depoimentos orais coletados por pesquisadores de várias áreas.³⁸⁴

Embora entenda as práticas de castigos corporais como a outra face da generosidade do *senhor* – a figura de um pai que pune superposta a de um pai generoso³⁸⁵ –, na esteira de parte da literatura que defendia certa harmonia entre as classes no interior da *morada*, e ressaltando que “a violência física sempre fez parte da relação de dependência”, Afrânio Garcia admite que “os castigos corporais eram infligidos diante dos outros *moradores* de forma a produzir um efeito de demonstração e marcar, aos olhos de todos, quem detinha o uso legítimo da violência física”,³⁸⁶ como uma espécie de pedagogia do medo. Ele ressalta “as *pisas*, surras^[387] dadas pelos prepostos do

Proc. DRT/PE/nº 17.009/83. Data: 11 de novembro de 1983. DRT/PE. *Relatório de Fiscalização dos Engenhos Petribu I e São Miguel ao Sr. Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho*. Proc. s/n. Data: 29 de fevereiro de 1983.

384 Segundo o trabalhador José Antônio de Lima: “uns patrões eram mais mansos, uns empregados eram mais mansos, mais amigos, mas outros eram bem metidos a brabos, matavam gente. Davam em trabalhador, jogavam a polícia em cima sem o trabalhador fazer nada. Muitas vezes, por besteira, matavam um trabalhador. Arrastavam um trabalhador, amarrado atrás de um cavalo e outro cavalo pisando atrás. Ainda cheguei a ver isto”, depoimento citado por Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 669.

385 “La pratique des châtements corporels n'est pas seulement l'autre face de la générosité, la figure du père qui punit superposée à celle du père généreux ; elle a un effet particulier de marquage social, séparant ceux qui maîtrisent l'usage de leurs corps de ceux qui en sont dépossédés au profit d'un autre qui les domine. Le travail à la bêche como la pratique des châtements corporels mettent en jeu une maîtrise différentielle du corps à l'intérieur du domaine”. Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 42.

386 Idem, p. 41.

387 Segundo *Relatório* da Fetape, em 5 de dezembro de 1983, o filho do proprietário do engenho Crimeia, município de Escada, do Sr. Anísio Xavier da Rocha, “tendo encontrado o trabalhador [Manoel Maciel Teixeira da Silva] no domingo vendendo picolés quis obrigá-lo a cortar cana, tendo o trabalhador se recusado o empregador agrediu-o fisicamente. O trabalhador é fichado há 9 anos”. FETAPE. *Relatório anual de atividades*. 1983.

proprietário e os assassinatos dos *moradores* que entraram em disputa com o patrão”.³⁸⁸

A violência patronal funcionou como terror numa dimensão secular em tempos escravistas, com conseqüências difíceis de avaliar. Não se pode subestimar sua abrangência que viabilizava e reforçava o caráter absolutista do sistema. A plantação escravista já fora comparada a um campo de concentração. Da mesma forma que as resistências à “*instituição peculiar*”^[389] são hoje em dia investigadas e valorizadas, em todas as suas dimensões, pelos pesquisadores, a potência do fenômeno coercitivo e sua longa duração, sem ruptura, que sugerisse ou permitisse uma inversão dos papéis, não devem ser menosprezadas. A “morada” situa-se precisamente num ambiente que emergiu da escravidão, num processo cuja característica de transição relativamente pacífica reforçou as permanências em termos de modalidades de relações entre classes. Os senhores de escravos usavam de armas para manter seu poder. A abolição não lhes tirou esse hábito.³⁹⁰

A ideia de que “o processo de concentração da força física pública [estatal] se acompanha de uma desmobilização da violência ordinária”³⁹¹ [particular], como afirmou Pierre Bourdieu se referindo ao nascimento do Estado Moderno na Europa, parece não ter tido validade na zona canavieira de Pernambuco. Na *plantation*, quando a violência não era praticada pela própria polícia militar, fazendo às vezes “papel de milícia privada, agindo com violência contra trabalhadores

388 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 73.

389 Referência a Kenneth M. Stamp. *The peculiar institution*. New York: Vintage Books, 1956.

390 Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 664.

391 Pierre Bourdieu. *Sur l'État: cours au Collège de France (1989-1992)*. Édition établie par Patrick Champahne, Remi Lenoir, Franck Poupeau et Marie-Christine Rivière. Édition Raison d'agir/Édition du Seuil, janvier 2012, p. 314.

rurais e líderes sindicais”,³⁹² ela era empregada de forma indiscriminada pelos latifundiários. A esse respeito, Anthony Pereira, em *The end of the peasantry: the rural labor movement in Northeast Brazil (1961 – 1988)*, sugeriu que

a violência dos proprietários de terra contra os trabalhadores e líderes sindicais ocorreu no Brasil, porque os pobres rurais usaram a abertura proporcionada pela transição democrática para receber suas demandas reprimidas por terra e melhores salários. Isso instigou uma forte reação por parte dos proprietários rurais. A violência dos proprietários ampliou, porque o Estado não os punia; em vez disso, a força policial do Estado geralmente colaborava com sua autoridade. O Estado brasileiro, especialmente no Nordeste, onde o peso político dos proprietários era maior, não conseguia fazer cumprir a lei ou proteger o fraco da predação do forte.³⁹³

Segundo Lygia Sigaud, as “forças repressivas do governo do estado..., à exceção do curto período do governo Miguel Arraes, sempre foram utilizadas contra os trabalhadores e a favor dos proprietários”. “A lei [era] inócua”.³⁹⁴ O uso ostensivo e sistemático da força policial contra a classe trabalhadora³⁹⁵ foi, durante longo período,

392 CONTAG. “A violência no campo pela mão armada do latifúndio...”. Op. Cit.

393 Antony W. Pereira. *The end of the peasantry: the rural labor movement in Northeast Brazil (1961 – 1988)*. Op. Cit., p. 117.

394 Lygia Sigaud. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. Op. Cit.

395 “Além do compadrio e da proteção, que fazia com que os matadores e/ou mandantes nunca fossem condenados, evidencia-se a solidariedade de classe entre autoridades e empregadores, no sentido mais funcional do termo: num sistema em que a violência ou sua ameaça contra todos os membros da família trabalhadora exercia uma poderosa pressão para que aceitassem quaisquer condições de trabalho e de remuneração ditadas pelo proprietário; ou seja, ela constituía-se num fator econômico”. Christine Rufino Dabat. “Dimensões da violência patronal contra trabalhadoras rurais na zona Canavieira de Pernambuco”. In: Márcia Castillo-Martín & Suely de Oliveira. *Marcadas a ferro: violência contra a mulher – uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para

uma marca visível nas relações de trabalho no campo.³⁹⁶ Christine Dabat admite que “as autoridades confortavam a violência, quando não a exerciam, elas próprias, contra a família trabalhadora, inclusive as mulheres e crianças”.³⁹⁷ Os usineiros, na maioria dos casos, para manter seu poder, estabeleciam estreitas relações com as autoridades,³⁹⁸ bem como controlavam os cargos públicos a fim de usá-los contra seus dominados.³⁹⁹ Com o Golpe de 1964, as associações entre o setor agroindustrial e as forças de Estado tornaram-se mais estreitas, como descreveu Moniz Bandeira:

comerciantes e latifundiários formaram um exército particular de 10.000 homens, sob a supervisão do próprio secretário de Segurança, Coronel João Mendes de Mendonça, todos treinados para a sabotagem e luta de guerrilhas. Dos 28 grupos empresariais organizados no Estado [de Alagoas], 22 dispunham de pelo menos 150 homens e 15.000 litros de combustíveis cada um. Para cada metralhadora foram distribuídos 1.000 tiros. A esse Estado-Maior de fazendeiros e comerciantes se somaram 1.800 produtores de açúcar e pequenos proprietários, levando cada um com pelo menos cinco homens já armados. O governador Luiz Cavalcante apoiava o empreendimento, que se inseria, sem dúvida, numa estratégia global, pois Alagoas,

as Mulheres, 2005, p. 178. Karl Marx em *O capital*, já havia avançado a ideia da violência como fator econômico. Segundo ele: “A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica”. Karl Marx. *O capital*. Vol. 1 e 2, São Paulo: Nova Abril, 1985.

- 396 “The army and landlords hunted down their leaders, as well as Communists, in order to imprison and sometimes kill them”. Antony W. Pereira “God, the Devil, and Development in Northeast Brazil”. In: *Praxis: The Fletcher Journal of Development Studies*. Vol. xv, 1999.
- 397 Christine Rufino Dabat. “Dimensões da violência patronal contra trabalhadoras rurais na zona Canavieira de Pernambuco”. Op. Cit., p. 176.
- 398 Segundo a Comissão Pastoral da Terra: “Milícias privadas se multiplicam, com evidente omissão e, muitas vezes, com cumplicidade das forças de segurança pública estadual”. CPT. *Reforma agrária para a Zona da Mata de Pernambuco*. 1999.
- 399 Lygia Sigaud. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. Op. Cit., p. 18-19.

pela sua situação geográfica, constituiria, como Estado-tampão, uma cunha entre Pernambuco e Sergipe, cujos Governadores, Miguel Arraes e João Seixas Dória, se identificavam com o programa de reformas. A organização desse Exército clandestino, com *know-how* da CIA, custou cerca de 100 milhões de cruzeiros. Em todo o Nordeste havia formações do mesmo tipo.⁴⁰⁰

Muitos trabalhadores que militavam no movimento camponês, Ligas Camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais, antes e depois do Golpe de 1964, foram assassinados por seus patrões ou por prepostos.⁴⁰¹ Segundo Francisco Julião, “quando se matava alguém em Pernambuco se escapava para a Paraíba, havia uma espécie de sindicato da morte, uma aliança natural entre os grandes *senhores de engenho* e grandes proprietários”.⁴⁰² O caso de Paulo Roberto Pinto, na tentativa de receber o 13º salário atrasado, foi um dos mais emblemáticos:

Jeremias [das caminhadas, como era conhecido Paulo Roberto], e um grupo de homens, mulheres e crianças, cujos relatos estimam entre 500 e até 1000 pessoas, partiu do centro de Ferreiros para o Engenho Oriente [Itambé, na Mata Norte]. Uma caminhada de cerca de cinco quilômetros, numa estrada de terra batida, margeada por um mar verde de canas-de-açúcar, cheia de curvas e de subidas. A última caminhada de Jeremias... Os pistoleiros, muitos deles vigias dos engenhos de Itambé, estavam à espera para concluir o “serviço”. Os latifundiários estavam preparados para assistirem de camarote o massacre. O primeiro tiro estava reservado para Jeremias, assim que ele se aproximasse da porteira

400 Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 60.

401 Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). *Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1986)*. São Paulo: Global, 1987.

402 Depoimento de Francisco Julião ao Projeto “A História oral do movimento político-militar de 1964 no Nordeste”. Disponível no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

do engenho. Depois do aviso do pistoleiro encostado no mourão, Jeremias abriu os braços e pediu “Paz”. Então soou a ordem mortal. Um apito que lembrava um som emitido por um pássaro. Jeremias foi atingido e morreu. E começou o massacre premeditado.⁴⁰³

Após o Golpe, “os dirigentes sindicais... que não conseguiram escapar foram presos e torturados, outros foram assassinados pelos militares depois de terem denunciado seus patrões”.⁴⁰⁴ Muitos desses homicídios permaneceram impunes⁴⁰⁵ diante da Justiça.⁴⁰⁶ De acordo com Socorro Abreu, “[eram] várias as denúncias de espancamentos e mesmo de assassinatos de camponeses por toda a década de 60”.⁴⁰⁷ Ainda hoje, a Comissão Pastoral da Terra divulga, anualmente, listas periódicas com os casos de assassinatos no campo.

A história da *plantation* açucareira no Nordeste, portanto, é também uma história de violência e destruição, afirmou Nancy

403 José Felipe Rangel Gallindo. *O Trotskismo no campo em Pernambuco: “o Jeremias das caminhadas”*. Op. Cit., p. 81-82.

404 Lygia Sigaud. “Direito e coerção moral no mundo dos engenhos”. Op. Cit., p. 375.

405 Elias Fajardo. *Em julgamento: a violência no campo (Relato das mortes analisadas pelo Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio)*. Petrópolis: Vozes, 1988. Segundo a Fetape: “Verificamos que a violência patronal só ocorreu porque o capitalismo imperante no país desenvolvia-se livre sob o manto dos Governos à [sic] seu serviço, garantindo absoluta impunidade aos patrões. Estruturado a partir dos exclusivos interesses do capital, o poder político no Brasil não apresentou compromissos com a classe trabalhadora na sua luta contra a violência”. FETAPE. *Relatório anual*. 1984.

406 “The *moradores* of the Alto [Mata Norte de Pernambuco] speak of bodies that are routinely violated and abused, mutilated and lost, disappeared into anonymous public spaces – hospitals and prisons but also morgues and the public cemetery”. “The anonymous world of the sugarcane cutter (the *mata*)”. Nancy Scheper-Hughes. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Op. Cit., p. 230.

407 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., p. 124.

Scheper-Hughes.⁴⁰⁸ “Séculos inteiros de mandonismo e escravidão desenvolveram e consolidaram esse espírito de domínio absoluto sobre homens e terras no Brasil”.⁴⁰⁹ Edival Nunes Cajá assim sintetizou a história do açúcar nem Pernambuco:

Há cinco séculos, um punhado de aristocráticos aventureiros, capitaneados pelo ambicioso escravocrata Duarte Coelho, ostensivamente armado, invadiu as melhores terras de Pernambuco e obrigou todos os seus habitantes a trabalharem para eles, à força. Achando pouco, sequestraram ao longo deste tempo, milhões de africanos livres, trazidos para cá como escravos acorrentados, com a mesma finalidade: produzir e acumular capital, riqueza e ostentação para as suas poucas famílias. Com a orientação do governo de Portugal e o apoio da Igreja, eles formaram uma vasta organização criminosa internacional especializada em sequestros, torturas, assassinatos, saques, ocultação de cadáveres aos milhares, praticaram um verdadeiro genocídio, com os negros e a população nativa, por eles batizada de índios. Os usineiros e senhores de engenhos não conhecem limites para suas insaciáveis ganâncias na busca dos lucros. Para isto, recorrem, como na época do escravagismo, a toda sorte de guerra e violência para submeter e expropriar as imensas massas de trabalhadores. Enfim, por trás daquele suntuoso sindicato do açúcar existe a mais longa história do crime organizado pelo seguimento patronal mais reacionária da burguesia em Pernambuco.⁴¹⁰



408 Nancy Scheper-Hughes. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Op. Cit., p. 36.

409 Pessoa de Morais. *Sociologia da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, s/d., citado por Flávio da Motta Guerra. *Idos do velho açúcar*. Op. Cit., p. 194.

410 Edival Nunes Cajá. “Manoel Aleixo, herói brasileiro, vítima da ditadura”. Texto publicado em 4 de dezembro que 2012 em <http://www.vermelho.org.br/noticia/198079-1>. Acesso em 12 de set. de 2013.

O uso da violência como fator econômico e forma de impor o que a classe empresarial chamava de “ordem pública”⁴¹¹ já foi amplamente sublinhado pela historiografia. Inúmeros trabalhos deram conta de elencar diversos casos documentados tanto pelos próprios agentes sociais vitimizados, a classe trabalhadora, quanto por relatórios da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco e outros órgãos de classe e de governo. Um elemento não mencionado, mas que deve ser discutido, no entanto, é o lugar da violência na constituição da *plantation*. Para além de fator econômico, responsável pela manutenção dos lucros empresariais e ordenamento interno do sistema, a violência compunha também o próprio espaço em sua totalidade. Enquanto práticas espaciais, ou seja, enquanto ações que contribuem para garantir projetos específicos, as diversas formas de violência eram um meio efetivo e eficaz na gestão dos territórios entocados dos engenhos.

Afastado, isolado em seu mundo restrito, o camponês do açúcar, trazendo na alma as subserviências da escravidão negra, não percebia onde terminava o arbítrio do proprietário e onde começava a ação do Poder Público, da Justiça Social. Daquele só tinha uma ideia através da força policial, ocasionalmente chamada pelo dono da Usina, quando surgia um problema de maior importância. E deixava-se, também amedrontado, permanecer na passividade.⁴¹²

A violência e, sobretudo, o medo eram capazes de moldar a cartografia mental dos indivíduos tanto quanto o próprio relevo, a hidrografia e o clima moldavam a aparência física do espaço. A percepção que os trabalhadores rurais tinham da paisagem podia ser

411 “At certain levels of political-economic development – and the sugar plantation zone is one of these – violence and threats or fear of violence are sufficient to guarantee the ‘public order’”. Nancy Scheper-Hughes. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Op. Cit., p. 223.

412 Flávio da Motta Guerra. *Idos do velho açúcar*. Op. Cit., p. 194-195.

determinada tanto pela própria geografia física e configuração territorial da *plantation* quanto por seu modo de vê-la. Na visão dos *moradores de engenho*, violentados fisicamente e ameaçados todos os dias, o mundo fechado do açúcar era mais que um simples ambiente de trabalho: ele representava um invólucro do qual dificilmente se escapava. Como Thomas Rogers afirmou: “os trabalhadores viam a si próprios como cativos do poder de controle dos senhores”.⁴¹³ Na sua forma de ver o mundo ao qual faziam parte, a violência era uma das variáveis que compunham os cálculos das distâncias entre os engenhos e seu exterior. Nesses casos, a percepção das distâncias, pelos trabalhadores, entre esses dois mundos era, de fato, bem mais complexa do que uma simples soma quilométrica. A representação da *plantation* enquanto espaço de liberdade contingente ia muito além de suas curvas de nível, relevo, vegetação e sistema viário. Os mapas cognitivos dos trabalhadores eram bem mais complexos que seus similares reproduzidos em papel. A visualização da *plantation* como um único e complexo sistema espacial, portanto, é indissociável de seu caráter social e histórico.

A onipresença da violência patronal – explícita (nas surras, espancamentos e expulsões) ou velada (na produção do medo) – compunha, juntamente com os elementos físicos do espaço, a paisagem açucareira. Sua significação simbólica ou mental/cognitiva, portanto, não era menos concreta ou real que sua finalidade material e econômica. Parte integrante do regime de trabalho, para os *moradores de engenho* a violência, efetiva ou potencial, era uma marca tão nítida no espaço quanto os próprios canaviais.

413 Thomas D. Rogers. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit.

CAPÍTULO V

Trabalho e vida no mundo dos engenhos

A precariedade do sistema viário na *plantation*, associada à carência de meios regulares de transporte para o interior das unidades produtivas dispersas e ao uso sistemático, efetivo e impune da violência, permitia a manutenção de uma sociedade que possuía uma lógica e um modo de existir próprios. Isolados no mundo dos engenhos e sem amparo real (policial, médico, jurídico, educacional...) por parte do Estado, todos os âmbitos da vida dos trabalhadores estavam, direta ou indiretamente, subordinados à classe patronal canavieira, que controlava desde as formas de uso dos recursos naturais até suas escolhas religiosas, práticas de lazer e a liberdade de ir e vir.



Esta seção analisa a arquitetura espacial da *plantation* a partir do cotidiano e das condições de vida dos trabalhadores do açúcar. A visão

romântica pela qual a *morada* garantiria certas vantagens aos *moradores* como acesso a sítio, lenha e água, além de segurança e assistência médica, por exemplo, é questionada com base numa série de elementos analíticos e dados bem pouco conhecidos e debatidos. Os efeitos da lógica produtiva do setor sucroalcooleiro sobre a jornada de trabalho, sobre o nível salarial e, conseqüentemente, sobre a saúde dos trabalhadores são discutidos a partir do estudo detalhado de centenas de casos registrados em processos trabalhistas e em prontuários médicos, além dos relatos orais de antigos *moradores de engenho*. Nesse sentido, procurei explicar como a combinação entre isolamento e violência (associada à omissão consentida do Estado) interferia na condição de vida dos trabalhadores do açúcar e contribuía para tornar a zona canavieira uma área secularmente marcada pela miséria. Minha proposta não é repetir a historiografia no que concerne aos desafios para constatar a pobreza, a fome e as doenças dos trabalhadores por elas mesmas – ou em função simplesmente de relações de classe que parecem suspensas no ar, sem ligação com o espaço –, mas compreender tais mazelas a partir de uma análise que permita avançar no debate em torno da dimensão espaçotemporal da *plantation*. Defendo que a miséria enfrentada pela classe trabalhadora existia e/ou se agravava em função, sobretudo, do grau de isolamento dos engenhos que permitia, como já expus até aqui, um nítido controle sobre o uso do território e, conseqüentemente, sobre a força de trabalho. Para tanto, tentei seguir a senda que Don Mitchell abriu quando de suas pesquisas na Califórnia ao buscar compreender “como a forma histórica de um lugar estrutura as suas relações sociais”.⁴¹⁴ Minha tese, nesta seção, é de que a *plantation* enquanto modo de existir da sociedade açucareira modelava, em seus pormenores, o cotidiano dos trabalhadores.

414 Don Mitchell. *The lie of the land: migrant workers and the California landscape*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996, p. 3.

Condições de trabalho e nível salarial na *plantation*

Distantes dos centros de poder públicos, isolados no mundo dos engenhos e envoltos num sistema violento, os *moradores* eram submetidos, sem inconvenientes, a várias formas de pressão. Como até os anos 1980 praticamente não existia fiscalização ao cumprimento da legislação trabalhista, suas condições de vida e trabalho eram quase sempre determinadas pela lógica produtiva. Já se tornou comum, tanto nas publicações acadêmicas quanto nas matérias de jornais veiculadas pela grande mídia, afirmar que a agroindústria açucareira exigia – e ainda exige em muitos casos – dos assalariados, sobretudo do setor agrícola, mas também da parte industrial, um esforço que muitos especialistas qualificaram como sobre-humano. Ao longo dos decênios que se seguiram à abolição da escravidão, as *tarefas*,⁴¹⁵ normalmente estendidas além dos limites legais, exigiam o trabalho de várias pessoas para completar o que seria o salário de um único trabalhador numa diária de 8 horas. Em muitos casos, quando o *morador* não podia contar com filhos ou outros familiares, era preciso estender a jornada até a noite ou ao dia seguinte. A esse respeito, muitos concordavam que nos engenhos “o dia de trabalho [era] muito longo” e qualquer recusa, ou o chamado “corpo mole” e “malandragem” do trabalhador,⁴¹⁶ poderia lhes custar a mais dura

415 Segundo o *Dicionário do açúcar*, *Tarefa*: “Medida agrária, ainda usada na região canavieira nordestina, equivalente a 900 braças quadradas ou 4.356 metros quadrados. No Pará a *tarefa* é formada por 25 x 25 braças de um partido de cana-de-açúcar. Em Alagoas a *tarefa*, num canavial, mede 3.052 metros quadrados. Na Bahia, há *tarefas de rego* (cana novamente plantada) e *tarefas de soca* (cana já cortada uma e mais vezes, e cujos brotos se vão sucedendo anualmente). Segundo Moraes, que foi dicionarista e senhor de engenho, a moagem de cada tarefa de cana, em um bom engenho, movido por água, pode ser executada em 24 horas, produzindo pelo menos oito *meladuras*, o que se chama ‘tarefa redonda’”. Nelson Barbalho. *Dicionário do açúcar*. Op. Cit., p. 367.

416 José Marcelo Marques Ferreira Filho. “‘Malandragem e corpo mole’: a naturalização das doenças do trabalho no discurso da classe patronal canavieira em

sanção: ter toda sua família expulsa do engenho sem indenização alguma.⁴¹⁷ Os registros da Justiça do Trabalho nos anos 1960, por exemplo, revelam casos em que os trabalhadores se queixavam de serem obrigados e prestar serviços que duravam das cinco da manhã até as vinte e três horas da noite.⁴¹⁸ As denúncias são de que eles trabalhavam dias, semanas, meses e até anos sempre a mais do que a convenção permitiria.⁴¹⁹ Ao que parece, o passado de escravidão ainda deixava marcas; e a redução equivalente da jornada anterior nunca chegava no dia seguinte.

Pernambuco (1960-1975)". In: *Cadernos de História. Oficina de História: escritos sobre saúde, doenças e sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, ano 7, n. 7, ISSN 1807-9229, 2010.

- 417 "A violência, quase sempre, é exercida com objetivos definidos. Seu uso mais freqüente é para expulsar os trabalhadores da terra. Mas ela também é usada para impor tarefas ou jornadas de trabalho insuportáveis, capazes de assegurar lucros extras aos grandes proprietários, como vem fazendo os fornecedores de cana e usinas de açúcar na zona da mata de Pernambuco". CONTAG. "A violência no campo pela mão armada do latifúndio...". Op. Cit.
- 418 Reclamação trabalhista de J.D.C., ajudante de engenho: "Declarou trabalha[r] das 5 até as 23h. Que tinha dia que não descansava para o almoço. [...] que era espoliado em seus direitos pelo rendeiro da Usina". Processo 4428/65, JCJ de Escada.
- 419 Reclamação trabalhista de J.O.S., ex-trabalhador rural. "Trabalhou para o empregador 5 meses. 3 meses trabalhou em media 22 horas entre dias e noites digo no período de uma noite e um dia, só recebia 8 horas por dia nos 3 meses que trabalhou [...], nos 2 meses seguintes trabalhou em media 15 horas no período de uma noite e um dia, só recebia 8 horas por dia, foi expulso de um modo lesivo. [Quando] a empregadora chamou para assinar um documento, o reclamante sem saber ler, assinou sem saber o que se tratava, depois de posto a impressão digital, o preposto pagou-lhe por conta de sua indenização total Cr\$ 11.486,00". Processo 111/64, JCJ de Escada. Reclamação trabalhista de M.L.S., operário: "Reclamou o reclamante que [...] foi demitido sem justa causa [...]. Esclarecendo o reclamante que começava a trabalhar às 7 horas até 17:30 horas, na parte da mercearia do referido barracão, e das 18 horas até as 2 horas da manhã na parte da padaria do mesmo barracão. Reclama aviso prévio, horas extras e 13º mês". Processo 1225/64, JCJ de Escada.

O estado físico dos *moradores*, normalmente, só se constituía realmente num problema quando interferia nas exigências do trabalho para o *senhor de engenho*; mesmo em casos de doenças. Aproveitar as deficiências nutricionais impostas aos trabalhadores para pressioná-los era uma arma comumente empregada pelo setor empresarial. Segundo os documentos judiciais, nem mesmo idosos e trabalhadores com atestado médico eram poupados dos serviços mais exaustivos. Mesmo nesses casos, os *moradores* eram obrigados a trabalhar porque os patrões alegavam o argumento da “preguiça” e da “conversa pra boi dormir” do trabalhador, como testemunhou Miguel José de Oliveira: “quando o camarada adoecia, às vezes doente ia e o homem dizia que era preguiça”.⁴²⁰

Para garantir níveis de remuneração extremamente baixos, a classe patronal canavieira utilizava sofisticados mecanismos. A ampliação do *quantum* de trabalho era o mais comum. Até 1963, quando da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e do chamado Acordo do Campo – instrumento que estabelecia as referências dos cálculos para o pagamento de cada tipo de tarefa na cultura da cana –, a remuneração que um canavieiro recebia por seu trabalho era sempre fixada *a posteriori*. E assim permaneceu depois do Golpe de 1964. O salário para os trabalhadores rurais, de forma geral, sempre equivalia a uma *diária*, medida por *braça* de 2,20 m. Em tese, a *Tabela de Tarefas*, firmada no Acordo acima mencionado, estipulava detalhadamente o número de *braças* que deveriam ser trabalhadas em cada tipo de *tarefa* (sulcagem, cavagem e revolvimento da terra; plantio, limpa, adubação, corte e transporte da cana...), sempre considerando as variedades de canas, os tipos de solo e vegetação e a geografia do terreno que afetavam no esforço gasto na sua execução. Contudo, na prática quem sempre definia o

420 Trabalhador citado por Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 240.

quantum de trabalho que deveria equivaler à *diária* (normalmente 10xio *braças*) eram os proprietários, que tendiam cada vez mais a aumentá-lo, segundo Lygia Sigaud.⁴²¹

O chamado *pulo da vara* era a forma comum de ampliar a quantidade de trabalho que os *moradores* deveriam executar. Todo dia, por vezes toda semana, era efetuada a medição do terreno a ser trabalhado. A *vara* (cujo tamanho deveria equivaler a uma *braça*) era a unidade de medida utilizada para essa operação. Estendia-se a *vara* no chão e, a partir daí, uma de suas extremidades sempre deveria estar em contato com o solo, sob o risco de uma medição falha. Os funcionários das empresas, entretanto, no momento de contar cada nova *braça* desprendiam a *vara* do solo ampliando com isso a medida da área a ser trabalhada. Essa prática, comum em canaviais de todo o Brasil, e fora dele, fazia com que parte da cana fosse cortada sem que o trabalhador fosse remunerado por isso. Em alguns casos, a *vara* utilizada poderia chegar a 2,50 m, o que, somado aos 30 centímetros ou mais de cada *pulo da vara*, fazia com que cada *braça* real atingisse por volta de três metros. Essas manobras “repercutem, segundo o trabalhador, não só imediatamente sobre o salário e o pagamento do fim de semana, como também sobre o remunerado e as férias, porque se um trabalhador leva dois dias para fazer uma média, consta em folha de pagamento que trabalhou apenas um dia”.⁴²² Ademais, a medição da área a ser trabalhada, assim como seu equivalente salarial, desconsiderava as irregularidades do terreno (ondulação, altura e grau de inclinação). Normalmente, esses “inconvenientes” não compunham o cálculo real dos salários como constataram investigações da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco em 1960:

421 Lygia Sigaud. “A percepção do salário entre trabalhadores rurais”. In: Jaime Pinsky (org.). *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

422 Idem.

Alegavam os moradores do engenho que não podiam trabalhar por Cr\$ 35 diários e comprar no barracão um quilo de charque por Cr\$ 180. [...] Na maioria dos engenhos, que convém citar aqui, o trabalhador costuma tirar uma conta de 10x10 braças quadradas por dia. A braça honesta é de 2 metros e 10 cm perfazendo 441 metros quadrados. Mas na maioria dos engenhos campeia a desonestidade. Recebem o trabalho honesto do camponês e lhe pagam um salário desonesto, neste caso está o engenho M. e muitos outros. No citado engenho a vara de medir contas tem 2 m e 30 cm isto é 20 cm a mais. Ora, medindo-se uma conta de 10x10 não perfazia 441 metros, e sim 529 metros quadrados, isto é, 88 metros a mais no serviço do camponês.⁴²³

A relação entre o trabalho efetivamente realizado e o salário diário dependia também de outros fatores como, por exemplo, o tipo de cana cortada. Para além das variáveis genéticas, que podem incidir diretamente sobre sua altura e espessura, a cana não cresce de forma homogênea em todos os terrenos. Na linguagem dos trabalhadores, a *cana boa* de corte era fina e plantada em terreno limpo; *cana média* era grossa ou com mato; e a *cana fraca* era aquela com bastante mato ou falhada. Normalmente, os responsáveis pela medição não descontavam as *braças* necessárias quando a cana era fraca, e ampliavam-nas quando a cana era boa. Segundo Christine Dabat, “uma das mais corriqueiras maneiras de acentuar a exploração tinha algo de desonesto em si: tendo a tarefa genericamente o preço de uma diária, *grosso modo*, o cabo determinava, muitas vezes, uma quantidade de trabalho impossível de ser realizada num dia de trabalho, exigindo dois dias ou mais”.⁴²⁴ No caso da roçagem

423 Relatório de 11.06.1960. Engenho M. em greve. SSP 29343, citado por Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 590.

424 Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 594. Segundo Thomas D. Rogers: “Field workers also found themselves captive to the measurements dictated by foremen who had incentives to push the boundaries of

(corte da vegetação para limpar o terreno) e encoivaração (queima da vegetação para preparar o terreno que receberá os partidos de cana), o tipo de mato (grosso e de gancho; de talho e capoeira; fino etc.) tornava o trabalho mais ou menos lento. A produtividade na sulcagem com carro de boi ou manual, com enxada, dependia da terra: de areia; de barro; ressecada; mole ou dura; com capoeirão ou não. Acrescente-se a isso outras dificuldades não previstas como um terreno rochoso, ou a presença de animais peçonhentos que eventualmente retardavam a realização do serviço. Tudo isso fazia com que o corte de cem *braças* quadradas de *cana fraca*, por exemplo, requeresse mais esforço físico do trabalhador (quase sempre também exigindo dele mais tempo) se o serviço fosse com *cana boa*, daí a necessidade de ser melhor remunerado. Todos esses mecanismos faziam parte das estratégias patronais para manipular a natureza, reduzir salários e/ou, dependendo dos objetivos dos patrões, pressionar os trabalhadores a pedirem demissão, como pôde ser constatado pela Delegacia Regional do Trabalho.⁴²⁵ Em *Relatório de*

task sizes. Workers from the cane zone still remember the punitive assignment of tasks from the 1950s". Thomas D. Rogers "Taking the measure of labor: rural rationalization in twentieth-century Brazil". In: *International Labor and Working-Class History*, 85, 2014.

- 425 Em *Relatório* de 7 de novembro de 1983: "verificamos nos recibos de pagamento que dos 100 empregados registrados só 20 vem fazendo os 6 dias e consequentemente recebendo a remuneração (domingo), os demais são prejudicados e segundo estes isto é motivado pelo excesso das tarefas que não os permitem completar os 6 dias". DRT/PE. *Relatório de fiscalização apresentado ao Sr. delegado regional do trabalho em Pernambuco*. Proc. DRT/PE nº 16.475/83. Data: 7 de novembro de 1983. Em *Relatório* de 29 de fevereiro de 1984: "chegamos à conclusão que está havendo excesso nas tarefas de limpa de cana. Observamos que dos 60 empregados [do Engenho Petribu II, em Carpina] apenas 4 vem tirando as 6 tarefas semanais e recebendo consequentemente o repouso semanal remunerado. Nos recibos dos outros 56 empregados, constatamos muitas faltas e o respectivo corte do repouso remunerado". Ademais, "segundo os trabalhadores que ouvimos, o engenho corta a tarefa quando fica qualquer pé de mato na limpa da cana". DRT/PE. *Relatório de fiscalização apresentado ao Sr.*

fiscalização datado de 3 de maio de 1983, por exemplo, os inspetores da DRT declararam que o Engenho São Miguel estava impondo, para o trabalho de limpa de mato, uma “tarefa bem acima do que estabelec[ia] o Dissídio Coletivo de 08.10.82, pois, em terra dura e mato duto, ao invés de medir 50 cubos, vinha medindo 10x10, ou seja, 100 cubos”. Essa manobra fazia com que “muitos trabalhadores não consegu[issem] tirar a *tarefa* no mesmo dia, ficando o restante do serviço para ser terminado no outro dia”. “Recebendo outra *tarefa* e pegando no serviço já tarde”, o *Relatório* aponta que o trabalhador “não ir[ia] concluir no mesmo dia” fazendo com que ele recebesse uma ou duas faltas durante a semana e, portanto, perdesse o direito ao repouso remunerado.⁴²⁶

A especialização do trabalho e a complexidade que envolvia todas as etapas na produção de açúcar e álcool exigiam da força de trabalho um acúmulo de experiência e destreza que demandavam certo tempo para seu completo domínio. Ademais, como cada modalidade de *tarefa* (roçagem; encoivaração; revolvimento da terra com arado; sulcagem com boi; cavar com enxada; plantar; limpar sulco; despallar cana; limpar cana; cortar cana; cambitar; encher carro etc.) exigia um determinado esforço físico de quem iria realizá-la, a classe trabalhadora procurava distribuí-las de acordo com a idade, o sexo e a capacidade física de cada indivíduo. Quando possível, na hora de realizar o serviço, os trabalhadores reservavam determinadas funções menos perigosas e mais leves às crianças, mulheres e idosos, como semear a cana, por exemplo. Mesmo assim, no período de safra, época em que as usinas funcionavam dia e noite a todo vapor, as opções eram reduzidas. Ainda que aos filhos pequenos fosse recomendado ficar longe dos canaviais, a insuficiência dos salários dos

delegado regional do trabalho em Pernambuco. Processo sem número. Data: 29 de fevereiro de 1984.

426 DRT/PE. *Relatório de fiscalização apresentado ao Sr. delegado regional do trabalho em Pernambuco*. PROC. DRT/PE nº 04.221/83. Data: 03 de maio de 1983.

pais condicionava-os, na maioria das famílias, a integrar o regime de trabalho regular, sempre com remuneração inferior.⁴²⁷ Nesses casos, o salário, embora avaliado individualmente, era pago em conjunto, para todos os membros da família. Os “erros de cálculo”, conscientemente ajustados na maioria dos casos, serviam também como forma de pressão. Transferir o trabalhador habituado a funções específicas para outras onde sua imperícia, ou mesmo incapacidade física, impedia-o de realizar as *tarefas* em um único dia, também funcionava como sofisticado mecanismo de redução salarial. Certamente, a tarefa que normalmente durava um dia para ser executada por um trabalhador experiente poderia levar dois ou mais dias se realizada por alguém recentemente transferido de outras funções,⁴²⁸ ou cuja composição biofísica do organismo – não desenvolvido o suficiente (no caso das crianças), frágil e pouco resistente (no caso dos idosos), ou acometido por alguma enfermidade⁴²⁹ – não permitia.

Com efeito, a manipulação (cotidiana e sem entraves por parte dos órgãos fiscalizadores do Estado) das formas geográficas exercida

427 Segundo registros do Condepe, em 1975, na Zona da Mata Seca, havia 7 mil menores trabalhando; na Mata Úmida, 13 mil. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem). *Proposta de ação na zona canavieira de Pernambuco (Agrovilas e sistemas simplificados de abastecimento d'água)*. Recife, 1983.

428 Reclamação trabalhista de S.B.O.: “O reclamante foi admitido aos serviços do reclamado em abril de mil novecentos e cinquenta (1950) desempenhando a função de limpador de cana e percebendo o salário mínimo vigente na região. No mês de novembro de mil novecentos e sessenta e seis (1966), foi o reclamante dispensado, por haver se recusado a prestar serviços superiores às suas forças, defeso(s) por lei e completamente diversos das suas atividades habituais e ademais, vinha ultimamente sendo tratado pelo empregador e seu preposto com excessivo rigorismo”. Processo 608/67, JcJ de Escada.

429 Reclamação trabalhista de P.L.S., trabalhador rural: “Fui admitido ao trabalho em 8.10.1960, me achando impossibilitado de cortar cana, conforme atestado médico. Desde o dia 13 de fevereiro passado o empregador estribou-se em só me dar serviço de corte de cana, além de minhas forças”. Processo 1451/65, JcJ de Escada.

pela classe patronal para impor trabalho extra aos *moradores* e assim ampliar seus lucros compunha o modo de existir da sociedade açucareira e, portanto, representava mais um elemento que devemos integrar à arquitetura espacial da *plantation*. O isolamento geográfico das unidades produtivas tornava tudo isso mais fácil.



Obviamente, todas essas manobras e formas de pressão disfarçadas incidiam de maneira diferente sobre cada trabalhador nos milhares de engenhos espalhados pelo Nordeste açucareiro. Seus efeitos variavam de acordo com a posição relativa que cada um ocupava no engenho, com o número de membros de sua família, com a atuação de um sindicato mais ou menos engajado, com as dificuldades de acesso ao mundo exterior... Mas uma das formas mais vantajosas (e uniformes) de lucrar com a força de trabalho era descumprindo a legislação trabalhista vigente. A esse respeito, milhares de processos impetrados na Justiça do Trabalho desde a promulgação do ETR e a instalação das JCS na zona canavieira de Pernambuco em 1963 indicam que usineiros e *senhores de engenho* sistematicamente não respeitavam as leis. A partir de uma análise detalhada das audiências é possível identificar que, para legitimar o não pagamento dos encargos trabalhistas, o argumento mais utilizado pelos advogados empresariais era de que os *moradores* não se apresentavam aos serviços os seis dias da semana. Os trabalhadores, por outro lado, alegavam que os engenhos manobravam seus salários lhes negando serviços.⁴³⁰ Para eles, essa estratégia era amplamente empregada,

430 Reclamação trabalhista de J.M.F., trabalhador rural: “O reclamante por várias vezes procurou trabalho, falando com o administrador do engenho, o fiscal e

uma vez que, dependendo do número de dias supostamente não trabalhados, ela desobrigava as empresas ao pagamento de férias, 13º salário, horas extras, feriados e repouso semanal remunerado. Nos depoimentos orais e nos processos judiciais não é incomum relatos de trabalhadores que, comparecendo aos partidos de cana, ouviam dos *cabos* e fiscais de eito que não havia serviço naquele dia, sobretudo na entressafra. Na maioria dos casos, os advogados das empresas juntavam aos autos, como provas, as cadernetas de ponto ou folhas de frequência em branco.

As suspensões eram outra maneira de fazer com que os trabalhadores não completassem a semana de trabalho. Para tanto, os motivos variavam: *i*) negar-se a cortar cana em terreno muito acidentado; *ii*) negar-se também a cortá-la crua, pois demandaria mais tempo para a realização da tarefa, além de ocasionar riscos como animais peçonhentos e lesões nos olhos e no corpo por conta do contato com a folhagem verde da cana; *iii*) negar-se a ir trabalhar muito distante do local de moradia, sem os meios de transporte necessários; *iv*) suspeita de participação em algum tipo de “movimento”: sindicatos, Ligas Camponesas, ou outras associações; *v*) estar sob denúncia de fazer “corpo mole” no horário do serviço; *vi*) negar-se a trabalhar à noite ou aos domingos e feriados;⁴³¹ *vii*) alegação de ter praticado atos de indisciplina e insubordinação etc. No horizonte mental dos trabalhadores, as suspensões eram manobras

o Gerente da Usina proprietária do engenho reclamado, recebendo sempre as respostas que: não tinha serviço ou então mandava que o trabalhador fosse trabalhar, porém em serviços que o reclamante não pode executar, em virtude de ser um homem doente. Reclama: volta ao serviço, ou indenização, férias, 13º mês, aviso prévio”. Processo 3060/65, 1CJ de Escada.

- 431 Reclamação trabalhista de S.G.S., trabalhador rural: “O reclamante declarou que foi suspenso durante oito (8) dias, verbalmente, sem motivo justo, uma vez que o referido Fiscal obrigou o reclamante a encher uns carros nos domingos, não pagando as horas extras e noturnas, o reclamante não atendeu, por esse motivo foi então suspenso por 8 dias”. Processo 1758/64, 1CJ de Escada.

que visavam comprometer seus salários.⁴³² Em todo caso, como sublinhou Afrânio Garcia, os trabalhadores recebiam “um salário que depend[ia] da vontade do *patrão*”,⁴³³ uma vez que o controle do espaço, o isolamento e a falta de fiscalização facilitavam o descumprimento da legislação trabalhista.

Sítios

Talvez o elemento mais significativo na definição da *morada* como dádiva e lembrança feliz, para seguir a embasada crítica realizada por Christine Dabat em seu livro *Moradores de engenho*, seja a possibilidade de uso da terra para plantar. O suposto acesso a terra como marca da *morada*, contudo, servia em muitos casos como justificativa para reduzir salários, uma vez que funcionaria como complemento salarial na ótica patronal. Entretanto, embora já previsto no Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941, a “concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família”, na prática, foi benefício de poucos. Da mesma forma, o artigo 23 do Decreto-Lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944, que garantiria ao “trabalhador rural com mais de um ano de serviço... direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra, próxima à sua moradia, suficiente para a plantação e criação necessárias à subsistência de sua família”, não saiu do papel. Mais de vinte anos depois, em 1965, foi promulgada a chamada Lei do Sítio, que, apesar de possibilitar aos trabalhadores rurais se associarem e montarem cooperativas

432 Reclamação trabalhista de S.J.S., trabalhador rural: “Trabalhei para o reclamado desde o dia 2 de outubro de 1962, no dia 27 de abril de 1966, o empregador fez uma manobra com o fim de afetar sensivelmente a importância de seu salário dando uma suspensão ilegal de 7 dias”. Processo 421/66, 1CJ de Escada.

433 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 61.

destinadas à criação de pequenos animais e cultivo de lavouras de subsistência, não foi aplicada. Sua própria redação denunciava as previsíveis brechas no sistema, assegurando que, “na distribuição das áreas referidas neste decreto, dar-se-[i]a a preferência às terras economicamente menos indicadas à cultura de cana”.⁴³⁴ Em todo caso, as raras concessões de sítios não se inseriam no âmbito da generosidade da classe patronal, senão num ineficaz e parcial cumprimento da lei, mesmo com vistas a cooptar determinados empregados aos quais se destinavam as “dádivas”. Diferentemente do que pretendeu fazer crer parte da historiografia tradicional, o controle espacial dos engenhos exercido pela classe patronal tornava os sítios uma “benesse” ou um “dom” pouco comum, sem contar que em muitos casos “os que mais se prejudicavam eram os proletários rurais, que, muitas vezes, tinham seus salários reduzidos em mais de 60%, sob a alegação de que dispunham de sítios, sua principal fonte de subsistência”.⁴³⁵ A esse respeito, Lygia Sigaud afirmava:

Ao tornar-se *morador* de um engenho, através do ritual de pedir *morada*, o trabalhador recebia como concessão do proprietário uma casa e a possibilidade de trabalhar em troca de alguma remuneração, bem como o acesso a um pedaço de terra para cultivar produtos de subsistência, o acesso ao *barracão* da propriedade, onde podia se abastecer daquilo que não produzia, quer porque não pudesse, quer porque fosse impedido pelo proprietário, e ainda o acesso aos rios e matas dos engenhos, que lhe garantia água e lenha. Como *morador* podia também criar alguns animais domésticos. A contrapartida ao proprietário que tudo isso lhe assegurava consistia no estar totalmente a sua disposição para o que fosse necessário dentro da propriedade, o que tanto significava um compromisso em relação ao fornecimento de sua força de trabalho e a

434 Artigo 4º do Decreto-Lei nº 57.020, de 11 de outubro de 1965.

435 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., p. 24.

de sua família para o trabalho na cana, como o compromisso de não trabalhar a nenhum outro proprietário.⁴³⁶

Ainda nos anos 1950, contudo, Manuel Diégues Júnior havia constatado que na Bahia, de modo geral, era proibido o plantio de gêneros alimentícios; nas Alagoas, da mesma forma, o plantio era insuficiente; e em Pernambuco “a quantidade produzida ainda [era] insuficiente para o próprio consumo”.⁴³⁷ Em artigo na Revista Brasileira de Geografia, em 1963, Roberto Lobato Corrêa demonstrou que na *plantation* açucareira no Nordeste, os canaviais passaram a ocupar todas as terras adequadas, onde até as “sobras” de terras cultivadas pelos moradores e pequenos proprietários foram englobadas pelas usinas. A força de trabalho que antes tinha certa liberdade de cultivar sua “roça” passou a ser formada quase que exclusivamente por proletários rurais. Segundo o geógrafo, Barreiros, já nessa época, possuía 96,8% do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais na categoria de assalariados, Catende contava com 97,7%, Gameleira 99,6% e Ribeirão 99,3%. Apenas os municípios mais afastados do litoral, como Quipapá, Maraial e Bonito, apresentavam índices menores, porém, acima de 60%.⁴³⁸ O mito de que, “tradicionalmente, o *morador* tinha acesso a uma série de ‘benefícios’ [incluindo os sítios] concedidos pelo patrão [como]: ajuda em caso de falta do que comer, ajuda material ou financeira quando de doença ou parto, ajuda quanto à educação dos filhos etc.”,⁴³⁹ foi também desmistificado por pesquisas mais recentes. Beatriz Alásia já no final dos anos 1980 havia notado, para Alagoas,

436 Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 34.

437 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit.

438 Roberto Lobato Corrêa. “Regime de exploração da terra no Nordeste: uma tentativa de expressão cartográfica”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1963.

439 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 63. Para Afrânio Garcia, “um fato comum a qualquer situação de

que “os *moradores* recém-incorporados ao engenho e que ainda não estavam socializados nas suas regras, não tinham acesso a sítio, e suas residências ficavam no espaço coletivo próximo ao *barracão*, do qual dependiam, submetendo-se, portanto, ao controle mais direto do *senhor de engenho* ou de seus prepostos”.⁴⁴⁰ O “*morador pleno*”,⁴⁴¹ portanto, aquele com sítio, modelo que todos pretendiam atingir, era uma exceção à regra. Ademais, numa economia essencialmente agrícola em que o controle da terra significava necessariamente o controle da renda,⁴⁴² “a concentração fundiária [acabava] reforça[n]do os baixos níveis de remuneração do trabalho”,⁴⁴³ tornando-os sempre mais dependentes dos *senhores*. Além disso, já no início do século xx, como afirmou Gadiel Perruci, “a zona açucareira pernambucana [formava] uma verdadeira barreira ao abastecimento [alimentar] do Recife”.⁴⁴⁴ Cinquenta anos mais tarde, um relatório de campo redigido por geógrafos de todo o mundo afirmou que a “monocultura [da cana] [...] impu[nha] a importação de quase tudo o que a região [da Mata de Pernambuco e Paraíba] precisa[va] para seu abastecimento”.⁴⁴⁵



morador era receber lotes de terra que pudesse cultivar com sua família, para garantir seu sustento”. Idem, p. 27.

440 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 124.

441 Moacir Palmeira. *Morar: a lógica da plantação tradicional*. Op. Cit.

442 Maria Teresa Sales de Melo Suarez. *Cassacos e corumbas*. Op. Cit., p. 21.

443 Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem). *Termo de referência para uma ação do governo do Estado de Pernambuco na Zona da Mata (Bases de uma nova política, interessando especificamente à economia canavieira)*. Recife, 1987.

444 Gadiel Perruci. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste (1889-1930)*. Op. Cit., p. 176.

445 Mário Lacerda de Melo. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Op. Cit., p. 117.

Durante a época colonial, Tollenare havia relatado que existiam “poucas propriedades em que se permit[issem] aos escravos cultivar alguma coisa por conta própria”.⁴⁴⁶ João Antonil também constatou que as terras mais arenosas serviam não à cana, mas ao plantio de mandioca e legumes.⁴⁴⁷ No pós-abolição, esse padrão não foi alterado: os trabalhadores rurais nos engenhos passaram a residir em “casas dispersas, construídas geralmente nos altos, em terras que não se presta[va]m para a cultura da cana”.⁴⁴⁸ Os sítios, da mesma forma, eram “áreas que, além de distantes das usinas, ficavam também distantes das principais estradas”.⁴⁴⁹ Mas, além das distâncias, “havia outra dimensão espacial sem ser a proximidade da estrada. As fazendas de gado [em grande parte pertencentes às usinas ou engenhos particulares] ficavam em terreno plano, os sítios em morros”.⁴⁵⁰ Segundo Lygia Sigaud, quando concedidos, os sítios “localiza[vam-se] nos pontos mais distantes do engenho, nos *corgos*, *grotas* e *meia banda*...”.⁴⁵¹ Esses pequenos pedaços de terra, cuja dimensão variava de 10 e 60 ha, espremidos entre latifúndios de cana, concentravam-se nas “terras acidentadas e de difícil acesso, além disso, cercadas por engenhos que em média não possuíam menos de 400 ha”.⁴⁵² Ademais, várias pesquisas denunciaram a péssima qualidade das terras

446 L. F. de Tollenare. *Notas dominicais*. Op. Cit., p. 62.

447 André João Antonil. *Cultura e opulência do Brasil*. Op. Cit., p. 101.

448 Manuel Correia de Andrade. *Os rios do açúcar no Nordeste do Brasil: o Rio Mamanguape*. Op. Cit., p. 64.

449 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 38.

450 Idem, p. 83.

451 Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 60.

452 Doris Rinaldi Meyer. *A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina*. Op. Cit., p. 26.

cedidas.⁴⁵³ Em 1980, por exemplo, a antropóloga Doris Rinaldi Meyer escreveu que, quando os proprietários concediam sítios aos trabalhadores, as “terras [eram] de baixa qualidade ou, então, situadas a uma grande distância da casa do trabalhador”.⁴⁵⁴ Três anos depois, Afrânio Garcia constatou que “as terras dos grandes proprietários [eram] mais férteis e se encontra[va]m junto às estradas” e que “a própria extensão de terra controlada serv[ia] de imagem das posições sociais”.⁴⁵⁵ Em 1987, uma minuciosa pesquisa do Governo do Estado de Pernambuco identificou que em muitos engenhos da Mata Sul “a terra de propriedade do trabalhador não se presta[va] à lavoura de subsistência em decorrência de sua má qualidade, por se tratar de solo pedregoso”.⁴⁵⁶ Como Mário Lacerda testemunhou:

as casas e sítios dos lavradores situa[va]m-se em locais de tal modo assinalados pela topografia que não interf[eriam] com as áreas destinadas aos canaviais do dono da propriedade, que t[inha] sempre o privilégio de terrenos mais férteis, mais amplos, mais baixos e mais acessíveis. Para os sitiantes, fica[va]m os menos acessíveis e mais isolados nos altos das chãs ou cabeceiras de córregos.⁴⁵⁷

453 “Uma das queixas mais frequentes nos testemunhos sobre a terra cedida diz respeito à qualidade dos solos. Os lotes distribuídos entre os moradores eram obviamente não apropriados para a cultura canavieira. Sua localização era muitas vezes periférica e em escarpas localmente rochosas e de difícil irrigação, longe das várzeas repletas de sedimentos”. Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 629.

454 Doris Rinaldi Meyer. *A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina*. Op. Cit., p. 49.

455 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 83.

456 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit., p. 147.

457 Mário Lacerda de Melo. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Op. Cit., p. 115.

Raramente disponíveis, distantes e com baixa qualidade do solo,⁴⁵⁸ os sítios se tornaram uma quimera: um direito inatingível para a maioria.⁴⁵⁹ Dada a raridade de seu caráter, o acesso aos sítios passou a ser um elemento de distinção entre os trabalhadores. Em todo caso, mesmo para aqueles com sítios relativamente pertos de casa, o regime de trabalho consumia a maior parte do tempo que seria empregado nas lavouras de subsistência, impedindo-os de usá-lo como complemento à renda e na tentativa de garantir certa segurança alimentar. Acrescente-se a isso a fadiga corporal decorrente de elevado esforço físico nos canaviais, predispondo os trabalhadores a uma série de doenças e acidentes de trabalho, e então é possível entender com mais detalhes os limites de acesso aos sítios. Como Manuel Correia afirmou:

À proporção que o processo usineiro evolui, a área cultivada com cana vai aumentando e os proprietários não só restringem os sítios dos moradores tirando-lhes as áreas mais favoráveis, como exigem dos mesmos cinco ou seis dias de serviço por semana nos seus canaviais, o que impede os trabalhadores de cuidarem dos seus roçados. Vai então se processando gradativamente a proletarização da massa camponesa.⁴⁶⁰

458 Segundo Relatório da DRT, “o engenho destinou uma área mais afastada das casas de moradia para o plantio de lavoura de subsistência e que segundo depoimento de trabalhadores não se presta ao cultivo, pois é árida”. DRT/PE. *Relatório de fiscalização apresentado ao Sr. delegado regional do trabalho em Pernambuco*. Processo sem número. Data: 29 de fevereiro de 1984.

459 Segundo Christine Dabat: “a concorrência da cana na ocupação das terras ainda disponíveis, estimulada pelos enormes financiamentos públicos, tornava a existência dos sítios, em vez de estabilizada e generalizada, como o previa a lei, cada vez mais ameaçada, ou melhor, condenada”. “Essa absolutização da monocultura em toda a região acarretou uma perda, tanto na subsistência dos próprios trabalhadores rurais, quanto no abastecimento das feiras locais”. Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 74.

460 Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste*. Op. Cit., p. 110.

Deslocar o sítio para pontos extremamente distantes também era uma forma de pressão⁴⁶¹ e desestímulo para os trabalhadores.⁴⁶² Ao longo dos anos, entretanto, até os sítios mais distantes e em áreas menos férteis foram sendo gradativamente incorporados ao latifúndio monocultor canavieiro, seja devido aos avanços na tecnologia de produção e agronomia, seja em função de eliminar completamente qualquer forma de autonomia da classe trabalhadora ou de abolir os entraves para a extração plena do sobretrabalho.⁴⁶³ Após a Revolução Cubana e o fim do comércio de açúcar entre os Estados Unidos e a ilha socialista, por exemplo, o Brasil passou a assumir o mercado norte-americano e, desse modo, a derrubar matas, eliminar sítios e expulsar *moradores* para estender o cultivo da cana. Como Christine Dabat defendeu:

461 Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 61.

462 “As áreas de terras cedidas pela Usina a seus moradores, para o desenvolvimento de culturas de subsistência, geralmente ficam distantes das residências, desestimulando, assim, esse tipo de atividade”. Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit., p. 171.

463 Nessa ótica, a tese do economista Pedro Eugênio Cabral era de que: “enquanto tinha roçado ou sítio o trabalhador tinha, garantido pela tradição, tempo suficiente para cuidar da lavoura de subsistência, principalmente na entressafra da cana. No momento que se torna cada vez mais necessário obter de cada trabalhador e, inclusive de seus familiares, o máximo de sua capacidade de trabalho, torna-se imprescindível destruir a relação de morada, para justamente quebrar a resistência do trabalhador em dedicar-se totalmente à lavoura da cana. A destruição do sítio, a nosso ver, deve ser entendida muito mais sob essa ótica do que através do simples avanço da cana sobre as áreas dos sítios. É claro que, destruído o sítio, sendo o terreno próprio à cana, haveria ela de espalhar-se por ali também, o que gera facilmente a conclusão de que foi a cana que fisicamente expulsou a lavoura alimentar. Expulsou sim, mas não necessariamente porque ela estava à sua frente. Mas sim indiretamente, como um mecanismo de obter mais trabalho do morador”. Pedro Eugênio Toledo Cabral. *O trabalho da cana-de-açúcar em Pernambuco: da senzala ao caminhão*. Op. Cit.

Já antes do Proálcool (1975) – às vezes considerado o grande e único vilão do fenômeno de expulsão dos moradores de seus sítios e roçados – a cana destinada apenas à produção de açúcar havia provocado “um crescimento horizontal da produção. A cana se expandiu, destruindo culturas alimentares e propiciando um alargamento fundiário das usinas”.⁴⁶⁴

De acordo com a Contag, as desapropriações por interesse social eram raras e ocorriam sempre depois de grandes derramamentos de sangue.⁴⁶⁵ Acerca das tomadas dos sítios, Lygia Sigaud afirmou:

Para confiscar uma parte ou todo o *sítio*, o proprietário pod[ia] oferecer ou não uma indenização ao trabalhador, bem como realizar a operação de forma mais ou menos violenta. Tanto pod[ia] simplesmente pedir ao *morador* que entreg[asse] o *sítio* e fi[casse] com a casa ou se mud[asse] da casa, como pod[ia] passar o trator sobre o *sítio* ou soltar os animais da fazenda sobre as lavouras do trabalhador. Uma iniciativa do proprietário nesse sentido pod[ia] servir de pretexto para que o *morador*, invocando o Estatuto da Terra, encaminh[asse] uma *questão* à Justiça exigindo reintegração de posse ou indenização por benfeitorias. Os trabalhadores [eram] extremamente sensíveis ao *corte do sítio* e sempre que exist[iam] condições para opor resistência ao proprietário o faz[iam].⁴⁶⁶



Mesmo quando os sítios eram concedidos e os trabalhadores encontravam tempo para neles trabalhar, os *senhores de engenho* não

464 Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 72.

465 CONTAG. “A violência no campo pela mão armada do latifúndio...”. Op. Cit.

466 Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 61.

permitiam, em muitos casos, a lavoura de culturas de subsistência. Quase nunca os sítios ou roçados eram áreas onde os *moradores* pudessem exercer plena autonomia. Eram os proprietários quem decidiam o que, quando e onde plantar.⁴⁶⁷ Estudos realizados pelo Governo do Estado apontaram que, em muitos casos, as áreas plantadas eram destruídas para o plantio de cana-de-açúcar.⁴⁶⁸ Com frequência, atestou Afrânio Garcia, “o *patrão* pod[ia] determinar que produtos que ser[iam] plantados pelo *morador* no lote atribuído a este, ou aqueles produtos que não pode[riam] ser cultivados. Além disso, a comercialização da produção [era] esfera própria do *patrão*”.⁴⁶⁹ Essas informações também podem ser confirmadas nos relatórios da Delegacia Regional do Trabalho, como nos dois exemplos que seguem:

Engenho São Miguel, *Relatório* de 3 de maio de 1983:
“Constatamos... lavoura de diversos sítios de moradores cortadas à [sic] trator e, segundo os trabalhadores, estão

467 Reclamação trabalhista de M.G.D., trabalhador rural. Documento da Secretaria da Segurança Pública anexo ao processo 1163/67. Declarou o trabalhador que “o referido proprietário do engenho, danificou todos os bens da mesma, proibindo até, fazer qualquer melhoramento no casebre, bem como negando-se a dar serviço aos seus dois irmãos; que o referido senhor quer de qualquer forma expulsar sua genitora de qualquer forma, privando a mesma até de plantar suas macaxeiras para uso próprio”. Processo 1163/67, 1CJ de Escada.

468 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit., p. 54. Ainda segundo *Relatório* da DRT datado de 16 de maio de 1983: “Em diligência ao engenho [Fortaleza], juntamente com o Delegado Especial Dr. Magno e o Delegado Regional de Limoeiro Dr. José Belém, constatamos a destruição dos sítios dos moradores: Maria Severina da Conceição e José Manoel de Oliveira. Ouvimos dos trabalhadores que as tarefas eram medidas em desacordo com o dissídio coletivo de 08.10.82, e que havia um clima de medo generalizado em virtude das ameaças do Sr. Marcos José”. DRT/PE. *Relatório de fiscalização apresentado ao Sr. delegado regional do trabalho em Pernambuco*. Processo sem número. Data: 16 de maio de 1983.

469 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 63.

proibidos de plantar naqueles sítios, nos quais serão plantadas canas pelo empregador”.⁴⁷⁰

Engenho Fortaleza, *Relatório* de 23 de maio de 1983: “Verificamos, *in loco*, o sítio do trabalhador José Costa Silva e constatamos que o terreno estava limpo à [sic] trator, tendo havido destruição do pasto que servia de alimentação a dois bezerros e uma cabra... O mesmo ocorreu no sítio do trabalhador José Severino, que alimentava um bezerro com o pasto ora destruído”.⁴⁷¹



Em 1983, Afrânio Garcia já havia defendido a tese de que “fechar o acesso à terra [era] condição *sine qua non* da imobilização da força de trabalho necessária à reprodução das relações sociais próprias à *plantation*... pois [era] a insuficiência relativa de terras cultiváveis pela força de trabalho familiar que obriga[va] este campesinato a trabalhar na área de *plantation*”.⁴⁷² Além disso, admitia que sempre existiu um “campesinato marginal” à *plantation* açucareira e que “mesmo o acesso direto à terra não garantiu aos pequenos produtores da região a autonomia frente à grande plantação canavieira”.⁴⁷³ Vou mais longe na análise. Proponho que a manutenção desse campesinato reduzido fazia parte da própria arquitetura espacial da *plantation*, via estratégia patronal, uma vez que a

470 DRT/PE. *Relatório de fiscalização do Engenho São Miguel ao delegado regional do trabalho em Pernambuco*. Proc. DRT/PE/N. 04.221/83. Data: 3 de maio de 1983.

471 DRT/PE. *Relatório de fiscalização ao Sr. delegado regional do trabalho em Pernambuco*. Proc. s/n. Data: 23 de maio de 1983.

472 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 23.

473 Idem, p. 29.

insuficiência de terras cultiváveis – associada à consequente necessidade dos camponeses venderem temporariamente sua força de trabalho nos engenhos – permitia dispor de um exército de reserva. Esse contingente de camponeses era submetido a menores salários e não competia com a agroindústria de exportação, além de abastecer com alimentos parte da força de trabalho cativa no mundo dos engenhos. O que parecia uma liberalização – que permitiria a convivência pacífica entre os dois modelos produtivos – era uma forma de manter em funcionamento um sofisticado sistema de exploração, e a lógica que guiava essa certa permissividade na manutenção do campesinato dito “periférico” era a mesma que impedia o acesso aos sítios pelos *moradores*. Sua marginalidade dizia respeito apenas ao fato de que ele correspondia a uma lógica produtiva familiar que se diferenciava do padrão secular de exploração dos recursos naturais na maior parte da região.⁴⁷⁴

Não pretendo determinar com isso que esse campesinato não fosse capaz de resistir ao latifúndio e de se autogerir de forma produtiva, chegando mesmo a responder por boa parte do abastecimento de algumas cidades na Zona da Mata. Mas o fato de que “a cana-de-açúcar... drenou para si em termos absolutos e relativos um volume tal de créditos que compromete[u], dada a escassez do mesmo, a assistência creditícia às demais culturas, principalmente às alimentares”,⁴⁷⁵ dotava esse campesinato de pouca autonomia frente ao poder exercido pelo latifúndio açucareiro. Com o apoio do “Estado ausente” aos latifundiários, os trabalhadores rurais desvinculados

474 “La relative liberté des travailleurs avait cependant une limite, l’expulsion par les grands propriétaires, et un horizon géographique, l’intégration urbaine de leur *povoados*”. Yannick Sencebe *et* Ademir A. Cazella. “Le paradoxe d’un pays rural qui s’ignore : urbanisation et place de l’agriculture familiale au Brésil”. In: *Espace populations sociétés* [En ligne], 2014/2-3 | 2015, mis en ligne le 12 janvier 2015, consulté le 11 février 2015. URL : <http://eps.revues.org/5784>.

475 Pedro Eugênio Toledo Cabral. *Crédito rural em Pernambuco: uma análise preliminar*. Recife, UFPE: Mestrado em Desenvolvimento Urbano, out/82.

diretamente do mundo do açúcar foram sendo em parte “imprensados pelo latifúndio”⁴⁷⁶ e em parte incorporados por ele. José Sérgio Leite Lopes chama esse controle exercido sobre os pequenos produtores de “dominação dispersa”.⁴⁷⁷ Ele queria mostrar que a “autonomia” (com aspas) dos pequenos produtores possuía limites. A cana, portanto, não era a única forma de ocupação do solo, mas a predominante; e mesmo nas chamadas “terras livres” a classe agroexportadora exercia sobre o campesinato “marginal” uma expressiva dominação e influência. Uma das questões mais importantes, no entanto, como defendeu Beatriz Alásia, era que tal controle sobre os pequenos produtores não dizia respeito a um *senhor de engenho* em particular, mas ao conjunto deles.⁴⁷⁸

Em suma, o isolamento das unidades produtivas, somada à quase completa ausência de fiscalização das leis que deveriam garantir aos trabalhadores acesso à terra, tornava o cotidiano dos *moradores de engenho* sempre mais penoso e as esperanças por dias melhores discretas. Ademais, o controle exercido pela classe patronal sobre o uso do solo no interior dos engenhos fazia com que “os produtos alimentares [fossem] importados, em sua maioria, de regiões vizinhas, embora pudessem ser cultivados na própria área”.⁴⁷⁹ Os pequenos povoados e cidades abastecidas por produtos cultivados nos engenhos eram a exceção que confirmava a regra da importação de alimentos para a zona canavieira. Em épocas de estiagem, até a Região Metropolitana do Recife precisava comprar alimentos de outros estados para garantir seu abastecimento. A arquitetura espacial da *plantation* previa o controle do uso do solo

476 CONTAG. “A violência no campo pela mão armada do latifúndio...”. Op. Cit.

477 José Sérgio Leite Lopes. “Prefácio”. In: Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. vi.

478 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 148.

479 Manuel Correia de Andrade. *Os rios do açúcar no Nordeste do Brasil: os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel*. Op. Cit., p. 81.

para manter a dependência dos *moradores* aos *barracões* e submetê-los a uma economia fechada.

Economia fechada

A ausência do sítio e a distância entre a maior parte dos engenhos e as cidades, bem como seu conseqüente isolamento geográfico e controle dos recursos naturais pela classe patronal, caracterizavam o que a antropóloga Marie France Garcia chamou de economia fechada (*économie fermée*) num mundo fechado (*monde fermé*).⁴⁸⁰ Com efeito, o caráter concentracionário da *plantation* açucareira dificultava aos *moradores* o acesso aos circuitos comerciais externos. Como Diégues Júnior afirmou:

A dependência do trabalhador ao açúcar se tornou bem nítida. O escravo até 1888 se transformou em trabalhador livre, uma espécie de colono, mas cuja tendência de liberdade o açúcar tenta suprimir. Porque, na realidade, esse trabalhador ou colono não é dono de coisa nenhuma; vive na sujeição do açúcar, sem liberdade de movimentos nem mesmo para adquirir gêneros de que precisa.⁴⁸¹



No mundo dos engenhos – embora os *moradores* tentassem aproveitar ao máximo as poucas terras de que dispunham – a ausência do sítio e a distância de um rio, ou mangue, por exemplo; ou

480 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit.

481 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 164-165.

mesmo de alguma árvore frutífera no interior das propriedades, ou a ausência de animais de caça que pudessem fornecer uma fonte energética complementar, implicavam na total dependência do *barracão*, cuja variedade de produtos e preços era determinada pelo *barraqueiro*: homem de confiança dos *senhores de engenho* e usineiros. “Dado o isolamento com relação às outras redes comerciais localizadas fora da propriedade, e a quase inexistência de trocas mercantis que não fossem mediadas pelo usineiro ou *senhor de engenho*, o abastecimento no *barracão* dos engenhos torna[va]-se natural e necessário”.⁴⁸²

Nos *barracões*, salientou Mário Lacerda, “na maioria das vezes [eram] abusivamente altos os preços⁴⁸³ que paga[va] [o morador] e abusivamente baixa a qualidade das mercadorias que compra[va]”.⁴⁸⁴ Em 1962, por exemplo, Manuel Correia de Andrade calculou que neles o preço de um quilo de carne de charque era três vezes maior que a remuneração diária de um trabalhador.⁴⁸⁵ Em outros casos, a balança do *barracão* era sempre viciada: “comprava 200g de carne, mas apenas recebia 100”.⁴⁸⁶ Os preços elevados que “exced[iam] a

482 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 79.

483 Segundo relatório da Fiam, por exemplo, no Engenho Queluz (Ipojuca), com 258 habitantes, em 1987 “não exist[ia] feira livre na localidade. A população se abastec[ia] em Ipojuca (15 km) e na época das chuvas, a população se desloc[ava] a pé até a pista, onde apanha[va] condução para a cidade. Exist[ia] barracão no engenho, entretanto, os preços cobrados pelos produtos [eram] em média 40% mais caros do que os praticados pelo comércio de Ipojuca”. Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit., p. 171.

484 Mário Lacerda de Melo. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Op. Cit., p. 117.

485 Manuel Correia de Andrade. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. Op. Cit., p. 122.

486 SSP – Delegacia de Segurança Social. Relato de um investigador, 01.09.1967. Engenho C. B., p. 4. SSP 1102, citado por Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 614.

capacidade aquisitiva da população”⁴⁸⁷ decorriam da necessidade de importar⁴⁸⁸ os gêneros que abasteciam os *barracões* e faziam parte da lógica de exploração na *plantation*,⁴⁸⁹ sobretudo porque mantinham constantemente o *morador* em uma situação de devedor que lhe forçava a estar sempre ligado ao engenho ou mais precisamente ao *senhor de engenho*.⁴⁹⁰ No *barracão*, os *moradores* eram “prisioneiros de suas dívidas”,⁴⁹¹ como explicou o economista Pedro Eugênio Toledo:

recebendo o morador vales ao invés de dinheiro, ficava geralmente em débito devido aos preços exorbitantes do barracão. Desta forma ficava atrelado ao engenho e ainda mais limitado na liberdade de dispor de sua força de trabalho vendendo-a a quem quisesse... fechando o trabalhador no universo isolado do engenho.⁴⁹²

487 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit.

488 “O abastecimento da população era basicamente feito pelos barracões de engenhos, que vendiam mercadorias a preços exorbitantes. A falta de terra livre para cultivar os produtos agrícolas de subsistência, vendidos na feira local, eram e ainda hoje são, em sua maioria, procedentes da CEASA do Recife, a 90Km do Município de Vicência”. Zadir Cavalcanti Calado. *Padrões e formas de associativismo em zonas rurais: a experiência de trabalhadores rurais na Agrovila da Vitória, em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Curso de Mestrado em Administração Pública, 1993, p. 134.

489 Alguns pesquisadores, nos anos 1960, constataram que “os proprietários rurais admit[ia]m a exploração dos trabalhadores pelos barracões”. Telmo Frederico do Rego Maciel. *Nível de vida do trabalhador rural da Zona da Mata*. Recife: IJNPS, 1964, citado por Mário Lacerda de Melo. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Op. Cit.

490 “Le prix serait donc un levier maintient constamment le *morador* dans una situation de débiteur qui force le *morador* à se lier à l'*engenho*, ou plus exactement au *senhor de engenho* ou à l'*usineiro*, médiation indispensable pour assurer sa reproduction”. Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 101.

491 Marie France Garcia. *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo do agreste paraibano*. Op. Cit., p. 187.

492 Pedro Eugênio Toledo Cabral. “Tempo de morada: a constituição do mercado de trabalho semiassalariado na lavoura canavieira pernambucana”. In: Yoni Sampaio. *Nordeste rural: a transição para o capitalismo*. Op. Cit., p. 39.

Mesmo os *corumbas* relatam que, quando endividados, não tinham liberdade para deixar o engenho e retornar ao Agreste,⁴⁹³ de onde partiram em busca de algum salário em troca da venda de sua força de trabalho, como revela um dos interlocutores da socióloga Teresa Sales: “mas não é dizer que tínhamos liberdade de chegar e sair a hora que quisesse. Não, tinha que ser no trato, e no trato nós íamos ficando pendurados no barracão, e o trato ia espichando, era aquele cativo danado”,⁴⁹⁴ Quando o *senhor* permitia o parcelamento da dívida, ele não apenas garantia a permanência do *morador*, ou a extensão do tempo de trabalho dos *corumbas*, mas também aprofundava sua dependência e subordinação, na tentativa de fazer crer que se tratava de um gesto de bondade e generosidade.⁴⁹⁵ Nesses casos, “o *morador* [tornava-se] o devedor aparente e o usineiro a figura positiva de um pai de família”.⁴⁹⁶

A sofisticação do sistema de exploração que guiava a *plantation* tornava-se nítida, contudo, não no índice elevado dos preços praticados pelos *barracões*, mas na montagem de uma economia paralela com moeda própria, uma vez que, como salientou Marie France, “a maior parte das transações se fazia sem que os *moradores* manipulassem o dinheiro”.⁴⁹⁷ Os *vales do barracão*,⁴⁹⁸ moeda individual cunhada por cada unidade produtiva, também faziam dos engenhos

493 “Eu nunca quis trocar meu Agreste por vida de morador de engenho, aquilo lá é vida...”. *Corumba* entrevistado por Teresa Sales. *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Op. Cit., p. 128.

494 *Corumba* entrevistado por Teresa Sales. *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Op. Cit., p. 127.

495 “L’isolement des travailleurs comme corollaire des rapports personnalisés patron/travailleurs”. Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d’un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. iii.

496 *Idem*, p. 95.

497 *Idem*.

498 Segundo o *Dicionário do açúcar, Vale*: “Tipo de ordem expressa em papel, para pagamento ou recebimento de qualquer quantia em dívida, o qual é passado sem forma legal, embora seja aceito livremente por todos quantos trabalham

sociedades paralelas, pois “cada engenho possu[ía] um barracão e os *moradores* desse engenho apenas pod[íam] comprar nele”.⁴⁹⁹ Após pesquisas de campo nos anos 1970, Marie France Garcia constatou: “entre os *moradores*, existiam aqueles que nós nunca os vimos nem na feira de Goiabeira nem em Imperatriz porque eles est[avam] endividados no *barracão* e não dispunham de nenhum dinheiro líquido⁵⁰⁰ para fazer compras na feira”.⁵⁰¹ Segundo a autora, “o barracão se inscrev[ia] entre os mecanismos que asseguravam a imobilização da força de trabalho necessária à *plantation*”,⁵⁰² funcionando como um fator de encarceramento dos *moradores* via “isolamento do mundo econômico”.⁵⁰³ Em 1987, o já citado relatório do Governo constatou que, no Engenho Lajedo (Palmares), com 500 habitantes:

a população globalmente se abastece do barracão, explorado por um comerciante da localidade. É importante citar o fato de que o aludido comerciante é responsável pelo pagamento

ou mantêm transações comerciais em usinas e engenhos de açúcar”. Nelson Barbalho. *Dicionário do açúcar*. Op. Cit., p. 389.

499 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 80.

500 Essa prática feria o artigo 33 da Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963: “todo contrato de trabalho rural estipulará um pagamento em dinheiro, nunca inferior a 30% (trinta por cento) do salário mínimo regional”. Já no início dos anos 2000, quando a maior parte da força de trabalho não morava mais no interior dos engenhos, algumas empresas exigiam que todos os salários dos cortadores de cana fossem trocados por mercadorias em supermercados filiados às usinas. Essa denúncia veio à tona quando a Comissão Pastoral da Terra tornou público o documentário *Sugar Slaves*. No filme, trabalhadores relatam que, além dos preços superfaturados (um quilo de açúcar pelo dobro do preço de mercado, por exemplo), eles não recebiam nem um real em espécie para que pudessem aos menos tomar uma condução e retornar a suas casas.

501 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 68.

502 Idem, p. 2.

503 “*Barracão* comme facteur d'immobilisation de la main d'ouvre par le biais de l'isolement du monde économique”. Idem, p. 132.

dos trabalhadores, o que é feito sempre aos sábados, em horário que os impedem [sic] de se deslocarem à feira de Palmares para efetuarem suas compras. Esse procedimento adotado faz com que haja sempre uma dependência dos trabalhadores com o proprietário do barracão, tornando cativa a sua clientela.⁵⁰⁴



Até meados do século xx, a rede de comunicações no interior de Pernambuco era tão desestruturada, como já expus nos capítulos anteriores, que até o Recife era parcialmente abastecido por outros estados.⁵⁰⁵ Esses “graves defeitos estruturais nas vias por onde se realiza[vam] os fluxos comerciais de gêneros até serem adquiridos pelo trabalhador”⁵⁰⁶ afetavam também as relações econômicas no mundo dos engenhos, encarecendo os produtos e obstando, em muitos casos, os *moradores* de se deslocarem até o exterior. No inverno, “os caminhos [eram] geralmente intransitáveis, e [eram] os bois da usina que serv[ia]m como transporte de produtos, ao menos no que concern[ia]m os produtos comprados no *barracão* da usina”.⁵⁰⁷ Se a rede viária no mundo externo era precária, no mundo dos engenhos era ainda pior. Na maioria deles, muitos *moradores* ficavam incomunicáveis por longos períodos. Em outros, “motoristas

504 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit., p. 171.

505 Gadiel Perruci. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste (1889-1930)*. Op. Cit., p. 176.

506 Mário Lacerda de Melo. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Op. Cit., p. 117.

507 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 89.

de jipe e ônibus desempenha[va]m um papel importante na comunicação entre as famílias que mora[va]m em engenhos diferentes, ou mesmo no Agreste: [eram] eles quem transmit[ia]m uma morte, por exemplo, ou se encarrega[vam] de trazer uma soma de dinheiro, confiada por um trabalhador migrante à sua mulher”.⁵⁰⁸ As pessoas do campo que moravam longe precisam frequentemente percorrer vários quilômetros a pé para chegar até a cidade.⁵⁰⁹

As feiras

Aqueles trabalhadores que, por qualquer motivo, conseguiam acumular certa quantia de dinheiro em espécie, ou moravam em engenhos que não dispunham de *barracão*, podiam se deslocar até as feiras – situadas nas usinas ou nas cidades próximas – para adquirir os gêneros de que precisavam. Mesmo lá, entretanto, o trabalhador não escapava ao controle da classe patronal, uma vez que as feiras, mesmo aquelas nas cidades, eram espaços controlados pelo usineiro, embora formalmente ligadas à administração do município em que estavam situadas.⁵¹⁰ Segundo Marie France – que realizou pesquisa de mestrado e doutorado sobre as feiras e de quem vou tomar emprestado a maior parte das informações a respeito – a

508 Idem, p. 76.

509 “Les gens de l'*usina* lorsqu'ils vendent sur le marché le font pendant les heures de liberté que leur accorde le travail dans les *engenhos* ou bien à l'*usina*. Cet horaire de travail, surtout en ce qui concerne les ouvriers est dense et rigide, ce qui rend impossible une combinaison plus heureuse entre le travail et la vente sur le marché. A ces limitations dans le temps, s'ajoute l'isolement géographique de points de vente et le manque de transport. Le paysans de l'*Agreste* disposent en général d'animaux de charge, cheval ou âne, alors que les *mora-dores* et ouvriers doivent se déplacer à pied”. Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 40.

510 Marie France Garcia. *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo do agreste paraibano*. Op. Cit., p. 7.

localização das feiras não “correspond[ia] de maneira alguma a um interesse em aproximá-la[s] das estradas que conduz[ia]m para outras cidades”⁵¹¹ nas quais a classe proprietária local não tinha domínio seguro. Ademais, “[era] impensável percorrer uma distância que correspondia às vezes a uma dezena de quilômetros após uma jornada de trabalho para se abastecer num barracão ou feira situada fora da propriedade”.⁵¹²

O local onde as feiras estavam situadas era importante porque “quanto mais [...] abertas, menos elas permit[ia]m a continuidade da dominação exercida pelo senhor no engenho, e mais [eram] consideradas por eles como uma ameaça”.⁵¹³ Marie France Garcia diz que, sempre que possível, os trabalhadores tentavam evitar as feiras nas usinas, mesmo quando a outra opção ficava a uma distância maior,⁵¹⁴ pois lá eram mais facilmente controlados do que naquelas situadas nas cidades.

É importante lembrar que o mercado [da usina na qual Marie France realizou suas pesquisas] esta[va] inteiramente localizado na propriedade da usina [...] quotidianamente sob os olhos do usineiro, não num lugar público, neutro de alguma maneira. Para chegar ao mercado, [era] preciso atravessar vinte quilômetros de canaviais onde transita[va]m praticamente apenas pessoas da usina ou dos engenhos, distância que funciona um pouco como filtro.⁵¹⁵

511 Idem, p. 38.

512 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 79. “Le parcours de grandes distances à pied n'est pas un obstacle en soi pour les travailleurs qui ont l'habitude de marcher à pied énormément. Par contre après l'accomplissement d'une journée de travail, se rendre à la ville proche devient pratiquement impossible”. Idem, p. 78.

513 Idem, p. 188.

514 Idem, p. 119.

515 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 127.

Ademais, era comum ver casais e/ou famílias inteiras viajando a pé⁵¹⁶ para o mercado, e quando não se tinha o dinheiro suficiente para o retorno, voltava a mulher de carro, quando existia meio de transporte, e o homem a pé.⁵¹⁷ A esse respeito, calculei – com base no *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul* (1987) – que a média das distâncias métricas entre os engenhos e as feiras livres dessa região era de 13,07 km.

Em dia de feira,⁵¹⁸ o mercado da usina servia como ponto de encontro de dois grupos distintos: aqueles que vinham de fora e os do interior da usina. Aqueles que trabalhavam e moravam na usina eram submissos a certo controle direto e indireto por parte do usineiro ou de seus prepostos, enquanto que aqueles que vinham de fora apenas estavam submissos durante o tempo que durava a feira, uma vez que, para penetrar no espaço delimitado da usina, para exercer qualquer atividade que fosse, era necessária a autorização do fiscal da feira.⁵¹⁹ Como Marie France categorizou, “a usina constituía um mundo em si sob a autoridade do usineiro” e, mesmo para os de fora, “a participação nas trocas como vendedores, no sentido estrito da palavra, estava condicionada à autorização do usi-

516 Nancy Scheper-Hughes. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Op. Cit., p. 90. Segundo Caio Prado, “na zona rural pernambucana era excepcionalíssimo encontrar alguém calçado”. Caio Prado Junior. “Marcha da questão agrária no Brasil”. In: *A questão agrária no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 165.

517 “Sur le chemin de Goiabeiras, on voit des familles entières se rendant à pied au marché”. Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 11; 70.

518 Segundo a DRT, “no campo, mais precisamente na área canavieira, a realização de feiras aos sábados traz lesões aos direitos dos trabalhadores, especificamente quanto ao repouso remunerado, férias e 13º salário, pois o deslocamento do trabalhador para as feiras interrompe a jornada semanal de trabalho”. DRT/PE. *Relatório geral da inspeção do trabalho na zona canavieira (janeiro/dezembro)*. 1980.

519 Idem, p. 41.

neiro porque a feira tinha lugar em seus domínios”.⁵²⁰ Da mesma forma, observou ainda a antropóloga, numa feira na Paraíba, os *moradores* não tinham direito de vender coisa alguma⁵²¹ e “nenhum policial militar entra[va] sem a permissão do chefe de campo que assegurava a ordem para o desenrolar da feira”.⁵²²



As feiras, portanto, faziam parte da paisagem açucareira.⁵²³ Funcionando como o que Marie France chamou de um “sistema de reciprocidade negativa”,⁵²⁴ uma vez que surgiram como forma indireta de reforçar uma dominação, elas eram parte integrante da *plantation* e não um elemento externo e tolerado pelo usineiro.⁵²⁵ Situadas sobre um território controlado pela classe patronal e seus homens de confiança – onde mesmo as forças militares eram impedidas de nele entrar – as feiras pouco se diferenciavam dos *barrações* a não ser porque “exerc[ia]m uma função importante de contato ou ligação entre os habitantes das áreas açucareiras com o mundo exterior”.⁵²⁶ Entretanto, se a feira funcionava como uma “ocasião também para se comunicar com aqueles que vinham de fora, de ter

520 Idem, p. 40-41.

521 Idem, p. 66.

522 Idem, p. 76.

523 Marie France Garcia. *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo do agreste paraibano*. Op. Cit., p. 21.

524 Idem, p. ii.

525 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. v.

526 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 202.

alguma informação sobre o mundo exterior à usina”,⁵²⁷ ela servia para controlar a força de trabalho concentrada.

Miséria, fome e doenças no mundo dos engenhos

Quase sem nenhum amparo público legal, com mobilidade limitada e submissos ao controle da classe patronal, os *moradores de engenho* tinham seu cotidiano moldado pelo ritmo produtivo da cana,⁵²⁸ como testemunhou o artista plástico José Cláudio a respeito de sua infância na região açucareira de Ipojuca: “a gente só saía de Ipojuca para passear naqueles engenhos no meio do canavial; e a nossa vida era regulada pela cana, pelo corte da cana, pelo plantio. Enfim, não existia outra coisa que não fosse a cana”.⁵²⁹ Segundo Marie France, os patrões controlavam não somente o trabalho dos *moradores*, mas também “todos os aspectos de sua vida”.⁵³⁰ Os momentos de lazer, inclusive, também eram quase que determinados pela agroindústria

527 Marie France Garcia. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Op. Cit., p. 76.

528 “The sugarcane workers of Northeastern Brazil, a vast army of 600,000 men and women. For six months of every year, they work in the debilitating heat and humidity, usually without access to washing facilities, cooked food, or drinkable water, often under the watchful eyes of armed plantation foremen. They are transported in open trucks at dawn to cut cane with their scythes, returning to unsanitary and crowded shacks at dusk. Though they labor to the point of exhaustion, in what is a major Brazilian industry producing alcohol fuel as well as sugar, they enjoy neither security of employment, adequate nutrition, health care, nor decent education for their children”. Anthony Pereira. *Strike in the cane-fields*. Documento avulso. Acervo histórico da Fetape. s/d.

529 Depoimento do artista plástico José Cláudio. Documentário: “Arte da Cana”. Ano: 2006. Duração: 00:27:28. Série: *Cultura do açúcar*. Produção: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana Multimídia Produções. Disponível em www.tvescola.mec.gov.br. Acesso em 15 de agosto de 2014.

530 Marie France Garcia. *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo do agreste paraibano*. Op. Cit., p. 2.

açucareira.⁵³¹ Beatriz Alásia relata que em Alagoas até as festas eram controladas pelo *senhor*.⁵³² Douglas Apratto Tenório e Cármen Lúcia Dantas também se referem aos trabalhadores rurais como

gente sem alegria, dominada por um desânimo penoso; homens combalidos pelas sezões; fumadores de maconha; alcoólatras; tocadores de viola; pobres criaturas fatalistas, com a noção integral de sua desdita a que procuram se subtrair, fugindo do engenho onde estão para outro em que se encontram os mesmos infortúnios.⁵³³

No mundo do açúcar, os engenhos raramente consentiam tempo livre, sobretudo no período de safra e, como Sylvio Rabello afirmou, “mesmo à noite, nem sempre [era] possível o lazer, porque o corpo ped[ia] descanso, o sono restaurador”.⁵³⁴ Ademais, restrições e proibições se faziam presentes nas demandas mais triviais do dia a dia, como os banhos de açude ou a retirada do barro para melhoramentos das casas,⁵³⁵ antigas senzalas do tempo da escravidão que, até

531 “C’est en offrant les moyens d’assurer la vie matérielle de chaque individu, mais aussi en réalisant les diverses activités sociales et culturelles, comme les pratiques religieuses, les fêtes, les échanges interpersonnels de tout sortes (y compris la vie familiale) que les propriétaires cherchaient à immobiliser les travailleurs à l’intérieur des limites de l’espace physique contrôlé par eux”. Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 163.

532 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., 129.

533 João Craveiro Costa (sem referências), citado por Douglas Apratto Tenório & Cármen Lúcia Dantas. *Caminhos do açúcar: engenhos e casas-grandes das Alagoas*. Op. Cit., p. 38. Os autores ainda acrescentam: “Quando se passa pelos trabalhadores nos campos na faina da cana, vemos homens humilhados diante de si mesmos, pobres criaturas sem estímulo para nada”.

534 Sylvio Rabello. *Cana-de-açúcar e região: aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Op. Cit., p. 95.

535 “Antes dos direitos, era livre a retirada do barro, passando a ser proibida, posteriormente, pelos grandes proprietários”. Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 79.

os anos 1980, “com ou sem transformações, serviram para alojar *moradores*”.⁵³⁶ Nos anos 1940, Gileno de Carli afirmava que existiam três tipos de habitação para o trabalhador rural em Pernambuco: “a casa totalmente de palha, a casa de taipa coberta de palha de cana, folhas de palmeiras e coqueiros e a casa de taipa coberta com telha queimada”.⁵³⁷ Segundo o autor, essas construções “não possu[ía]m a qualidade que a expressão geográfica empresta aos estabelecimentos humanos: a durabilidade” e, normalmente, tratava-se de “casas geminadas com terraço, ou isoladas”.⁵³⁸ O isolamento geográfico mencionado por Gileno, como venho argumentando, tornava o simples ato de cozinhar uma manobra por vezes demorada e cansativa, pois o preparo da comida, por exemplo, não se limitava a ir e vir no espaço da cozinha: era preciso às vezes andar quilômetros atrás de lenha e água. Dados da pesquisa já mencionada que o Governo realizou em 1987 revelam que a maior parte da água consumida pela população da zona canavieira “[era] geralmente proveniente de cacimbas a céu aberto, em precárias condições de higiene e fortemente poluídas, constituindo-se em um dos fatores responsáveis pela ocorrência de grande parte das doenças da região”.⁵³⁹ A mesma pesquisa constatou ainda deficiências graves no sistema de esgotamento sanitário nas habitações cedidas pelas usinas e engenhos como condição de trabalho, e cujo valor era mensalmente – e ilegalmente – deduzido dos já irrisórios salários. Mesmo em algumas usinas, muitos operários também dependiam da entrega de lenha para os fogões, bem como de água e luz fornecidas pelas empresas. Aos *moradores de engenho* tais “privilégios” não eram assegurados, como acenou Gilberto Osório em

536 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 53.

537 Gileno De Carli. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Op. Cit., p. 28.

538 Idem, p. 28; 35.

539 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades da Zona da Mata Sul*. Op. Cit., p. 16.

pesquisas de campo nos anos 1950: “registramos, nas sedes [de usinas], casas de alvenaria com instalações sanitárias, iluminação elétrica e água encanada... aos moradores mais distantes tais privilégios não são assegurados, e a água lhes é levada por meio de carroças”.⁵⁴⁰ Na Bahia, Harry William Hutchinson também verificou que apenas o administrador e outros tinham “direito à luz elétrica e lenha”.⁵⁴¹ Da mesma forma, em Pernambuco, no Engenho Guloso, por exemplo, que possuía 125 habitantes nos anos 1980, “apenas a casa grande [era] servida regularmente por energia elétrica”.⁵⁴²



Sem propriedade da terra para plantar e garantir a segurança alimentar da família; isolados e distantes dos poderes públicos; controlados por uma classe violenta; recebendo em *vales* só aceitos nos engenhos e limitados à pseudo-opção de morar e viver no ambiente de trabalho, os *moradores de engenho* compunham o alicerce de uma indústria rica que produziu uma sociedade crônica e endemicamente pobre⁵⁴³ e doente. De acordo com o movimento sindical:

a permanente opressão, a violência, a fraude na balança e na vara, o aumento ilegal das tarefas, a recusa no cumprimento dos direitos mais elementares estabelecidos nas leis

540 Gilberto Osório de Andrade. *Os rios do açúcar no Nordeste do Brasil: o Rio Ceará-Mirim*. Recife: FJNPS, 1957, p. 47.

541 Harry William Hutchinson. *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Op. Cit., p. 69.

542 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit., p. 67.

543 “a monocultura trouxe o pauperismo das populações rurais nas zonas açucareiras”. Gaspar Peres & Apollonio Peres. *A indústria assucreira em Pernambuco*. Op. Cit., p. 40.

trabalhistas e no dissídio coletivo fazem parte do nosso cotidiano... não é por acaso que na zona canavieira de Pernambuco concentram-se os maiores índices de desnutrição, mortalidade infantil, analfabetismo e doenças endêmicas do Estado.⁵⁴⁴

No mundo dos engenhos, a consequência imediata e também mais visível da pobreza era a fome. Nos anos 1960, Joseph Page fez referência aos nordestinos como “camponeses cobertos de doenças e morrendo de fome”.⁵⁴⁵ Para Diégues Jr., eles representavam uma “população que viv[ia] sob o regime de salários baixos, incapazes de atender mesmo às necessidades primárias de alimentação”.⁵⁴⁶ A esse respeito, a literatura médica e nutricional é unânime em denunciar as péssimas condições de vida e trabalho na *plantation* e seus efeitos sobre a saúde dos trabalhadores. Já em 1946, Josué de Castro, em sua reconhecida obra *Geografia da fome*, argumentava contra a ideia de que a fome fosse parte de um processo natural e inerente à sociedade açucareira. Para ele, a fome era uma expressão biológica dos males sociológicos. Em *Geopolítica da fome*, estendeu a discussão para o campo histórico-político-econômico ao enfatizar que a fome não era “um problema de limitação da produção por coerção das forças naturais; [mas] antes um problema de distribuição”.⁵⁴⁷ Na Zona da Mata de Pernambuco, precisamente, Josué de Castro constatou que o baixo poder de compra dos trabalhadores,

544 FETAPE. “Resposta dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, através dos seus Sindicatos, Fetape e Contag à proposta apresentada pelos Usineiros de redução na jornada de trabalho com redução dos salários”. In: *Racionalização da agroindústria canavieira de Pernambuco com distribuição das terras excedentes para os trabalhadores rurais*. 1983. Acervo histórico da Fetape.

545 Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Op. Cit., p. 33.

546 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 203.

547 Josué de Castro. *Geopolítica da fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. Op. Cit., p. 59.

associado ao desmatamento das florestas e poluição dos rios pelas usinas, criou uma sociedade onde “homem e terra [...] se tiveram de despojar de inúmeras prerrogativas para satisfazer o apetite desadorado da cana”.⁵⁴⁸ Para ele, o contraste entre as possibilidades geográficas (fertilidade dos solos, presença de árvores frutíferas e rios com uma imensa quantidade de peixes) e a extrema exiguidade dos recursos alimentares da região era consequência da monocultura canavieira. O modelo predominante de produção com base na exploração da terra⁵⁴⁹ e desde sempre adotado na zona canavieira subverteu o equilíbrio ecológico da região com a destruição do revestimento vivo, vegetal e animal, provocando o que Josué de Castro chamou de grave prejuízo à estrutura biológica dos grupos humanos. Ademais, como denunciou em *O livro negro da fome*, a média de 1.645 calorias consumidas diariamente pela população do Nordeste açucareiro⁵⁵⁰ – associada aos “salários miseráveis”⁵⁵¹ dos *moradores* – reduzia sua capacidade de trabalho.⁵⁵²

Com a abolição da escravatura, os negros e os mestiços saídos das senzalas, ficando com a alimentação a cargo dos seus salários miseráveis, começaram por diminuir as quantidades de alimentos de sua dieta, e já não dispunham nem de combustível suficiente para produzir o trabalho que antes realizavam. Diminuíram, então, o seu rendimento para equilibrar o déficit orgânico, sendo esta diminuição tomada pelos padrões mais reacionários como um sinal de preguiça consciente, de

548 Josué de Castro. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Op. Cit., p. 99.

549 Josué de Castro. *Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. Op. Cit.

550 Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o mínimo que se deve ingerir diariamente, sem fazer esforço físico algum, é de 1.512 calorias. Para pessoas que exercem atividades diárias normais esse número sobe para 2.500 calorias.

551 Anna Maria de Castro. *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. Op. Cit., p. 57.

552 Josué de Castro. *O livro negro da fome*. Op. Cit., p. 126.

premeditada rebeldia do negro liberto contra o regime feudal da economia açucareira. A verdade é que a moleza do “cabra de engenho”, a sua fatigada lentidão não é um mal de raça, é um mal de fome. É a falta de combustível suficiente e adequado à sua máquina, que não lhe permite trabalhar senão num ritmo ronceiro e pouco produtivo.⁵⁵³

Em 1957, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) divulgou que, no Nordeste, o consumo médio diário de alimentos era da ordem de 1.990 calorias. Três anos depois, em 1960, estudo específico na Zona da Mata Sul de Pernambuco contatou que os trabalhadores rurais consumiam, em média, apenas 1.299 calorias por dia. No início de 1964, outro estudo identificou que o valor energético da dieta de cada trabalhador girava em torno de 2.760 calorias por dia e que “as famílias não inger[ia]m as quantidades [de alimentos] necessárias ao fornecimento das calorias indispensáveis à manutenção das condições híginas de saúde”.⁵⁵⁴ Em outras palavras, “a desnutrição reflet[ia], em última análise, o nível de pobreza absoluta da população”.⁵⁵⁵

Ainda nos anos 1960, pesquisas sobre as condições nutricionais na zona canavieira de Pernambuco, realizadas pelo Instituto de Nutrição da UFPE, demonstram que a fome endêmica, decorrente do baixo nível econômico, era responsável pelos altos índices de nanismo nutricional na região. Em 1974, o *Interdepartmental Committee on Nutrition for National Development* (ICNND) dos Estados Unidos também constatou deficiência de peso e estatura em crianças de ambos os sexos. No município de Palmares, por exemplo,

553 Josué de Castro. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Op. Cit., p. 128-129.

554 Fernando Antônio Gonçalves. “Condições de vida do trabalhador rural na zona da mata de estado de Pernambuco – 1964”. In: *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*. Ministério da Educação e Cultura, nº 15, Recife, 1966, p. 137.

555 Roberto Paula Silva. *Nutrição e desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro*. 2ª Edição. Fortaleza, BNB, ETENE, 1986.

indivíduos do sexo masculino com média de idade de 36 anos apresentavam estatura de 157 cm e 52,5 kg de peso; em indivíduos do sexo feminino, com 33 anos de idade em média, foi calculada estatura de 149,3 cm e 49,20 kg de peso. Em Catende, em indivíduos de 27 anos, uma média de estatura de 157,5 cm e 52,7 kg de peso (sexo masculino) e, em indivíduos com 35 anos de idade, 150,9 cm de altura e 50,4 kg de peso (sexo feminino).⁵⁵⁶ Já em 1987, após coleta de dados sobre o peso das crianças nascidas na Região Metropolitana do Recife entre 1962 e 1972, o médico Meraldo Zisman publicou o livro *Nordeste pigmeu* denunciando que “o nordestino caminha[va] a passos cada vez mais largos para o nanismo”.⁵⁵⁷

Nos anos 1990, a desnutrição “crônica e endêmica”⁵⁵⁸ entre os trabalhadores rurais do açúcar rendeu-lhes o epíteto de “*homens gabiru*”: suposta nova espécie que teria surgido na região açucareira do Nordeste do Brasil. Em 19 de novembro de 1991, o jornal *Folha de São Paulo* publicou a manchete “*Homem-gabiru é nova espécie no Nordeste*”. No ano seguinte, os pesquisadores Tarsiana Portella, Daniel Amos e Zelito Passavante, do Centro Josué de Castro, lançaram o livro *Homem gabiru: catalogação de uma espécie*.⁵⁵⁹ Os autores não apenas definiram taxonomicamente esse “novo ser”, como também descreveram suas características; hábitos; hábitos; alimentação; reprodução; expectativa de vida e morfologia interna. Até 1997 inúmeras matérias foram publicadas em várias partes do país sobre o chamado *homem gabiru* (cortador de

556 Nelson Chaves. “Ecologia e nutrição: observação no trópico úmido”. In: Nelson Chaves. *O homem além do tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*. Op. Cit., p. 140.

557 Meraldo Zisman. *Nordeste pigmeu: uma geração ameaçada*. Recife: OEDIP, 1987, p. 215.

558 Nelson Chaves. “Ecologia e nutrição: observação no trópico úmido”. Op. Cit., p. 140-141.

559 T. Portella; D. Aamot e Z. Passavante. *Homem-gabiru: catalogação de uma espécie*. São Paulo: Hucitec, 1992.

cana Amaro João da Silva, residente em um engenho no município de Amaraji). Em entrevista concedida à revista *Veja*, em 18 de dezembro de 1991, Amaro João denunciava sua miserável condição de vida: “Tem dia que a gente não sabe se vai comer ou não. Eu e a mulher damos primeiro para as crianças. Depois o que sobra fica para nós”. Em 15 de janeiro de 1997, o *Diário de Pernambuco* publicou: “*Homem-Gabiru está doente*”. No final do primeiro parágrafo, a matéria anunciava: “Amaro confessa que já comeu muito rato do mato (um roedor herbívoro conhecido como punaré) para sobreviver. ‘Se não comesse, morria de fome’, diz”. Na imagem, Amaro João aparece em sua casa, humilde e sem conforto, ao lado de quatro filhos malvestidos e com pés descalços. A matéria do enviado especial desnudava o “cotidiano de miséria” e doença (o *homem gabiru* havia adquirido uma broncopneumonia), mas reafirmava a tese de que “representantes legítimos de uma sub-raça, sem suporte nutricional adequado, os quatro filhos nanicos de Amaro também trazem estampada na face uma visível apatia”. O jornal não discute as causas e consequências da enfermidade contraída por Amaro. Doenças respiratórias são comuns entre os trabalhadores rurais e demais habitantes das regiões próximas às usinas. A poluição provocada pela queima da palha da cana e pelas chaminés atingia as vias aéreas superiores dos indivíduos provocando inúmeras doenças respiratórias. A falta de assistência médica e medicamentos adequados, bem como as precárias condições de habitação, faziam com que doenças com tratamentos relativamente simples adquirissem gravidade mais ampla, afetando ainda mais a biologia do indivíduo. Apenas em 23 de setembro de 1998, a revista *Veja* publicou uma matéria intitulada “*O filhão do gabiru: melhoria do padrão de vida e comida desmonta a tese de uma raça nanica no Nordeste*”, contestando a teoria acerca da “nova espécie”. No jornal, algumas imagens negavam, definitivamente, um possível caráter natural ao caso. Em uma delas Amaro João

aparece ao lado de esposa e filhos; em outra, entre o filho mais velho (34 centímetros mais alto) e um de seus instrumentos de trabalho diário (uma enxada que atingia quase sua altura). A imagem de penúria e fome que o *homem gabiru* passava coaduna-se com a descrição dos trabalhadores que o sociólogo Robert Linhart fez anos antes: “o tamanho deles impressiona-me... Há no porte e no andar destes homens algo de encolhido, de fechado, como se tivessem frio por dentro. Sempre esta presença da fome, mais sob a forma sonsa de uma doença que corrói do que de uma magreza espetacular”.⁵⁶⁰ Linhart também criticou o que chamou de “aritmética da miséria” na zona canavieira; e afirmou que a fome no Nordeste “era uma parte essencial do que o poder militar chamava de ‘desenvolvimento’ do Brasil”.⁵⁶¹



Além dos efeitos anatômicos da falta do que comer, comprovada pelo alto índice de nanismo nutricional na região açucareira, a fome também provocava um grau considerável de retardo mental.⁵⁶² Como sintetizou o médico Nelson Chaves: “a população na Zona da Mata, secularmente desnutrida, marcha[va] para o nanismo

560 Robert Linhart. *O açúcar e a fome: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 75-76.

561 Idem, p. 51.

562 “A visão dos nossos corpos fartos de proteínas, de vitaminas, de legumes, de frutas, de carne – nosso sangue, que se precipita em nossas veias, nossos neurônios alimentados até a saciedade, todo nosso maquinismo irrigado... e os corpos deles [trabalhadores rurais do açúcar], pobres corpos de farinha e de feijão, membros débeis, cérebros lentamente atrofiados. São duas espécies que o capitalismo selvagem tende a dissociar no seio do gênero humano”. Idem, p. 77-78.

nutricional e a mutilação cerebral”.⁵⁶³ O nutricionista Malaquias Batista⁵⁶⁴ foi mais longe na análise e afirmou que na *plantation*

563 Nelson Chaves. “Saúde para todos no ano 2000”. In: Nelson Chaves. *O homem além do tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*. Op. Cit., p. 297. Assim como Josué de Castro, Nelson Chaves também argumentava que os problemas de alimentação dos trabalhadores do açúcar estavam diretamente ligados ao baixo nível salarial: “O baixo salário com que vive a grande maioria dos nossos trabalhadores [do açúcar] e o baixo nível de educação tornam impraticável alimentação adequada, mesmo que haja a melhor propaganda. A falta de educação, o afrouxamento moral, a falta de noção de responsabilidade são fatores de deficiência de produção, a qual abrange também os alimentos que constituem a fonte de energia para o trabalho. Há evidentemente um círculo vicioso que ameaça a nacionalidade. O homem produz pouco porque se alimenta mal e é doente, e, pelo seu nível educacional, tem um âmbito de aspirações muito reduzido e, produzindo pouco, não dispõe de quantidades suficientes de alimentos”. Nelson Chaves. *A subalimentação no Nordeste brasileiro*. Recife: Imprensa oficial, 1948, p. 7, citado por Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos. “Um perfil de Nelson Chaves e da sua contribuição à nutrição em saúde pública no Brasil”. In: *Cad. Saúde Pública* [online]. 2001, vol. 17, n. 6, p. 1505-1518. ISSN 0102-311X.

564 Na esteira das pesquisas anteriores, influenciado por Nelson Chaves e, principalmente, por Josué de Castro, o nutricionista e pesquisador Malaquias Batista Filho evidenciou que a desnutrição no Nordeste decorria de problemas estruturais e centrais. Segundo Malaquias: a compreensão de qualquer problema nutricional deve ser embasada em causas múltiplas, e a prevenção da desnutrição energético-proteica e sua incorporação nas decisões políticas exigem um aprofundamento dos níveis explicativos, que distinga seu caráter e abrangência. Todo modelo analítico-explicativo da fome deveria conter o que o autor chama de causas imediatas, intermediárias e estruturais, como: i) posse e uso da terra; ii) formas de distribuição do poder; iii) conflito racionalidade econômica *versus* racionalidade social; iv) distribuição injusta das riquezas... Ou seja, além dos fatores biológicos e da quantidade de alimentos consumidos, a rede causalidade que envolve o processo de adoecimento dos *moradores de engenho* deve constar de variáveis socioeconômicas como: renda; desemprego; fragilidade dos sistemas produtivos alternativos; acesso aos sítios; distância do mundo externo... Para mais detalhes ver: Malaquias Batista Filho; Susana Inez Bleil & Lea Maria Van Eysden. “Prevenção da desnutrição energético-proteica”. In: *Cad. Saúde Pública* [online]. 1989, vol.5, n.3, p. 276-283. ISSN 0102-311X. Malaquias Batista Filho. “Fórum. Centenário de Josué de Castro: lições do passado, reflexões para o futuro. Introdução”. In: *Cad. Saúde Pública* [online]. 2008, vol.24,

açucareira a desnutrição acabava assumindo as características de uma doença hereditária:

[a fome] é um fator que compromete gerações futuras fazendo com que a desnutrição termine assumindo as características de uma doença hereditária. Por exemplo, as mães baixinhas tendem a ter filhos de baixo peso, que pelo fato de ter baixo peso apresentam um risco grande de morrer, que é uma marca epidemiológica de risco para a criança recém-nascida. E, não morrendo, apresentam uma probabilidade maior de adoecer e de apresentar nanismo, fazendo com que uma geração transfira para a outra, como se fosse uma herança biológica, a própria desnutrição.⁵⁶⁵

Não obstante as necessidades de uma dieta mais rica em nutrientes, devido sobretudo ao ritmo e duração dos serviços praticados na atividade de plantio e corte da cana, o baixo nível salarial imposto pelos engenhos e usinas não permitia que esse indispensável adicional alimentar substituísse o monótono cardápio dos trabalhadores. Ironia ou não, o geógrafo Affonso Varzea relata que, em sua pesquisa de campo nos anos 1940, um dos proprietários lhe confessou que “seus trabalhadores, e possuía doze, passavam muito bem apenas a rapadura com farinha”.⁵⁶⁶ Entre 1964 e 1985, a composição das refeições entre os canavieiros de Pernambuco permaneceu

n.11, p. 2695-2697. ISSN 0102-311X. Malaquias Batista Filho & Tizuko Shiraiwa. “Indicadores de saúde para um sistema de vigilância nutricional”. In: *Cad. Saúde Pública* [online]. 1989, vol.5, n.1, p. 105-116. ISSN 0102-311X. Malaquias Batista Filho & Nize de Paula Barbosa. *Alimentação e nutrição no Brasil (1974-1984)*. Ministério da Saúde – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Anete Rissin; Malaquias Batista Filho; Maria Helena D’Aquino Benicio and José Natal Figueiroa. “Condições de moradia como preditores de riscos nutricionais em crianças de Pernambuco, Brasil”. In: *Rev. Bras. Saude Mater. Infânt.* [online]. 2006, vol. 6, n. 1, p. 59-67. ISSN 1519-3829.

565 Entrevista com Malaquias Batista Filho citada por Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 477.

566 Affonso Varzea. *Geografia do açúcar no leste do Brasil*. Op. Cit., p. 395.

praticamente a mesma: “alimentos de pouco valor nutritivo, de efeito ‘enchedor’ que acalma[vam] as sensações de fome e de custo mais acessível”.⁵⁶⁷ A variedade dos alimentos consumidos se restringia ao que o salário permitia comprar: café, farinha, pão e charque (eventualmente batata-doce, macaxeira e inhame), antes de iniciar o trabalho no campo; feijão, farinha e charque (carne de boi em menor quantidade), no almoço; e, novamente, café, farinha, charque e pão (cuscuz em menor frequência) no jantar. Frutas e verduras raramente compunham seu cardápio, assim como leite e seus derivados; sua participação era apenas incidental ou em quantidades insuficientes. De acordo com o economista Espedito Rufino de Araújo, “com uma xícara de café, um pouco de cuscuz e um pedacinho de charque, o trabalhador [ia] então enfrentar um trabalho pesado, distraindo a sua fome até a volta pra casa, chupando cana”.⁵⁶⁸

O caráter permanente da desnutrição endêmica e progressiva⁵⁶⁹ no mundo do açúcar também foi relatado pela antropóloga Nancy Scheper-Hughes: “a fome dos trabalhadores do litoral canavieiro e seus filhos não é a mesma que a dos Ik ou como a fome periódica que aflige o povo do sertão pernambucano. A fome da Zona da Mata é constante e crônica, não mudou muito durante o período de 25 anos que eu conheci a região”.⁵⁷⁰ Linhart também identificou nos relatos dos trabalhadores que o vínculo legal, aquele com carteira assinada, não garantia melhores condições de vida, pois o habitual era “morrer de fome com todos os documentos do mundo, contrato

567 Espedito Rufino de Araújo. *O trator e o “burro sem rabo”: consequências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil*. Op. Cit., p. 239.

568 Idem, p. 242.

569 “Amid the agroindustry of sugar cultivation, undernutrition is endemic and progressive, and workers’ productive capacities are greatly reduced”. Nancy Scheper-Hughes. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Op. Cit., p. 153.

570 Idem, p. 137.

de trabalho, seguro, folha de pagamento”.⁵⁷¹ Nas palavras de Sylvio Rabello, “a fome [era] o regime normal”.⁵⁷²

Os discursos da classe patronal canavieira a respeito das precárias condições de vida no mundo dos engenhos gravitavam em torno de dois argumentos básicos. O primeiro afirmava que a fome no campo decorria, sobretudo, da preguiça dos trabalhadores e sua malandragem para fugir das *tarefas* no eito. O segundo culpava o mercado de açúcar que, em muitos casos, desfavorecia o setor a ponto de não possibilitar o repasse aos trabalhadores de seus diminutos lucros, ameaçando muitas usinas de pararem suas máquinas. O processo histórico de extensão dos canaviais, derrubada das matas e tomada dos poucos sítios e roçados, bem como o descumprimento das leis trabalhistas que reduzia ainda mais os salários dos trabalhadores, não entrava nas causas da fome e miséria. A esse respeito, Leonel Borba escreveu no jornal *Diário de Pernambuco* de 17 de novembro de 1963:

O trabalhador rural morre de fome. É verdade. Mas também é verdade que é porque assim o quer. Raro é o homem que vive da enxada, que trabalha os seis dias da semana. A regra geral é três dias, e esta mesma dependendo do encargo de família e do ganho diário. Se o trabalhador de eito precisar de mil cruzeiros para passar a semana, e se ganhar mil cruzeiros por dia, só trabalhará um dia por semana; se ganhar quinhentos cruzeiros, trabalhará dois dias, e assim por diante. Só trabalhará seis dias se ganhar cento e sessenta e seis cruzeiros e fração. Logo, não adianta pagar-lhe salário alto.⁵⁷³

O ponto de vista dos trabalhadores rurais e do movimento sindical era outro:

571 Robert Linhart. *O açúcar e a fome: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 51.

572 Sylvio Rabello. *Cana-de-açúcar e região: aspectos socioculturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Op. Cit., p. 56.

573 Leonel Borba, *Diário de Pernambuco*, 17 de dezembro de 1963.

A miséria do povo não pode ser vista como fruto da atual falência estrutural do setor sucroalcooleiro, tendo em vista que essa atividade sempre foi geradora de pobreza, mesmo no seu apogeu, lastreado em recursos públicos, quando a Região já possuía alguns dos piores indicadores sociais de todo o mundo, nas áreas de saúde, educação, habitação, saneamento, justiça social, ambiental, dentre outras.⁵⁷⁴



No mundo do açúcar, para além da desnutrição, a baixa quantidade de alimentos ingeridos, ou seu reduzido poder nutricional, restringia a imunidade dos trabalhadores expondo-os a um grande número de outras doenças. Ademais, determinadas profissões, como o corte da cana, requerem uma alimentação mais rica, variando conforme as condições climáticas e o ambiente onde o trabalho é executado, bem como com o esforço físico exigido, carga horária dispensada e condições higiênicas. Para enfrentar essas questões, os trabalhadores tentavam usar estratégias como: *i*) caçar animais silvestres, com a dificuldade de encontrá-los num ambiente dominado pela monocultura da cana; *ii*) pescar na entressafra, quando os rios estavam menos poluídos pelo derramamento de vinho; *iii*) chupar cana escondidos, sob pena de sofrerem algum tipo de penalidade; *iv*) tomar cachaça para resistir ao ritmo intenso de trabalho. Sobre essa última, Nelson Chaves afirmou:

A cachaça serviu para compensar, de certo modo, a ingestão calórica deficiente. Este estado de subnutrição é ainda mais grave em face das verminoses, especialmente a

574 CPT. *Documento ao Exmo. Sr. senador Maguito Vilela (MD. Presidente da Comissão Mista de Combate à Pobreza)*. 1999.

esquistossomose, que assume proporções alarmantes em alguns municípios de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, produtores de cana. A perda de ferro, as pequenas sangrias continuadas pelos vermes vêm tornando anêmicos numerosos indivíduos com redução da capacidade de trabalho. Com o preço elevadíssimo da carne salgada (charque), dos ovos, do leite, da carne fresca, das aves, cada dia foi se reduzindo a cota de proteínas animais. A subnutrição protéica e a esquistossomose contribuem certamente para a grande incidência de cirrose hepática. Os hospitais das capitais e das cidades interioranas nordestinas estão cheios de esplenomegálicos e cirróticos.⁵⁷⁵

Segundo a literatura médica, durante intensas jornadas de trabalho no campo, a sudorese abundante agravava a carência proteica da falta de alimentos nutritivos que os salários não permitiam adquirir. Com a perda intensa de suor, eliminavam-se também sais e outras substâncias importantes na manutenção do equilíbrio corporal. A desidratação provocava “fadiga, vulgarmente denominada de *fadiga tropical*”.⁵⁷⁶ A sorte dos operários do açúcar era semelhante. Segundo Sérgio Leite Lopez, nas refeições, “alguns operários [...] molha[va]m o pão no mel depositado no *dó* [...], para enriquecerem em alguma coisa sua alimentação. Diz[ia]-se também na usina que os *corumbas* [...], alimenta[va]m-se das calorias necessárias com uma garapa, tomada no próprio trabalho, feita com algum açúcar residual”.⁵⁷⁷

575 Nelson Chaves. “O meio e a nutrição no Nordeste brasileiro”. In: Nelson Chaves. *O homem além do tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*. Op. Cit., p. 87.

576 Nelson Chaves. “Ecologia e nutrição: observação no trópico úmido”. In: Nelson Chaves. *O homem além do tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*. Op. Cit., p. 138.

577 José Sérgio Leite Lopes. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Op. Cit.

Acidentes e doenças do trabalho

No campo, a rotina dos trabalhadores rurais seguia a monotonia que lhe definia. Na alvorada que antecede a manhã, tinha início o dia de trabalho. O deslocamento de vários quilômetros até o local das *tarefas*, quando não era realizado a pé pelos *moradores*, era feito por ônibus ou caminhões em péssimo estado pelos *de fora*. Nos canaviais, os riscos começavam desde a queima da palha da cana. A falta de experiência no ofício ou uma inesperada mudança na direção dos ventos poderiam transformar o que era uma atividade “controlada” num incêndio de grandes proporções. Nos anos 1990, a pesquisadora Eloine Nascimento investigou o dia a dia dos cortadores de cana na Paraíba, e observou que:

Os canavieiros trabalhavam, ininterruptamente, no corte da cana, uma média de quatro horas, não paravam nem para tomar água. A partir desse horário, já começava a diminuir o ritmo de trabalho, parando sempre um pouco para enxugar o suor, demonstrando já sinais de cansaço, com o rosto revelando uma expressão de sofrimento. Eles quase sempre cortam a cana que foi queimada no dia anterior, mas em uma das observações a cana estava sendo queimada e ao mesmo tempo sendo cortada. Verificou-se que a queima foi realizada pelos próprios canavieiros, pois os administradores da fazenda não quiseram fazê-la antecipadamente, pois era um domingo. Os canavieiros ficavam bem perto do fogo, a três metros de distância, correndo o risco de se queimarem e aspirando a fumaça preta com a fuligem da cana.⁵⁷⁸

Além da falta de EPI que ampliava o número de cortes, entorses, contusões e fraturas, a maior parte dos acidentes era provocada pela fadiga. O cansaço acumulado ao longo da jornada não esgotava apenas os músculos, mas repercutia também sobre o conjunto do

578 Eloine Nascimento de Alencar. *Trabalho e saúde do canavieiro*. João Pessoa, UFPB, Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública, 1993, p. 59.

corpo e do cérebro dos trabalhadores,⁵⁷⁹ fazendo com que, para acionar um músculo, fosse necessário um esforço cada vez maior do cérebro. Assim, a atenção diminuía e com ela a velocidade dos reflexos, aumentando a tendência a falhas. Em alguns casos, a exaustão podia desordenar a atividade cerebral a tal ponto que provocava a perda de raciocínio dos movimentos. Além disso, a repetição da atividade de corte da cana, por exemplo, fazia com que os canavieiros realizassem a tarefa de forma condicionada, aumentando os riscos de acidentes.⁵⁸⁰ Nos casos de trabalhadores idosos, gestantes e crianças, os riscos eram ainda maiores, sem contar os que permaneciam nas atividades mesmo já doentes. A perda natural da habilidade, dos reflexos e do controle sobre os movimentos musculares ampliava a probabilidade de acidentes para os idosos. O aumento de peso nas gestantes e outros sintomas da gravidez, somados aos cuidados com o bebê, exigiam do momento pré-parto hábitos que as empresas não cultivavam. No caso das crianças, a falta de habilidade e experiência, somada ao descompasso entre porte físico e tamanho dos instrumentos, ampliava as chances de acidentes.

Estudos recentes afirmam que o trabalhador rural que cortar em média 12 toneladas de cana por dia o faz à base de 370.000 golpes de facão; 37.000 flexões nas pernas para golpear a gramínea; caminha quase 9.000 metros; carrega nos braços as 12 toneladas de cana, em montes de 15 quilos cada um; completando 800 trajetos.⁵⁸¹ Para tanto, perdem em média de 7 a 9 litros de água por jornada,

579 Paul Chauchard. *La Fatigue*. “que sais-je ?” le point des connaissances actuelles. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

580 Vanessa Valença. *Condições de trabalho, produtividade e riscos à saúde do trabalhador na atividade do corte manual de cana: um estudo de caso na Usina Santa Adélia*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. São Carlos: UFSCar, 2007.

581 Antonio Thomaz Júnior. “Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira)”. In: *Pegada*. Vol. 8, n. 2, Presidente Prudente, dezembro de 2007.

o que leva à falta de sais e favorece câibras e náuseas. O esforço físico exigido no corte da cana, sobretudo em terreno acidentado, comumente atingia as articulações, que, submetidas a movimentos bruscos, por vezes, poderiam sofrer roturas dos ligamentos. A má colocação dos pés ou um simples tropeçar que forçasse a articulação a um movimento para o qual não estava habilitada podia provocar entorses, inclusive com lesões na cápsula fibrosa que reveste a articulação. As luxações ocorriam, normalmente, por grandes choques, quando o osso era deslocado e deixava de estar unido à articulação.

A completa ausência de primeiros-socorros nos canaviais agravava a situação. As usinas e engenhos não disponibilizavam ambulâncias ou outros meios de transporte. Além disso, as dificuldades de comunicação, associadas às longas distâncias entre os campos de cana e os hospitais mais próximos, faziam com que, em casos de acidentes, os trabalhadores devessem esperar até o final do expediente para serem removidos. Normalmente, os primeiros cuidados eram administrados pelos próprios companheiros de trabalho, com assistência improvisada. A falta de material adequado e higienizado para realizar procedimentos básicos, como curativos, tornava o quadro ainda mais grave. Nessa hora, os conhecimentos fitoterápicos tradicionais eram postos em prática: comumente, os trabalhadores espremiam caldo de cana para que a sacarose, eficiente cicatrizante, pudesse facilitar na obstrução do fluxo de sangue. Dependendo da profundidade e comprometimento dos vasos superficiais, entretanto, bem como do tempo despendido até um atendimento ambulatorial adequado, os acidentes poderiam levar a óbito. Além de tudo, existia um alto risco de infecção e gangrena, devido à precariedade dos cuidados e ausência total de higiene.

As condições de trabalho no setor industrial da produção – tanto na fabricação do açúcar, quanto em todo o complexo de oficinas que existia para manter as usinas em funcionamento – também eram precárias e potencializavam os riscos de doenças e acidentes. A

própria concepção das construções, o ambiente fabril e seus departamentos, andares e seções comumente eram projetados sob a lógica produtivista, tornando os metalúrgicos do açúcar parte vulnerável do processo.⁵⁸² Nos anos 1980, Sérgio Leite Lopez afirmou que “as longas jornadas de trabalho exaur[ia]m, de maneira rápida e violenta, os músculos e nervos dos operários”:

Desde as queimaduras dos operários da seção de fabricação e da caldeira, perda de dedos ou da mão dos maquinistas de moenda, turbineiros ou operadores da ponte rolante, passando pelas quedas provenientes de operações de máquina ou reparos em lugares elevados [...], até os desastres na estrada de ferro e nos caminhões, o operário t[inha] um tal elenco de privações e perigos a passar durante sua vida ativa, que no final da “carreira” ele pode[ria] proclamar com orgulho: “Trabalhei e não morri!”.⁵⁸³



A pesquisa que realizei com a documentação médica produzida de 1963 a 1973 pelo Hospital Barão de Lucena, ou “Hospital das Usinas” como ficou conhecido, permitiu identificar centenas de casos de acidentes entre trabalhadores do açúcar, tais como fraturas (expostas dos ossos da perna, no terço inferior do fêmur, no punho, rádio, falange etc.), ferimentos (infectados no dorso da mão esquerda, na face anterior do joelho, no pé etc.), contusões (mão esquerda,

582 “A conjugação do fato de que a própria construção da máquina, numa produção capitalista, nunca incorpora o princípio da segurança física e mental de seu operador humano com o trabalho repetitivo e monótono da longa duração diária característica da usina acarreta tanto a inevitabilidade quanto a frequência dos acidentes de trabalho em todas as seções da usina”. José Sérgio Leite Lopes. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Op. Cit., p. 90.

583 Idem, p. 61; 91.

antebraço, tórax, dorso do pé etc.) e entorses (dorso-lombar, joelho, tornozelo). No entanto, a maior parte de seus problemas de saúde era causada por excessos cumulados que não se manifestavam de forma imediata, mas em intervalos prolongados de tempo. A esse respeito, as hérnias aparecem nos registros como um dos casos mais frequentes, sobretudo por causa do aumento da pressão abdominal requerido em várias atividades, tanto no setor rural, quanto na parte industrial da produção. Além disso, a excessiva demanda física sobre a região lombar – devido a levantamentos de objetos pesados ou movimentos repentinos, ou mesmo as lesões repetitivas e a pressão exercida sobre os discos intervertebrais – normalmente causava lesões na coluna. A maior parte dos estresses mecânicos provocados pelo trabalho intenso e invariável era absorvida pelos discos que começavam a perder água e, com ela, sua capacidade de atuarem como amortecedores das pressões exercidas sobre a coluna. Isso levava mais estresse ao anel externo produzindo mais fissuras e fazendo com que esse processo de produção de lesões se transformasse em um círculo ininterrupto. Movimentos bruscos ou maus jeitos podiam, também, causar torcicolo com ferimentos nas articulações da coluna ou na região do pescoço. Artrites e artroses também eram bastante comuns entre os pacientes de usinas e engenhos que deram entrada no Hospital Barão de Lucena. A deterioração dos componentes das articulações (osso, cápsula articular, tendões e cartilagens) era, comumente, provocada por movimentos em excesso, causando microlesões. Além de dores intensas, as artrites e artroses acompanhavam restrições dos movimentos. As lombalgias eram causadas por esforços repetitivos; carregamento de excesso de peso; pequenos traumas; condicionamento físico inadequado; erro postural e/ou posição não ergonômica no trabalho. As longas caminhadas exigidas nos trabalhos agrícolas, bem como a realização de todas as tarefas em pé, sem pausas regulares para descanso, também levavam à formação de varizes e esporões, além

de calos e outros problemas correlatos. Ademais, o excessivo esforço físico, somado à postura inadequada durante o trabalho, podia levar a tensões musculares e causar problemas como ciática e mialgia.

Se o regime de trabalho, incluindo duração, intensidade e ritmo, representava um dos principais fatores no tocante aos problemas ergonômicos e de acidentes, as condições ambientais onde os trabalhadores viviam e executavam suas tarefas tornavam-nos suscetíveis a uma série de outras moléstias. O índice elevado de pacientes com parasitoses, por exemplo, demonstra a gravidade do problema na zona canavieira. Malaquias Batista, por exemplo, defende que elas sejam consideradas doenças ocupacionais, na medida em que os trabalhadores eram coagidos a usar águas contaminadas.⁵⁸⁴ De fato, o modo como o espaço era ocupado e controlado distribuía de forma desigual as possibilidades de indivíduos saudáveis adquirirem certas patologias. Modos diversos de inserção no processo produtivo também definiam tanto os grupos com maior ou menor risco de adquirirem certas doenças, quanto seus efeitos diferenciados.⁵⁸⁵ A esse respeito, nos trabalhos agrícolas, os olhos eram os órgãos mais afetados. A ausência quase absoluta de óculos de proteção fazia com que poeira, fumaça e fuligem provenientes da queima da palha da cana, ou o próprio pelo da cana, ou ainda poluentes lançados no ar pelas chaminés das usinas etc., ampliassem as possibilidades de acidentes.⁵⁸⁶ Na parte industrial da produção, as condições eram semelhan-

584 Entrevista com Malaquias Batista Filho citada por Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 479.

585 Patrícia Ganzenmüller Moza; Otávio Sarmento Pieri; Constança Simões Barbosa & Luis Rey. "Fatores sócio-demográficos e comportamentais relacionados à esquistossomose em uma agrovila da zona canavieira de Pernambuco, Brasil". In: *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 14(1):107-115, jan-mar, 1998.

586 Pesquisa realizada em Belo Monte (MG), cujo objetivo era avaliar a incidência de fungos na conjuntiva ocular de trabalhadores no corte de cana-de-açúcar bem como no ambiente canavieiro, constatou que: "dos 100 trabalhadores envolvidos na pesquisa, 64 apresentaram um ou mais gêneros de fungos na conjuntiva" e que "as condições ambientais, o padrão socioeconômico e as

tes. Segundo Leite Lopes, a usina era um “ambiente impregnado de partículas provenientes do bagaço da cana esmagada, que irrita[va]m o exercício da visão e da respiração dos operários”.⁵⁸⁷

Os dados do Hospital Barão de Lucena permitem ainda inferir que a poluição do ar afetava as vias aéreas provocando uma série de doenças como tuberculose pulmonar, bronquite, asma, pneumonia, empiema pleural, micose e alergia nasal, sobretudo no período da safra.⁵⁸⁸ As variações de temperatura também contribuíam no processo. O trabalho realizado sob o sol escaldante ou forte chuva trazia consigo inconvenientes invisíveis que o setor empresarial não levava em consideração. A inalação dos agrotóxicos dispersos pelo vento agravava o quadro geral, podendo causar, inclusive, graves problemas de pele, como eczema, dermatite, impetigo, escabiose, esporotricose e eritema, inflamações de pele típicas entre os trabalhadores rurais. Sobre essa questão um dos trabalhadores entrevistados por Eloine Nascimento afirmou:

Eu sinto uma agonia no corpo, a gente tem vontade de ir pra uma sombra, mas não pode, a gente vai tomar um repouso ao meio dia [sic], aí eles tão falando que é pra a gente botar a cana abaixo. A gente não pode sair do sol de jeito nenhum, só quanto ele for embora. Tem muitos que dão agonia, molha a roupa, assa muito a gente, nós pede [sic] pra largar, mas eles não querem largar.⁵⁸⁹

más condições higiênicas gerais e pessoais, aliadas à falta de informação sobre normas de profilaxia, influenciaram nos resultados”. Joyce Treinta Dalfre et al. “Microbiota fúngica da conjuntiva, da cana-de-açúcar e de anemófilos da região canavieira de Monte Belo – Minas Gerais”. In: *Arq Bras Oftalmol.* 2007; 70(1): 445-9.

587 José Sergio Leite Lopes. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Op. Cit., p, 85.

588 José Eduardo Delfini Cançado. *A poluição atmosférica e sua relação com a saúde humana na região canavieira de Piracicaba – SP*. Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina da USP. São Paulo, 2003.

589 Eloine Nascimento de Alencar. *Trabalho e saúde do canavieiro*. Op. Cit., p, 83.

A poluição ambiental provocada pelas usinas agravava ainda mais a situação, afetando, direta ou indiretamente, a totalidade da população, bem como as lavouras de subsistência, os rios, poços e açudes. A água, em muitos casos, era vetor de várias doenças. Os operários do açúcar também reclamavam das condições no interior das fábricas, onde o *vapor do diabo* “estoura[va] o couro todinho [...], intestino e fígado, tudo intoxicado”:

Aí eu fui pra fabricação, fui dosar. Continuei dosando aí passei uns oito anos dosando. Depois, devido ao cheiro do enxofre, eu digo: ‘não tá dando’, aí eu falei, aí o chefe trocou, aí eu fui pra o esquentar-caldo, e do esquentar-caldo vim pra cá, pra dosagem. Na dosagem, tem épocas onde a fumaça, indo na gente, a gente arrotta. É o enxofre puro. A fumaça penetra mesmo. E às vezes, a enxofreira mesmo dá aquele arrotto. Aí sai aquele fumaceiro, não tem quem aguente. Olhe, bateu nos olhos é o mesmo que bater pimenta. Arde, arde que nem pimenta.⁵⁹⁰

No mundo dos engenhos, a complexidade dos problemas para os doentes que precisavam abandonar, temporariamente ou não, o trabalho para procurar tratamento médico especializado – quase sempre muito distante de onde moravam – perpassava por um verdadeiro dilema: não podia abandonar o emprego porque não contava com seguro e outros benefícios, mas precisava dele para alimentar a si próprio e sua família. Um trabalhador doente, sobretudo se fosse economicamente ativo e com alta produtividade nos serviços, afetava toda a família. Não apenas pela doença em si e todos os inconvenientes que ela trazia em termos de saúde, mas porque afetava diretamente a renda familiar. Um membro da família doente significava um braço a menos para o trabalho. Os demais membros deveriam, então, trabalhar em dobro para garantir a subsistência do grupo. As consequências eram basicamente duas: i) ou os demais

590 José Sergio Leite Lopes. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Op. Cit., p, 86.

familiares ampliavam a carga horária de trabalho para garantir o nível de renda, ou ii) o grupo passaria por um período penoso do ponto de vista alimentar.

Além das mortes por exaustão ocorridas nos canaviais, havia aquelas não registradas e que se desenvolviam ao longo de um tempo determinado, como o câncer e problemas psicológicos e psiquiátricos, por exemplo.⁵⁹¹ A inexistência de recursos financeiros para a compra de medicamentos inseria o trabalhador no que o economista Espedito Rufino Araújo chamou de círculo vicioso, uma vez que “não t[inha] opção, pois, se não compra[sse] o medicamento, ele continua[va] sofrendo; se compra[sse], ele ter[ia] que comer menos, realimentando as causas do seu sofrimento maior que [eram] as suas carências crônicas, a fome enfim”.⁵⁹²

A despeito de todos os dados acima mencionados, conhecidos e aceitos no âmbito acadêmico interdisciplinar, eles não foram

591 Em 2005 um importante artigo, intitulado *Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil*, mostrou que a comunidade de Pirauá, município de Macaparana, na Zona da Mata pernambucana, que contava com 1.267 habitantes e era formada, sobretudo, por famílias de trabalhadores rurais da cana-de-açúcar e ou pequenos produtores, com baixo nível de escolaridade e renda: “[era] um distrito separado por 12 km da sede da cidade, com apenas oito ruas de ladeiras cujo transporte ligando ao centro não [era] oferecido à noite, com poucas opções de lazer e ocupação, onde as pessoas viv[ia]m sem maiores perspectivas de sucesso profissional e pessoal, caracterizado pelo isolamento e distanciamento de outras realidades”. Segundo o artigo, “em um lugar assim, tudo contribui para o surgimento de transtornos de ansiedade, depressão e somatizações. A solução é a integração com outras pessoas para vencer as dificuldades cotidianas e íntimas. Assim sendo, quem não pode contar com o apoio social fica ainda mais suscetível aos transtornos mentais comuns”. Albanita Gomes da Costa & Ana Bernarda Ludermir. “Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil”. In: *Cad. Saúde Pública* [online]. 2005, vol.21, n.1, p. 73-79. ISSN 0102-311X.

592 Espedito Rufino de Araújo. *O trator e o “burro sem rabo”: consequências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco – Brasil*. Op. Cit., p. 254.

suficientes para mover os poderes públicos no sentido de minorar de forma sensível a precária condição de vida daqueles que viviam além das fronteiras invisíveis que separavam o mundo dos engenhos do seu exterior. A esse respeito, o diálogo⁵⁹³ reproduzido abaixo entre o então Presidente da República do Brasil, General João Batista Figueiredo, e o casal de trabalhadores José e Maria Gomes revela um episódio pouco conhecido da história do Brasil, mas ilustrativo da realidade social coletiva na *plantation* açucareira.

19 de outubro de 1979, em algum dos incontáveis engenhos desconhecidos na zona canvieira de Pernambuco, Brasil...

Figueiredo [Presidente do Brasil]:	<i>O senhor mora nessa casa e não paga aluguel. Tem seguro?</i>
José: [trabalhador da cana]	<i>Não tenho nada, nada.</i>
Figueiredo:	<i>Quer dizer que o senhor morrendo não deixa nada para a esposa e filhos?</i>
José:	<i>Eu morrendo a usina despeja. Eu morrendo minha esposa é despejada com dois meses, porque a família não tem direito de morar na casa se o marido já morre.</i>
Figueiredo:	<i>E o INPS?</i>
José:	<i>Eu não desconto INPS não senhor.</i>
Figueiredo:	<i>Cadê o Jair? [Jair Soares, Ministro da Previdência Social]</i>
Andreazza: [Ministro do Interior]	<i>O problema da casa nós vamos resolver.</i>

593 Ricardo R. de Carvalho. "As viagens do presidente". In: *Jornal da República*, São Paulo, 19 de outubro de 1979, p. 5, citado por Denis A. de M. Bernardes "Octávio Ianni e a Questão Nordeste". In: Marcos Costa Lima (Org.). *A sociologia de Octávio Ianni: uma abordagem*. Recife: EDUFPE, 2005, p. 44-45.

Figueiredo: [dirigindo-se ao trabalhador]	<i>Quer dizer que essa vontade que o senhor me expressou de ter uma casa vai ser concretizada. E a senhora trabalha onde?</i>
Maria Gomes [esposa de José]:	<i>Eu trabalho no corte da cana. Saio quatro horas da manhã, com as crianças, que não estudam porque eu ponho elas pra ajudar no trabalho. Só o pai não pode sustentar sete pessoas.</i>
Figueiredo:	<i>O marido disse que não tem INPS.</i>
Maria Gomes:	<i>Ele não tem direito a nada. Ninguém aqui tem direito a nada.</i>
Figueiredo: [indagando de Jair Soares, que acaba de chegar]	<i>Ela está dizendo que não tem INPS.</i>
Jair Soares:	<i>A legislação dá cobertura. Eu vou providenciar que o superintendente do INAMPS e do INPS tome providências.</i>
Figueiredo:	<i>Existem muitos na situação do senhor?</i>
José:	<i>Muitos, muitos. Quando ocorre um acidente aqui, passam, cinco meses e não ganhamos nada, e sem direito. E a gente quando vai ao hospital, eles dizem que não temos direito de fazer tratamento.</i>

Na esteira das grandes greves que ocorriam em todo o Brasil no final dos anos 1970, impulsionadas pelo momento histórico de relativa distensão do regime militar, a Fetape organizou, em outubro de 1979, a mobilização de mais de 100 mil trabalhadores na zona canavieira. A visita de Figueiredo às ditas terras de açúcar decorria, em parte, de uma estratégia da classe patronal para conter os ânimos dos trabalhadores que haviam acabado de protagonizar a segunda maior greve da história do setor sucroalcooleiro no estado.

De forma não manifesta, a relação de *morada* – pela qual o *mora-dor* era, segundo a literatura, amplamente beneficiado pelo *senhor de engenho* – apareceu logo na primeira pergunta do Presidente. A

referência de Figueiredo à não necessidade do pagamento de aluguel parece soar, de início, como certa tentativa de fazer com que José se sentisse em dívida para com o *senhor* proprietário do imóvel em que vivia com sua família. Embutida nessa questão parecia estar a tentativa de convencê-lo de que não teria motivos para aderir a nenhuma greve contra patrões tão generosos que lhe permitiam viver, com esposa e mais seis filhos, numa casa pela qual não precisava assinar contrato de aluguel para nela morar. Contra tal provocação, o homem do campo imprimiu resposta precisa: “*Não tenho nada, nada*”. A dupla negação na fala de José, provável analfabeto de pai e mãe, como se costuma dizer por essas terras, funcionava ao mesmo tempo como réplica e contragolpe. A surpresa de Figueiredo – talvez nem tanto pelo fato de o trabalhador afirmar tão categoricamente nada ter, mas pela coragem da resposta enquanto ainda morava numa casa que, de fato, não lhe pertencia – fora denunciada por sua segunda pergunta. O revide de José para esta, todavia, parece não ter conduzido o Presidente a um patamar de sensibilidade que lhe permitisse evocar qualquer interjeição: logo seguiu uma terceira pergunta... cuja resposta parece não ter tido importância aparente, a não ser pela intromissão de um interlocutor fantasma que anunciou, como se suas palavras apagassem o sofrimento de gerações: “*O problema da casa nós vamos resolver*”.

Figueiredo era um homem experiente, acostumado a discursos e até capaz de vencer um debate sem ter razão. “Resolvido o problema da casa”, talvez o Presidente tenha achado melhor estender o interrogatório a Maria Gomes, esposa de José. A representante do suposto sexo frágil, que trabalhava no corte da cana desde as quatro horas da manhã e cuidava de mais seis filhos, foi ainda mais contundente em sua resposta: “*Ele [seu marido José] não tem direito a nada. Ninguém aqui tem direito a nada*”. Talvez por falta de atenção na resposta de Maria ou, quem sabe, por simples ignorância organizada, o representante maior do Brasil fez uma última pergunta a

José, a mesma que sua esposa acabara de responder. Sem perder a oportunidade, e já percebendo que aquele “diálogo” não se estenderia por muito mais tempo, o homem do campo aproveita para concluir denunciando um dos maiores problemas, depois da fome e do descumprimento das leis trabalhistas, enfrentado em todo o Nordeste açucareiro: a falta de assistência médica em caso de doenças e acidentes de trabalho.

Acesso aos serviços de saúde

A precariedade das condições das vias, associada à ausência de um sistema de transporte público que facilitasse o deslocamento para dentro e para fora dos engenhos, bem como a falta de assistência médica por parte da classe patronal, tornava a miserável vida dos *moradores* ainda mais penosa. A gravidade do problema de deslocamento adquiria contornos ainda mais trágicos nos casos em que o que estava em jogo era a vida dos trabalhadores. Em muitos engenhos, aqueles que necessitavam de atendimento médico especializado, seja em caso de acidentes ou doenças graves, eram obrigados a serem removidos em lombos de animais ou mesmo sobre camas e redes, uma vez que, em média, os serviços de saúde distavam cerca de 10 km dos engenhos, como pude calcular a partir de dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco.⁵⁹⁴ Segundo o mesmo órgão do Governo, em 1987, no Engenho União em Ipojuca (144 habitantes), por exemplo, “não exist[ia] posto de saúde nem atendimento médico e odontológico. A população [era] atendida em Escada [12 km do citado engenho], que para isso, usa[va] como meio de transporte o cavalo, quando possu[ía], quando não, se

594 Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem). *Termo de referência para uma ação do governo do Estado de Pernambuco na Zona da Mata (Bases de uma nova política, interessando especificamente à economia canavieira)*. Recife, 1987.

desloca[va] a pé”.⁵⁹⁵ No Engenho Cachoeira Tapada em Escada (600 habitantes), “em caso de doença, a população dirig[ia]-se à sede do município [por via carroçável, distante 16 km] ou à [sic] Vitória de Santo Antão”, uma vez que “a usina só fornec[ia] [transporte] em época de moagem”.⁵⁹⁶ No Engenho Cachoeira (200 habitantes), da mesma forma, “inexist[ia] qualquer atendimento médico... Os pacientes [eram] removidos em cama, rede ou lombo de animais para Ipojuca. Geralmente as condições financeiras não lhes permiti[am] comprar medicamentos, ainda que o sindicato ar[casse] com a metade das despesas”.⁵⁹⁷ No Engenho Sibiró da Serra (120 habitantes), “inexistia qualquer tipo de assistência médica. Para os casos rotineiros, a população deslocava-se a pé à sede do município [22 km]”; nos casos de emergência, solicita[va]-se um transporte através do radioamador do engenho Sibiró do Mato, para locomoção do paciente até o hospital mais próximo.⁵⁹⁸ No Engenho Liberdade, em Bonito, os “doentes [eram] levados em cama ou rede para Serro Azul, que dista[va] 7 km da localidade, onde se desloca[va]m para a Regional de Palmares, em ambulância ou carro alugado”.⁵⁹⁹ O Distrito Demarcação (804 habitantes), onde o acesso era realizado por “8 km de estrada de barro, intransitável nos períodos de chuva”, não dispunha, da mesma forma, de “nenhum veículo equipado para o transporte de pessoas em caso de emergência”.⁶⁰⁰ No Distrito de Pedra Branca (300 habitantes), em Primavera, para citar mais um exemplo, o relatório da Agência afirmava: “um fato que chamou nossa atenção, foi o isolamento em que vive a comunidade nos períodos de chuva: uma senhora doente teve que ser carregada [por 6

595 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit., p. 181.

596 *Idem*, p. 81.

597 *Idem*, p. 117.

598 *Idem*, p. 147.

599 *Idem*, p. 73.

600 *Idem*, p. 64.

km] em cima de uma cama a pé, pelos vizinhos para que a mesma fosse atendida no hospital de Primavera”.⁶⁰¹

Quando, em alguns casos, os *moradores* conseguiam atendimento, como no Engenho Giqui em Escada (200 habitantes), “a população se queixa[va] do procedimento adotado pelo médico... quanto a [sic] necessidade de atestado, pois o mesmo não leva[va] em consideração o estado do paciente e indiscriminadamente conced[ia], aos que o procura[va]m por motivo de doença, licença de no máximo um dia para se ausentar do trabalho. Em virtude disso acontec[ia] de moradores terem que trabalhar mesmo que ainda doentes”.⁶⁰² Apesar da homogeneidade das relações no interior dos engenhos, entretanto, casos diferentes, embora raros, eram sempre possíveis, como o Engenho Underval, em Escada, onde, segundo a mesma Agência Estadual, “em casos de urgência, os pacientes [eram] socorridos pelo dono do Engenho”, embora, nesse caso, na ausência do proprietário, os trabalhadores tivessem que ser transportados em rede ou em animais, como detalhava o documento.⁶⁰³ Em outras palavras, como Manuel Diégues Júnior ponderou, necessidades básicas como acesso a médicos e dentistas, ou mesmo a compra de medicamentos, eram luxos que o homem do campo não conhecia e nem podia ter, pois não somente não os encontrava no seu meio como também não dispunha de recursos para acessá-los.⁶⁰⁴

Longe de representar casos particulares ou mesmo esporádicos, no entanto, a precariedade das condições de vida nos engenhos detectada pela equipe do governo em 1987 poderia, segundo os próprios relatórios técnicos, “ser extrapolada para toda a Zona da Mata”.⁶⁰⁵ De

601 Idem, p. 200.

602 Idem, p. 125.

603 Idem, p. 152.

604 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 205.

605 Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem). *Termo de referência para uma ação do governo do Estado de Pernambuco*

fato, as dificuldades de viver na região açucareira eram visíveis, além dos problemas viários e de transporte para dentro e para fora dos engenhos, uma vez que até mesmo as sedes de municípios, em muitos casos, não contavam com um número mínimo de serviços de saúde que pudesse atender a população. Para que se tenha uma ideia, em 1972 o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) realizou uma ampla pesquisa na zona canavieira e constatou que dos 47 municípios investigados, 27 deles não contavam com nenhum leito para pacientes.⁶⁰⁶ Em 1987, da mesma forma, as pesquisas do Governo constataram que: *i*) era raro encontrar postos de saúde nos engenhos da Mata Sul; *ii*) eram frequentes postos médicos fechados por meses e, às vezes, por anos; *iii*) a baixa remuneração dos trabalhadores inviabilizava a aquisição de medicamentos nessas áreas e *iv*) na maioria dos engenhos, inexistia qualquer tipo de equipamento de saúde.⁶⁰⁷

O “Hospital das Usinas”: reflexo histórico da casa-grande e senzala

De fato, desde o Estatuto da Lavoura Canavieira⁶⁰⁸ de 1941, a assistência médica aos trabalhadores rurais havia sido prevista, embora não aplicada de maneira homogênea, como se percebe na docu-

na Zona da Mata (Bases de uma nova política, interessando especificamente à economia canavieira). Recife, 1987.

606 Carlos Alberto Azevedo; Rachel Caldas & Vamireh Chacon. *Situação socioeconômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972.

607 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit. p. 16.

608 Decreto-Lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944, Capítulo II: dos lavradores de cana, Art. 7º: Nos contratos tipos deverão ser observados, a juízo do Instituto, os seguintes princípios: a) direito a uma área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família; b) proibição de reduzir a remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior; c) direito a moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador; d) assistência médica e hospitalar; e) ensino

mentação mais recente. Anos mais tarde, em 1958, a construção do Hospital Barão de Lucena, o “Hospital das Usinas”, mais uma vez trouxe à tona a questão das condições de vida e saúde da classe trabalhadora no campo.

Idealizado pelo usineiro José Pessoa de Queiroz, o HBL foi inaugurado em 18 de janeiro de 1958 pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Os dois jornais de maior circulação de Pernambuco (*Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*) tão logo noticiaram a grande cerimônia. Dentre os convidados na ocasião, Gilberto Freyre afirmou que, por vezes, tinha a “impressão de estar na Alemanha”. Além do Mestre de Apipucos, a inauguração contou com a presença do presidente do IAA, do governador do estado e seus secretários e do prefeito da capital. Enquanto o *Jornal do Commercio* descrevia “os degraus que constitu[íam] a escadaria central”, composta “de lajes de 7 metros de granito” e as “mais de 1640 janelas, todas de mármore”, o *Diário de Pernambuco* noticiava:

Não há em absoluto, luxo no “Barão de Lucena”. O que existe é conforto para o trabalhador rural, o homem que no anonimato, perdido nos campos, ajudou a construir a grandeza econômica de Pernambuco. Nota-se, à primeira vista, o bom gosto que norteia todos os detalhes, desde os azulejos, louças de São João da Várzea, os talheres de Francalenza, dos cristais Prando, ao jardim cheio de flamboyants e acácias, paus d’arcos etc.⁶⁰⁹

Na época, o HBL era um dos maiores, mais modernos e bem equipados hospitais da América do Sul. Suas instalações contavam com “ar condicionado, 296 pontos de oxigênio encanado, 186 ramais de telefone, 6 salas de operações, a última palavra do gênero, 4 salas de parto, uma creche com 45 leitos e ultramodernas salas de

primário gratuito às crianças em idade escolar e f) garantia de indenização no caso de despedida injusta do trabalhador.

609 *Diário de Pernambuco*, 19.01.1958.

esterilização, lavanderia...”,⁶¹⁰ tornando-se referência quase absoluta em termos de modernidade. Mas a proposta de construir, no fundo do hospital, um heliporto para receber doentes do interior nunca foi realizada.

A inauguração do “Hospital das Usinas” foi um marco na história das relações de trabalho na zona canvieira de Pernambuco. Os discursos o proclamavam como um grande feito, uma obra que refletiria a generosidade da classe patronal, que buscava amparar seus trabalhadores. Na verdade, apesar de serem atribuídos aos empresários do açúcar, os custos de sua construção e manutenção foram repassados aos consumidores: os usineiros “colaboravam” com uma taxa de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) de cada saca de açúcar vendido. Seguindo na maneira como o descreveram à época, o *Jornal do Commercio* afirmou:

Com seus 9 andares e 450 leitos, [o HBL] vem colocar Pernambuco no rol dos grandes centros hospitalares do mundo, com a vantagem do Barão de Lucena poder proporcionar ao doente de qualquer classe, sem distinção de cor, de idade, ou de posição social, o mais moderno tratamento clínico e cirúrgico, bem como todo o conforto físico, moral e religioso.⁶¹¹

A eloquência do relato jornalístico, todavia, tão lisonjeiro para com os ideais de civilismo e moralidade dos usineiros, entra em choque com o relato do ex-líder sindical dos trabalhadores da indústria do açúcar e do álcool, José Joventino Melo Filho. Segundo ele:

Tendo como finalidade o atendimento dos trabalhadores das usinas e de seus familiares, com capacidade para 1000 leitos mais ou menos e um atendimento de primeira qualidade, contudo, na minha usina houve discriminação, porque várias pessoas que eu conheci, colegas mesmo de trabalho, solicitaram

610 Idem.

611 *Jornal do Commercio*, 19.01.1958.

internamento e não foram atendidos, no entanto, era público e notório que outros empregados (gerentes, químicos, fiscais de campo, engenheiros etc.) tiveram acesso a esse hospital.⁶¹²

Quase como um arauto que anunciava um período de profundas mudanças, o *Diário de Pernambuco* proclamava ainda que o HBL fora construído “para o bem-estar de 300.000 trabalhadores na agroindústria açucareira de Pernambuco”.⁶¹³ No entanto, como é possível perceber no relato de Antônio Wanderley Siqueira, antigo diretor do Hospital, o homem do campo compunha a classe menos beneficiada. Segundo Wanderley:

Cada andar produzi[a] uma hierarquia de atendimento, ou seja, cada paciente seria atendido por categoria social, onde o 8º andar era para as famílias dos usineiros, com apartamentos de alto padrão de luxo. O 7º andar era para as outras famílias ricas da região, apresentando ainda a ostentação nos apartamentos. O 6º andar apresentava ainda algum requinte nos apartamentos, sendo também para famílias ricas. A partir do 5º andar, começa a diminuir o luxo nos apartamentos, mas sem perder o seu conforto. No 4º e 3º andares eram de apartamentos simples, mas bem estruturados, e o 2º e 1º andares eram as enfermarias coletivas para trabalhadores do campo, onde apresentavam muita organização. Estes quatro últimos andares, mesmo sendo dos mais simples, eram bem construídos, como todo o resto do hospital.⁶¹⁴

A arquitetura e o funcionamento do HBL eram mais um elemento de prova de que a *plantation* não era apenas um modelo produtivo restrito ao mundo dos engenhos, senão o modo de a sociedade

612 Augusta Alves Pequeno; Laurinete Maria Lima da Silva & Neonete Maria Alves de Alencastro. *O serviço social no Hospital Barão de Lucena*. Monografia de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, UPE, FCAP, 1996, p. 19.

613 *Diário de Pernambuco*, 19.01.1958.

614 Augusta Alves Pequeno; Laurinete Maria Lima da Silva & Neonete Maria Alves de Alencastro. *O serviço social no Hospital Barão de Lucena*. Op. Cit., p. 15-16.

açucareira ser no mundo. Ela era a prova de que a hierarquia entre as classes se constituía uma invariável do espaço açucareiro. O “Hospital das Usinas” era o reflexo histórico, no século xx, da casa-grande e senzala em plena capital pernambucana.



A dominação instituída pela *morada* constituía, portanto, um dos princípios de estruturação do conjunto da vida social⁶¹⁵ no mundo dos engenhos, compondo também a arquitetura espacial da *plantation*; e embora o açúcar fosse muito doce para os produtores, ele era “bastante amargo para os que trabalhavam a terra”,⁶¹⁶ como defendeu Manuel Correia de Andrade. Entretanto, o mais importante é que essa dominação realizava-se menos por um simples limite métrico e pela distância e dispersão das unidades produtivas, com relação aos centros de poder público, do que pelo estabelecimento de um complexo e sofisticado sistema de controle que ela permitia. Assim, se conseguirmos associar o isolamento dos engenhos e os limites impostos à liberdade para deles sair com a violência generalizada e impune em seu interior, se conseguirmos associar seu caráter fechado com as formas de pressão que ampliavam o trabalho executado por cada *morador*, com o descumprimento da legislação trabalhista quanto às questões salariais e aos sítios, com os

615 “La domination instituée par la *morada* ne se réduit pas à organisation simultanée du travail, de la résidence et des échanges matériels à l'intérieur de la propriété. En pratique, elle constitue un des principes de structuration de l'ensemble de la vie sociale et en particulier des activités culturelles”. Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 34.

616 Manuel Correia de Andrade. “Apresentação”. In: Gaspar Peres & Apollonio Peres. *A indústria assucareira em Pernambuco*. Op. Cit., p. iv.

mecanismos de endividamento nos *barracões* e com a pobreza crônica e quase absoluta... então poderemos compreender de maneira mais precisa o modo de existir da sociedade açucareira, a *plantation*. Como Christine Dabat sintetizou:

A qualidade eminentemente violenta do ambiente de trabalho e de vida dos trabalhadores e de suas famílias [na zona canavieira]... dominava todos os âmbitos da existência. As inúmeras proibições, que afeta[va]m os deslocamentos, a comida disponível, o combustível (lenha, carvão) coletado, o uso da terra cedida, até as atitudes pessoais fora do âmbito propriamente de trabalho, o eito, diziam igualmente respeito às atividades políticas, sindicais etc. Contrariamente ao suposto espírito benignamente familiar que teria reinado nos engenhos, os trabalhadores sofriam um clima de medo, repressão, falta de liberdade de expressão e reunião, e sobretudo, ausência de normas trabalhistas.⁶¹⁷

Com efeito, a *plantation* açucareira condicionou as linhas que deram forma à população agrária do Nordeste oriental; condicionou também as diretrizes de seu desenvolvimento, seu meio de vida, padrão social e suas contingências econômicas,⁶¹⁸ dominando e sujeitando de forma quase absoluta seu modo de existir. Na *plantation*, um conjunto de normas e regras não escritas fazia com que “tudo se pass[asse], no limite, como se todo ato do *morador* fosse comandado pelo *senhor*”,⁶¹⁹ cuja força de suas ordens residia no fato de que ele concentrava legitimidade e autoridade em vários setores da vida social dos trabalhadores e excluía qualquer outra autoridade concorrente no interior de seu domínio.⁶²⁰

617 Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 697.

618 Manuel Diégues Júnior. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 193.

619 Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 33.

620 Idem, p. 36.

CAPÍTULO VI

Plantation

Espaço concentracionário

No mundo dos engenhos, o modo de existir da sociedade açucareira era regulado por um complexo jogo dialético entre forças de concentração e dispersão dos *moradores*. A capacidade maior ou menor de a classe patronal confinar a força de trabalho era também condição, para cada engenho, de sua capacidade maior ou menor de realizar mais lucrativamente sua exploração, ou, em outras palavras, do seu poder de controle sobre os corpos. Assim, quanto maior a distância entre as possibilidades reais de dispersão e o confinamento, maior o poder de mando dos *senhores* sobre a força de trabalho.



Esta seção elenca as principais barreiras (ambientais, estruturais e cognitivas) que ampliavam as distâncias entre o mundo dos

engenhos e o mundo externo. Procuo demonstrar que inúmeras variáveis – como a distância métrica entre os engenhos e as sedes municipais, ou entre eles e as rodovias asfaltadas mais próximas, ou a ausência de transporte público e a carência de recursos financeiros para se deslocar para fora dos engenhos, ou o medo de sair sem autorização dos administradores e sofrer algum tipo de castigo, por exemplo – contribuíam para compor os mapas mentais dos trabalhadores do açúcar e com eles a arquitetura espacial da *plantation*. Da mesma forma, analiso os fatores que impediam os engenhos de serem acessados pelos sindicatos e pela fiscalização rural, seguindo o argumento de que eles compunham territórios controlados pela força patronal açucareira.

A *plantation* e o mundo fechado dos engenhos: da abolição da escravidão legal aos anos 1960

Desde a abolição, os escravos que se viram libertos de uma hora para outra, sem nenhuma ajuda, sem terras para cultivar e sem assistência do governo, sentiram que a liberdade adquirida se constituía apenas no direito de trocar de *senhor*. De fato, como salientou Jacob Gorender no livro *A escravidão reabilitada*, os recém-libertos, tanto no Brasil quanto nas Antilhas, como Barbados e Antígua, se viram “obrigados a aceitar os salários miseráveis e condições de sujeição que, de certa forma, reiteravam aspectos da extinta escravidão”.⁶²¹ No Nordeste, “puderam, no melhor dos casos, sair do engenho, no qual sofreram a escravidão, e transferir-se para outro engenho”.⁶²² Concomitante à implantação das primeiras usinas, num processo de *Modernização sem mudança*, como Peter Eisenberg definiu, o monopólio da terra, segundo o autor, base do poder no mundo do açúcar,

621 Jacob Gorender. *A escravidão reabilitada*. Op. Cit., p. 136.

622 Idem, 194.

permitiu aos latifundiários dominarem o mercado de trabalho e com ele os doravante *moradores de engenho*.⁶²³ Alguns anos depois, Gorender também concluiu que a transição do trabalho escravo para uma forma diferente de trabalho compulsório, com persistência do racismo⁶²⁴ e das precárias condições de vida, nos leva a entender que “a abolição não provocou nenhuma mudança”.⁶²⁵ Nesse mesmo sentido, Robert Conrad percebeu que, dadas as circunstâncias, embora legalmente livres, esses trabalhadores foram “incapazes de competir em liberdade por conta de sua classe e sua cor, com poucas alternativas além de trabalhar a terra de outra pessoa”.⁶²⁶

623 “Esse poder permitiu que fizessem a transição do trabalho escravo para o trabalho livre com o mínimo de inconveniências e, assim, transferissem grande parte do custo da crise exportadora para os trabalhadores livres. Virtualmente privados de qualquer poder de barganha. [...] Os senhores de engenho monopolizavam os cargos políticos locais, cujo poder refletia seu monopólio dos meios de produção”. Peter Eisenberg. *Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em Pernambuco (1840-1910)*. Op. Cit., p. 145.

624 Joaquim Nabuco, um dos mais célebres abolicionistas, por exemplo, mesmo empenhado em pôr fim àquilo que considerava um grande mal para a sociedade brasileira em desenvolvimento, seguia uma tendência que à época considerava o elemento negro um atraso para o progresso da nação. A esse respeito, Thomas Skidmore afirmou: “The majority of liberal abolitionists, however, preferred to think about European immigrants as the solution to the postabolition labor problem. Through-out the speeches and writings of such prominent abolitionists as Joaquim Nabuco and José do Patrocínio one finds this logic. [...] The abolitionists believed that miscegenation would gradually and inexorably ‘written’ and thereby ‘upgrade’ the Brazilian population. [...] The abolitionists believed that slavery was a moral, economic, and political drag on the nation’s development. They saw the heritage of slavery as a mass of passive ‘premodern’ workers who could, in their present state, contribute little to the rapid development of Brazil. [...] Ironically, the two decades after total abolition were a high period for theories of biological inferiority and superiority”. Thomas E. Skidmore. “Racial ideas and social policy in Brazil, 1870-1940”. In: Richard Graham (Ed.). *The idea of race in Latin America: 1870-1940*. Texas: University of Texas Press, 1992, p. 9-10.

625 Idem, p. 138

626 Robert Conrad. *Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888*. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975, p. 337.

Como Joaquim Nabuco afirmou: “libertar o negro sem libertar a terra é abolição pela metade”.⁶²⁷ Isso significa dizer que, mesmo juridicamente livres, os trabalhadores do açúcar permaneceram confinados num território que trazia consigo não apenas as memórias dos tempos de escravidão, mas também todo seu aparato repressivo que conduzia a produção sob um modelo de trabalho constrangido e explorado até o limite do corpo. A história de vida de Manuel do Ó é emblemática a esse respeito. Em suas memórias, ele contava que seu destino havia sido o mesmo de quase todos do lugar onde nascera: a Usina Salgado, que, para ele, era “dona dos horizontes verdes de cana que limitavam [seu] pequeno mundo”.⁶²⁸ Seguindo suas reminiscências, Manuel recordava que nessa unidade produtiva fechada ele ganhava um “salário que nem dava pra assustar a fome que cercava sua família”.⁶²⁹ A cana “circundava e fechava a vida do povoado”,⁶³⁰ “cenário inalterável dos canaviais, verdes de falsa esperança”.⁶³¹ Nascido no meio da cana, Manuel já tinha trinta e sete anos quando conseguiu sair, pela primeira vez, desse mundo hermético e controlado. Ele já havia trabalhado em três usinas – Salgado, Bom Jesus

627 INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. *O problema agrário na Zona da Mata de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1965. Em 1884, Joaquim Nabuco afirmou: “A escravidão não é uma opressão ou constrangimento que se limite aos pontos em que ela é visível; Ella espraia-se por toda a parte; Ella está onde vós estaes; em nossas ruas, em nossas casas, no ar que respiramos, na criança que nasce, na planta que brota do chão... [...]. Tal systema deu origem nos seus interstícios e nas fendas apenas, á aparição e gradualmente ao crescimento de uma população livre, que nada tem que possa chamar seu, sem um palmo de terra que possa cultivar por conta, miserável e dependente no mesmo grão que o escravo”. Joaquim Nabuco. *Campanha abolicionista no Recife. Eleições 1884. Discursos de Joaquim Nabuco*. 2ª Ed. Recife: Massangana, 1988, p. 30.

628 Manoel do Ó. *100 anos de suor e sangue: homens e jornadas da luta operária do Nordeste*. Op. Cit., p. 16.

629 Idem, p. 17.

630 Idem, p. 24.

631 Idem, p. 20.

e Massauassu – mas “sua ambição maior sempre foi libertar-se da cana e da injustiça que ela simbolizava em sua vida”.⁶³² Para Manuel, os canaviais “limitava[m] os horizontes da vida”.⁶³³ Preso ao mundo da Usina, algumas vezes conseguia fugir em direção ao mar, para admirar outras paragens. Quando trabalhou na locomotiva da Usina Bom Jesus, mesmo exposto ao calor da caldeira insaciável de lenha,

Manuel do Ó já podia ver, além dos trilhos ainda curtos em que corria com sua máquina, outros trilhos mais longos, que se estendiam além dos canaviais, penetrando nos horizontes livres e desconhecidos que ele só conhecia de imaginação. Eram os trilhos que levavam ao mundo sem cana e sem o verde endêmico em que sempre vivera.⁶³⁴

No território fechado, marcado pela pobreza e violento dos engenhos – com poucas ou quase nenhuma perspectiva de dias melhores – nada fora do normal o trabalhador rural “entregar-se docilmente ao destino triste das várzeas, perdendo o seu comportamento psicossocial e conformando-se com os horizontes limitados de nascer [e morrer] morador de Usina”,⁶³⁵ como escreveu Flávio Guerra em seu livro *Idos do velho açúcar*. Num ambiente em que a proteção jurídica do direito de propriedade (herdeira às vezes de tempos imemoriais, remontando em alguns casos à época de Duarte Coelho) garantia à classe patronal o poder sobre a força de trabalho, o “patrão... pod[ia] fazer cumprir suas ordens por meio da força física”.⁶³⁶ A lei que predominava era a dos donos de terra; a mesma que Lygia Sigaud chamou de “lei do engenho”⁶³⁷ perante a

632 Idem, p. 30.

633 Idem, p. 29.

634 Idem, p. 32.

635 Flávio da Motta Guerra. *Idos do velho açúcar*. Op. Cit., p. 194.

636 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 73.

637 Lygia Sigaud. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. Op. Cit., p. 319-343.

qual todos os *moradores* eram igualmente submetidos. A paz social, garantida pelo Estado, era o que se chamou de “paz do chicote”.



A despeito de todo isolamento, rigorismo, violência, coerção e medo nas terras do açúcar, em meados do século xx os trabalhadores rurais, através das Ligas Camponesas⁶³⁸ e dos sindicatos de trabalhadores rurais, tentaram se organizar em torno da luta pela reforma agrária e por melhorias trabalhistas.⁶³⁹ A falta de condições de organização da população rural, sobretudo no que concerne à precariedade do sistema viário e dos meios de comunicação, e imobilizada como estava no mundo dos engenhos, fora um dos fatores que obstruiu um embate mais efetivo e dinâmico nos anos anteriores.⁶⁴⁰ Para Socorro Abreu, os trabalhadores “muitas vezes isolados, eram arredios e desconfiados e, portanto, mais sujeitos à influência e à pressão dos patrões e dos poderes públicos”.⁶⁴¹

No Brasil, os anos 1950 e 1960 foram marcados por grande agitação. Essa é a época, por exemplo, do governo João Goulart e seu Plano Trienal de Desenvolvimento, criado por Celso Furtado, que previa controlar a inflação, manter acelerado o crescimento e

638 “The Cuba Revolution had great influence on both the growth and the ideology of the Peasant Leagues. In April 1960, two of the leagues’ officers accompanied Jânio Quadros, then, president of Brazil, on his trip to Havana and Caracas. They returned deeply impressed and enthused about the Cuban agrarian reform, as well as the large scale organization of more than a thousand agricultural syndicates and three hundred Peasant Leagues that had been carried out in Venezuela”. Clodomir Moraes. “Peasant League in Brazil”. Op. Cit., p. 478-479.

639 Manuel Correia de Andrade. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. Cit., p. 21.

640 Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 50.

641 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., p. 20-21.

pôr fim às desigualdades sociais e regionais do país. Para Jango, o Plano deveria ser acompanhado de reformas estruturais mais profundas, chamadas por ele de *reformas de base*, que incluíam quatro categorias: agrária, tributária, financeira e administrativa. Se adotadas, elas representariam a mais significativa tentativa, até então, de se promover uma equilibrada distribuição de renda no país. No entanto, o Plano apresentava alguns obstáculos que até hoje se mostram intransponíveis, como as pressões dos latifundiários receosos em verem suas terras divididas pela reforma agrária. Ademais, as críticas externas, sobretudo norte-americanas – que tentavam incutir na população que Jango era comunista e que essa seria a pior opção para um regime de governo – enchiam a classe média brasileira de temores.

A conjuntura internacional, dessa forma, contribuía para fazer do Nordeste uma das regiões mais perigosas do hemisfério ocidental naquele tempo. Temerosos pelas consequências da Revolução Cubana em 1959 e pelo que ela poderia representar para as classes trabalhadoras da América Latina, os Estados Unidos planejaram desenvolver um programa de transformações sociais para os países latinos com o objetivo de impedir as repercussões libertárias do movimento liderado por Fidel Castro.⁶⁴² Segundo Manuel Correia de Andrade, “nesse programa, Kennedy previa a realização de reformas agrárias conservadoras nos países da América Latina que mitigassem a luta existente e mantivessem as velhas estruturas que tanto serviam aos interesses norte-americanos”.⁶⁴³ Para o serviço secreto dos Estados Unidos, “o problema da reforma agrária [no

642 Segundo Joseph Page, “os americanos perturbados pelo êxito da revolução cubana começaram a ver o Nordeste do Brasil como um campo de batalha onde a recém fundada Aliança para o Progresso poderia ser testada contra o desafio do castrismo”. Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Op. Cit., p. 11.

643 Manuel Correia de Andrade. *Abolição e reforma agrária*. Op. Cit., p. 59.

Brasil] est[ava] se tornando uma aguda questão política”, sobretudo depois de rumores sobre a “distribuição de armas para grupos de camponeses no Nordeste e no Rio Grande do Sul”.⁶⁴⁴

Em nível local, as organizações no campo, incentivadas também pela Igreja Católica e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), eram combatidas “pela polícia e pelos proprietários com um discurso de que os trabalhadores influenciados pelas Ligas e pelo comunismo est[avam] rompendo a ordem social, a paz agrária e, portanto, constituindo-se numa grande ameaça à família, à religião e à propriedade”.⁶⁴⁵ Nessa época, segundo o jornalista Antônio Callado, Pernambuco se destacava como um grande laboratório de experiências sociais. Em *Tempos de Arraes: a revolução sem violência*, por exemplo, o autor analisou como um amplo movimento político-social conseguiu avançar em Pernambuco mais do que em outros estados. Focalizando os efeitos do governo Miguel Arraes que, segundo ele, contava apenas com o apoio popular, Callado considerava “piloto” a revolução que se processava em Pernambuco nos anos pré-golpe. Quanto à reforma agrária, que para o jornalista libertaria o homem do campo das garras do latifúndio e o tornaria verdadeiramente livre, era “extremamente perigoso não começar a dar às massas camponesas do país aquilo que lhes [era] roubado há séculos: justo preço pelo seu trabalho”.⁶⁴⁶ Nessa época, a questão agrária era um tema amplamente debatido, como comprova o discurso de um latifundiário, reproduzido por Joseph Page no livro *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)*:

644 Vandeck Santiago. “O Plano de Kennedy para desenvolver o Nordeste: a surpreendente história de como, quando e por que a nação mais poderosa do planeta interveio na região mais pobre do hemisfério”, *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 de agosto de 2006.

645 Antônio Torres Montenegro. “Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964)” In: *Clío*. Revista de Pesquisa Histórica. nº 22, 2004. Recife: Editora Universitária, 2006, p. 217.

646 Antônio Callado. *Tempos de Arraes: a revolução sem violência*. Op. Cit., p. 174.

A terra em que vocês agora vivem eu herdei do meu pai. E vocês, o que é que herdaram? Nada. Portanto eu não sou culpado de ser rico e vocês não são culpados de serem pobres. Tudo foi ordenado por Deus. Ele sabe o que está fazendo. Se Ele dá a terra a mim e não a vocês, será uma rebelião contra Deus rejeitar tal ato. Uma rebelião dessas constitui um pecado mortal. Que todos os homens aceitem a vontade de Deus para não incorrerem em Sua ira e nem perderem as próprias almas. Vocês têm de aceitar a pobreza na terra a fim de obter a vida eterna no Céu. Os pobres vivem na graça de Deus. Os ricos não. Dessa forma vocês são mais felizes do que eu, visto que estão mais perto do Céu.⁶⁴⁷



Com a ampliação do número de sindicatos de trabalhadores rurais no início dos anos 1960, as reivindicações passaram a ter um caráter mais trabalhista deixando de girar, sobretudo, em torno da posse da terra, questão central para as Ligas. Doravante, as exigências dos assalariados rurais também ganharam proeminência, uma vez que “se as Ligas tinham grande penetração no meio rural camponês, onde dominavam arrendatários, posseiros, parceiros e pequenos proprietários, o movimento sindical teve maior expressão nas áreas onde dominavam os assalariados agrícolas, onde se fazia a cultura da cana-de-açúcar”.⁶⁴⁸ Segundo Manuel Correia de Andrade, por meio dos sindicatos, os assalariados “passaram a intensificar reivindicações mais fáceis de serem atingidas. A reivindicação pela propriedade da terra, mais difícil de ser alcançada, seria como que adia-

647 Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Op. Cit., p. 60.

648 Manuel Correia de Andrade. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. Cit., p. 28.

da”.⁶⁴⁹ Os sindicatos, contudo, só funcionavam plenamente quando reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, que exercia sobre eles rígido controle como forma de impedir que tivessem uma atuação mais firme na articulação de suas reivindicações.⁶⁵⁰ Ademais, até a segunda metade do século xx, dispersos e isolados no mundo dos engenhos, os trabalhadores do campo não contavam nem com um aparato jurídico específico, nem com uma Justiça que lhes permitisse recorrer das arbitrariedades da classe patronal.⁶⁵¹ Nas *Memórias* de Gregório Bezerra, ele afirmava:

A luta que travamos no campo não objetivava apenas a sindicalização, mas incluía: salário mínimo, reformas de base (principalmente a reforma agrária radical), aplicação da legislação trabalhista na zona rural, e outras reivindicações imediatas que sempre tinham prioridade, tais como salário igual para trabalho igual, pagamento em dinheiro, abolição do vale do barracão, jornada de trabalho de oito horas, pagamentos de horas extras, assistência médica, hospitalar e dentária (pois, para isso, era descontada na folha de pagamento do trabalhador uma taxa, sem que o trabalhador usufruísse de tais benefícios), aviso prévio no caso de despejo, indenização por tempo de serviço prestado ao patrão, pagamento na boca do cofre pelas benfeitorias realizadas pelo trabalhador e por seus familiares na propriedade patronal. Todos esses direitos eram burlados pelos empregadores ruralistas.⁶⁵²

649 Manuel Correia de Andrade. “Prefácio”. In: Fernando Antônio Azevêdo. *As Ligas Camponesas*. Op. Cit., p. 14.

650 Manuel Correia de Andrade. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. Cit., p. 29.

651 “A regulamentação da legislação trabalhista no campo, embora date da década de 60, nunca foi cumprida na Paraíba. Somente com a expansão do movimento sindical, a partir de 70, os trabalhadores passam a entrar com ‘questões’ na Justiça do Trabalho em prol da efetivação social dos ‘direitos’”. Gisélia Franco Potengy. “As mudanças nas relações do trabalho e o novo clientelismo no campo na Paraíba”. In: *Cad. Est. Soc.* v. 6, n. 2. p. 283-300, jul./dez., 1990.

652 Gregório Bezerra. *Memórias*. Op. Cit.

Direito e Justiça do Trabalho no mundo do açúcar: as Juntas de Conciliação e Julgamento e o Estatuto do Trabalhador Rural, 1963

A conquista dos direitos trabalhistas foi singular para os proletários rurais. Da abolição da escravidão aos anos 1960, os trabalhadores do campo permaneceram legalmente invisíveis. Em 1941, o Estatuto da Lavoura Canavieira positivou uma série de benefícios não aplicados aos assalariados da cana. Nele, por exemplo, os direitos concernentes à questão salarial apenas foram citados como referência a ser discutida.⁶⁵³ Dois anos depois, a Consolidação das Leis do Trabalho assegurava expressamente que não se aplicaria aos trabalhadores rurais.⁶⁵⁴ Ainda assim, alguns de seus artigos foram estendidos aos empregados do campo, tais como: salário mínimo, férias e aviso prévio. Não obstante a histórica distinção entre empregados da indústria e do campo, o poder econômico e a influência política colocavam a classe latifundiária rural na posição de juíza impune, fazendo da Magna Carta letra morta.

[aos trabalhadores rurais] não lhes sendo permitido cultivar terras do proprietário, dispunham para sobreviver apenas da sua força de trabalho, da qual se apoiava o proprietário, sem lhes pagar férias, repouso remunerado, décimo terceiro salário e salário mínimo. Eles tinham todas as obrigações do trabalhador assalariado [operário] sem nenhum dos direitos de que gozava.⁶⁵⁵

653 Decreto-Lei nº 6.969, de 19 de outubro de 1944, Art. 90: O salário mínimo dos trabalhadores na lavoura canavieira e na indústria de açúcar e álcool será fixado pelas Comissões competentes, nos termos da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, depois de ouvido o Instituto do Açúcar e do Alcool.

654 CLT, Art. 7º: Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: b) aos trabalhadores rurais, assim considerados e aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais.

655 Manuel Correia de Andrade. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. Cit., p.18.

A herança escravista de concentração de terra, violência e jornadas de trabalho extenuantes, como já expus nos capítulos anteriores, aliada à recente experiência democrática no país desde o fim do Estado Novo, levou milhares de trabalhadores no Nordeste a se organizarem em Ligas Camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais nos anos 1950 e 1960. Diante da agitação das classes ditas perigosas, da crescente demanda por reforma agrária e melhores condições de trabalho e sob forte pressão internacional após a Revolução Cubana, o Estado brasileiro decidiu assumir o controle e estabelecer os limites do conflito. Após vinte anos de atraso e vazio jurídico em relação aos trabalhadores urbanos, foi promulgado em 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural.⁶⁵⁶ Acerca dele, Manuel Correia escreveu:

O Estatuto se limitava a levar ao campo os direitos que já eram desfrutados pelos trabalhadores urbanos, muitos deles, já consagrados pela CLT, em 1943, mas ainda não aplicados. O Estatuto do Trabalhador Rural levava ao campo o direito de salário mínimo, a férias anuais remuneradas, ao repouso semanal, ao aviso prévio e à indenização em caso de demissão etc. Dava, também, o direito de os trabalhadores se organizarem em sindicatos iguais aos urbanos, registrados no Ministério do Trabalho. Não era fácil a aplicação da lei no meio rural, ante a complexidade e diversidade das formas de relações de trabalho.⁶⁵⁷

Dada a variedade das formas de trabalho no campo, contudo, a redação do Estatuto era genérica, vaga e “abr[ia] perspectivas para a

656 A respeito do atraso de vinte anos para promulgar o Estatuto, Caio Prado Jr. afirmou: “há vinte anos, portanto, em que nem as autoridades administrativas, nem os tribunais, nem mesmo as organizações da classe trabalhadora, partidos e agrupamentos políticos de esquerda ou que se dizem tais, tivessem jamais denunciado essa escandalosa violação da lei, e chamado para ela a atenção das suas vítimas, os trabalhadores rurais, que isolados como se encontram, e sem ninguém para os aconselhar e ilustrar ainda ignoram na maior parte os seus direitos”. Caio Prado Júnior. “O Estatuto do Trabalhador Rural”. Op. Cit., p. 143.

657 Manuel Correia de Andrade. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. Cit., p. 57.

fraude e não aplicação da lei”,⁶⁵⁸ como alguns juristas constataram. No geral, para permanecermos no Nordeste açucareiro, ela não refletia, como deixa claro a citação anterior, a complexidade do trabalho e das relações sociais na *plantation*, uma vez que vários dispositivos poderiam ter sido previstos pelo legislador “a fim de evitar fraudes que a inutilizasse[m] em benefício do empregador”. Segundo Caio Prado Jr., em diversos momentos

pode o empregador livrar-se, dentro de uma interpretação da lei perfeitamente aceitável, das obrigações impostas pelo Estatuto e quaisquer outras leis reguladoras do trabalho rural [...]. Além de abrir portas largas a toda ordem de disputas e chicanas que naturalmente operarão sobretudo em prejuízo do trabalhador, como por certo acontecerá nas nossas condições de incipiente organização e desorientada ação das massas trabalhadoras rurais, em face de sólidos e bem resguardados interesses conservadores que ainda dominam completamente o campo brasileiro e a maior parte dos órgãos administrativos e judiciários que nele operam.⁶⁵⁹

Acerca dessas questões, Antônio Callado concluiu que “o Estatuto só foi aprovado porque ninguém acreditava que fosse posto a funcionar”.⁶⁶⁰ Segundo o professor de Direito do Trabalho Carlos Chiarelli – que realizou uma detalhada crítica à lei em questão, publicada no livro *Teoria e prática da legislação rural trabalhista, sindical e previdenciária* – as lacunas inseridas no ETR são perfeitamente observáveis de qualquer ângulo. A reformulação do artigo 492 da CLT que versava sobre o direito a estabilidade, por exemplo, não aparentava, de acordo com o autor, ter sido acidental, tendo em vista ser bastante comum grandes empresas agroindustriais, como as usinas, possuírem vários estabelecimentos (engenhos). Sigamos sua linha de raciocínio:

658 Caio Prado Júnior. “O Estatuto do Trabalhador Rural”. Op. Cit., p. 144.

659 Idem, p. 147-148.

660 Antônio Callado. *Tempos de Arraes: a revolução sem violência*. Op. Cit., p. 114.

CLT, Art. 492: O empregado que contar mais de dez anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior.

ETR, Art. 95: O trabalhador rural que conte mais de dez anos de serviço efetivo no mesmo estabelecimento, não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior.

Chiarelli: Existe uma falha básica na redação do artigo 95 do Estatuto, quando se afirma que o trabalhador rural deve contar mais de 10 (dez) anos de serviço efetivo no “mesmo estabelecimento”, o que é uma monstruosidade, principalmente se colocamos, frente a frente, o disposto no artigo antes mencionado com o conteúdo dos artigos 71 e 73, onde, inclusive, se assinala que “é lícita a transferência quando ocorre a extinção do estabelecimento” e que “não se considera transferência a que não acarreta mudança de domicílio”. [...] Assim, se a estabilidade do trabalhador rurícola é obtida no estabelecimento, e não na empresa (isto é, em qualquer dos estabelecimentos que compõem uma empresa), podemos constatar, ajustando as faculdades admitidas nos artigos 70 e 71 (onde se regulamenta a alteração do contrato individual de trabalho rural), que a empresa que conta com mais de um estabelecimento jamais permitirá que um trabalhador chegue a alcançar a estabilidade [...]. Verificam-se, destarte, diversas possibilidades de evitar que os camponeses se estabilizem. E por quê?

A esse respeito, uma análise detalhada da documentação do Tribunal Regional do Trabalho mostra a prática comum de trabalhadores rurais assinarem rescisões de contrato pouco antes de completarem dez anos de serviço, por vezes a um dia de tornarem-se empregados estáveis. Em alguns processos, os formulários de rescisão deixavam claro o serviço em vários engenhos além de reconhecerem o trabalhador sem direito a uma série de benefícios. Para impedir que esse tipo de pressão permanecesse e para fazer cumprir seus direitos, a classe trabalhadora encabeçou uma série de

movimentos organizados. Após uma grande greve dos cortadores de cana em novembro de 1963, Pernambuco foi palco, durante o primeiro governo de Miguel Arraes, do chamado Acordo do Campo entre usineiros, fornecedores de cana e representantes da classe trabalhadora mediados pela Delegacia Regional do Trabalho. Esse Acordo teve um papel fundamental na história social do trabalho na zona canavieira do estado, pois foi responsável por instituir a chamada *Tabela de Tarefas*, que, diferentemente do Estatuto, discriminava o salário equivalente a cada tipo específico de serviço na cultura da cana, desde a limpa de mato, roçagem, encoivaração, sulcagem e plantio até o corte, melhorando, embora por pouco tempo, a remuneração dos canavieiros.

Se a mobilização dos trabalhadores nos anos de redemocratização foi fator essencial para a consolidação desses direitos, o medo dos Estados Unidos com os possíveis efeitos negativos que a precária situação de vida no mundo dos engenhos poderia trazer – inclusive em termos geopolíticos (tendo em vista que os olhares de todo o mundo estavam, na época, voltados para o Nordeste e, sobretudo para Pernambuco) – também foi componente que não deve ser descartado de qualquer análise mais profunda. Como Henrique Levy afirmou:

Documento irrefutável – Diário do Congresso dos Estados Unidos (The Congressional Record) a partir de 1962 e no decorrer dos anos sessenta – assinala que foi a pressão do senado dos Estados Unidos sobre o Instituto do Açúcar e do Alcool, do Brasil, que levou os usineiros do Nordeste a concordarem em remunerar um pouco melhor o cortador de cana, o “camponês” de Pernambuco.⁶⁶¹



661 Henrique Levy. “Os Acordos do Campo de Miguel Arraes: notas sobre alianças de classe na história contemporânea”. In: *Clio: Revista do Curso de Mestrado*

Além do Estatuto, em Pernambuco, a extensão das Juntas de Conciliação e Julgamento para os municípios de Jaboatão, Palmares, Escada, Nazaré da Mata e Goiana, na Zona da Mata, ainda tornaria o ano de 1963 emblemático para a história do açúcar na região. Desde 1932, os litígios trabalhistas eram passíveis de serem dirimidos através das JCs. Em número reduzido, entretanto, seus efeitos não atingiram o empregado rural. Para que se tenha uma ideia, até 1963, Pernambuco contava com apenas duas Juntas (Recife e Paulista). Em Alagoas a situação era ainda mais complicada, uma vez que, de 1941 até 1970, o estado dispunha de apenas uma Junta na capital. Em 1970, outra foi criada na cidade de Penedo, e apenas em 1986 a capital passou a contar com mais uma Junta, a terceira, para solucionar todos os conflitos trabalhistas do estado.

A partir da promulgação do Estatuto e da *Tabela de Tarefas*, bem como da instalação das Juntas nos municípios do interior do estado, os trabalhadores rurais, incluindo os *moradores de engenho*, poderiam não apenas contar com um suporte legal, embora precário, que elencasse seus direitos conquistados, mas também com um aparato judicial que permitia questioná-los num tribunal específico – teoricamente fora do controle direto dos *senhores de engenho* – para dirimir questões trabalhistas do campo.

Obviamente, instaladas em áreas dominadas pela agroindústria açucareira desde o século XVI, as dificuldades para que as Juntas funcionassem de maneira neutra e imparcial, cumprindo seu papel de simples mediadoras de conflitos, eram amplas. Escada,

em História. Recife: UFPE, n. 10, 1988, p. 124. De acordo com algumas linhas teóricas da Sociologia do Direito, a legislação trabalhista rural no Brasil foi “um conjunto de regras muitas vezes editadas a contragosto e que atendem, portanto, apenas em parte, aos impulsos das [...] reivindicações de massa. São concessões feitas, passo a passo, sempre na menor medida possível, pelas forças e pelos grupos detentores do controle da economia”. F. A. de Miranda Rosa. *Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social*. 9ª Edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 139.

por exemplo, distante 58 km da capital, havia sido inicialmente uma aldeia sob a proteção das autoridades portuguesas. Por requerimento da Coroa, os índios de Escada receberam a doação de uma sesmária como forma de recompensa pela participação nos combates contra o Quilombo dos Palmares no final do século XVI. A partir daí, a agroindústria canavieira passou a ser a atividade econômica predominante na região. Lá, a cana-de-açúcar encontrou não apenas condições naturais favoráveis, mas também a proximidade com o Porto do Recife e a possibilidade de usar o Rio Ipojuca como via de transporte.⁶⁶² Em 1774, os aldeados de Escada compraram mais uma sesmária, passando assim a possuírem duas léguas de terra. Em 19 de abril de 1854, foi instalada a Câmara de Vereadores, elevando o povoado à categoria de vila.⁶⁶³ Em 1861, Escada era oficialmente “a mais rica província de Pernambuco”.⁶⁶⁴ Nessa época, o índio José Francisco Ferreira possuía dois engenhos (Boa Sorte e Cassupim) e a maior parte dos demais indígenas moravam em suas terras.⁶⁶⁵ Em 1873, Escada deixou de ser comarca e passou à categoria de cidade, tornando-se município independente pela Lei nº. 52 de agosto de 1892.

Na segunda metade do XIX, um grupo de oito famílias que mantinham estreitas relações entre si dominava a maior parte da terra em Escada; além disso, possuía inúmeras propriedades fora do município, o que ampliava sua influência e poder. Segundo Peter Eisenberg, “a oligarquia açucareira de Escada protegia e ampliava seu poder mediante o controle da política local. Os cultivadores de cana dominavam os ramos administrativo e judiciário do governo

662 Edson H. Silva. “Aldeia de Escada: esbulhos de terra e resistência indígena em Pernambuco no século XIX”. In: *Travessia: Revista do Centro de Estudos Migratórios*. São Paulo, n. 24, 1996.

663 Idem.

664 Idem.

665 Idem.

local e dispunham de representação no legislativo estadual”.⁶⁶⁶ Em 1861, dos sete membros da Câmara Municipal de Escada, três eram donos de engenhos. O delegado de polícia, inclusive, era genro de Henrique Marques Lins – um dos maiores *senhores de engenho* com grande influência local – e seus três agentes possuíam juntos nove *plantations*. Ainda nessa época, doze dos dezessete juizes de paz eram *senhores de engenho* e controlavam dezenove unidades produtivas e uma escravaria considerável. Os altos postos dos batalhões da Guarda Nacional de Escada, instrumentos de controle social, eram ocupados, da mesma forma, por *senhores de engenho*: entre os quinze capitães de companhia, oito eram proprietários de engenho com um total de dezesseis unidades. Nos anos 1870, todos os dezesseis capitães de companhia eram proprietários de engenhos. Os oligarcas do açúcar também participavam do poder em nível estadual e provincial. Vários *senhores de engenho* de Escada exerceram mandatos na Assembleia Provincial, um deles, inclusive, participou da primeira Assembleia Constituinte da República.⁶⁶⁷

Para uma classe que, com total liberdade e uso da violência, “respaldada por séculos de mandonismo”, “controlava as instituições políticas e sociais”,⁶⁶⁸ bem como um vasto território dominado – onde “o processo de trabalho, tanto quanto a solução das divergências daí decorrentes, era definido dentro dos muros da propriedade, a partir de critérios tradicionais, tendo como referência a autoridade legítima do *senhor de engenho* para desempenhar o papel de árbitro”⁶⁶⁹ – “reivindicações meramente econômicas eram consideradas

666 Peter Eisenberg. *Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em Pernambuco (1840-1910)*. Op. Cit., p. 153.

667 Idem, p. 153-154.

668 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., p. 26.

669 Moema Maria Marques de Miranda. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Op. Cit., p. 181.

como questionamento ao seu poder secular”.⁶⁷⁰ Ter que prestar esclarecimentos à Justiça significava que, daí pra frente, uma autoridade externa e estranha passava a interferir na “ordem” estabelecida no interior dos engenhos, enfraquecendo sua posição. Segundo Afrânio Garcia, para os proprietários, a *questão* (reclamação trabalhista) “[era] a passagem da disputa da órbita interna à propriedade para a esfera pública. A *questão*, por si mesma, [era] vista como uma diminuição do poder de livre disposição das coisas de sua propriedade”.⁶⁷¹ Como detectou Vera Maria Echenique:

[Era] para o proprietário razão de humilhação e desprestígio o ser obrigado a comparecer às Juntas de Conciliação e Julgamento, perante a autoridade legal do juiz, sob a acusação de desrespeito à legislação trabalhista. O mesmo ocorr[ia] quando [era] chamado ao sindicato para um primeiro entendimento, momento em que se defronta[va] com seu *morador*, o advogado e as lideranças sindicais.⁶⁷²

A resposta dos proprietários a todo esse movimento de resistência e conquistas por parte da classe trabalhadora foi tentar se livrar dos *moradores* por três vias: fechando o acesso à *morada*, expulsando-os dos engenhos e forçando-os a pedirem demissão. Dessa forma, os patrões eliminavam as bases para as reivindicações de trabalhadores que em pouco tempo haviam mobilizado toda a Zona da Mata e, também, evitavam que suas propriedades se tornassem,

670 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., p. 19.

671 Afrânio Raul Garcia. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Op. Cit., p. 86.

672 Vera Maria Echenique. “Novas mediações de conflitos na Zona da Mata de Pernambuco”. Rio de Janeiro: Museu Nacional (m.s.), 1972, citado por Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 79.

em alguma medida, centros de mobilização para mais conquistas.⁶⁷³
Como afirmou Socorro Abreu, nos anos 1960:

camponeses eram expulsos sem nada receber e suas plantações eram destruídas. Trabalhadores eram ameaçados ante a acusação de terem chupado um pedaço de cana, chegando, às vezes, à morte, em decorrência das sevícias sofridas. Tomar posição contra essa situação era muito arriscado. Se isso acontecia significava a perda do trabalho e expulsão do engenho. Dependendo do caso, o morador indignado tinha mesmo que fugir correndo, deixando tudo para trás, antes que violência maior o atingisse.⁶⁷⁴

A intensificação do processo de expulsão de *moradores*, contudo, foi freada primeiro porque a agroindústria ainda necessitava controlar de perto a exploração da maior parte dos empregados – sobretudo numa época em que a expansão do sistema viário ainda não permitia deslocamentos pendulares regulares e a custo reduzido na Zona da Mata –, e depois porque o Golpe de 1964 amorteceu as conquistas trabalhistas do ano anterior. Depois de abril de 1964, como salientou Lygia Sigaud, o Acordo do Campo “não chegou a ser cumprido e sequer foi renovado, abrindo-se espaço para o arbítrio patronal”,⁶⁷⁵ e fazendo com que “praticamente todas as conquistas e organização dos trabalhadores rurais ca[íssem] por terra”.⁶⁷⁶ Segundo Manuel Correia de Andrade, durante o regime militar

673 Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 39-40.

674 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., p. 26.

675 Lygia Sigaud. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. Op. Cit.

676 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., p. 111.

numerosos proprietários, sabendo que os trabalhadores não tinham condições de questionar, passaram a tomar represálias, perseguindo, prendendo e batendo naqueles que no período anterior se destacaram como reivindicadores. Dominou um período de terror no campo, mas o Estatuto do Trabalhador Rural não foi revogado e continuou, embora em condições precárias, a ser aplicado em algumas áreas [...].⁶⁷⁷

Quanto aos sindicatos, sob intervenção: “teriam [ou tiveram] que desenvolver uma política assistencial, evitando o envolvimento político e a integração com os interesses das classes que representavam”.⁶⁷⁸

O mundo dos engenhos e os limites de acesso à Justiça do Trabalho

Se na longa duração a instalação das Juntas na Zona da Mata havia significado quase uma revolução nos padrões de relações sociais no mundo do açúcar, seu efeito real e concreto não foi tão amplo. Para acessá-las, por exemplo, os *moradores* precisavam vencer uma série de barreiras que iam desde a própria distância quilométrica entre os engenhos e os tribunais – passando pela falta de transporte, precariedade das vias e baixa renda – até o medo de tornarem-se vítimas de violência por parte dos patrões vingativos. Com base no *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul* (1987), calculei que a média das distâncias métricas reais entre os engenhos e as sedes de município nessa região era de 13,10 km. A partir de uma análise detalhada das cartas da Sudene, também pude calcular, para toda a Zona da Mata, a média das distâncias lineares entre os engenhos e as sedes de município mais próximas. Com base em 992 engenhos identificados, cheguei à média de 7 km entre eles e as cidades mais próximas. Tendo como referência os

677 Manuel Correia de Andrade. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. Cit., p. 46.

678 Idem, p. 65.

mesmos dados, identifiquei também que a média das distâncias lineares entre os engenhos e as estradas transitáveis todo o ano (com revestimento solto ou sólido) era de 2,55 km. Obviamente, esses números também não levam em consideração nem as condições e sinuosidades das vias, nem os fatores ambientais/ecológicos e asperidades do relevo que ampliavam as distâncias reais, como já discuti nos capítulos anteriores. Na zona canavieira, essas questões eram particularmente importantes e faziam toda a diferença, uma vez que a maior parte dos *moradores de engenho* se deslocava a pé ou no lombo de animais, dada a ausência de um sistema de transporte público ofertado pelo Estado ou mesmo particular disponibilizado pelos *senhores*. Ademais, as Juntas haviam sido instaladas em apenas cinco cidades da Zona da Mata (Jaboatão, Escada, Palmares, Nazaré da Mata e Goiana), com jurisdição estendida a trinta e seis municípios.⁶⁷⁹ Isso significava que, em muitos casos, os trabalhadores precisavam atravessar várias cidades para chegar à Junta.

A carência de meios financeiros,⁶⁸⁰ associada à prática corrente de pagar os *moradores* em *vales* cujo valor monetário se restringia

679 Lei 4.088, de 12 de julho de 1962, Art. 2º: Fica estendida a jurisdição das seguintes Juntas de Conciliação e Julgamento: a) das sediadas em Recife, aos Municípios de Olinda e São Lourenço da Mata; b) da sediada em Paulista, ao Município de Igarassu; c) da sediada em Jaboatão, aos Municípios de Moreno, Vitória de Santo Antão, Gravatá e Glória do Goitá; d) da sediada em Goiana, ao Município de Itambé; e) da sediada em Nazaré da Mata, aos Municípios de Pau D'Alho, Carpina, Aliança, Timbaúba, Vicência, Macaparana, São Vicente Férrer, Limoeiro, Bom Jardim, João Alfredo e Orobó; f) da sediada em Escada, aos Municípios de Ribeirão, Cortês, Rio Formoso, Barreiros, Amaraji, Cabo, Ipojuca e Sirinhaém; g) da sediada em Caruaru, aos Municípios de São Caetano, Bezerras, Bonito, Vertentes e Santa Cruz do Capibaribe; h) da sediada em Palmares, aos Municípios de Gameleira, Joaquim Nabuco, Água Preta, Catende, Maraial, Canhotinho e Quipapá.

680 “A melhoria das estradas e dos veículos, o encontro de combustíveis mais baratos representam modernizações que permitem a diminuição dos custos. De modo geral, o preço do transporte aumenta menos que o dos demais fatores da produção e a redução do custo das viagens possibilita às pessoas

aos *barracões* dos engenhos, era também um elemento que desfavorecia os trabalhadores na tentativa de acessar a Justiça. A mobilidade no território era negada àqueles que dispunham de menos renda, uma vez que os problemas que concerniam à insuficiência monetária se equivaliam aos de infraestrutura na explicação das dificuldades para sair do mundo fechado dos engenhos. Como enfatizou Milton Santos:

Seja qual for o espaço (e, sobretudo, nas zonas periféricas dos países subdesenvolvidos de economia liberal), as diferenças de mobilidade entre indivíduos são bens acentuadas. Muitos, prisioneiros de uma estreita fração de espaço, são praticamente imóveis. Essa imobilidade pode ser resultado da falta de acessibilidade física, seja pela ausência de meios de transporte, ou pela sua impraticabilidade, seja pela inexistência de recursos consumíveis nas proximidades; mas pode também resultar da falta de mobilidade social, isto é, da carência de meios financeiros para comprar ou para atingir os pontos de fornecimento ou venda.⁶⁸¹

Ademais, a falta de mobilidade afetava também os níveis de emprego, educação, lazer, saúde e felicidade,⁶⁸² embora não consigamos, para algumas dessas questões, estabelecer valores objetivamente mensuráveis.⁶⁸³

escolher onde adquirir bens e serviços, que frequentemente vão buscar em lugares mais distantes, mas onde os preços praticados oferecem maiores atrativos. Naturalmente, os que fazem essas viagens de consumação são os que dispõem de mobilidade. Essa mobilidade no território é, aliás, negada aos que dispõem de menos rendas". Milton Santos. *Metamorfoses do espaço habitado*. Op. Cit., p. 62.

681 Milton Santos. *Espaço e método* [1985]. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 111.

682 Maria Adélia Souza. "Geografia, paisagens e a felicidade". In: *GeoTextos*, vol. 9, n. 2, dez. 2013, p. 219-232.

683 "De sumo valor para o planejamento é a consideração das distâncias de transporte entre os centros de produção e de consumo. O crescimento inútil dessas distâncias somente aumenta os custos de transporte e, por conseguinte, os

A violência física, por outro lado, era normalmente utilizada de maneira coletiva pelos *senhores* para tentar impedir os trabalhadores de recorrerem à Justiça.⁶⁸⁴ Como constatou Afrânio Garcia para a Paraíba, uma vez que a Justiça colocava sobre o mesmo plano a palavra do *senhor* e do *morador*, as demonstrações de violência eram o meio de resposta mais empregado pelos patrões contra os reclamantes.⁶⁸⁵ De acordo com o movimento sindical, “a[s] milícia[s] privada[s] se encarrega[vam] de ‘exemplar’ trabalhadores que já t[ivessem] reclamações na Justiça do Trabalho ou que t[ivessem] ligações estreitas com o Sindicato, tais como delegados sindicais”.⁶⁸⁶ Quando, por exemplo, em 1983, o trabalhador rural Amaro Vicente da Silva, nas primeiras horas do primeiro dia de greve, atravessava os canais de Palmares para fazer sua feira, ele foi, segundo *Relatório anual de atividades* da Fetape, “assassinado brutalmente, na frente dos seus filhos, por um tiro de espingarda 12 que lhe varou o

preços das mercadorias, contribuindo para aumentar a inflação. A acessibilidade é fator da maior importância para assegurar facilidades de habitação, emprego, educação, saúde, compras, recreação. Elas têm, na localização, um dos seus embasamentos maiores, e o transporte é um dos seus fatores mais importantes...”. Paulo Cassundé. *Transportes: necessidades conjunturais x dificuldades estruturais – a experiência de transportes do Governo Arraes*. Recife, 1993, p. 47-48.

684 “La violence physique... est souvent collectivement utilisée par les *senhores* pour tenter d’empêcher le recours à la justice”. Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1898a, p. 97. Segundo Manuel Correia, “os trabalhadores não tinham o direito de reagir, de proclamar as suas reivindicações, em face da pressão e do poder de polícia dos seus patrões”. Manuel Correia de Andrade. *Área do sistema canavieiro*. Recife: Sudene, 1988, p. 223.

685 “il [la justice] mettait sur le même plan la parole du *senhor* et celle du *morador*. Les démonstrations violentes (passages à tabac, menaces de mort, attentats contre les biens et contre les personnes) ont été le moyen de riposte le plus employé par les *senhores* contre le recours à la justice”. Idem, p. 70.

686 FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*. 1984. Ainda segundo o documento, nesses casos, era comum “espancamentos a ‘cipó de boi’, tiroteios a esmo na calada da noite, recados ameaçadores para desaparecerem do engenho e, inclusive, assassinatos”.

peito”. Segundo a Federação, Amaro Vicente era “visado por liderar os companheiros para encaminhar ações à Justiça”.⁶⁸⁷ Os relatos de violência contra os reclamantes aparecem em dezenas de registros que cobrem todo o período da ditadura.⁶⁸⁸ Castigos físicos e ameaças à família também eram reservados àqueles que testemunhavam em defesa de seus colegas de trabalho,⁶⁸⁹ como observaram inspetores da DRT em relatório de 16 de maio de 1983:

encontramos na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carpina e Lagoa de Itaenga o Delegado Sindical do Engenho Fortaleza, Sr. João Correia de Santana e sua esposa Sinésia Maria da Conceição e ainda Severino José da Silva, todos trabalhadores rurais, que nos informaram estar ali refugiados há vários dias em virtude de ameaças sofridas pelo empregador Marcos José de Albuquerque Oliveira... Alegou ainda o Delegado Sindical que a perseguição à sua pessoa era devida a uma reclamação trabalhista que dera entrada na JcJ

687 FETAPE. *Relatório anual de atividades*. 1983.

688 FETAPE. *Relatório anual*. 1984. 14/01/84 – Engenho Estrela do Norte, Rio Formoso: “O proprietário do engenho, Sr. Juscelino, espancou o trabalhador rural José do Nascimento e sua mulher Edite Maria da Silva. D. Edite havia, justamente com seu marido, reclamado o pagamento do 13º salário. Antes do espancamento, o proprietário do engenho havia mandado à D. Edite um presente – os órgãos sexuais de um boi, recém tirado, em vez do reclamado 13º salário. Os trabalhadores foram denunciar na delegacia e foram mandados voltar no dia 17 do mesmo mês quando então o soldado que atendeu a denúncia informou que o proprietário havia comparecido à delegacia e que o caso estava encerrado. Estes trabalhadores não têm carteira assinada, não recebem férias, nem 13º salário, nem repouso”.

689 Na Ata de Instrução e Julgamento do processo 1031/63, em 23 de dezembro de 1963, na JcJ de Jaboatão dos Guararapes, consta: “pedindo e obtendo a palavra disse o reclamante que convidou suas testemunhas, as mesmas não quiseram comparecer temendo represálias por parte da reclamada [usina]”. Para uma análise mais pormenorizada de como funcionou a JcJ de Jaboatão entre os anos 1963 e 1965, ver: Michel Cavassano Galvão. “Processos de trabalhadores da agroindústria açucareira na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão de 1963 a 1965”. In: *Cadernos de História: oficina da História. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras*. Recife: EDUFPE, 2010, p. 248-271.

de Limoeiro e porque vinha reclamando contra o excesso de contas nas tarefas de limpa de cana imposta aos trabalhadores. E que o Sr. Marcos José dera uma surra no trabalhador José Costa Silva porque fora testemunha da trabalhadora Josefa Alves numa reclamação trabalhista. Ainda informou que o Sr. Marcos, juntamente com seus “capangas” armados de revólveres, e com trator, destruiu a lavoura de subsistência dos sítios de diversos moradores.⁶⁹⁰

Além dos castigos físicos e ameaças de expulsão dos engenhos, os reclamantes corriam o risco de terem seus nomes inseridos nas chamadas “listas negras”. Já no início dos anos 1990, Lygia Sigaud constatou que em Flor de Maria o patrão da Usina Santo Antônio começou a “endurece[r] o jogo contra os que iam frequentemente à Justiça”. Segundo a antropóloga, “a usina recusou-se a empregar seus filhos [dos reclamantes]; não renovou o contrato dos membros de suas famílias habitualmente empregados no período de corte da cana (na moagem); e divulgou em toda a região uma ‘lista negra’ com os nomes dos que haviam ido à Justiça para denunciá-los aos outros empregadores”.⁶⁹¹ Nessa época, Sigaud havia chegado à conclusão de que essa “lista negra” estava sendo “elaborada nas usinas da região, ao que parece, a partir de um acordo entre os usineiros”.⁶⁹² Unidos

690 DRT/PE. *Relatório de Fiscalização ao Sr. Delegado Regional do Trabalho em Pernambuco*. Proc. s/n. Data: 16 de maio de 1983. Em 19 de agosto do mesmo ano, outro relatório da DRT constatou: “Tivemos conhecimento de espancamento do trabalhador rural José Severino Fidélis, morador do Engenho Petribu I, o qual se encontrava no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carpina com perna quebrada e engessada e que, segundo a diretoria daquele órgão de classe e testemunhas o fato se deu em virtude daquele trabalhador ter sido testemunha no Processo JCJ/159/83 (Reclamante: Maria Antônia da Conceição), em Limoeiro”. DRT/PE. *Relatório de fiscalização ao Sr. delegado regional do trabalho em Pernambuco*. Proc. s/n. Data: 19 de agosto de 1983.

691 Lygia Sigaud. “Direito e coerção moral no mundo dos engenhos”. Op. Cit., p. 364.

692 Segundo a antropóloga, “o termo utilizado era bem ‘lista negra’. Tratava-se, no dizer dos altos funcionários das duas usinas, de ‘extirpar o mal pela raiz’, penalizando as famílias e os parentes dos que iam à Justiça. E o argumento invocado

na empreitada de dominação e controle do território, os *senhores* se ajudavam nas ações de violência porque visavam não apenas manter seus lucros econômicos, mas também ampliar seu “poder simbólico”.⁶⁹³ Dentro desse contexto social, portanto, pode-se entender, como salientou Nancy Scheper-Hughes, o medo e a relutância que a maioria dos *moradores* tinha em usar os tribunais para reparar as “mais horrendas violações de seus direitos humanos básicos”.⁶⁹⁴

As “operações mentais dos operários, ligadas à sua prática econômica cotidiana” – aquelas pelas quais José Sergio Leite Lopes afirmou que os mesmos se “orienta[va]m para tomarem atitudes referentes à inter-relação entre o tempo de trabalho e o esforço dispensado durante esse tempo”⁶⁹⁵ – estavam no mesmo plano de raciocínio daquelas que predispunham, ou não, os *moradores* a reclamarem na Justiça. Assim, antes de decidirem sair dos engenhos para *botar questão*, os trabalhadores calculavam não apenas as distâncias métricas e o tempo gasto no percurso em função dos meios de deslocamento e das vias de acesso ao mundo externo, mas também os custos monetários – sobretudo o risco de serem demitidos sob qualquer pretexto supostamente justo (não passível de indenização, portanto) – e os custos humanos de sofrerem, com seus familiares, algum tipo de violência ou ameaças.⁶⁹⁶ Ademais, se ausentar um único dia do

para fazê-lo era o prejuízo que as usinas estavam tendo com o elevado número de processos...”. Idem, p. 383.

693 Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 70.

694 “within this political and legal context, one can understand the *moradores* awesome fear of the judicial system and their reluctance to use the courts to redress even most horrendous violations of their basic human rights”. Nancy Scheper-Hughes. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1992, p. 227.

695 Nota de rodapé 14, José Sérgio Leite Lopes. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Op. Cit., p. 75.

696 Como Pierre Bourdieu afirmou: “Il n’y a pas d’effet physique qui ne s’accompagne, dans le monde humain, d’un effet symbolique”. Pierre Bourdieu. *Sur*

trabalho significava um salário ainda menor no final da semana, sem a certeza de que a Justiça garantiria seus direitos no processo que pretendia abrir. Ou seja, uma vez que o medo possuía um valor determinado no cálculo dos custos de sair dos engenhos para reclamar na Justiça e esse, por sua vez, interferia nas condições de vida dos *moradores cativos*, ele (o medo) deixava de ser um elemento puramente simbólico para ganhar concretude na vida cotidiana dos trabalhadores. Nesse caso, o medo que seguia a violência deixava de ser um simples sentimento atribuído aos outros pelos que acreditavam na sua própria coragem para tornar-se elemento real – com efeitos econômicos, físicos e psicológicos – no dia a dia dos indivíduos. No mundo dos engenhos, o medo era um “fenômeno que pretend[ia] condicionar e regular as relações sociais”; era um fenômeno social, uma construção social.⁶⁹⁷ Referindo-se ao medo no contexto cultural do mundo canavieiro alagoano, Geovani Freitas afirmou:

O medo, no contexto cultural do mundo canavieiro alagoano, pode ser observado sob vários aspectos. Parto do pressuposto de que tanto os agentes das classes sociais dominadas quanto os dominadores são vítimas, cada um ao seu modo, do sistema de medos que os acompanha. Os dominados têm medo de perder a vida, medo da repressão, do inusitado, da falta de leis que os representem, e têm medo de si mesmos. Eles têm medo do vazio social engendrado no rastro de um Estado ausente e omissivo em relação aos interesses da maioria, ao mesmo tempo em que de um mundo de poucos mandando em muitos. Têm medo da perda da condição humana. O medo dos dominados está aqui situado nas suas frentes de expressão consideradas mais visíveis.

l'Etat: cours au Collège de France (1989-1992). Édition établie par Patrick Champagne, Remi Lenoir, Franck Poupeau et Marie-Christine Rivière. Édition Raison d'agir/Édition du Seuil, janvier 2012, p. 302.

697 Geovani Jacó de Freitas. *Ecos da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 101.

Assim considerado, o medo dos dominados se objetiva diante da ação das polícias e da ausência e omissão dos órgãos de segurança pública. Neste caso, eles têm medo da violência institucionalizada pelas práticas dos agentes que deveriam lhes garantir a segurança. Têm medo do sistema segredado do crime organizado: tão distante quanto presente, agindo nas sombras do social, ao mesmo tempo em que construindo sua visibilidade no mundo cotidiano, através dos indícios, sinais e também de ações insolentes.

O medo também se revela pelo temor ao poder oligárquico, expresso pelo mandonismo local, agindo como regra no engendramento e enquadramento das relações sociais cotidianas. O medo está expresso no descumprimento do contrato social, conformando uma terra do nunca e de ninguém. Neste caso, os dominados têm medo do sistema de impunidade alimentando a prática de descumprimento do estatuto dos direitos sociais e trabalhistas, e pela inimizabilidade dos que atentam contra a vida humana.

No entanto, se estou tomando como pressuposto uma realidade fundada em um sistema de dominação de longa data, com base no latifúndio canavieiro, cujas relações de poder parecem conformar um sistema oligárquico forte e bem articulado, há de se perguntar: qual o medo dos dominantes? Estes têm medo e sua expressão maior é a sua incapacidade de convivência com o diverso, situação que serve de ancoradouro à repressão e às práticas de extermínio. As oligarquias locais são tomadas pelo medo. Este se revela pelo temor do outro, através do medo da subversão dos dominados, assim como das disputas entre os iguais. Também reagem ao poder da revelação da palavra e da ação na esfera pública. O medo das oligarquias expressa-se, deste modo, pela possibilidade iminente de perder o lugar de prestígio e de poder local nos sistemas de dominação locais.

O medo tem, deste modo, dupla hermenêutica: é decorrente de um substrato de realidade objetiva, experimentada pela observação e participação direta do indivíduo nos fatos considerados como ameaçadores ou perigosos à ordem dominante,

à integridade física e ou moral, ao mesmo tempo em que é fruto de uma conduta antecipatória da possibilidade de perigo, construída pelos agentes expostos às situações vulneráveis. Esta conduta é fruto das representações que orientam as imagens e expectativas das pessoas numa dada realidade. No caso particular dos agentes dominados, o medo emerge da experiência compartilhada no cotidiano de violência, seja ela imediata ou no plano da iminência.⁶⁹⁸

Na *plantation*, portanto, o medo funcionava como uma espécie de marcador paisagístico. Nos mapas mentais dos *moradores*, a paisagem açucareira – o modo de enxergar o mundo, as coisas e suas relações – era indissociável dos temores ao qual sua ascendência familiar havia se habituado desde os tempos da escravidão e do arranjo físico do espaço. Uma vez que “a significação das coisas é sempre, em alguma medida, função do contexto”,⁶⁹⁹ como afirmou Sidney Mintz – e, na *plantation* açucareira, esse contexto era modulado por fatores ambientais, estruturais e “simbólicos” – isso quer dizer que os medos também interferiam, de alguma forma, na capacidade de escolha dos indivíduos, em sua (i)mobilização induzida e, por conseguinte, na arquitetura espacial da *plantation*. Dizer isso não é negar a individualidade ou a capacidade humana de transformar significados e contextos negativos em pontos de ancoragens nos quais podem escolher sair da inércia, senão insistir que as redes coletivas de significado, nas quais os indivíduos, em certa medida, sempre estão inseridos – e das quais os medos fazem parte e desempenham notória função – exercem um peso expressivo sobre suas escolhas e no modo de existir das sociedades. No mundo do açúcar, nunca estará plenamente claro, no entanto, o

698 Idem, p. 102-103.

699 Sidney Mintz. “O poder do doce e a doçura do poder”. In: Sidney W. Mintz. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Organização e Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: EDUFPE, 2009, p. 133.

que determinavam as ações dos *moradores*. Fatores de ordem particular como idade, sexo e estado civil provavelmente exerciam certa influência nessas questões; embora jamais saibamos o peso que o medo exercia sobre cada escolha individual. A partir de toda a literatura produzida e de todos os dados de que dispomos, é mais fácil imaginar a amplitude e a força do medo que demonstrar sua influência em termos objetivos. Nesse caso, nossa capacidade demonstrativa é limitada não apenas pelo simples fato de que as verdadeiras individualidades são inacessíveis a qualquer campo do saber – sobretudo para a História, cujo jogo interpretativo entre certos modelos e teorias generaliza explicações que se embasam em restos de um passado que já não existe – mas também pela pluralidade dos casos em diversas unidades produtivas.

Trabalhadores na Justiça

Mesmo diante de um quadro tão adverso, marcado por ditadura militar e violência sistemática, as greves e ameaças de greve continuaram ocorrendo em toda a Zona da Mata,⁷⁰⁰ e muitos trabalhadores conseguiram romper os limites dos engenhos e acessar a Justiça do Trabalho. A promulgação do ETR e a instalação das Juntas no campo, inimagináveis para os *moradores* numa fase imediatamente anterior aos anos 1960, haviam convertido a Justiça em algo extraordinário para aqueles que viviam isolados nos engenhos, sujeitos às vontades de seus *senhores*. Os significados locais, particulares e distintivos que cada trabalhador dava à Justiça, entretanto, surgiam a partir de condições prescritas, não tanto por eles mesmos, mas pelo contexto de miséria, fome e violência organizada no mundo do açúcar e em cada unidade particular. É impossível dizer que porcentagem da população

700 Para detalhes sobre a resistência dos trabalhadores na Zona da Mata antes e depois do Golpe de 1964, ver Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., 2005.

canaveira acessou a Justiça em um dado ano. Mas não há dúvida de que a agroindústria açucareira era alvo da maior parte das reclamações (cerca de 90%), não apenas pelo peso que o setor representava nos números da população economicamente ativa, como também em função da sistematização do descumprimento da lei no campo. Os processos trabalhistas que nos restaram, embora incapazes de constituir séries completas para cada Junta de Conciliação e Julgamento, permitem entender com detalhes não apenas a vida e as relações de trabalho no mundo do açúcar, mas também a aplicação da legislação trabalhista no campo e o funcionamento da Justiça do Trabalho.

Uma vez que a classe patronal acreditava que seu poder fosse virtualmente ilimitado, os interesses dos reclamantes nem sempre eram meramente econômicos, pois as reclamações trabalhistas não envolviam apenas questões financeiras, mas também sentimentos de honra e respeito. Os aspectos morais também se mostravam de grande relevância, já que transformar um problema com seu patrão, dono na maioria das vezes da casa em que morava, em algo público, perante autoridades, representava um importante elemento de ruptura com a ordem tradicional. Para o trabalhador, o importante não era apenas garantir o cumprimento da legislação, mas também fazer valer direitos ligados a um sentimento de justiça.⁷⁰¹ Como afirmou a antropóloga Moema Miranda, “o trabalhador ao ‘botar questão’ para além de procurar recuperar, em termos monetários, o que deixou de receber, pretende também restaurar sua honra”.⁷⁰² Nesse processo, o recurso à Justiça significava toda uma reconversão de suas práticas habituais e de seu universo mental.⁷⁰³ Segundo Ligia Sygaud, os trabalhadores que iam à Justiça “orgulha[va]m-se de sua coragem de enfren-

701 Moema Maria Marques de Miranda. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Op. Cit., p. 165.

702 Idem, p. 230.

703 Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 75.

tar os patrões e desqualifica[va]m os que não o faz[ia]m como se lhes faltassem [sic] força moral”.⁷⁰⁴ Obviamente, aqueles que reclamavam não se guiavam simplesmente por um puro sentimento de justiça e honra ferida. A fome crônica e as condições de vida e trabalho miseráveis no mundo dos engenhos, bem como a perspectiva de que nada mudaria se os trabalhadores permanecessem inertes, funcionavam também como estimulantes, por vezes coletivos, ao recurso às Juntas. De qualquer forma, cada uma dessas questões tinha um peso particular nos casos concretos, impossível de ser calculado com precisão. Em última instância, tudo dependia de variáveis locais e pessoais, singulares para cada engenho e usina, e para cada *morador*.



As demandas que as Juntas recebiam variaram no tempo e espaço. Em Escada, por exemplo, entre os anos 1964 e 1968, as reclamações trabalhistas representaram 60% dos processos. A maior parte dos reclamantes era composta por homens (80%) analfabetos (75%). Férias, 13º salário e diferença salarial eram os itens mais frequentes e, na maioria das vezes, eram reclamados em conjunto; em seguida, anotação da carteira profissional e aviso prévio. Em Palmares, por outro lado, 95% dos processos tratavam de rescisões de contrato, no mesmo período. Nesses casos, em um único dia, era possível homologar dezenas de processos.

Quando as rescisões não se davam de forma violenta, por meio de expulsões, a estratégia da classe patronal era pressionar os trabalhadores forçando-os a pedirem demissão por “livre e espontânea vontade”. Para tanto, as empresas produziam, em série, rescisões de contrato pela qual os trabalhadores abriam mão de parte ou de

704 Lygia Sigaud. “Direito e coerção moral no mundo dos engenhos”. Op. Cit., p. 363.

todos os seus direitos. Em alguns casos, a própria Justiça disponibilizava aos litigantes Termos de Rescisão de Contrato onde os trabalhadores solicitavam “renúncia de estabilidade e demais direitos dela decorrentes”. Em um ambiente particularmente violento, a semelhança entre os documentos de diferentes unidades produtivas induz a crer que existia um consenso entre os empregadores no sentido de pressionar a classe trabalhadora a pedir demissão e abdicar de parte de seus direitos⁷⁰⁵ para desobrigar os empregadores dos encargos trabalhistas. A esse respeito, um trabalhador entrevistado por Ligia Sygaud explicou como funcionava tal mecanismo. Segundo ele, “quando não bota pra fora [o *senhor de engenho*] vai imprensando, vai imprensando, vai imprensando, mode a pessoa pedir as contas. Quando pede as contas, diz: Eu não botei você pra fora. Não botei o Sr. pra fora. Pediu as contas, não tem direito de nada, nem ao aviso breve (aviso prévio)”⁷⁰⁶ Para a Fetape, os patrões “arquiteta[va]m um conjunto de mecanismos ilegais... que visa[va]m, desde a tentativa de confundir rescisão indireta com abandono de emprego até a violência física brutal para inibir e cercear a ida dos trabalhadores à Justiça do Trabalho e a seus Sindicatos”⁷⁰⁷ Entretanto, o cumprimento do ordenamento jurídico em seus pormenores – dada a legalidade das

705 FETAPE. *Relatório anual*. 1984. 11/01/84 – Engenho Ribeiro Grande, Aliança: “O delegado sindical, Miguel Francisco da Silva, empregado do engenho há 33 anos, teve sua casa incendiada, inclusive suas lavouras destruídas, por ordem do empregador Manoel Pacheco de Araújo. O trabalhador não aceitara um ‘acordo’ para deixar o engenho renunciando a sua estabilidade. Ao não aceitar a proposta do empregador, a polícia local prendeu-o em casa e levou-o à cadeia pública onde permaneceu preso por uma hora, teve também sua casa incendiada. O dono do engenho também enviou ameaças de morte ao Presidente do Sindicato”.

706 Trabalhador de 45 anos residente na rua, citado por Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 109.

707 FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*. 1984.

rescisões – escondia, muitas vezes, problemas históricos mais profundos que interferiam nas condições de vida dos trabalhadores.



Com base nos dados do TRT, mapeei – para as reclamações na JcJ de Escada (1963-1968) e Nazaré da Mata (1963) – os engenhos onde os trabalhadores residiam. No que diz respeito à sua localização em relação ao sistema viário, os dados parecem indicar que a maioria dos reclamantes morava em engenhos situados próximo às estradas com tráfego todo o ano (pavimentadas ou não).

Essa constatação é particularmente visível para a Junta de Escada, uma vez que a maioria dos engenhos na Mata Sul localizava-se em áreas acessíveis apenas por caminhos de barro com tráfego periódico.

Na Mata Norte, ao contrário, a maior parte das estradas, embora não pavimentada, era transitável em todas as estações. Mas isso não significava, obviamente, que as distâncias métricas e a precariedade das estradas para a JcJ de Nazaré da Mata fossem menores, nem justificava *per se* a imobilidade dos trabalhadores. Quando, por exemplo, em 1º de outubro de 1963, o trabalhador braçal S. G. S. se deslocou do Engenho Canavieiras até a Junta de Nazaré da Mata, ele precisou percorrer aproximadamente 10 km por caminhos de barro até atingir Paudalho e daí seguir por mais 20 km até o tribunal. Da mesma forma, em 4 de dezembro, para o trabalhador rural J.S.S. e outros quatro menores se deslocarem do Engenho Pindoba, a meio caminho de Macaparana e Timbaúba, até a mesma Junta, eles precisaram percorrer aproximadamente 16 km até atingir a atual BR-408, aproximadamente a 4 km de Aliança, e daí seguir por mais 20 km até Nazaré.



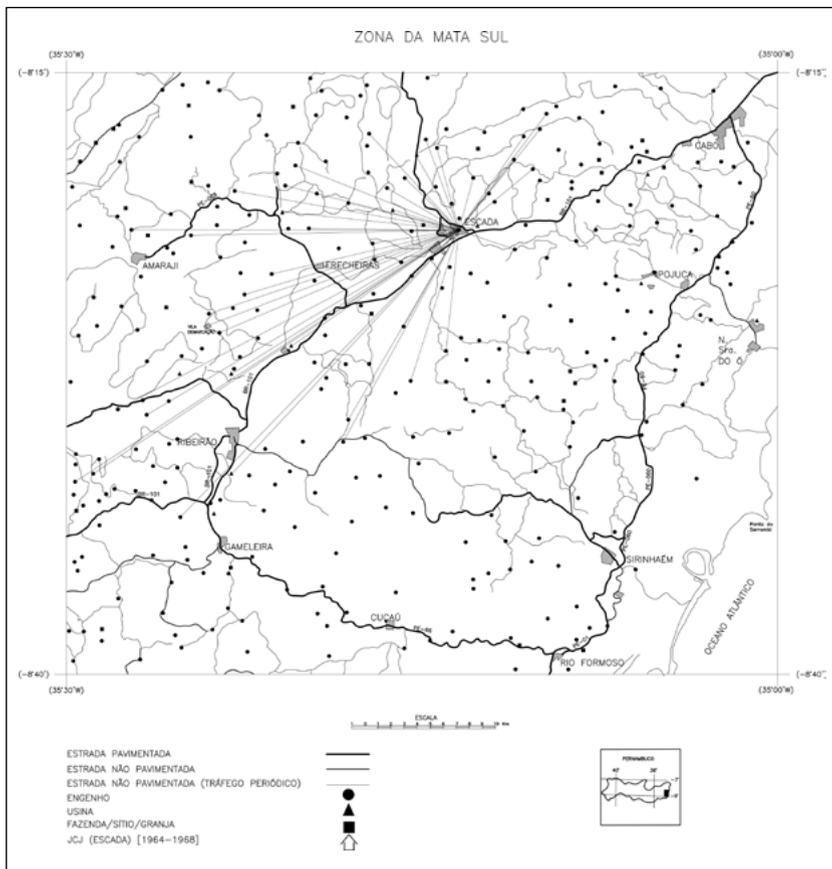


Figura 46. Procedência dos reclamantes na JCJ de Escada entre 1964 e 1968. Fonte: elaboração do autor com base em dados do TRT.

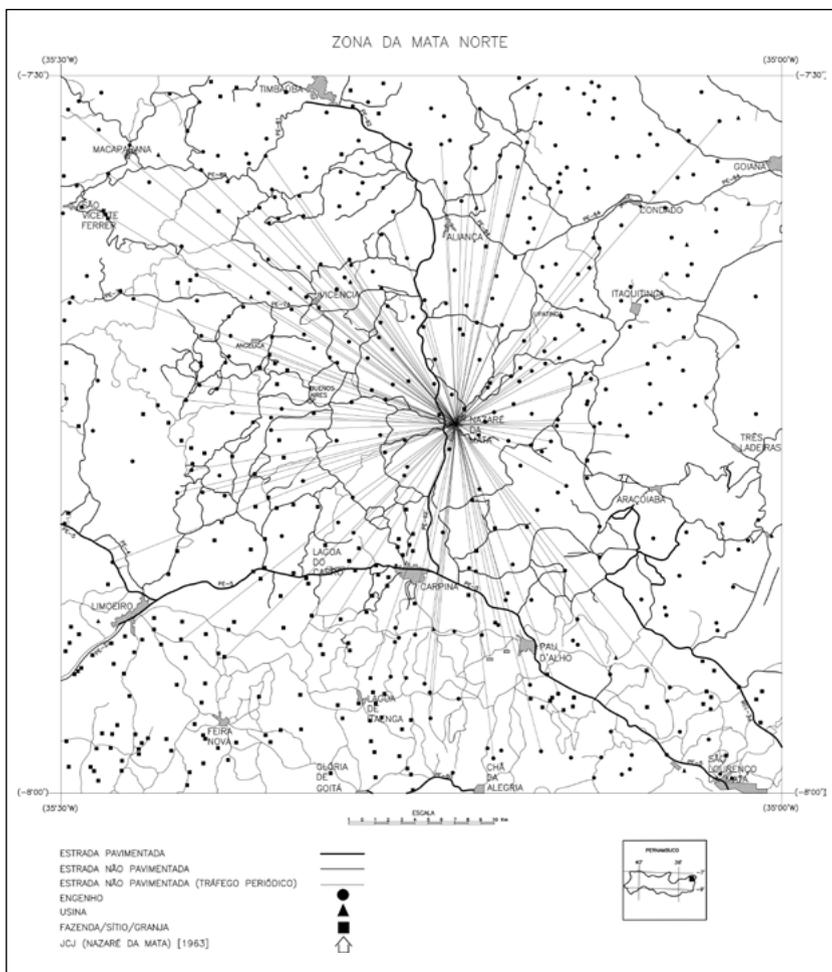


Figura 47. Procedência dos reclamantes na JCJ de Nazaré da Mata em 1963. Fonte: elaboração do autor com base em dados do TRT.

Na Justiça, a maior parte das reclamações era rapidamente solucionada. Normalmente, audiências de vários processos eram marcadas para o mesmo dia. Nessa ocasião deveriam comparecer o reclamante e um representante da empresa reclamada, que, na maioria dos casos, era seu preposto, juntamente com um de seus advogados. O trabalhador também poderia ir acompanhado do patrono ou representante sindical. Quando as partes envolvidas não chegavam a um acordo – só obtido na ínfima minoria dos casos – era marcada nova audiência. Nesses casos, os processos poderiam durar vários anos sem que o caso fosse solucionado em definitivo. Quando os juízes julgavam o processo contra a reclamada (casos atípicos), as empresas poderiam recorrer da decisão: o que normalmente ocorria.

Durante todo o processo, as empresas e os trabalhadores eram responsáveis por suas despesas de deslocamento até os tribunais. Nesse sentido, as dificuldades já mencionadas quanto às distâncias que os *moradores* deveriam enfrentar talvez expliquem o elevado número de processos arquivados (nos termos de arquivamento constavam: “não tendo comparecido o reclamante, o processo deverá ser arquivado”). Contudo, embora não declarado nos autos, defendo que os motivos e os meios pelos quais se “escolhia” não comparecer à audiência passavam não apenas pelas impossibilidades financeiras e/ou viárias de deslocamento e falta de transporte, mas também pela ameaça de violência e coação. A esse respeito, o silêncio da documentação era eloquente, bem como o cuidado que as usinas tinham, nas rescisões de contrato produzidas em série, em deixar claro a ausência de “coação e constrangimento”. Isso expõe, em filigranas, um ato de violência dissimulada. Os processos revelam, ainda, casos em que os reclamantes se deslocavam até a Junta para desistir da reclamação.⁷⁰⁸ A Justiça, em alguns desses casos, culti-

708 Para tomar-se como exemplo: o processo 60/64 foi aberto por um trabalhador com treze anos de serviço que, depois de recuperado de um acidente de trabalho sofrido a serviço de uma usina, “pede, por ser estável, sua reintegração,

vava o hábito de pré-fabricar Atas de Audiência onde constava que “o reclamante disse que desistia da presente reclamação”. A simples desistência talvez não seja a questão mais importante a ser posta em prova, no entanto. O ato dispensável de se deslocar ao tribunal para fazê-la, sim. Os limites jurídicos dos engenhos pareciam mais amplos que seus correspondentes geográficos.

Para o Judiciário, eficiência da Justiça e número de conciliações eram variáveis diretamente proporcionais. Uma vez que as Juntas eram regidas pelo princípio da conciliação, o julgamento da reclamação apenas era realizado caso as partes não chegassem a uma composição amigável. O percentual de acordos firmados, em relação ao total das reclamações, deveria compor os relatórios mensais das Juntas, assim como o número de audiências realizadas e seu tempo médio de resolução em relação à data de entrada do processo; o número de processos julgados; de reclamantes atendidos etc. A “liberdade” das partes (em aceitar, ou não, um acordo) era o argumento pelo qual sua prática ordinária era justificada. Quanto aos detalhes dos casos, os números são claros: a média dos valores acordados nos Termos de Conciliação era de aproximadamente 20% dos valores demandados nos Termos de Reclamação. Nas Juntas de Escada e Palmares, pude calcular que esses valores, ao longo dos anos, eram de: 1964 (21%); 1965 (10%); 1966 (26%); 1967 (19%) e 1968 (30%). Contudo, existiam tanto casos em que a conciliação

com os direitos e vantagens de sua categoria, salários vencidos e vincendos e férias jamais gozadas”. Na Ata de audiência: “[...] Presentes as partes, o reclamante pessoalmente e a reclamada representada pelo seu preposto Sr. [...], relatou o Sr. Presidente o processo e com a palavra o reclamante declarou que desistia da presente reclamação”. No processo 1459/64, a trabalhadora rural “declarou [...] que começou a trabalhar para a reclamada no ano de 1922, sendo demitida sem justa causa no dia 11 de agosto de 1964. Recebia salário diário de Cr\$1.100,00. Reclama: Indenização, por tempo de serviço, aviso prévio, 13º mês, férias”. Na Ata de audiência: “[...] Presentes as partes [...] o reclamante declarou que desistia da presente reclamação [...]”. Acrescente-se a esses os processos 1441/64; 01522/64; 431/68 e 100/69 abertos na JcJ de Escada.

ultrapassava 50%, quanto em que os trabalhadores aceitavam acordo de menos de 2% dos valores originalmente requeridos.⁷⁰⁹

A “podridão burocrática da Justiça do Trabalho”,⁷¹⁰ e sua lentidão, talvez seja um dos motivos pelos quais os trabalhadores aceitavam os acordos. Segundo Socorro Abreu, a morosidade no julgamento dos processos fazia com que os trabalhadores sempre abrissem mão de seus direitos na esperança de garantir o mínimo, quando não podiam esperar até o final do processo. Mesmo assim, a autora afirma que “existiam vitórias, particularmente quando o sindicato era ativo, dispunha de um bom advogado e os trabalhadores não se limitavam ante as ameaças e violências”.⁷¹¹ Quando não havia conciliação, a lentidão da Justiça era um problema real e, como testemunhou Anthony Pereira, muitos líderes sindicais “questionavam a imparcialidade dos juízes dos tribunais do trabalho, dizendo que eles eram da mesma classe social e geralmente tinham frequentes contatos sociais com os proprietários”.⁷¹² Como afirmou Manuel

709 Processo 2112/65 (JC de Escada): valor da reclamação Cr.\$ 221.400,00. Valor da conciliação Cr.\$2.625,00.

710 Amaro Luiz de (Palmeira) Carvalho. “O movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco”. Op. Cit., p. 12.

711 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., p. 128. Segundo Relatório da Fetape, em 18 de abril de 1983, “o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho encaminhou denúncia à Delegacia de Polícia daquele município contra o Sr. Luizélio Barreiros da Silva Nen, proprietário de uma área de terra do Engenho Rodízio, e seus capangas. Armados até os dentes, estes elementos estão proibindo os trabalhadores de plantar em seus sítios, ameaçando derrubar as casas dos trabalhadores (ano passado mandou derrubar a casa do trabalhador rural João Albino dos Santos, fato apurado pelo DOPS). A Justiça do Trabalho, em 1979, já deu sentença garantindo aos trabalhadores continuarem em seus sítios. Apesar disso, o Sr. Luizélio, através de ameaças, busca expulsar os trabalhadores para expandir sua área plantada com cana”. FETAPE. *Relatório anual de atividades*. 1983.

712 “Another problem [...] was the slowness of the labor court where disputes between employers and employees over such matters as severance pay were adjudicated. Many leather said that the court were too slow, taking up to five to six years to resolve a case. Others questioned the impartiality of the labor court

Correia, “o proprietário, para manter seu poder, mantinha estritas relações com as autoridades bem como controlava os cargos públicos, a fim de usá-los contra seus dominados”.⁷¹³ Além disso, ao que parece, a predisposição das usinas em não cumprir a legislação também tinha respaldo nos Termos de Conciliação pré-fabricados pelo Judiciário, pelo qual os reclamantes recebiam como parte do acordo uma quantia referente ao 13º salário e “desist[iam] dos demais itens da reclamação”. Quanto à atuação dos sindicatos, numa época marcada por profunda violência legalizada pelas Forças Armadas, muitos líderes concordavam e até persuadiam seus associados a aceitarem as propostas de conciliação.

Muitos trabalhadores se queixavam de que seus próprios advogados do sindicato tentavam forçá-los a aceitar acordos com os fazendeiros. Alguns buscavam esses acordos porque sabiam que muitas outras causas estavam na frente da deles e que os processos eram lentos. Isso fez com que a média dos acordos descesse a um nível muito mais baixo que o das demandas iniciais. De seu lado, os dirigentes sindicais notaram que o grande número de causas exigia sua presença no tribunal durante todas as tardes. Esses padrões se implantaram na cultura dos tribunais e as disposições dos trabalhadores para com as JCS permaneciam sujeitas à manipulação dos fazendeiros.⁷¹⁴

Se do ponto de vista jurídico as conciliações eram a expressão do êxito da Justiça, do ponto de vista histórico talvez significassem que a classe trabalhadora ainda tinha graves dificuldades para garantir direitos básicos, mesmo após a promulgação do ETR e da instalação das Juntas. Em termos jurídicos, as conciliações “eliminavam” o

judges, saying that they were in the same social class and often had frequent social contacts with landlords”. Antony W. Pereira *The end of the peasantry: the rural labor movement in Northeast Brazil (1961-1988)*. Op. Cit., p. 105.

713 Manuel Correia de Andrade. *Lutas camponesas no Nordeste*. Op. Cit., p. 18-19.

714 Thomas D. Rogers. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*. Op. Cit., p. 244.

conflito entre patrões e empregados. Em termos históricos, homologavam a superexploração da força de trabalho, mantendo sua remuneração em níveis miseráveis. Para muitos reclamantes, “[o trabalhador faz acordo] por cansaço. Porque às vezes ele sabe que vai ganhar cem mil cruzeiros, mas passam-se os anos... então ele, para receber com dois meses, três, faz acordo de receber quarenta, pelo menos não passa tanta fome”.⁷¹⁵

As conciliações têm sido objeto de intensos debates no âmbito da história social do trabalho. Para alguns, os acordos na Justiça comprovam a capacidade de os trabalhadores se organizarem enquanto sujeitos históricos capazes de ações concretas, muitas vezes coletivas. Talvez essa linha de raciocínio tenha levado Lygia Sigaud a afirmar, em *Os clandestinos e os direitos*, que um dos grandes temores dos proprietários era serem intimados a comparecer perante as Juntas e obrigados a pagar o que deviam ao trabalhador. Para a antropóloga, os proprietários sabiam que “nessas questões os trabalhadores sempre venc[ia]m”.⁷¹⁶ Em artigo intitulado *Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na Mata pernambucana*, Lygia Sigaud defendeu também que as estatísticas das Juntas mostravam que os arquivamentos dos processos eram raros e que o mais frequente era a vitória dos trabalhadores na Justiça, uma vez que, segundo ela, muitos patrões procuraram se ajustar ao direito para evitar o embate judicial ou passaram a seguir as regras após um primeiro processo, negociando acordos amigáveis que levavam em conta o direito do trabalho.⁷¹⁷ Por fim, em *Direito e coerção moral no mundo dos engenhos*, artigo publicado em 1996, Sigaud concluiu

715 Arnaldo Gomes, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete, citado por Moema Maria Marques de Miranda. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Op. Cit., p. 228.

716 Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 92.

717 Lygia Sigaud. “Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana”. Op. Cit.

que “os trabalhadores via de regra ganha[va]m suas ações, o que lhes assegura[vam] vantagens reais e também dividendos simbólicos...” e que “a cobrança continuada dos direitos trabalhistas produziu efeitos importantes sobre a regulação das relações sociais nas plantações canavieiras [já que] [g]raças aos processos, os patrões progressivamente passaram a orientar suas condutas levando em conta as normas impostas pelo direito”.⁷¹⁸

Dissonante à corrente que entende como positivas as conciliações, opõe-se outra que as enxerga como manobra da classe patronal, uma vez que “conciliar significa, à primeira vista, ceder sempre direito adquirido”.⁷¹⁹ Nessa linha de raciocínio, “o empregado sempre perde ao fazer a conciliação”.⁷²⁰ Com efeito, os dados que coletei a partir do levantamento serial dos processos do TRT comprovam uma tese nitidamente oposta àquela proposta por Lygia Sigaud no parágrafo anterior. Ao menos na Mata Sul, mesmo âmbito das pesquisas da antropóloga, os autos mostram que: *i*) o descumprimento da legislação trabalhista foi uma prática sistemática no mundo do açúcar;⁷²¹ *ii*) uma parte significativa das reclamações era arquivada; *iii*) a maioria dos processos findava em conciliação; *iv*) as reclamações efetivamente julgadas representavam uma ínfima minoria dos casos; e *v*) apenas 0,7% dos processos (4 casos num

718 Lygia Sigaud. “Direito e coerção moral no mundo dos engenhos”. Op. Cit., p. 367; 381.

719 Ester Maria Aguiar de Sousa. *Juntas de Conciliação em julgamento: um estudo da eficácia da Justiça do Trabalho, em estudos de caso nas JcJ de Recife*. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1984, p. 128.

720 Idem, p. 134.

721 Rui Lopes, juiz presidente da JcJ de Alegrete, entrevistado por Moema Miranda, afirmava: “os proprietários acham que têm vantagem em não cumprir a legislação trabalhista, quer ver? Vamos fazer uma matemática simples: você tem mil trabalhadores, não paga o repouso aos mil trabalhadores, aí cem vão para a Junta e reclamam. Mesmo você pagando todas as multas, juros etc. você não ganhou, pagando a cem e deixando de pagar a novecentos”. Moema Maria Marques de Miranda. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma junta trabalhista*. Op. Cit., p. 235.

universo de 546) foram julgados procedentes para as reclamações abertas nas Juntas de Escada e Palmares entre 1964 e 1968. Os processos efetivamente julgados, aqueles em que os reclamantes não aceitavam acordos, portanto, parecem representar “falhas” num sistema instituído para conciliar. A morosidade das Juntas, a sua ineficiência administrativa, a tendência para as “conciliações”, a miséria dos trabalhadores que em muitos casos visavam garantir qualquer valor que os cobrisse com certa segurança alimentar enquanto achavam outro emprego, para aqueles que haviam sido demitidos... tudo isso contribuiu para instituir o que John French chamou de “justiça com desconto”, uma vez que, segundo ele, os trabalhadores eram forçados a um acordo com “valor muito menor do que o inscrito em seus direitos legais”.⁷²² A classe trabalhadora estava afogada em leis.

Talvez, então, caiba mais uma vez perguntar: por que muito trabalhadores não reclamavam? Não porque eram pobres e temiam perder seus empregos; não por medo de sofrerem, junto com suas famílias, violência física explícita ou ameaças; não porque as vias de acesso aos engenhos eram precárias; nem porque não havia sistema de transporte regular que permitisse maior facilidade nos deslocamentos, senão por todos esses fatores em conjunto. Por que muitos trabalhadores reclamavam? Não porque a vida fosse muito dura e plena de dificuldades, marcada pela fome crônica e pela miséria coletiva; não por acreditarem que a Justiça poderia, senão resolver, ao menos amenizar seus sofrimentos mais prementes no âmbito do trabalho/vida; não pela esperança em dias melhores, longe dos horizontes verdes da cana e do controle patronal; não pela consciência de classe que lhes impelia a resistir por todos os meios; não pela honra tantos anos ferida e por saber que na Junta seu *senhor* apareceria como um devedor que devia ao menos esclarecimentos, senão por todos esses fatores em conjunto.

722 John D. French. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 19.

Sindicatos

Se o caráter concentracionário da *plantation* contribuía para limitar os movimentos para fora dos engenhos, como expus na primeira metade dessa seção, ele também instituía limites para aqueles que tentavam entrar em seus domínios. Dado que na ótica dos patrões a mobilidade dos trabalhadores era subversiva, mantê-los imóveis e incomunicáveis com o mundo externo era essencial para a conservação do sistema de dominação e arquitetura espacial da *plantation*. Segundo a Fetape, no que concerne à atuação dos sindicatos, seus dirigentes eram “proibidos de terem acesso ao engenho”.⁷²³ A Contag, da mesma forma, denunciava que “em casos extremos, como o da zona canavieira de Pernambuco, parec[ia] haver a deliberação consciente de ‘quebrar’ o movimento sindical”,⁷²⁴ impedindo seus líderes de entrarem no mundo fechado do açúcar. A esse respeito, a documentação é clara. O *Relatório anual de atividades* da Fetape para o ano de 1983, por exemplo, assegurava que em Sirinhaém “o fiscal do Engenho Jaguaré, da Usina Trapiche, tentou impedir a entrada do carro do sindicato, provocando muitas agressões e ameaçando os trabalhadores”. Em Paudalho, na noite anterior ao primeiro dia de greve, “o carro do sindicado que ia levando trabalhadores para casa [foi] barrado no engenho de Geraldo Guerra, dono do Engenho Carnaúba”. O citado *Relatório* ainda esclarece que, nessa mesma noite, o proprietário e outros elementos desconhecidos foram à casa do secretário-diretor do sindicato onde trabalhadores estavam reunidos e dispararam cinco tiros levando os mesmos a se esconderem nos canaviais. No Engenho Gurjaú de Baixo, “o Sr. Manuel Albuquerque Maranhão, ordenou na frente dos trabalhadores que seus capangas atirassem no carro do sindicato caso este entrasse

723 FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*. 1984.

724 CONTAG. “A violência no campo pela mão armada do latifúndio...”. Op. Cit.

no engenho”.⁷²⁵ O Gerente da Usina Pitú, da mesma forma, tentou “impedir o carro do Sindicato, ameaçando com espingarda 12, mirando-a para o presidente do Sindicato, pois este havia convenido 30 trabalhadores a pararem o serviço”.⁷²⁶ O mesmo documento afirmava que em Barreiros, ainda nesse ano, “no Engenho Aurora, a estrada foi obstruída por um caminhão [com homens armados de espingarda 12] do senhor de engenho com o objetivo de impedir a passagem do carro do sindicato”. Durante os dias de greve, o policiamento foi ostensivo em Barreiros. De acordo com a Fetape, “o prefeito da cidade, do partido do Governo, proprietário do Engenho Caraçu, ameaçou os trabalhadores com a polícia para obrigá-los a trabalhar. Mandou avisar ao presidente do sindicato que a cana ser[ia] cortada na segunda-feira de qualquer maneira”.⁷²⁷

Mesmo depois do fim da ditadura, o acesso aos engenhos pelos sindicatos permaneceu limitado ao longo dos anos. Em *Informes* de 18 de outubro de 1988, por exemplo, a Fetape declarou que em Nazaré da Mata o “empregador armado de metralhadora” havia intimidado trabalhadores a voltar ao trabalho, “não permitindo a entrada do comando de greve no Engenho Bonito”. No Engenho Marajó, o proprietário “José Antônio Melo, vulgo Zeca Melo, juntamente com o administrador e fiscal, armados de espingarda 12 e revólver, ameaçaram a diretoria do sindicato e o comando de greve, de matar quem entrasse no engenho”. Em Tracunhaém, no Engenho Abreu, “o proprietário Alberto Jorge, tesoureiro da Associação dos Fornecedores, o administrador Abílio e mais 4 capangas, armados de espingarda 12 colocaram o caminhão atravessado para impedir a entrada da equipe do sindicato, e [tentaram] obriga[r] os grevistas a retomar o trabalho do corte da cana, sob a mira da 12”.⁷²⁸ Em Ribeirão, “os proprietários

725 FETAPE. *Relatório anual de atividades*. 1983.

726 Idem.

727 Idem.

728 FETAPE. *Informes*. 18 de outubro de 1988.

Paulo e Clóvis Paiva do Engenho Retiro, ameaçaram o comando de greve do sindicato com espingarda 12 e revólver 38. Os trabalhadores foram à Delegacia de Polícia prestar queixa ao delegado, que deu cobertura para entrarem no engenho”.⁷²⁹ Nesse mesmo ano, o *Dossiê da violência contra os trabalhadores em greve na Zona da Mata* denunciou que em Aliança “o administrador do Engenho Pirauá, da Usina Aliança, de nome Edgar, armado e acompanhado do gerente Carlos Pereira impediu o sindicato de conversar com os trabalhadores”. No Engenho Baixa Verde, também de propriedade da Usina Aliança, o *Ofício n.º. 540/88* [reproduzido abaixo] da Fetape ao Secretário do Trabalho e Ação Social expôs os detalhes da violência no campo e os limites de acesso ao mundo dos engenhos:

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

Recife, 11 de outubro de 1988

Ofício n.º. 540/88

Do: Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco – Fetape

Ao: Secretário do Trabalho e Ação Social

Senhor Secretário,

É o presente para informar-lhe de atos arbitrários e de violência que estão acontecendo na Zona Canvieira do Estado, especialmente na Mata Norte, por parte da Empresa Pessoa de Melo Comércio e Indústria S/A (USINA ALIANÇA):

Hoje, precisamente às 11:30, dirigentes sindicais e trabalhadores do município de Aliança, acompanhados de Assessores Sindicais e do Advogado desta Federação Dr. Albérico Moura Cavalcanti de Albuquerque, se dirigiram ao Engenho Baixa Verde, de propriedade da já mencionada Empresa, uma

729 FETAPE. *Dossiê da violência contra os trabalhadores em greve na Zona da Mata*. Outubro de 1988.

vez que houve denúncias dos trabalhadores que haviam piquetes por parte da mencionada usina e conseqüentemente bloqueio de estrada.

Sabendo de atos como estes, os Assessores e dirigentes acompanhados do advogado antes mencionado foram à DELEGACIA DE POLÍCIA de Aliança e relataram os fatos, bem como pediram proteção policial e que estes acompanhassem os trabalhadores até o mencionado engenho uma vez que na Delegacia obtiveram informações de que o gerente da usina havia estado com o DELEGADO e negado todas as informações dos trabalhadores, dizendo até que a usina e seus engenhos estavam à disposição do comando de greve.

Mesmo assim, assessores, dirigentes do Sindicato de Aliança e o advogado insistiram no acompanhamento da Força Policial afim [sic] de confirmarem a verdade dos fatos. Contudo, quando lá chegamos, logo de frente encontramos piquetes da usina, com caminhões bloqueando as estradas que dão acesso aos engenhos; mas com a intervenção do sargento George Fernandes Vieira, e mais dois soldados da Polícia Militar de PE, retiraram o caminhão, daí, depois de alguns minutos de comunicação pelo rádio entre funcionários da usina, chegaram o gerente Sr. Carlos Pereira, o agrônomo de nome Fernando e várias pessoas armadas; passando daí a agir violentamente, chamando os assessores, trabalhadores e advogados de 'cabra safado', essas pessoas a partir desse momento passaram a [sic] agressão física empunhando armas nos quadris e com as mãos sobre elas; não se consumando a agressão por interferência do sargento e dos policiais que seguraram os senhores Carlos Pereira, Fernando e outros.

Nesse momento o Sr. Carlos Pereira gerente da usina disse em voz alta 'que a partir de amanhã ninguém mais entrava nos engenhos da usina por hipótese alguma'.

Contudo, esclareço à V. Sa. que a decisão dos trabalhadores, comando de greve, dirigentes sindicais e do advogado é voltar a [sic] mencionada usina, afim de exercer um direito conferido pela Lei 4330/34 e pela constituição em vigor dando ciência ao trabalhador do campo e especialmente da prefalada usina que com certeza e uma vez que existe bloqueio nas estradas estão em cárcere privado.

Certos de contarmos com sua colaboração e necessárias providências no sentido de dar cobertura e determinar a ida de Força Policial acompanhando o comando de greve, assessores desta entidade a engenhos da Usina Aliança no dia de amanhã.

Atenciosamente,
José Rodrigues da Silva
Presidente

A intensificação das mobilizações e o avanço das conquistas a partir da greve de 1979 fizeram com que os latifundiários intensificassem a “violência,⁷³⁰ que sempre lhes parecera natural”.⁷³¹ Ainda segundo o *Relatório anual de atividades* da Fetape (1983), durante a greve em Aliança, o “proprietário do Engenho Gameleirinha, Marcelo Melo Cavalcanti, foi armado até à Rua do Rosário, onde resid[ia]m trabalhadores clandestinos, para ameaçá-los e forçá-los a trabalhar para ele”. Em Timbaúba, o “policciamento ostensivo nas pontas de rua onde se concentra[va]m os pontos de caminhões para transportar clandestinos” foi uma marca dos dias de greve. Em São Lourenço da Mata, a passeata de cerca de cinco mil trabalhadores por melhores condições de vida, no primeiro dia de greve, foi acompanhada por “policciamento ostensivo na cidade, incluindo tropas de choque”.⁷³² Nesse mesmo ano, em depoimento na CPI que investigava a persistência da pobreza absoluta no Nordeste, que ocorreu no Senado Federal em Brasília, o presidente da Fetape José Rodrigues da Silva afirmou que a violência contra trabalhadores, delegados sindicais e dirigentes era comum na zona canavieira; e que somente naquele ano “foram registrados cerca de 40 casos de violência (cometidos pelas milícias privadas existentes nas propriedades canavieiras) inclusive um assassinato...”.⁷³³

Nos territórios do açúcar, a manipulação do espaço pelos *senhores* se dava não apenas por meio da violência explícita, mas também

730 “os latifundiários não toleram essa limitação do seu poder até então quase absoluto. E seguem intensificando a violência contra trabalhadores... a maioria eram dirigentes sindicais, delegados sindicais ou líderes de comunidades”. CONTAG. “A violência no campo pela mão armada do latifúndio...”. Op. Cit.

731 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., p. 22.

732 FETAPE. *Relatório anual de atividades*. 1983.

733 FETAPE. “Depoimento do Presidente da Fetape, José Rodrigues da Silva, na CPI que investiga a persistência da pobreza absoluta no Nordeste”. Brasília, Senado Federal, 25/10/1983. Acervo histórico da Fetape.

em detalhes que faziam a diferença na tentativa de barrar o avanço das mobilizações e das greves no campo. Durante as eleições sindicais de 1983 no município de Palmares, por exemplo, os empregadores dos Engenhos Tombador, Campinas, Riachão, Capricho e Pocinho foram acusados tanto de aumentar a jornada de trabalho quanto de deslocar os trabalhadores para serviços em locais distantes das mesas coletoras, fazendo com que perdessem o horário de votação. Ademais, estando as urnas localizadas nos engenhos e não nas cidades, os proprietários exerciam seu controle livremente, uma vez que eles proibiam a entrada dos eleitores/trabalhadores no dia de votação e/ou os intimidavam, sob ameaça, a votarem na chapa que melhor lhes conviesse, como atesta a seguinte denúncia aberta na DRT:

Ocorreram orientações diretas de ameaças por parte de administradores e cabos dos engenhos para que os eleitores votassem na chapa da situação; o gerente da Usina Catende, além de ameaçar os trabalhadores para votarem na chapa da situação, agrediu advogados e simpatizantes das chapas de oposição, além de distribuir armas e balas entre os administradores e cabos dos engenhos da mencionada Usina, com a finalidade de intimidar membros e simpatizantes da chapa de oposição. Ainda na fase pré-eleitoral os líderes da chapa contrária à situação sofreram ameaças e cerceamentos ao direito de propaganda nos engenhos; existência de carteiras de associados “frias” na posse de não trabalhadores rurais; trabalhadores como os do Engenho Humaitá, não constavam, embora com condições, nas listas de votantes e não conseguiram votar. Sendo ainda utilizada pela classe patronal com a finalidade de afastar os trabalhadores das urnas: o deslocamento para os locais de serviço distantes e aumento da jornada de trabalho.⁷³⁴

734 DRT/DAS/ nº 569/86. *Denúncia contra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares*. Data: 01 de junho de 1986. A denúncia, assinada por oitocentos e seis trabalhadores, reivindicava: “1. A formação de uma Comissão Eleitoral composta de trabalhadores rurais e representantes da Fetape... 2. Que a eleição

Apesar de toda essa repressão, os trabalhadores se mostraram organizados e conscientes quanto à necessidade da mobilização por melhores condições de vida. Em 1989, por exemplo, a Fetape afirmou que os comandos de greve demonstraram coragem percorrendo os engenhos durante as paralisações. Segundo *Informes da campanha salarial* naquele ano, “algumas diretorias sindicais acomodadas despertaram de seu comodismo e partiram para os engenhos com os comandos”, parando totalmente, com o apoio dos *clandestinos*, a produção em Escada, Carpina, Nazaré da Mata, Paudalho e Sirinhaém. Ainda segundo os *Informes*, “a Polícia Militar manteve-se durante todo o tempo ao lado dos patrões”, permanecendo nas estradas das usinas e intimidando os trabalhadores de Itambé, Escada, Chã de Alegria, Vicência, Carpina e Condado.⁷³⁵

DRT

As barreiras ecológicas, estruturais e históricas/simbólicas/culturais que ampliavam as distâncias entre o mundo dos engenhos e o mundo externo, e impediam o movimento sindical de atuar no interior das propriedades, eram as mesmas que, em certos momentos, limitavam a atuação da DRT na tentativa de fiscalizar os engenhos. Na verdade, como algumas pesquisas revelaram, a fiscalização no campo

seja realizada em dia de domingo [uma vez que] a prática já demonstrou que o melhor dia para realizar eleições no meio rural é no domingo pelo fato dos trabalhadores terem mais tempo e disponibilidade para exercitarem o direito de voto. A eleição determinada para o dia de domingo evitará que existam cerceamento a presença dos eleitores nas urnas através de impedimentos como deslocamento dos trabalhadores para locais de serviços distantes das mesas coletoras de votos e aumento da jornada de trabalho fazendo com que o trabalhador perca o horário de votação. 3. Que as urnas sejam afixadas na cidade de Palmares [uma vez que] esta é a única maneira de se evitar violência e coação patronal nos locais de votação. Estando as urnas localizadas em prédios públicos de Palmares, o eleitor votará livre e sem ameaça...”.

735 FETAPE. *Zona canavieira de Pernambuco (Campanha Salarial – 1989) – Informe* 3. 1989.

praticamente inexistia antes dos anos 1980, uma vez que, segundo Socorro Abreu, a atitude da Delegacia, na maior parte das questões, era “clara e descaradamente favorável aos proprietários e ameaçadora aos trabalhadores rurais” porque ela fiscalizava – e até perseguia – mais os próprios sindicatos sob intervenção do que as efetivas condições de trabalho nas unidades produtivas.⁷³⁶ De acordo com alguns inspetores da época, inclusive, até o termo “Delegacia” fazia com que os trabalhadores temessem a atuação dos fiscais porque sua presença os remetia à violência policial normalmente empregada para os reprimir.⁷³⁷ A omissão dos poderes públicos para com as populações rurais e a conivência do Estado – que representava e “defend[ia] as demandas socioeconômicas e políticas da classe dominante”⁷³⁸ – para com o setor empresarial sucroalcooleiro direcionavam o foco da fiscalização para longe das usinas e engenhos. De fato, a inserção da DRT no campo, com o intuito de fiscalizar as empresas e não os trabalhadores, durante a ditadura, data dos anos 1980. Mesmo assim, sua postura continuou oscilando entre “omissão e favorecimento aos patrões”.⁷³⁹

Desde a greve de 1979, no entanto, quando Alexandre Kruse foi nomeado novo delegado regional – na tentativa de solucionar os impasses decorrentes do avanço da mobilização dos trabalhadores rurais – a DRT passou a desempenhar as incumbências expressas de primeiramente resolver os impasses da greve de forma menos traumática possível e, depois, iniciar a fiscalização no campo. A rapidez

736 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., p. 125. Ainda segundo a autora, “as queixas de que em muitas ocasiões a DRT não dispunha de condições materiais para fiscalizar de maneira adequada os engenhos eram mero jogo de cena”.

737 Informação obtida em entrevista informal com antigos inspetores da DRT/PE.

738 Avany Lúcia Dantas. *As agrovilas como uma nova forma de localização da mão-de-obra canavieira na Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Geografia, 1989, p. 32.

739 Maria do Socorro Abreu e Lima. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Op. Cit., p. 151.

com que a greve foi resolvida (8 dias de paralisação), entretanto, não se refletiu no fim proporcional das barreiras enfrentadas pelos fiscais do trabalho no exercício da inspeção aos engenhos, uma vez que a nova postura do Estado esbarrou em limitações de várias ordens: ambientais, técnicas, materiais, estruturais e culturais. Já no primeiro *Relatório de fiscalização na zona rural dos municípios de Rio Formoso e Serinhaém* (fevereiro de 1980),⁷⁴⁰ por exemplo, os inspetores relataram que os principais fatores que interferiram em seu trabalho foram: *i*) “a distância dos engenhos que se encontravam em sua maioria nos locais de difícil acesso”; *ii*) a “chuva que dificultava o acesso às propriedades rurais”; *iii*) “o trabalho da ‘verificação física’ que demanda[va] tempo”; e *iv*) a “dificuldade de comunicação com os empregadores que, muitas vezes, não fixa[vam] residência na região”. Oito anos depois, a inspetora do trabalho, em *Relatório de 2 de março de 1988*, também afirmou: “nesse dia [havia] esper[ado] uma hora e quarenta minutos pelo responsável do setor jurídico da empresa [denunciada por não efetuar os depósitos fundiários e a contribuição sindical]... que desejava falar comigo. Decorrido esse tempo, não tive condições de esperar mais (a usina fica afastada da BR e temos que andar bastante, tanto para ir como para voltar)”.⁷⁴¹

740 DRT. *Relatório de fiscalização realizada na zona rural dos municípios de Rio Formoso e Serinhaém*. Fevereiro de 1980.

741 Na sequência do *Relatório*, a fiscal concluiu: “ora, as fichas de pagamento não foram apresentadas, o assessor jurídico desejou falar comigo – possíveis explicações – daí concluir-se que – se existe uma convenção autorizando descontos mensais; se existe uma denúncia dizendo ser, esse mesmo desconto, efetuado e não recolhido ao Sindicato e se a fiscal pede as folhas de pagamento que não são apresentadas e não é provada, sequer, a Contribuição Sindical ano 1987 – a queixa procede, como dedução lógica, ao que me parece. Infelizmente, apenas lavrei um auto de infração por falta de apresentação de documentos, e isso, lamentavelmente, não sana o problema. Talvez, opinião minha, seja o caso do Sindicato levar a questão a nível de Justiça Criminal, enfocando a figura da apropriação indébita. Quanto aos depósitos fundiários não recolhidos, foge à competência do Ministério do Trabalho fiscalizar. Deverá, o Sindicato, dirigir-se, a esse respeito, ao I.A.P.A.S., a quem incumbe tal procedimento”. DRT/PE.

No ano seguinte, outros fiscais também admitiram que, “tendo em vista o prazo determinado, as condições do tempo e o difícil acesso aos demais engenhos citados nos processos, a direção do sindicato deu preferência aos engenhos que foram fiscalizados”.⁷⁴²

Para além do caráter ordinário das dificuldades estruturais de acesso aos engenhos (estradas em péssimas condições, sobretudo nos períodos de inverno), da ausência de um sistema de transporte adequado; da falta de verba destinada ao órgão fiscalizador e do reduzido quadro de não mais do que vinte funcionários (maioria mulheres) encarregados de visitar o campo, as intimidações armadas aos inspetores, da mesma forma, eram comuns. Em 7 de novembro de 1983, por exemplo, os fiscais relataram que, “ao chegar ao Engenho Caraúbas, o proprietário e o administrador do engenho [estavam] armados de espingarda calibre 12 e revólveres 38, bem como mais quatro homens armados que ficaram fora do escritório, porém nas imediações”.⁷⁴³ Quadro dias depois, quando da fiscalização dos documentos na casa-grande do Engenho Angústia, os inspetores constataram que, assim que chegaram, “um empregado do Sr. Manoel Severino Cosme [proprietário do engenho] postou-se numa das janelas da referida casa, pelo lado de fora, porém sendo perfeitamente visível [sic] a espingarda calibre 12 em suas mãos e um revólver calibre 18 na cintura; [e que] também o proprietário

Relatório de fiscalização ao Departamento de Proteção ao Trabalho. Processo sem número. Data: 2 de março de 1988.

742 DRT/PE. *Relatório de fiscalização rural ao Sr. coordenador de fiscalização rural*. Proc. 001843/89; Proc. 004702/89; Proc. 009918/89 e Proc. 003556/89. Data: de 29 de maio a 2 de junho de 1989. Nesse *Relatório* ficou constatada falta de registro de empregados e descumprimento de cláusulas da Convenção Coletiva. Além disso, os fiscais lavraram seis autos de infração [AI n° 40240194 (art. 41 *caput* da CLT); AI n° 38840119 (art. 444 *in fine* da CLT); AI n° 40240195 (art. 41 *caput* da CLT); AI n° 38840120 (art. 444 *in fine* da CLT); AI n° 38840121 (art. 444 *in fine* da CLT) e AI n° 40240196 (art. 444 *in fine* da CLT)].

743 DRT/PE. *Relatório de fiscalização apresentado ao Sr. delegado regional do trabalho em Pernambuco*. Proc. DRT/PE n° 16.475/83. Data: 7 de novembro de 1983.

e o administrador estavam armados com revólveres 38⁷⁴⁴. Meses depois, outro *Relatório* (de 29 de fevereiro de 1984) constatou:

No dia 22 de fevereiro do corrente ano [1984], por volta das 10:00 horas, ao entrarmos nas terras do engenho [Eng. Petribu II, Carpina] em direção ao escritório, fomos interceptados por dois empregados do engenho, montados à [sic] cavalo, dizendo-se vigias, ambos armados com revólveres, tendo um deles, que inclusive recusou-se a dar seu nome, dito que a ordem do patrão era não permitir a presença de pessoas do Sindicato em terras do Engenho. Então nos identificamos com a CIF (Carteira de Identificação Fiscal) e mostramos a viatura oficial, chapa branca, do Ministério do Trabalho, mas aquele vigia descendo do cavalo, e ainda armado, disse que deveríamos nos retirar do Engenho logo, apesar de nos termos identificado. Diante deste impasse nos retiramos, lavramos o Auto de Infração nº 1.374, com base no art. 630, § 3º, da CLT [resistência à fiscalização] e comunicamos o ocorrido a V. Sa. No dia seguinte, 23 de fevereiro do corrente, voltamos ao engenho Petribu II acompanhados dos agentes de Polícia Federal Srs. Fernando Puma Simões Barbosa e Ricardo Bittar Leitão.⁷⁴⁵

A despeito desses entraves, ao longo dos anos 1980, a DRT fiscalizou centenas de engenhos. De acordo com o *Relatório geral da inspeção do trabalho na zona canavieira*, corespondente ao período de janeiro a dezembro de 1980, por exemplo, 675 propriedades foram inspecionadas em todos os municípios açucareiros. Ainda segundo o documento, “em todas as diligências efetuadas, verificou-se o descumprimento da legislação trabalhista bem como o desrespeito à Convenção Coletiva de 1979”. Apesar de constatar diversas irregularidades – como: i) não pagamento do 13º salário; ii) não concessão

744 DRT/PE. *Relatório de fiscalização apresentado ao Sr. delegado regional do trabalho em Pernambuco*. Proc. DRT/PE nº 17.009/83. Data: 11 de novembro de 1983.

745 DRT/PE. *Relatório de fiscalização apresentado ao Sr. delegado regional do trabalho em Pernambuco*. Processo sem número. Data: 29 de fevereiro de 1984.

de área de terra para plantio e criação necessários ao sustento do trabalhador e seus familiares; *iii*) descumprimento da tabela existente na cláusula 7ª da Convenção: medição de tarefas, pesagem da cana etc.; *iv*) prestação de serviços fora da propriedade onde o trabalhador residia; *v*) transporte dos trabalhadores de um local para outro sem as mínimas condições de segurança; *vi*) não pagamento do tempo despendido pelo trabalhador no percurso de ida e volta, bem como do período de espera pelo transporte; *vii*) moradia dos trabalhadores sem condições de salubridade e higiene; *viii*) não fornecimento, pelos empregadores, de ferramentas necessárias à execução das tarefas atribuídas ao trabalhador; *ix*) inexistência do comprovante de pagamento de salário, nos termos da Convenção; *x*) pagamento efetuado na área dos *barracões*, com descontos dos débitos contraídos pelo trabalhador, no estabelecimento; *xi*) utilização do trabalho de menor de 12 anos de idade; *xii*) utilização de intermediários à mão de obra (empreiteiro) sem firma constituída; e *xiii*) não recolhimento, ao sindicato, da mensalidade sindical – “a preocupação inicial da fiscalização, dado o abuso existente, concentrou-se no cumprimento dos arts. 29 a 41 da CLT” que tratavam da obrigatoriedade de os empregadores registrarem seus empregados, uma vez que, “somente a partir do registro, ou seja, da caracterização do vínculo empregatício, seria possível exigir a observância das normas de proteção ao trabalho”. A partir desse objetivo inicial, foram expedidas 36.316 Carteiras de Trabalho e Previdência Social. Normalmente, elas eram assinadas no meio dos canaviais para onde os inspetores, acompanhados dos presidentes dos sindicatos dos empregados e do emissor de carteiras, se deslocavam para executar a ação. Eles relatam que vários exemplares da carteira e algumas camisetas brancas eram levados para dentro dos partidos de cana, a fim de que os trabalhadores já pudessem de lá sair com o documento completo, incluindo sua fotografia. Em alguns casos, por exigência da fiscalização, as datas de emissão retroagiam vinte e às vezes trinta anos.

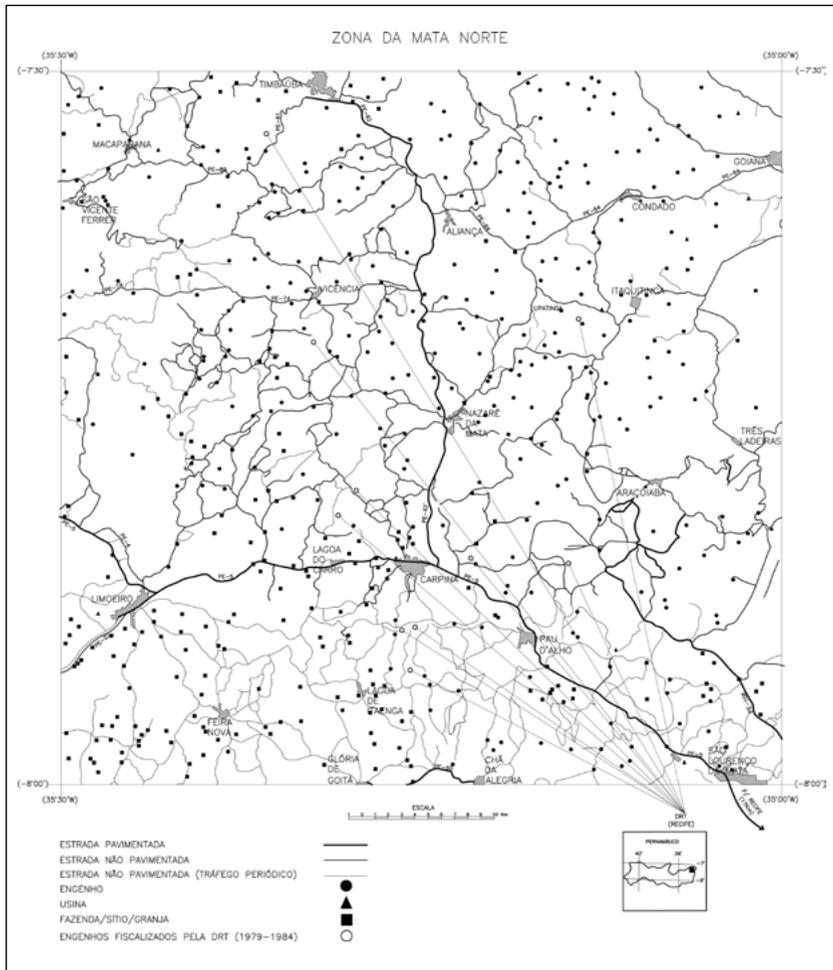


Figura 48. Engenhos fiscalizados pela DRT na Zona da Mata Norte entre 1979 e 1984. Fonte: elaboração do autor com base em dados da DRT.

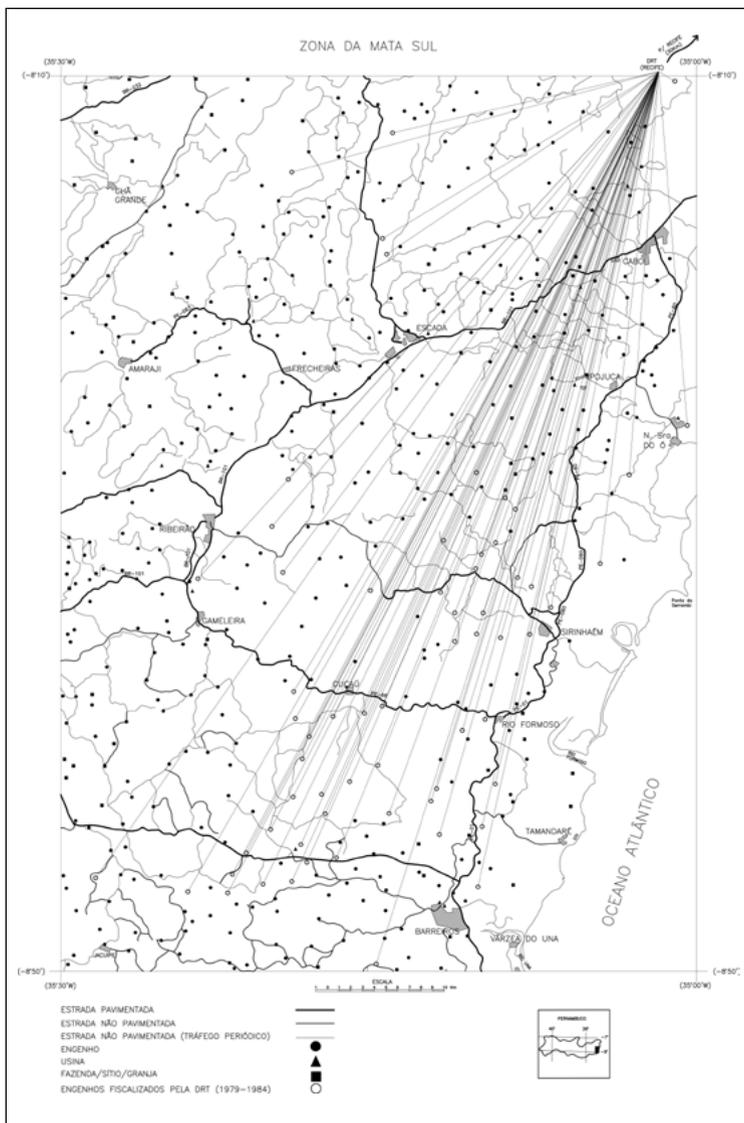


Figura 49. Engenhos fiscalizados pela DRT na Zona da Mata Sul entre 1979 e 1984. Fonte: elaboração do autor com base em dados da DRT.

Numa linha de ação na qual predominou o diálogo com a classe patronal, dado o caráter precursor da inspeção no mundo dos engenhos, e amparada numa filosofia de trabalho com uma estratégia clara de tentativa de conscientização, o *Relatório geral* mostrou que a lavratura de autos de infração foi o último recurso adotado.⁷⁴⁶

746 Segundo os inspetores da DRT, o Engenho Revira, em Vicência, foi notificado por “manter documentos sujeitos à inspeção do trabalho fora dos locais de trabalho e deixar de apresentá-los no dia e hora previamente fixados pelo agente da inspeção. A referida propriedade situada na zona rural de Vicência/PE, apesar de ter sido notificada em 13.05.87 e no Livro de Inspeção do Trabalho, nos dias 21.05.87 e 11.06.87 não nos apresentou os recibos de férias dos empregados: Antônio Alves da Silva, trabalhador rural, admitido em 04.01.84; José Mariano da Silva, trabalhador rural, admitido em 01.09.83; Severino Serafim de Souza, trabalhador rural, admitido em 10.01.55; Manuel Vicente Ferreira, trabalhador rural, admitido em 03.11.76”. Ainda segundo o relatório, 52 empregados foram encontrados sem registro. DRT. Proc. 13063/87. *Auto de Infração nº 40280007*. O Engenho Cepo, em Vicência, também foi autuado por “manter documentos sujeitos à inspeção do trabalho fora dos locais de trabalho e deixar de apresentá-los no dia e hora previamente fixados pelo agente da inspeção”. Também nele, 15 empregados foram encontrados sem registro. DRT. Proc. 13062/87. *Auto de Infração nº 383220058*. A Usina Cruangi S/A, em Aliança, foi multada por “manter empregado [motorista José Henrique da Silva] em serviço externo sem portar ficha, papeleta ou documento que legalmente a substitua, para comprovação do horário de trabalho”. Pela documentação compulsada, esse processo foi arquivado sem pagamento. DRT. Proc. 24337/87. *Auto de Infração nº 40270132*. O Engenho Benfica, em Barreiros, foi multado em NCz 3.156,76 por “manter empregados [quatro] sem respectivo registro em livro ou ficha competente”. DRT. Proc. 025.649/89. *Auto de Infração nº 38550121*. Já nos anos 1990, a Usina Mussurepe, em Paudalho, “deix[ou] de recolher à entidade sindical até o 10º dia subsequente ao do desconto, as contribuições associativas dos empregados (art. 545 Parágrafo Único)”. O processo foi arquivado em 1992. DRT. Proc. 000160/90. *Auto de Infração nº 40380043*. O Engenho Brejo, em Ribeirão, foi multado por “manter empregado trabalhando sob condições contrárias às disposições de proteção ao trabalho, às convenções coletivas e às decisões das autoridades competentes”. Ainda segundo o processo, o Engenho Brejo contava com 23 trabalhadores em plena atividade e não havia efetuado o pagamento da 1ª parcela do 13º salário/90. O engenho interpôs defesa administrativa, que foi julgada improcedente, sendo obrigado a pagar a multa. DRT. Proc. 018900/90. *Auto de Infração nº 40480119*.

Quando o clima de harmonia falhava ou quando surgiam dúvidas quanto ao tempo de serviço de algum trabalhador, por exemplo, a DRT constituía comissões paritárias para solucionar o caso. Da mesma forma, o *Relatório* atesta ainda que “quando falhava a intermediação direta do inspetor, era o próprio titular da DRT – ou seu substituto – que se deslocava ao interior, promovendo reuniões mais amplas entre a classe patronal e as lideranças sindicais de trabalhadores, com o objetivo de aproximar as partes, superar as dificuldades e estabelecer um clima de entendimento”.

Apesar dos avanços, contudo, o *Relatório geral* concluía que “a situação do homem do campo pouco mudou”.⁷⁴⁷ A esse respeito, os inspetores nos Engenhos Petribu e São Miguel, em 20 de março de 1983, relataram: “podemos dizer que há violações comprovadas à Lei e à Convenção, motivo porque [sic] entendemos ser necessário um retorno da fiscalização ao local, apesar das advertências feitas aos prepostos do arrendatário do engenho para sanarem as irregularidades”.⁷⁴⁸ Da mesma forma, em relatório de 18 de maio do mesmo ano, os fiscais declararam: “sentimos, na conversa que tivemos com a diretoria do Sindicato de Carpina e Lagoa de Itaenga, a NECESSIDADE [com letras capitais] de haver prosseguimento da fiscalização rural de maneira mais intensa e regular, pois percebe-se que o quadro de descumprimento ao dissídio e as violências ora iniciadas são reflexo da ausência da fiscalização no campo de modo mais constante”.⁷⁴⁹ Segundo os próprios trabalhadores rurais:

747 DRT/PE. *Relatório geral da inspeção do trabalho na zona canavieira (janeiro/dezembro)*. 1980.

748 DRT/PE. *Relatório de fiscalização nos Engenhos Petribu I e São Miguel apresentado ao Sr. chefe da seção de inspeção do trabalho*. Processo sem número. Data: 21 de março de 1983.

749 DRT/PE. *Levantamento da zona canavieira nos municípios de Carpina e Lagoa de Itaenga apresentado ao Sr. delegado regional do trabalho em Pernambuco*. Processo sem número. Data: 18 de maio de 1983.

Devem ser tomadas “as providências cabíveis em defesa dos trabalhadores rurais e suas famílias que vivem escravizadas pelos patrões. Várias denúncias já foram feitas contra as irregularidades, só que, os patrões não obedecem. Quando a Delegacia manda uma fiscalização e atua com multas, eles pagam as multas, mas continuam praticando a mesma coisa. Nas Convenções eles assinam, se comprometem a cumprir com o Dissídio Coletivo de Trabalho, mas no engenho eles não obedecem, não querem cumprir com a Constituição, não aceitam dialogar com os dirigentes do sindicato, como agora no mês de dezembro de 1988, os rendeiros dos engenhos: Taquara, Amarají, Bastiões, Retiro, Piutá, Ditoso, Cocula 1, Cocula 11, São Pedro, Moça, Alegre, Serrinha, todos de propriedade da Usina Estreliana, não estão cumprindo com as obrigações trabalhistas...”. Os proprietários dizem que “só pagam na justiça, que leva de dois a três anos para receber e o trabalhador vai ficar morrendo de fome com sua família. Os senhores de engenho são todos bravos, não obedecem as leis, eles têm dinheiro pra comprar as autoridades e por isso desrespeitam as leis. São os poderosos que desrespeitam o Governo do Estado e do País, são os perseguidores dos trabalhadores. Não pagam os direitos certo e quando o trabalhador bota na justiça eles mandam os administradores imprensar com o trabalhador botando serviço que ele não sabe fazer e muitas vezes é contra a saúde, e muitos trabalhadores já têm desaparecido, sem que a família saiba o seu paradeiro, muitos apanham e têm medo de denunciar porque têm medo de morrer, como tem acontecido com outros companheiros. Os fornecedores de cana mais perigosos deste município são: Paulo Paiva, dono do Eng. Bastiões; Clóvis Pragana Paiva, rendeiro do Eng. Retiro; Gerço Carneiro Leão, rendeiro do Eng. Piutá; Isnar de Castro e Silva, rendeiro do Eng. Amarají [sic]; Ricardo Mota Monte, rendeiro do Eng. Taquara; Abelardo Carneiro Leão, rendeiro do Eng. Ditoso e dono do Eng. Brejo; Manoel Ernesto Lima, rendeiro do Eng. Cocula 1, Ernesto Gonçalves Pereira Lima, rendeiro do Eng. Cocula 11 e proprietário do Eng. São Pedro; todos estes patrões dizem que

não tem [sic] condições de pagar os direitos trabalhistas dos seus empregados, como o Dissídio Coletivo de Trabalho, mas os engenhos estão cobertos de cana, até os sítios dos moradores acabaram para plantar cana [e] cada ano aumenta a frota de carros e máquinas, comprando mais engenhos e arrendando mais engenhos, mas dizem que não podem pagar os direitos dos trabalhadores. Por isso pedimos as [sic] autoridades do Governo que façam um levantamento nestes engenhos que não estão cumprindo com sua função social...”⁷⁵⁰



As formas de ação – seja do ponto de vista técnico ou simbólico – que estavam realmente abertas aos *moradores* eram pouco numerosas. Na medida em que a *plantation* enquanto espaço de liberdade contingente se impunha por meio das condições que ela oferecia não apenas para a produção, mas também para a circulação, comunicação e para o exercício da política, e uma vez que a *plantation* era a um só tempo meio vivido e percebido, o modo de existir no mundo do açúcar era delineado por uma conjunção particular de processos materiais e processos de significação. No mundo do açúcar, a *plantation* pode ser vista a um só tempo como terreno das operações individuais e coletivas, das relações sociais, e como realidade percebida. As formas espaciais, a violência e o medo modelavam as distâncias e as percepções que as pessoas tinham da geografia: modelavam a paisagem açucareira que impunha, no horizonte mental dos trabalhadores, uma dialética coerciva entre ficar e sair dos engenhos.

750 DRT/PE. Denúncia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão (ao Presidente da República) encaminhada do Gabinete Civil da Presidência da República à Delegacia Regional do Trabalho em Pernambuco. Data: 21 de janeiro de 1989.

CAPÍTULO VII

Arquitetura espacial da *plantation* depois do fim da *morada*

As conquistas trabalhistas empreendidas após longa e intensa mobilização, associadas ao acelerado processo de expulsão e/ou saída dos *moradores* nos anos 1960-1970, não foram suficientes para alterar a arquitetura de exploração e domínio da *plantation*, mas apenas provocaram uma sensível modificação em seu arranjo espacial. O primado do direito de propriedade e liberdade de uso daquilo que se possui (a terra) sobre a parte da justiça que apregoa a igualdade social – somado à omissão consentida do Estado, controle dos órgãos públicos pelo setor empresarial e falta de oportunidade aos trabalhadores – serviu para manter a arquitetura espacial da *plantation* inalterada.



Esta seção analisa o modo de existir da sociedade açucareira depois do intenso processo de expulsão e/ou saída dos antigos *moradores de*

engenho, quando grande parte da força de trabalho passou a morar fora das unidades produtivas, mas permaneceu a elas *sujeita*. Nessa parte, defendo que, mesmo depois do fim da *morada*, a *plantation* enquanto espaço de liberdade contingente seguiu funcionando de forma plena, concentrando e explorando pessoas, embora com novo arranjo interno.

Afirmar que a arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil continuou marcada pela dominação e exploração de centenas de milhares de indivíduos mesmo depois do fim da *morada* pode parecer paradoxal, pois como explicar a expulsão ou saída deliberada dos *moradores* num sistema que funcionava para concentrá-los? Como defender que a *plantation* continuou sendo um espaço de liberdade contingente mesmo depois de a maior parte da força de trabalho – antes confinada, coagida e explorada no interior das *plantations* – passar a morar fora da área de domínio fechado dos engenhos, no mundo externo? De fato, mesmo vivendo em outras localidades, agora não mais isolados no interior das *plantations*, poucas opções restavam aos canavieiros além de vender novamente sua força de trabalho à monocultura açucareira – setor da economia responsável por empregar de oitenta a noventa por cento da força de trabalho na Zona da Mata de Pernambuco. Embora os locais de moradia não fossem mais os mesmos, a dinâmica de exploração da *plantation* não foi alterada, uma vez que, nas cidades, a liberdade adquirida no âmbito privado, no lar, regularmente era posta em xeque quando a força de trabalho era discretamente coagida a se sujeitar mais uma vez aos antigos *senhores*. Da mesma forma, a montagem do sistema de agrovilas que concentrava os trabalhadores expulsos em áreas próximas aos engenhos, somada à infraestrutura precária das pequenas cidades no interior, distantes da capital e sem capacidade de oferecer condições mínimas a seus habitantes, contribuiu para que os *ex-moradores* permanecessem submissos ao domínio da agroindústria açucareira.

O fim da *morada* e o rearranjo espacial da *plantation*

A *plantation* continuou um espaço de liberdade contingente mesmo depois do fim da *morada*. Confinar a força de trabalho dentro do mundo fechado dos engenhos era vantajoso apenas enquanto ela era explorada sem inconvenientes, sem ônus ao setor empresarial, e enquanto o sistema viário ainda não estava suficientemente adequado para garantir o traslado diário, para dentro e para fora, dos trabalhadores. Quando a classe trabalhadora passou a se organizar e conseguiu, após longos anos de embates, estender a legislação e a Justiça do Trabalho ao campo e a partir do momento em que a classe patronal viu seu poder secular e sem freios ser posto em xeque e passou a ter a responsabilidade jurídica de responder por seus atos, doravante ilegais perante as autoridades, nesse instante o arranjo interno da *plantation* foi adaptado a uma nova forma de exploração, sem mudar, no entanto, sua arquitetura desigual.

Na visão de parte da historiografia, o fim da *morada* trouxe mais custos que benefícios aos ex-*moradores*, uma vez que não poderiam mais contar com determinadas garantias de vida de que dispunham nos engenhos.⁷⁵¹ Por essa lógica, morar nas cidades significava perder vantagens materiais, assistência e proteção do *senhor*, mesmo que, do lado de fora, os trabalhadores tivessem positivamente adquirido a independência sobre a gestão de suas vidas privadas.⁷⁵² Ademais, ainda seguindo essa linha de raciocínio, se enquanto viviam nos engenhos os *moradores*, por terem família, contavam com a possibilidade de receber um lote de terra para cultivo próprio,

751 Lygia Sigaud. “O sindicato e a estratégia do capital”. Op. Cit., p. 248.

752 “Partir, c’est acquérir l’indépendance sur la gestion de sa vie privée, mais en même temps c’est la perte de toute assistance automatique au moment du besoin... Ils perdent... les avantages matériels que leur vaut la protection constante du *senhor* (entretien de la maison, assistance en cas de maladie, de naissance ou de décès etc.)”. Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 90; 94-95.

vivendo na cidade, essa possibilidade deixava de existir.⁷⁵³ A esse respeito, segundo a socióloga Maria Tereza Sales, por exemplo, “testemunhos de pessoas que viveram o processo [de expulsão] na região (entrevistas com autoridades locais, proprietários e trabalhadores) [foram] unânimes em afirmar que o trabalhador da cana-de-açúcar vivia e se alimentava melhor quando na condição de morador”.⁷⁵⁴

A partir de toda a literatura produzida e dos argumentos e dados já elencados nos capítulos precedentes, entretanto, é possível inserir essa interpretação no *hall* de um conjunto de crenças equivocadas – herdeiras, em grande medida, da tradição freyriana – que tentaram cristalizar uma imagem romantizada da *morada* como momento feliz, quando todos os *moradores* tinham acesso aos sítios e contavam com a assistência de *senhores* generosos. A esse respeito, é comum encontrar algumas afirmações como o “preço da liberdade”; o “custo da liberdade” de não mais viver nos engenhos. Todavia, embora equivocadas no que concerne à questão em discussão, essas duas expressões acima aludem a uma verdade implícita, a saber: aquela que induz a entender que não havia liberdade plena no mundo fechado das usinas e terras de açúcar.

Se no interior dos engenhos os *moradores* tinham sua liberdade cerceada por um conjunto de fatores, já elencados nas seções anteriores, isso não quer dizer que vivendo fora eram totalmente livres e senhores dos seus destinos. A antropóloga Beatriz Alásia, por exemplo, afirmou, no final dos anos 1980, que, embora a cidade de Feira Nova, Alagoas, tivesse sido o destino escolhido por muitos antigos *moradores*, ela era um “lugar que concentra[va] a massa de trabalhadores expropriados”; para a autora, se morar em Feira Nova representava uma liberdade por não mais estarem submetidos a nenhum proprietário em particular, isso não significava que esses

753 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 202.

754 Maria Teresa Sales de Melo Suarez. *Cassacos e corumbas*. Op. Cit., p. 63.

trabalhadores haviam fugido da dominação da classe dos grandes proprietários, pois “a própria existência de Feira Nova, assim como sua localização – cercada de usinas – representa[va] essa dominação”.⁷⁵⁵ Lygia Sigaud – de quem vou tomar emprestada boa parte das considerações acerca das condições de vida dos trabalhadores depois da *morada* – seguindo na mesma direção, também afirmou:

se o trabalhador se sente “livre” na cidade porque pode vender a sua força de trabalho a quem e quando bem entender, isso se deve ao fato de que se libertou politicamente da dominação de um proprietário em particular e não da dominação econômica da classe dos proprietários.⁷⁵⁶

De fato, a tendência era que os trabalhadores se mudassem para a cidade mais próxima ao engenho do qual haviam saído. Não dispondo de capital suficiente para morar nos melhores bairros, entretanto, o mais comum era ocuparem sobretudo as zonas periféricas: locais de difícil acesso no período chuvoso. Esses bairros formavam uma espécie de cinturão proletário das pequenas cidades da Zona da Mata.⁷⁵⁷

Na *plantation*, o lugar onde se morava marcava posições sociais, e a primeira grande diferença de viver na cidade era o contraste com o isolamento do engenho. Se “no engenho a família vivia isolada no *corgo*, na *rua* [na cidade] a família [passou a] vive[r] ao lado de centenas de outras famílias”.⁷⁵⁸ Se nos engenhos o trabalhador estava constantemente submisso à figura dos patrões que exerciam

755 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 110.

756 Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 245.

757 Idem, p. 113. Segundo Lygia Sigaud, “fechadas em casa, as mulheres só saem para buscar água quando não podem pagar quem o faça, ou para lavar roupa em algum dia da semana, nos açudes e rios distantes, em companhia das comadres, parentas e vizinhas”. Idem, p. 118.

758 Idem, p. 173.

domínio e influência sobre todos os âmbitos de suas vidas (trabalho, saúde, lazer...), nas cidades sua margem de escolha era mais ampla, o que significava maior liberdade de expressão e de ação. A proximidade dos hospitais, farmácias e outros recursos médicos, antes difíceis, quando não inacessíveis, por exemplo, tornava a vida da maioria dos *ex-moradores* menos sofrível. Da mesma forma, a possibilidade de acesso às escolas também foi importante para marcar o lado positivo da cidade em oposição ao engenho.

Mas, se existem tantos pontos positivos no fim da *morada* e no fato de que, doravante, a maior parte da força de trabalho passou a viver fora dos limites fechados dos engenhos, como defender que a arquitetura espacial de dominação da *plantation* se manteve? Ocorre que, se no mundo dos engenhos trabalho e vida se justapunham de forma tão absoluta que mal conseguimos distingui-los em separado, no mundo externo eles apenas se afastaram parcialmente, uma vez que a submissão dos trabalhadores à monocultura açucareira se manteve.

Rompidos os laços que os vinculavam aos proprietários e estando fechada a alternativa de restabelecer o “contrato” de *morada*, aos trabalhadores que abandonam os engenhos se coloca[va] a alternativa de se instalar nas cidades situadas na periferia das grandes propriedades da Zona da Mata. [...] Como a saída dos trabalhadores não se seguiu a inovações tecnológicas poupadoras de força de trabalho, mas consagrou uma modificação nas relações sociais entre proprietários e trabalhadores que se expressa na liquidação da *morada*, os trabalhadores que deixaram os engenhos continua[va]m sendo tão necessários quanto antes para os serviços de plantio, limpa e corte da cana. [...] Mudaram as relações, mas não o trabalho propriamente dito.⁷⁵⁹

759 Idem, p. 111.

A “inexistência de outra atividade produtiva”⁷⁶⁰ além da monocultura açucareira, somada à necessidade de mão de obra que usinas e engenhos mantinham para garantir a sobrevivência do setor, fazia com que aos antigos *moradores* restassem poucas alternativas econômicas além de se submeterem, novamente, aos trabalhos no interior dos engenhos.⁷⁶¹ Homogeneizados pelo sistema de exploração que tinha nos empreiteiros seu grande agenciador, os trabalhadores se viam obrigados a continuar trabalhando nos engenhos para sobreviver. Para tanto, as próprias empresas, durante a safra, colocavam caminhões à disposição dos empreiteiros para garantir o acesso dos trabalhadores aos engenhos.

com a chegada do inverno e com ele a redução da demanda [por serviços nos engenhos], o trabalhador t[inha] de se submeter ao trabalho distante... Não se trata[va] aí apenas de uma distância em quilômetros, mas de uma distância que passa[va] a ser considerada grande porque os proprietários não fornec[ia]m aos empreiteiros o transporte diário e se limita[va]m a fornecê-lo no início e no final da semana. Se os proprietários não fornec[ia]m transporte porque [era] inverno e diminu[ía] a circulação de capital, os trabalhadores [eram] obrigados a providenciar sua própria locomoção, quer voltando a pé para casa, quer custeando a passagem de ônibus, quer se sujeitando à possibilidade de obter uma carona. Ora, isso nem sempre [era] possível e portanto não resta[va] ao trabalhador outra alternativa senão permanecer na propriedade e aguardar o transporte do empreiteiro no final da semana.⁷⁶²

760 Governo do Estado de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Op. Cit., p. 58.

761 Segundo Lygia Sigaud, “é justamente a manutenção da demanda de força de trabalho no mesmo nível e para o mesmo tipo de tarefa e a ausência de outras alternativas produtivas que vão dar conta da permanência da maioria dos trabalhadores na região e da continuidade com o trabalho na cana”. Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 111.

762 Idem, p. 171.

Os trabalhadores que moravam fora, mas permaneciam trabalhando nos engenhos, aproveitavam a infraestrutura de “casas e galpões disponíveis, vestígios da época de predomínio do sistema de morada e até da época das senzalas coloniais”,⁷⁶³ para se alojarem durante os dias que lá passavam. Esses espaços eram utilizados “para abrigar o trabalhador temporário, que permanec[ia] na propriedade apenas o tempo necessário para a execução de determinadas tarefas, tempo este que pod[ia] durar toda a época da safra, como pod[ia] ser o trabalho de apenas uma semana”.⁷⁶⁴ Durante esse período, “vários homens eram agrupados numa mesma casa... residiam em *barracos e galpões*”.⁷⁶⁵

No mundo dos engenhos, inclusive depois do fim da *morada*, a decisão sobre a jornada e o ritmo de trabalho não passava, portanto, por uma livre escolha do trabalhador, como pretendeu fazer crer parte da historiografia. Na verdade, a distância entre o local de moradia (cidade) e de trabalho (engenhos) que a ida para a *rua* representou impedia que durante as horas de serviço dentro dos engenhos os trabalhadores pudessem gozar, livremente, de sua liberdade. Dentro dos engenhos, longe das autoridades públicas, a violência continuava determinando as regras do trabalho e as relações de poder. Da mesma forma, se o fim da *morada* significava que os trabalhadores não mais estariam submetidos em tempo integral ao controle dos *senhores de engenho*, significava também que seria cada vez mais difícil comprovar as relações empregatícias que se mantiveram mesmo depois de passar a viver nas cidades.

A figura do empreiteiro como mediador da exploração era fundamental em todo esse processo. Segundo *Relatório de fiscalização da DRT*, os empreiteiros serviam para descaracterizar e dificultar a

763 Maria Teresa Sales de Melo Suarez. *Cassacos e corumbas*. Op. Cit., p. 61.

764 *Ibidem*.

765 Beatriz Maria Alásia de Heredia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. Op. Cit., p. 131.

relação empregatícia, sendo os responsáveis diretos pela exploração do empregado na zona rural. Amparados e incentivados pelo empregador, eles beneficiavam economicamente as empresas que toleravam e eram coniventes com eles. Os empreiteiros eram “um dos principais responsáveis pela não aplicação das leis protetoras do trabalho, vez que não assegura[vam] ao empregado nenhum amparo legal pois... sua finalidade [era] fornecer mão de obra ao empregador, não lhes sendo atribuída nenhuma responsabilidade trabalhista”.⁷⁶⁶

Greves

Na tentativa de conter as arbitrariedades da classe patronal e se aproveitando do momento de “abertura” – lenta, gradual e segura – pelo qual o regime militar passava no final dos anos 1970, o movimento sindical organizou, em 1979 precisamente, a maior greve rural do Brasil desde 1964, ganhando o apoio de cem mil trabalhadores e deixando ociosas dezenas de usinas de açúcar, em uma ação cuidadosamente elaborada para se encaixar nas restritivas leis brasileiras sobre greves.⁷⁶⁷ Os principais meios utilizados pelos trabalhadores para manter os engenhos parados durante a célebre greve de 1979 foram obstrução de estradas, tombamento de caminhões, piquetes e bloqueio de acesso às fazendas.⁷⁶⁸ Essas estratégias nos dão, mais uma vez, certa dimensão da importância do controle sobre o espaço na sociedade açucareira e nos informam sobre a capacidade de articulação da classe trabalhadora, mesmo no mundo fechado e violento dos

766 DRT. *Relatório de fiscalização realizada na zona rural dos municípios de Rio Formoso e Serinhaém*. Fevereiro de 1980.

767 Clifford Andrew Welch. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 430.

768 Lygia Sigaud. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. Op. Cit., p. 319-343.

engenhos. Rompendo o caráter concentracionário e usando as formas espaciais a seu favor, os trabalhadores utilizavam os caminhos de barro e os atalhos que conheciam em detalhes para mobilizar seus companheiros, distribuindo panfletos nos pontos de caminhões, nas feiras e nos engenhos. Para as assembleias de greve, os trabalhadores se deslocavam a pé, de caminhão, no carro do sindicato (quando possuía) ou com transporte fretado (quando se tinha dinheiro).

A classe patronal, por outro lado, tentava retomar a produção pressionando os trabalhadores que não tinham aderido ao movimento através de “coação física, via milícias privadas”.⁷⁶⁹ De acordo com Manuel Correia de Andrade, era comum os patrões imporem “violência psicológica e física, tentando coagir os trabalhadores grevistas a voltarem ao trabalho”.⁷⁷⁰ Segundo *Informe 2* da campanha salarial promovida pela Fetape em 1987, por exemplo, os patrões utilizavam “jagunços, cabos e administradores armados tenta[ndo] de todas as formas intimidar os comandos de greve nos engenhos e pontas de rua. [E] além de ameaçar prender as lideranças, substituíam trabalhadores por clandestinos, e recorr[í]am à ajuda da polícia militar para obrigar os trabalhadores a furar a greve ou para impedir o aliciamento pacífico, garantido por lei”.⁷⁷¹ A esse respeito, especificamente, Lygia Sigaud afirma que na greve de 1979 a imagem do Estado estava desgastada em virtude do “uso de força policial contra trabalhadores grevistas”.⁷⁷²

Com participação cada vez mais ampla dos trabalhadores – algumas, inclusive, com adesão dos *corumbas* – as anuais campanhas salariais (desde 1979), normalmente acompanhadas de greves,

769 Idem.

770 Manuel Correia de Andrade. *Área do sistema canavieiro*. Op. Cit., p. 227.

771 FETAPE. *Zona Canavieira Pernambuco – Campanha Salarial 1987 (Informe 2)*. 2 de outubro.

772 Lygia Sigaud. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. Op. Cit.

provocaram o que a Contag chamou de “escalada da violência no campo”.⁷⁷³ Ademais, “na medida em que praticamente todos os aspectos da vida social no interior dos engenhos [iam] sendo regulados a partir das greves, aumenta[va] a probabilidade de eclosão de conflitos durante todo o ano”.⁷⁷⁴ Nesse ínterim, a despeito do reforço da violência por parte dos empresários,⁷⁷⁵ um dos efeitos positivos das greves foram os direitos conquistados pelas Convenções e Dissídios Coletivos.⁷⁷⁶ Com validade de um ano, a maior parte das

773 CONTAG. “A violência no campo pela mão armada do latifúndio...”. Op. Cit.

774 Lygia Sigaud. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. Op. Cit.

775 De acordo com a Fetape, “a classe patronal monta nos municípios de Carpina e Paudalho um laboratório de violência organizada, gerando nestes municípios, com ressonâncias as mais diversas nos outros municípios, um esquema de violência extremamente brutal, intensificado e organizado. Em maio de 1983, a Fetape denuncia e pede providências e audiência ao Governador do Estado sobre a escalada de terror nos engenhos de Pernambuco. Ilegalidades trabalhistas se generalizavam com reflexos insuportáveis nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores da cana, generaliza-se a prática de triplicar o trabalho reduzindo assim o salário através do aumento de tarefas, a destruição de lavouras utilizando tratores, a adoção de milícias armadas privadas dentro dos engenhos e nos canaviais, as violências exemplares de espancamento de cipó de boi e ameaças de morte, todo este esquema programado visou: o superlucro através da superexploração, a compensação para os patrões dos direitos conquistados pelos trabalhadores nos Dissídios Coletivos, a clandestinização da mão de obra, a perseguição a trabalhadores delegados sindicais, associados ligados ao Sindicato e trabalhadores que reclamavam direitos ou fichados de muitos anos, o desmantelamento dos Sindicatos, visou, enfim, manter a tensão social nos engenhos sob o controle do terror”. FETAPE. *Relatório anual de atividades*. 1983.

776 Nos arquivos da Fetape, um documento avulso da Secretaria de Política Salarial elencou as greves, o número de dias parados e as formas de resolução dos impasses entre 1979 e 1998. A greve de 1979 findou numa Convenção após 8 dias de greve. Em 1980, um Dissídio Coletivo pôs fim a 2 dias de greve; 1981 (Convenção sem greve); 1982 (Dissídio após 2 dias de greve); 1983 (Dissídio após 2 dias de greve); 1984 (Dissídio após 4 dias de greve); 1985 (Convenção sem greve); 1986 (Dissídio após 13 dias de greve); 1987 (Convenção após 8 dias de greve); 1988 (Dissídio após 9 dias de greve); 1989 (Dissídio após 8 dias

normas propostas nas campanhas dizia despeito a itens já positivados na legislação em vigor, como: *i)* salário-família; *ii)* transporte seguro dos trabalhadores; *iii)* acesso ao sítio; *iv)* casas rebocadas, com piso de cimento, banheiro e privada; *v)* salário-doença; *vi)* salário maior nos serviços perigosos; *vii)* décimo terceiro mês de salário; *viii)* obrigação dos patrões oferecerem, sem custos, as ferramentas de trabalho; *ix)* escola obrigatória para os engenhos com mais de 50 moradores; *x)* regulamentação do local e horário de pagamento; *xi)* fiscalização do Ministério do Trabalho; *xii)* serviços adequados para trabalhadores acidentados; *xiii)* direito de beber água; *xiv)* repouso remunerado com base na produção; *xv)* permanência no emprego para mulheres gestantes... A cláusula da proibição de porte de arma para vigias, administradores, fiscais e cabos dos engenhos, contudo, não foi aprovada. Segundo a Fetape:

a atuação do Movimento Sindical foi constante para exigir a formulação de políticas governamentais capazes de minorar a violência no campo e, no centro destas exigências, se colocaram exigências de punição dos responsáveis e mandantes e o desarmamento das milícias privadas do patronato da região canavieira. Foi difícil obter a punição de latifundiários: não houve um só caso de punição. Os inquéritos policiais foram conduzidos de forma a descaracterizar o conteúdo da violência e não conduziram a resultados eficazes. Além do que foi profundamente lamentável a cláusula da proibição de porte de arma para vigias, administradores, fiscais e cabos dos engenhos de Pernambuco ter sido perdida por apenas um voto no Dissídio Coletivo de 1984.⁷⁷⁷

de greve); 1990 (Dissídio após 11 dias de greve); 1991 (Dissídio após 8 dias de greve); 1992 (Convenção após 2 dias de greve); 1993 (Convenção sem greve); 1994 (Convenção sem greve); 1995 (Convenção sem greve); 1996 (Convenção após 2 dias de greve); 1997 (Convenção sem greve) e 1998 (Convenção após 6 dias de greve).

777 FETAPE. *Relatório anual*. 1984.

Os embates e negociações para aprovar as Convenções e os Dissídios eram seguidos pelas dificuldades de fazer com que cada trabalhador *livre* e cada *morador* tivessem acesso a seu conteúdo e ainda mais para fazer cumpri-lo em seus detalhes. Segundo Lygia Sigaud, Felipe Lindoso, José Sérgio Leite Lopes e Marie France Garcia, em livro intitulado *Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste*, em alguns municípios como São Benedito do Sul, Igarassu e Água Preta, por exemplo, muitos trabalhadores desconheciam a própria existência da Convenção.⁷⁷⁸ Ainda segundo os autores, “é possível afirmar que os patrões espontaneamente não cumpriram nenhum dos compromissos que haviam firmado na mesa de negociações” em 1979.⁷⁷⁹ Para tanto, uma de suas práticas mais elementares era, “a cada aumento salarial, aumentar também a extensão das *tarefas*, de modo a conseguir anular os efeitos reais do aumento” salarial,⁷⁸⁰ descumprindo a *Tabela de Tarefas*.⁷⁸¹ A falsificação nos pesos e medidas, da mesma forma, poderia chegar a uma fraude de 40% de acordo com o Instituto de Pesos e Medidas.⁷⁸² Em outros casos, como em Nazaré da Mata, “os proprietários manda[va]m cercar os sítios de cana para testar a resistência do trabalhador”.⁷⁸³ Contudo, “apesar da omissão da DRT, a

778 Lygia Sigaud; Felipe Lindoso; José Sergio Leite Lopes & Marie France Garcia. *Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste*. Relatório de Pesquisa. Museu Nacional do Rio de Janeiro, s/d., p. 16.

779 Idem, p. 2.

780 Idem, p. 4-5.

781 “A classe patronal decidiu na campanha salarial de 1983 desferir guerra à mais sentida reivindicação dos trabalhadores da cana, a Tabela de Tarefas, único instrumento dos trabalhadores para impedimento da ganância e exploração desenfreada dos patrões, mas a investida dos patrões só conseguiu intensificar a vontade dos assalariados da cana em manter esta conquista intocável”. FETAPE. *Relatório anual de atividades*. 1983.

782 Lygia Sigaud; Felipe Lindoso; José Sergio Leite Lopes & Marie France Garcia. *Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste*. Op. Cit., p. 13.

783 Idem, p. 18.

Convenção [ou parte dela] foi cumprida em algumas áreas”, onde os trabalhadores se organizaram.⁷⁸⁴ Obviamente, a atitude de cada patrão, em cumprir ou não determinados itens legais, dependia de um conjunto de fatores como a competição com outros proprietários e sua intenção em manter o ritmo acelerado da produção. Para a Fetape:

Os empregadores, com pouca exceção, teimam em não cumprir a legislação trabalhista e a Convenção Coletiva de trabalho da categoria, despatchando regras voluntariamente acordadas na mesa de negociação. À deterioração das condições de trabalho junta-se a insegurança do não recebimento do salário como sustento fundamental do trabalhador e de seus dependentes. Por outro lado, os constantes pedidos dos Sindicatos e da Fetape para que ocorra uma intensificação das fiscalizações dos direitos trabalhistas, têm esbarrado nas alegações de dificuldade de recursos humanos e financeiros dessa DRT para atender as solicitações, o que tem contribuído para agravar o quadro de descumprimento das normas laborais. Práticas de violência, espancamentos, assassinatos e ameaças inclusive contra a liberdade sindical, voltam a ter um novo impulso nos canaviais pernambucanos como forma de deter a organização dos trabalhadores por seus direitos.⁷⁸⁵

Diante do intenso embate durante as greves, da escalada da violência patronal e do descumprimento das cláusulas das Convenções e dos Dissídios, “os processos multiplicaram-se na zona canavieira: os dirigentes estimulavam os trabalhadores a recorrerem à Justiça para garantirem o respeito aos novos direitos incluídos nos contratos coletivos”.⁷⁸⁶ De acordo com *Relatório anual* da Fetape (1984), contudo:

784 Idem, p. 3.

785 FETAPE. *Ofício nº 281/96 à DRT*. 25 de setembro de 1996.

786 Lygia Sigaud. “Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana”. Op. Cit.

Verifica-se que a acumulação de ações numa Justiça do Trabalho morosa não podia constituir-se numa solução decisivamente efetiva para o cumprimento do Dissídio, até porque o campo do Judiciário mostrava-se insuficiente, embora de inegável importância nestas fases vividas da luta pelo cumprimento do Dissídio.⁷⁸⁷

No período entre as greves, não se verificava, em cada engenho, um conflito uniforme e homogêneo, uma luta orquestrada para cumprir cada item da Convenção ou do Dissídio, como nas discussões durante os dias de paradeiro. Para a classe patronal, o que estava em jogo era “a desmoralização das normas através do seu não cumprimento”,⁷⁸⁸ buscando desgastar politicamente a imagem da DRT e dos próprios trabalhadores. Nesse sentido, as greves e seus desdobramentos, no que concernem aos avanços em termos de direitos trabalhistas, não impuseram limites reais de dominação, não mudaram visivelmente as condições de vida e trabalho da maior parte dos canavieiros, não impediram, por fim, o controle do espaço e o uso da violência pela classe empresarial.

Mesmo durando poucos dias, contudo, as greves eram um dos raros momentos em que o mundo externo tomava conhecimento das dramáticas condições de vida no interior nas *plantations*. Depois delas, a vida nos engenhos era novamente obscurecida. Para Lygia Sigaud, “os conflitos que termina[va]m em violência, com morte ou espancamento de trabalhadores, se torna[va]m públicos [apenas] porque o governador ou o secretário de segurança t[ínham] algo a dizer a seu respeito, em função de denúncia feita pelos sindicatos”.⁷⁸⁹ Como ela afirmou:

787 FETAPE. *Relatório anual*. 1984.

788 Lygia Sigaud. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. Op. Cit.

789 Idem.

Os conflitos... [eram] resolvidos entre trabalhadores, delegados sindicais e patrões, a nível local, e no máximo levados às Juntas de Conciliação e Julgamento, a primeira instância da Justiça do Trabalho, sediada nas pequenas cidades do interior. Nunca chega[va]m à capital, nem à imprensa, a não ser esporadicamente. Portanto, é como se não existissem.⁷⁹⁰

Agrovilas

No bojo das conquistas trabalhistas – sobretudo aquelas que remontam aos anos 1960 – e do Proálcool nos anos 1970, a aceleração da expulsão de *moradores* provocou algumas mudanças nas relações sociais, com reflexos sobre a organização do espaço. A intensificação das mobilizações no campo a partir de 1979, associada aos direitos doravante inscritos nas Convenções e Dissídios Coletivos, levou a classe patronal canavieira, associada ao Estado, a adotar medidas com vistas a conter o processo de mobilização política dos trabalhadores. Para tanto, o Governo Federal criou, em 1980, o Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras (Procanor). Segundo os documentos oficiais, os fundos do Programa seriam administrados pelo Governo do Estado e utilizados para a construção de agrovilas próximas às grandes propriedades; na construção de conjuntos de moradias nas pequenas cidades; na assistência à produção de alimento; e na aquisição de terras e sistemas de abastecimento de água. Em resumo, a proposta oficial do Programa era promover aos trabalhadores moradia e acesso à terra, “rendimento certo todo mês; casa de alvenaria e cimentada para morar; escola perto para os filhos estudar; água potável e de boa qualidade em abundância; eletrificação e atendimento médico, etc.”:⁷⁹¹ tudo

790 Idem.

791 B. Mariano Neto. *A produção do espaço agrário paraibano enquanto instância social*. João Pessoa: cchla.ufpb.paraiba, 2004 (On Line). Acesso em 4 de maio de 2015.

aquilo que no mundo dos engenhos era precário. Contudo, entre utilizar todas essas questões para angariar verbas junto ao Governo Federal e aplicar, de fato, o Programa, existia uma barreira que, na prática, não foi transposta.

Cercadas de cana por todos os lados, as agrovilas ficavam “isoladas e distantes de tudo”.⁷⁹² Morar nelas, segundo Mariano Neto, era saber que os filhos não teriam muitas oportunidades de estudar; que não teriam um posto médico em real funcionamento; era ter a certeza da desolação de saber que está no campo, mas ao mesmo tempo não está; que a agrovila “não é cidade, pois não oferece os serviços mínimos que a cidade dispõe, e não é campo, pois não existe um espaço para uma produção familiar que possa ampliar a renda do grupo social”.⁷⁹³ Para Mariano, as agrovilas refletiam uma “contradição chamada concentração de uma microcidade do real fictício”.⁷⁹⁴ Na Paraíba, a geógrafa Avany Lúcia Dantas – que nos anos 1980 estudou em detalhes as agrovilas do estado, e de quem vou tomar emprestada a maior parte das informações a respeito – constatou que a Agrovila Odilância, por exemplo, localizava-se a 15 km de distância da cidade mais próxima, Santa Rita; a Agrovila Lerolândia, por sua vez, ficava a 13 km da mesma cidade; a Agrovila Cumati distava 6 km da cidade mais próxima, Bananeiras, e estava “localizada numa região acidentada do ponto de vista físico, o que dificultava o acesso”, com “certa influência da Usina e Engenho Santa Rita”;⁷⁹⁵ a Agrovila Ribeiro Grande ficava a 5 km de distância de Alagoinha do Sul, numa “área acidentada e de expansão da cultura da cana com a influência dos Engenhos Monte Alegre em

792 Idem.

793 Idem.

794 Idem.

795 Avany Lúcia Dantas. *As agrovilas como uma nova forma de localização da mão-de-obra canavieira na Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Geografia, 1989, p. 87-90.

Mamanguape e Balancinho no mesmo município”.⁷⁹⁶ Em entrevista com o vice-prefeito de Santa Rita, Avany Dantas constatou que a localização de Odilândia estava ligada à “proximidade da Destilaria Giasa, devido à facilidade de locomoção do trabalhador e [para] evitar os riscos de acidentes com os caminhões e tratores que faziam [seu] transporte”. Ainda de acordo com o que o vice-prefeito revelou à autora, “as outras agrovilas tiveram a mesma finalidade”.⁷⁹⁷ Os demais interlocutores da autora, os trabalhadores, “foram unânimes em afirmar que viviam como moradores e o patrão os expulsou de suas terras para expandir a cultura da cana-de-açúcar, e, como resultado, dada sua condição de mão de obra não qualificada, só restava ocupar as periferias urbanas e continuar trabalhando na cana”.⁷⁹⁸

Em sua maioria, as agrovilas, portanto, localizavam-se distante dos centros urbanos e foram projetadas para serem construídas dentro dos domínios do açúcar. Por não possuírem vínculo empregatício, mesmo que continuassem trabalhando nos engenhos, e, portanto, por não poderem ser beneficiados com o INPS e o Funrural, os trabalhadores deslocados para as agrovilas viviam na condição de indigentes,⁷⁹⁹ pois “não disp[unha]m de recursos nem para comprar alimentos”, nem de assistência médica e odontológica.⁸⁰⁰

Segundo depoimento de um dos chefes de família de Lerolândia, quando a população dessa Agrovila adoec[ia] fica[va] sem alternativa no sentido de tratar-se, pois o Posto da Agrovila só atend[ia] as doenças mais simples. Se fo[ss]em casos graves, t[inha] que se deslocar para outras cidades, o que se torna[va] difícil pela falta de transporte, pois a linha de ônibus que passa[va] em Lerolândia, ligando Santa Rita e Lucena,

796 Idem, p. 90.

797 Idem, p. 85.

798 Idem, p. 97.

799 Idem, p. 106.

800 Idem, p. 104.

t[inha] apenas 3 horários: às 7:00 da manhã, 12:00 horas e às 17:00 horas.

Em algumas agrovilas, a vida era tão dura quanto nas *plantations*. A água que consumiam provinha de cacimbas, poços abertos, chafarizes ou rios que recebiam os dejetos das usinas e destilarias. Para as necessidades fisiológicas, apenas duas das oito agrovilas pesquisadas por Avany Dantas na Paraíba contavam com privadas dentro de casa e com fossa negra; as demais eram “improvisadas no mato”. Como nos engenhos, a maior parte das casas era de taipa, “construídas pelos próprios trabalhadores que, na sua maioria, não disp[unha]m de recursos para fazer uma casa de tijolo”.⁸⁰¹ Até a retirada da lenha para o cozimento de alimentos e/ou fervura da água que seria consumida era coberta de dificuldades, pois quem vivia nas agrovilas muitas vezes precisava “se deslocar muitos quilômetros de distância, às vezes todos os membros da família, para apANHÁ-la devido à falta de animal de carga para o seu transporte”.⁸⁰²

Sem energia elétrica, acesso a escolas e serviços de saúde especializados capazes de encaminhar pacientes com doenças mais complexas e com sistema viário e de transporte precário, as agrovilas eram como guetos que concentravam uma população invisível aos poderes públicos. Elas reproduziam tanto as condições de miséria e pobreza, comum no interior das *plantations*, quanto sua violência organizada. Segundo Relatório da Fetape, por exemplo, em 21 de novembro de 1983:

A “Usina São José S/A, município de Igarassu [Pernambuco], cercou com arame farpado e estacas de cimento a [Agro]vila Botafogo, construiu uma única estrada de acesso, vigiando seu portão de entrada por homens armados, 24 horas por dia, controlando a saída e a entrada de todos os moradores da vila,

801 Idem, p. 106.

802 Idem, p. 108.

empregados da Usina. Esta mesma usina mantém uma polí-
cia privada, dispondo de carro de camburão para prender tra-
balhadores. Os trabalhadores são revistados, sendo até suas
feiras revistadas. O gerente da Usina, Dr. Adailson, está ame-
açando entrar nas casas para “apreender bebidas alcoólicas”.⁸⁰³

“Resultantes de um processo histórico compulsoriamente diri-
gido para a imobilização do trabalhador rural da agroindústria
canavieira”,⁸⁰⁴ as agrovilas funcionavam como “concentração resi-
dencial de grande parcela da força de trabalho, vinculada, sobretudo,
ao sistema canavieiro”.⁸⁰⁵ Enquanto “novas especialidades habi-
tadas densamente por populações excluídas”,⁸⁰⁶ serviam também
como “forma de assentamento e imobilização da força de trabalho
considerada como recurso para o atendimento às necessidades de
acumulação de capital”.⁸⁰⁷ Para aquele que nelas era confinado, se
antes, na condição de *morador* sem sítios e isolados, não tinha liber-
dade, “agora como prisioneiro de um salário, vê na vila as grades
dessa prisão”.⁸⁰⁸

Pautadas no discurso político de melhorias das condições de
vida da população rural da cana, as agrovilas, na verdade, foram

803 FETAPE. *Relatório anual de atividades*. 1983. De acordo com o mesmo relatório, “O vigia da Agrovila de Botafogo, da Usina São José, ameaçou o Presidente do Sindicato caso este entrasse na agrovila. Esta agrovila foi cercada com cercas de arame farpado pouco antes do início da Campanha [de Greve]”.

804 Avany Lúcia Dantas. *As agrovilas como uma nova forma de localização da mão-de-obra canavieira na Paraíba*. Op. Cit.

805 Idem.

806 Josileide Bernardo da Silva & Lincoln da Silva Diniz. “O binômio engenho-po-
breza no brejo paraibano: uma análise sócio-espacial da relação campo-cidade
na produção das periferias rururbanas do município de Areia/PB”. In: *XIX
Encontro Nacional de Geografia Agrária*. São Paulo, 2009, p. 1-15.

807 Avany Lúcia Dantas. *As agrovilas como uma nova forma de localização da mão-de-obra canavieira na Paraíba*. Op. Cit., p. 2.

808 B. Mariano Neto. *A produção do espaço agrário paraibano enquanto instância social*. Op. Cit.

uma das “formas de resolver o problema da manutenção de reserva da mão de obra, condição para a expansão da *plantation*”.⁸⁰⁹ Com elas, segundo Avany Dantas, “o Estado, através do Procanor, atingia o seu objetivo maior, de fixação da mão de obra nas proximidades das usinas e destilarias, ensejando, portanto, circunstâncias mais favoráveis ao desenvolvimento da atividade canavieira”.⁸¹⁰ Concentrando os trabalhadores em microespaços estrategicamente planejados para imobilizá-los nos limites espaciais do latifúndio,⁸¹¹ o Programa das agrovilas simultaneamente tentava frear seu processo de mobilização política⁸¹² atuando como “forma de controle e dominação”.⁸¹³ Subjacente a programas como esse, existia a questão da intervenção “conciliadora” do Governo no sentido de reduzir as tensões sociais no campo, adquirindo latifúndios improdutivos, dividindo-os em pequenos lotes e distribuindo-os com os trabalhadores rurais.⁸¹⁴ Dessa forma, visando assegurar condições para a

809 Gisélia Franco Potengy. “As mudanças nas relações do trabalho e o novo clientelismo no campo na Paraíba”. In: *Cad. Est. Soc.* v. 6, n. 2, jul./dez., 1990, p. 283-300.

810 Avany Lúcia Dantas. *As agrovilas como uma nova forma de localização da mão-de-obra canavieira na Paraíba*. Op. Cit., p. 41.

811 B. Mariano Neto. *A produção do espaço agrário paraibano enquanto instância social*. Op. Cit.

812 Avany Lúcia Dantas. *As agrovilas como uma nova forma de localização da mão-de-obra canavieira na Paraíba*. Op. Cit., p. 40.

813 Idem, p. 41.

814 Em crítica à compra das terras do antigo Engenho Ribeirão com fins à criação da Agrovila Vitória, Zadir Calado afirmou: “O Engenho Ribeirão era um latifúndio de exploração que pelo Estatuto da Terra estava sujeito a desapropriação pelo poder público. O espírito do ET é de penalizar o latifúndio pelo uso antieconômico e anti-social da terra. Ao contrário, o Governo comprou o imóvel praticamente à vista pelo preço de mercado, permitindo que o latifundiário se apropriasse de forma privada dos benefícios criados pelos investimentos públicos aí realizados, valorizando suas terras”. Zadir Cavalcanti Calado. *Padrões e formas de associativismo em zonas rurais: a experiência de trabalhadores rurais na Agrovila da Vitória, em Pernambuco*. Op. Cit.

reprodução da força de trabalho,⁸¹⁵ o Estado funciona para garantir ou assegurar para o capital agroindustrial canavieiro uma força de trabalho disponível próximo a suas áreas de domínio. O “Estado como elemento de legitimação da classe dominante”,⁸¹⁶ e sem transformações na estrutura agrária,⁸¹⁷ “favorec[ia] o grande proprietário, garantindo-lhe disponibilidade de mão de obra nos períodos de maior demanda, e manutenção dos salários baixos”.⁸¹⁸

A *plantation*, portanto, se manteve enquanto sofisticado espaço de liberdade contingente e ao mesmo tempo área de exploração da força de trabalho, haja vista que “um tipo de projeto como o Procanor não somente propicia[va] a expropriação do ‘morador’, facilitando a transição para o trabalho ‘volante’, como pod[ia] possibilitar a diminuição dos custos com os direitos trabalhistas”.⁸¹⁹ Ao fixar a mão de obra nas áreas de domínio do açúcar, sem garantir-lhe o mínimo para uma vida digna, o Estado assumia uma parte dos custos com a reprodução da força de trabalho e transferia a outra parte para os trabalhadores expulsos sem terra. Perdendo as prerrogativas inerentes à condição de *morador* (trabalhador fixo), aqueles que viviam nas cidades e agrovilas passavam a depender dos empreiteiros para conseguir serviço como *clandestinos*, portanto, sem as garantias legais mais facilmente comprováveis enquanto *sujeitos*. Nesse ínterim, as forças políticas também tentavam cooptar o eleitorado buscando substituir o sistema de autoridade típica da *morada* por seu equivalente no campo do assisten-

815 Gisélia Franco Potengy. “As mudanças nas relações do trabalho e o novo clientelismo no campo na Paraíba”. Op. Cit.

816 Avany Lúcia Dantas. *As agrovilas como uma nova forma de localização da mão-de-obra canavieira na Paraíba*. Op. Cit.

817 Zadir Cavalcanti Calado. *Padrões e formas de associativismo em zonas rurais: a experiência de trabalhadores rurais na Agrovila da Vitória, em Pernambuco*. Op. Cit., p. 81-82.

818 Idem.

819 Gisélia Franco Potengy. “As mudanças nas relações do trabalho e o novo clientelismo no campo na Paraíba”. Op. Cit.

cialismo, da barganha e da compra de votos.^{82o} Nesse sentido, a arquitetura espacial da *plantation* era a mesma.



Apenas através de uma análise crítica da história é possível compreender as mudanças e permanências nas relações de poder entre os grupos sociais e a manutenção da *plantation* enquanto espaço de liberdade contingente no Nordeste açucareiro. O fim da *morada*, por exemplo, não significava apenas mudança de domicílio. Era todo um espaço social e simbólico que se modificava. Visto de fora, sob um novo ângulo, o mundo parecia mais amplo e livre aos antigos *moradores* que, doravante, passavam a ter nova percepção da vida e novas noções de liberdade, embora esta (a liberdade) mantivesse seu estado contingente quando os então *libertos* voltavam aos engenhos para vender, novamente, sua força de trabalho. Como explicou Lygia Sigaud, para os trabalhadores “a *rua* só se defin[ia] como lugar de *liberto* em oposição ao *cativo*”, uma vez que “não se trata[va]... de uma valorização de uma vida urbana por dimensão de ‘liberdade’ que lhe seja inerente, mas da atribuição de um sinal positivo em oposição à vida no engenho transformada em

82o “O trabalhador passa a ser um ‘cliente’, não mais cativo; seu voto não é mais uma questão de ‘lealdade’ para com o proprietário que lhe assegura proteção, mas terá que ser conquistado dentro do esquema de reciprocidade equilibrada. É a passagem de um sistema de dominação patriarcal, baseado na ‘sujeição’ onde o momento eleitoral serve à legitimação ‘autoritária’ do sistema político mais amplo para outro em que a legitimação será barganhada”. Gisélia Franco Potengy. “As mudanças nas relações do trabalho e o novo clientelismo no campo na Paraíba”. Op. Cit. Ainda segundo a autora: “As ‘doações’ de terrenos, material de construção e outros itens demonstra[va]m a atualização do ‘favor’”.

cativeiro".⁸²¹ Em todo caso, nos anos 1980, os engenhos mantinham grande número de *moradores* em seus domínios com vistas a garantir a manutenção lucrativa do sistema de exploração. Para estes, que ficaram no interior das *plantations*, o trabalho era intensificado: "o incêndio que dois apagam, um apaga. O carro que dois enchiam, um agora enche". Obviamente, para manter esses trabalhadores na propriedade, é possível que, em determinados momentos, o empresário tivesse que barganhar com certas vantagens como melhoria das casas e regularização da situação empregatícia.⁸²²

O que caracterizou o fim da *morada* foi, como explicou Afrânio Garcia, a passagem de um modo de dominação a outro,⁸²³ uma vez que "os trabalhadores rurais do Pernambuco açucareiro, escravos, 'moradores' ou proletários, eram dominados no passado como o são no presente. O que mudou foi a forma de dominação que, da perspectiva dos dominadores, se tornou cada vez mais eficiente".⁸²⁴ A eficiência a qual o economista José Bonifácio de Andrade alude era justamente aquela que se refere à manutenção da dependência dos trabalhadores ao mundo dos engenhos, dada a escassez de alternativas fora da agroindústria açucareira. As agrovilas, aquelas que o Estado prometeu que mudariam as condições de vida de seus beneficiados, eram uma "quimera", como criticou Mariano Neto:

"Trabalho na cana porque não tem outro jeito". Caso não queiram trabalhar perdem o "direito" de morar na vila, ficando claro [sic] a certeza de que a casa é uma quimera, uma ilusão que lhes aprisionam [sic]. Mas, perdido o direito de acesso a

821 Lygia Sigaud. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. Op. Cit., p. 209.

822 Lygia Sigaud. "O sindicato e a estratégia do capital". Op. Cit., p. 229.

823 Afrânio Raul Garcia. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Op. Cit., p. 51.

824 José Bonifácio X. de Andrade. "Expansão da usina e extinção do engenho banquê em Pernambuco". In: Yoni Sampaio. *Nordeste rural: a transição para o capitalismo*. Op. Cit., p. 100.

terra, e, entre a casa da vila e a incerteza da cidade, a submissão como resposta. Mudaram os grillhões, continua a exploração.⁸²⁵

Portanto, o fim da *morada*, a mudança para a cidade e a possibilidade de alguns trabalhadores passarem a viver em agrovilas que lhes prometiam melhoria qualitativa de vida não mudaram a arquitetura espacial da *plantation*. No mundo dos engenhos, as condições de trabalho permaneciam precárias; a legislação trabalhista permanecia sendo descumprida; a violência continuava dando a tônica das relações sociais.

825 B. Mariano Neto. *A produção do espaço agrário paraibano enquanto instância social*. Op. Cit.

CAPÍTULO VIII

Plantation

Processos estruturados em formas

Espaço é a acumulação desigual de tempos.

Milton Santos (1980)

A história da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil foi, quase sempre, apresentada de forma fragmentada, ora privilegiando seus aspectos meramente econômicos e produtivos, ora sua dimensão social e política, sem conexão com os fatores ambientais e sua extensão espacial. É surpreendente constatar que fenômenos tão claros e amplos quanto a violência, a miséria e a fome não tenham sido associados à dimensão espaçotemporal da *plantation* que definia o modo de existir da sociedade açucareira. A própria necessidade de se historicizar a *plantation* de forma a levar em consideração seus arranjos espaciais e o jogo dialético de suas partes constituintes é uma prova de que a disciplina histórica (seus arcabouços conceituais e metodológicos, precisamente) ainda tem longo caminho a percorrer até seu amadurecimento.

Reconsiderar a história das sociedades açucareiras reformulando conceitos como o de *plantation* deve permitir reexaminar mais amplamente interpretações que não consideram tempo e espaço como indissociáveis e formando um único sistema. Nesse sentido, este livro foi uma tentativa, mais ou menos explícita ao longo de suas páginas, mas sempre presente, de reinterpretar a *plantation* açucareira. O caminho que nele procurei trilhar talvez possa ser formulado em poucas palavras. Meu objetivo principal foi defender que, como sugeri na introdução, a *plantation*, em todas as suas fases (durante e depois da escravidão legal), não pode ser definida senão em relação a seu modo de existir; aos mecanismos e meios que regulavam sua espacialidade, sua operacionalidade em relação às suas formas e funções. Penso que foi isso essencialmente o que fiz, e seria desnecessário especificar mais agora aquilo que foi perseguido com esforço em centenas de páginas. Gostaria, no entanto, apenas de escrever mais algumas palavras finais.

Ao longo deste livro, procurei deixar claro que se considerarmos apenas as classes patronais e trabalhadoras e os engenhos; ou o suporte ecológico da Zona da Mata e a configuração territorial; ou mesmo a violência e a miséria como um todo único, isolados entre si, deixaremos de perceber as múltiplas possibilidades de interações entre eles. São essas interações, precisamente, que nos permitem recuperar a totalidade do social, isto é, o espaço como um todo, e, igualmente, a sociedade açucareira como um todo. Como Milton Santos escreveu, “é pelo movimento geral da sociedade que apreendemos o movimento geral do espaço”,⁸²⁶ não considerado “nem uma coisa nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas”.⁸²⁷ A arquitetura espacial da *plantation*, portanto, foi um sistema dialético no qual o importante

826 Milton Santos. *Pensando o espaço do homem*. Op. Cit., p. 38.

827 Milton Santos. *Metamorfoses do espaço habitado*. Op. Cit., p. 30.

não era o número de engenhos e usinas; os dados da produção em relação às técnicas produtivas e formas de exploração do solo e da força de trabalho; ou o clima; o sistema viário; a interferência do Estado; a violência... senão todas essas questões em conjunto, uma vez que, cada unidade produtiva; cada cana plantada; cada açude; cada caminho de barro; e cada medo que quase imobilizava os indivíduos... compunham a existência da sociedade açucareira.

Mesmo que o engenho apareça como uma forma de dominação “total” no sentido de que ele concentrava, nas mãos de um ou vários *senhores*, um poder localizado, embora em geral considerável, associando múltiplos aspectos (econômico, social, jurídico...); e mesmo que se atribua ou não a esses poderes ou a esse comando uma intencionalidade histórica em sua origem, o importante é sublinhar que eles se combinavam e permitiam a fusão do controle da terra, e outros recursos naturais, e da dominação sobre os homens. Formas e conteúdos eram tão imbricados que não deve haver mais nenhum sentido em querer dissociá-los ou distingui-los, e é nisso que consiste a arquitetura espacial da *plantation*.

São as interações os próprios elementos do espaço, ligados entre si por uma combinação específica – externa a qualquer movimento espontâneo – e que existem para prolongar a vigência de uma função dada favorável aos detentores de seu controle; para assegurar sua continuidade histórica.⁸²⁸ Somente a relação que existe entre as coisas é o que nos permite realmente conhecê-las e defini-las enquanto objetos existentes;⁸²⁹ mas essas relações não se produzem entre as coisas em si, ou por si mesmas, mas entre suas qualidades e

828 O espaço, “evoluindo e se renovando, assegura a ‘continuidade histórica’”. Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. Op. Cit., p. 28.

829 “Objetos não relacionados constituem uma realidade desprovida de existência”. Maurice Godelier. *Rationality and Irrationality in Economics*. London: NLB, 1972, citado por Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. Op. Cit., p. 152.

atributos num dado sistema.⁸³⁰ Portanto, no mundo do açúcar qualquer que seja a forma de ação entre seus elementos constituintes, e dentro deles, não se pode perder de vista o conjunto, uma vez que as ações entre as diversas variáveis estavam subordinadas ao todo e a seu movimento. Em outros termos, os elementos da *plantation* eram, como ele próprio, sistemas que se combinavam e se definiam por uma rede de relações.⁸³¹



É impossível e mesmo um equívoco, obviamente, reduzir os fenômenos geográficos e o modo de existir das sociedades a esquemas predeterminados ou a fórmulas fixas. Mas no mundo do açúcar no Nordeste do Brasil, como me empenhei em mostrar, é possível identificar homogeneidades quase perenes. Vista na longa duração, em sua dinâmica temporal, reforço, a *plantation* foi o modo de existir da sociedade açucareira: processos estruturados em formas cuja ordem se instituiu no tempo a partir do somatório de atos passados e relações sociais desiguais num determinado espaço. Ordem, para

830 “states and substances are replaced by processes and relations; the main question is not any more how to objectify closed systems, but how to account for the very diversity of the processes of objectification”. P. Descola & G. Pálsson. “Introduction”. In: P. Descola & G. Pálsson (Org.). *Nature and society: anthropological perspectives*. London: Routledge, 1996, p. 12.

831 “Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma”. Milton Santos. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. Op. Cit., p. 39.

os propósitos deste livro, não é (como espero que o leitor tenha percebido) simplesmente ou necessariamente um comando, uma força aplicada, senão uma ordenação de vida que se reproduz a partir da acumulação desigual de tempos: “as estruturas sociais, que pouco se alteraram com o correr dos tempos, cristalizam-se, tendem à inércia, são arcabouços prisionais de longa duração”.⁸³²

Se os processos são uma expressão da totalidade e uma manifestação de sua energia em forma de movimento, na *plantation*, esse movimento era quase inerte. No Nordeste açucareiro, desde os tempos coloniais, a arquitetura espacial da *plantation* engendrou práticas e costumes coletivos cuja tendência foi repetir-se em sua lógica de dominação. Representada de forma imagética pela casa-grande e senzala, ela estabeleceu distinções fundadas na “subordinação: de umas pessoas a outras, de umas plantas a outras, de uns animais a outros; da massa inteira da vegetação à cana imperial e todo-poderosa; de toda a variedade de vida e animal ao pequeno grupo de homens brancos – oficialmente brancos – donos dos canaviais”.⁸³³ Dominar os elementos da natureza (terras, rios, matas, homens e outros animais) foi a base sobre a qual a *plantation* se instituiu. Na visão dos *senhores* do açúcar, a “massa” de trabalhadores, assim como outros elementos naturais, também deveria ser modelada ao processo produtivo. Com efeito, “toda a variedade de vida” era passível de ser utilizada de forma “racional” pelos *senhores de engenho*. Nos solos mais férteis, plantava-se cana; os cursos d’água se tornaram os “rios do açúcar”; as matas cediam seu lugar à cana; todo animal semovente – humano e não humano – era empregado como fator de produção. Os meios (ferramentas, foices, enxadas, moendas, carros de boi etc.) se

832 Douglas Apratto Tenório & Cármen Lúcia Dantas. *Caminhos do açúcar: engenhos e casas-grandes das Alagoas*. Op. Cit., p. 38.

833 Gilberto Freyre. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. Op. Cit.

confundiam com a força de trabalho, formando um complexo e sofisticado sistema de subordinação e dominação.

A realidade da *plantation*, contudo, não era a mesma para todos os indivíduos. Na verdade, era sua própria complexidade e heterogeneidade que os permitiam ver e significar as coisas sob ângulos particulares. Era a partir dessa perspectiva que a violência e o medo não eram, para muitos, simples e abstratas sensações ou percepções. Assim, não se trata de levar em conta causalidades, mas contextos. Eram os contextos que determinavam as condutas. A partir deles os constrangimentos impeliavam, ou não, os trabalhadores ao embate aberto, ou a métodos menos explícitos e arriscados de resistência.

É um fato incontestável que o regime escravista funcionava, legitimamente, sobretudo com base na concentração e exploração quase sem limites da força de trabalho. As formas de resistência e a dinâmica das relações em cada engenho antes de 1888 obviamente podem ser debatidas à luz da discussão acerca da complexidade das sociedades e das novas tendências interpretativas. Mas o que eu tentei aqui foi argumentar que, mesmo depois da abolição, a *plantation* seguiu sendo um espaço de liberdade contingente: o resultado de um complexo equilíbrio dialético desigual entre forças de concentração e dispersão. A esse respeito, em contraste com alguns estudos recentes – para quem “após o fim da escravidão a Abolição significou entre outras coisas a possibilidade de os libertos se imporem enquanto cidadãos livres e assim poderem reclamar seus filhos ingênuos, deslocarem-se com maior facilidade”;⁸³⁴ para quem “os trabalhadores livres usufruíram da prerrogativa da

834 Maria Emília Vasconcelos dos Santos. *Os significados do 13 de maio: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893)*. Tese de Doutorado em História. Campinas/SP, IFCH, Unicamp, 2014, p. 5-6.

mobilidade”;⁸³⁵ para quem “o movimento era uma característica desses trabalhadores”;⁸³⁶ para quem “já com o fim da escravidão, em 1888, todos os trabalhadores dos engenhos eram livres para escolher seus destinos”;⁸³⁷ para quem o Treze de Maio significou o “fim do cativoiro”⁸³⁸ – defendo que a liberdade era menos uma realidade social concreta, palpável, do que um simples estatuto jurídico. Obviamente, isso não significa que nada mudou com a abolição, mas, como Christine Dabat afirmou, na zona canavieira

o sistema era tão perfeitamente orquestrado que lhes extorquia suas [i.e., dos trabalhadores] forças vivas, geração após geração, mantendo-os na mais profunda pobreza possível... Isto é, os empregadores conseguiram manter um sistema de exploração da força de trabalho tão próxima quanto possível da escravidão, sem ao menos ter o ônus da compra inicial, imobilizando capital. Os assalariados, livres, verdadeiros proletários eram, de fato, “cativos” como eles mesmos dizem: aprisionados por um sistema perfeitamente afinado de poderes privados e públicos que não lhes deixavam minimamente o direito a existir, além de sua serventia para as empresas. Nem escola, nem assistência à saúde, nem lazer, nem mesmo liberdade de culto.⁸³⁹



835 Idem, p. 126.

836 Maria Emília Vasconcelos dos Santos. “Mobilidade dos trabalhadores dos engenhos na abolição e no pós-abolição: trajetórias e autonomia (Zona da Mata Sul, 1884-1893)”. In: *xxviii Simpósio Nacional de História*, 2015.

837 Maria Emília Vasconcelos dos Santos. *Os significados dos 13 de maio...* Op. Cit., p. 136.

838 Idem, p. 5.

839 Christine Rufino Dabat. *Moradores de engenho...* Op. Cit., p. 750.

Por fim, na esteira do tempo, é possível perceber que a arquitetura espacial da *plantation* no Nordeste do Brasil se manteve por longo período; e que sua lógica e arranjo se assemelhavam a outras experiências em diferentes recortes espaciais. Pesquisando as condições de vida e trabalho nas terras de açúcar em Porto Rico nos anos 1950, por exemplo, o antropólogo Sidney W. Mintz afirmou que “a vida nos engenhos era voltada para ela mesma, isolada e essencialmente autárquica”,⁸⁴⁰ onde a maior parte das pessoas vivia em “cabanas de tábuas ou palha”.⁸⁴¹ Assim como no Nordeste açucareiro, Mintz constatou que na referida ilha do Caribe “os trabalhadores não tinham nenhum poder político”⁸⁴² e viviam com a cana desde quando nasciam. A mesma cana que, quando atingia cinco metros em plena maturidade, chegava até as portas de suas casas, ocupava as estradas e sufocava as comunidades onde até o ar tinha seu cheiro.⁸⁴³ Segundo Mintz, nos engenhos de cana de Porto Rico, crianças de doze anos trabalhavam como homens.⁸⁴⁴ Lá, como no Nordeste, “a vida era muito dura [e] os salários muito baixos”.⁸⁴⁵ Lá, como no Nordeste, “as atividades políticas [eram] severamente banidas dos engenhos pela coerção”.⁸⁴⁶ Lá, como no Nordeste, aqueles que perdiam seu emprego por causa de suas opiniões políticas tinham seus nomes colocados numa lista em todos os engenhos da região, como no caso de Taso, trabalhador rural que relatou andar quilômetros para achar trabalho e era sempre rejeitado quando dava seu nome.⁸⁴⁷ Lá, como no Nordeste,

840 Sidney W. Mintz. *Taso: un travailleur de la canne*. Paris: Maspéro, 1979, p. 270.

841 Idem, p. 270.

842 Ibidem.

843 Idem, p. 43.

844 Idem, p. 111.

845 Idem, p. 222.

846 Idem, p. 52.

847 “les ouvriers devaient voter conformément aux intérêts de leurs employeurs s'ils voulaient garder toit et emploi. La distinction entre *agregados* – ouvriers logés – et *independizados* – ceux qui ne vivaient pas sur l'hacienda – est

os agregados (*moradores*) viviam numa casa da empresa, se abasteciam em seu *barracão* e eram trancafiados com cadeados no engenho durante as greves.⁸⁴⁸ Lá, como no Nordeste, o sistema de *vales* (“*ticket system*”) era empregado nos *barracões* dos engenhos (“*company store bills*”), onde os trabalhadores adquiriam mercadorias a crédito e as compras eram descontadas de suas folhas de pagamento no final da semana de trabalho; onde receber apenas alguns centavos do salário após as deduções não era incomum; onde informantes mais velhos relatavam que “a trapaça pelo administrador e seus funcionários era comum e que as balanças eram sustentadas por estruturas de arame tornando difícil para o cliente ver se estavam sendo enganados”.⁸⁴⁹

importante ici. L'agregado était encore bien plus complètement sous la férule de la compagnie que son compagnon independizado. L'agregado vivait dans une maison de la compagnie, se revitaillait au magasin de la compagnie, était cadenassé sur la plantation pendant les grèves et contrainte lors de travailler comme briseur de grève. L'independizado était aussi à la merci de la compagnie, mais pas aussi complètement. Quand Taso a perdu son emploi à cause de ses opinions politiques (il n'y a pas de preuve qu'elles en furent la causa, mais le fait semble certain), il a apparemment été mis à l'index dans toutes les colonias de la région, car il a fait des kilomètres pour trouver du travail dans une ferme et il était toujours rejeté lorsqu'il donnait son nom”. Idem, p. 188.

848 “pendant la grève, les gens du barrio, ceux qui vivaient ici, à l'extérieur, restaient en grève, tandis que ceux qui vivaient dans la colonia continuaient à travailler, en plus de ceux qui venaient des autres villes. Et c'est ce qui faisait que c'était un peu dur pour les grévistes de contrôler la situation. Les colonias avaient plusieurs entrées différentes... des grilles... mais quand une grève démarrait ils verrouillaient les grilles... ils mettaient un cadenas. Et puis un employé quelconque venait s'occuper de ces grilles et les farder pour qu'aucun gréviste ne puisse entrer. Et comme ça les ouvriers qui étaient amenés ici restaient à l'intérieur de la colonia jusqu'à ce que la grève était finie, alors ils commençaient à sortir. Sinon c'était bien rare que tu en voies un sortir du barrio pour que les grévistes aient l'occasion d'échange des idées avec eux concernant leur appui ou leur participation au mouvement”. Idem, p. 161.

849 “The 'ticket system' was employed in paying company store bills. Workers purchased goods on credit, and the purchases were charged against their pay slips at the end of the workweek. The store managers sat at the pay tables at each colonia having a company store, and the worker's debt was subtracted from his

Lá, como no Nordeste, alguns *senhores* apadrinhavam os filhos dos trabalhadores porque essa era uma forma de extorquir seus esforços suplementares com um custo mínimo.⁸⁵⁰

Nos anos 1980, da mesma forma, o livro *Sucre Amer: esclaves aujourd'hui dans les Caraïbes*, de Maurice Lemoine, denunciou a permanência da fome, da miséria e da violência extrema nas empresas açucareiras na República Dominicana. A obra foi dedicada à memória de Millien Beaubrun, cortador de cana haitiano assassinado com 15 balas de fuzil M-1, em 7 de julho de 1980, num posto militar de Palmajero, sob o domínio da Usina Caterey. Nas palavras do autor, Beaubrun havia praticado um crime imperdoável: “ele havia se recusado a continuar trabalhando sem ser pago. Ele tinha dito não à escravidão”.⁸⁵¹ Segundo Maurice Lemoine, os *Kongos*, como eram chamados os últimos escravos africanos levados ao Caribe, “não tinham o direito de falar, de contar histórias, de passear. Eles dormiam com fome, acordavam com fome, trabalhavam com fome”.⁸⁵² Além disso, eles “não podiam deixar o engenho antes das dezoito horas”.⁸⁵³ Os *Kongos* viviam em barracos miseráveis, dispostos uns sobre os outros, no meio do esgoto.⁸⁵⁴ “Quilômetros de plantações.

wages before they were paid out. A week's pay of a few cents after deductions was not unusual, according to older informants. Furthermore, informants maintain that cheating by managers and clerks was common, and that scales were kept behind a wire frame, making it difficult for the customer to see if he were being cheated". Idem, p. 121-122.

850 Idem, p. 270.

851 Maurice Lemoine. *Sucre Amer: esclaves aujourd'hui dans les Caraïbes*. Paris: Nouvelle Société des Editions Encre, 1981.

852 Idem, p. 139.

853 Ibidem.

854 “Les misérables cabanes se recroquevillent les unes contre les autres le long de venelles transformées en tout à l'égout. On entendait des quintes de toux. Il ferait froid la nuit suivante. Des Kongos aux yeux absents tentaient d'allumer des feux pour le repas du soir, à même le sol fangeux transformé par l'averse en marécage. D'autres marchaient pieds nus dans la boue. Ils sortaient des plantations, visages ravagés, vêtements trempés, avançaient en silence le visage

Cana a perder de vista”.⁸⁵⁵ “Nenhum médico, nenhum ambulatório, nenhum sacerdote, nenhum sindicato. Sem dinheiro, sem comida. Eles só tinham relação com a cana, os cavalos, os bois, os patrões, viviam completamente isolados, sem rádio, sem jornal, sem nada”. Eles poderiam ficar uma semana sem tomar banho: “o rio era longe, eles não tinham tempo, não tinham mais força”.⁸⁵⁶

Ainda em 2003, o jornal *Le Monde* publicou matéria intitulada *L'enfer d'un pays caraïbe. Les damnés de la canne à sucre*. Nela, abordou-se a denúncia de que cerca de vinte mil haitianos se submetiam à escravidão moderna nas plantações de cana-de-açúcar na turística República Dominicana. Segundo a matéria, os trabalhadores viviam em campos miseráveis onde eram mantidos num semicativeiro.⁸⁵⁷ Em 2007, seguindo a programação da “Journée pour la mémoire

empreint d'une douloureuse dignité. Ceux qui n'en avaient pas se couchaient sans rien prendre ou rassemblaient leurs dernières forces pour aller battle quelques morceaux de canne. De la canne, ils en buvaient jusqu'à la lie. D'autres types passaient en silence, pareils à des Zombis. Près d'une porte ouverte, une femme frontait d'une geste mécanique le corps maigre de son enfant”. Idem.

855 Idem, p. 45.

856 “Une odeur insistante rôdait autour de deux cellules protégées par quelques haillons. Un bouillon de merde débordait doucement de la latrine du camp. Un viejo épuisé jura avec lassitude, s'en alla chier très loin dans la canne en se tenant le ventre. Un autre, éperdu de dysenterie, se vidait brutalement dans son baracon. Pas de médecin, pas de dispensaire, pas de prêtre, pas de syndicats. Pas d'argent, pas de nourriture. Ils n'avaient de relations qu'avec la canne, les chevaux, les boeufs, les chefs, vivaient complètement isolés, sans radio, sans journaux, sans rien. Ils se sentaient très sales, eux si propres en Haïti – misère ne rime pas avec malpropreté. Ils pouvaient passer une semaine sans se baigner. La rivière était loin, ils n'avaient pas le temps, ils n'avaient plus force. Ils se décrotaient le soir en s'arrachant par le peau avec la tranchant de la machette. Parfois ils restaient sans eau”. Idem, p. 153.

857 “Près de 20 000 Haïtiens sont soumis à l'esclavage moderne dans les plantations de canne à sucre de la très touristique République Dominicaine. Visite de l'un des campements misérables où ils sont maintenus en semi-captivité». *Le Monde*. “L'enfer d'un pays caraïbe. Les damnés de la canne à sucre”. Disponível em <http://www.courrierinternational.com/article/2003/06/26/les-damnes-de-la-canne-a-sucre>. Acesso em 30 de dezembro de 2015.

de l'Esclavage”, o projeto *Esclaves au paradis* seguiu denunciando as condições de vida e trabalho nos campos de cana na República Dominicana, onde trabalhadores haitianos “se esgotam quinze horas por dia, sem garantia de salário”. Lá, semelhante a Porto Rico, como revelou Sidney Mintz, e ao Nordeste do Brasil, os *vales do barracão* (suficientes apenas para a alimentação) eram a forma regular de remuneração nas *plantations*. Lá, na ausência de um quadro jurídico, “a única lei que prevalece nos canaviais é aquela ditada pelo capataz”: “Aterrorizados pelos vigias, privados de seus documentos, de meios de comunicação, muito pobres para economizar, os cortadores de cana são reduzidos ao silêncio e à resignação”.⁸⁵⁸ O lugar onde vivem, espaços confinados (*espaces confinés*), constitui “guetos onde reinam todas as formas de violência. Desprovidos de esperança, sem outro

858 “Dans les champs, les coupeurs de canne s'éreintent quinze heures par jour, sans garantie de salaire. Pour une tonne de canne à sucre coupée, ils perçoivent entre 45 à 80 pesos, soit 1,15 euros ! Les plus expérimentés et les plus forts en coupent une tonne et demie par jour. Des tickets de rationnement tiennent lieu de rémunération. Ils ne permettent l'achat de nourriture que dans les *colmados* [boutiques des bateys [campements destinés à l'origine aux coupeurs de cannes] où l'on échange des tickets de survie contre de la nourriture et des biens de première nécessité], les boutiques des bateys. Ces tickets suffisent à peine à les nourrir. Recrutés par les buscones [rabatteurs Dominicains], les braceros [coupeurs de canne] voient leurs papiers remplacés par un carnet de travailleur délivré par le Conseil d'État du sucre. En l'absence de cadre juridique, la seule loi qui prévaut dans les champs de canne est celle dictée par les *capataces* [contremaîtres des compagnies sucrières, qui disposent de tous les droits sur les coupeurs de canne]. Terrorisés par leurs gardiens, privés de papier, de moyens de communication, trop pauvres pour économiser, les coupeurs de canne sont réduits au silence et à la résignation. Les braceros deviennent des saisonniers prisonniers à vie. Ils grossissent les rangs des viejos, ceux qui résident dans les bateys depuis plus de trente ans. Dépourvus de sécurité sociale, bien qu'un peso leur soit retiré sur leur salaire à cet effet, les coupeurs de canne ne bénéficient d'aucun secours, hormis dans certains bateys publics, en cas d'accident ou de maladie. Dans ces cas, non rémunérés, ils dépendent de la solidarité des autres”. Céline Anaya Gautier. *Projet Esclaves au Paradis*. Reportage photographique. 2007.

horizonte que não sejam as ‘portas do inferno’ [i.e., os acampamentos para trabalhadores] e as fronteiras verdejantes da cana-de-açúcar, as disputas e as querelas são mais perigosas e mortais do que em outros lugares”.⁸⁵⁹ Nesses campos de concentração modernos, das crianças exige-se trabalho como homens adultos. Desprovidas de identidade, elas são condenadas a passar suas vidas nos acampamentos ou a se prostituírem nos pontos turísticos da ilha. Elas raramente têm acesso à escola e aos serviços de saúde, e as associações humanitárias internacionais não se preocupam com sua sorte porque a República Dominicana conta com certa expansão econômica, graças ao turismo,⁸⁶⁰ e não sofre com conflitos divulgados pela mídia.⁸⁶¹ O mais grave, talvez, seja que, como no Brasil, tudo isso ocorre com o consentimento dos poderes públicos e das autoridades: “em troca dessa mão de obra, as empresas açucareiras dominicanas pagam uma soma de 30 euros ao governo haitiano por cada homem”.⁸⁶²



859 Idem.

860 Idem.

861 “Les enfants Haïtiens nés sur le sol de la République Dominicaine n’ont pas d’existence légale. Ni le gouvernement dominicain ni le gouvernement haïtien n’acceptent de les reconnaître. Dépourvus d’identité, ils sont condamnés à passer leur vie dans les bateys, à devenir à leur tour des esclaves ou à être prostitués dans les stations touristiques du pays. Les enfants participent aussi à la zafra. Après les périodes de coupe et de nettoyage des champs, effectuées par les hommes, vient le temps des semences, réalisées par les enfants. De ce travail, effectué entre les deux périodes clés, dépend la survie de toute la famille. Les enfants des bateys ont rarement accès à l’école et aux services de santé. Les associations humanitaires internationales ne se sont pas préoccupées de leur sort, car la République Dominicaine connaît une expansion économique, notamment grâce au tourisme, et ne souffre pas de conflits médiatisés”. Idem.

862 “Chaque année, ils sont plus de 20 000 Haïtiens à traverser la frontière de la République Dominicaine pour travailler pendant une saison de zafra, la récolte

Sendo esta uma história da *plantation*, portanto, ela é, ao mesmo tempo, uma história ambiental do açúcar; não apenas do seu modo de produção, da proliferação dos engenhos, e da construção do espaço canavieiro, mas também de relações de trabalho e lutas de classe. Ela foi pensada não apenas a partir de suas bases sociais, mas também geográficas e ecológicas, buscando compreender tanto as formas e funções desse espaço, quanto sua construção, estrutura e movimento ao longo do tempo. O padrão espacial do mundo açucareiro, contudo, seu *design* monótono e labiríntico, não condicionou, *per se*, seu caráter concentracionário. As formas são tanto um resultado quanto uma condição para os processos. Elas não nascem apenas das possibilidades dadas pela natureza numa determinada época, mas dependem também das condições econômicas, políticas e culturais: dos contextos. Em outros termos, elas não existem fora das relações sociais. A simples cultura da cana-de-açúcar, portanto, não determinou os modelos de relações sociais aos quais estava ligada, pois, a despeito de sua suposta dependência ao uso incondicional de força de trabalho coagida, experiências históricas outras provaram que a cana também sobreviveu, com alto rendimento, quando associada a regimes de economia familiar, por exemplo. Os canaviais não foram os algozes da classe trabalhadora. A violência praticada em seu interior não era consequência inequívoca de sua forma, uma vez que “é impossível entender o fazer-se

du sucre. La majorité de ces traversées s'effectue en dehors de tout cadre légal et résulte d'un processus organisé, connu des autorités, perpétré sous le regard bienveillant des offices de migrations et de la police dominicaine. En échange de cette main-d'oeuvre, les compagnies sucrières dominicaines versent une somme de 30 euros au gouvernement haïtien pour chaque homme, plus une somme allouée aux rabatteurs. Une fois les groupes constitués, les autobus des compagnies sucrières emmènent les travailleurs haïtiens dans les *bateys*, des campements miséreux où ils sont ensuite répartis en baraquements. En quête d'une vie meilleure, les *braceros* se retrouvent vite dans l'enfer d'un travail abrutissant”. Idem.

dos lugares [*the making of places*] sem atentar para a história dos trabalhadores”.⁸⁶³ Pensar dessa maneira seria incorrer no risco de atribuir às formas e aos elementos físicos do espaço um papel de que não são possuidores; de reduzir a complexidade de todo um sistema à sua aparência. Na verdade, por sua estrutura e dinâmica, mais que por sua forma, a arquitetura espacial da *plantation* foi durável, embora não haja nem estrutura nem função sem formas e estas (as formas) possam mudar ou manter as estruturas sociais e condicionar ou, em alguns casos, determinar relacionamentos. Não foi minha motivação, portanto, ressuscitar o determinismo geográfico senão oferecer uma visão que reconheça o enlace dinâmico entre forças sociais (históricas) e ambientais (geográficas), embora, em realidade, esses dois âmbitos nunca tenham sido separados. Com efeito, as relações sociais inscritas no espaço, pelo tempo, definiam a lógica da *plantation*, esboçando em sua perenidade uma espécie de natureza mecânica que sustentava sua essência. A sociedade do açúcar era o ser; a *plantation* sua existência.

863 Don Mitchell. *The lie of the land: migrant workers and the California landscape*. Op. Cit., p. 3.

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: EDUFPE & Editora Oito de Março, 2005.

ACSELRAD, H (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

AGIER, Michel (dir.), avec la collaboration de Clara Lecadet et les contributions de Hala Abou-Zaki, Hélène Thiollet, Marc Bernardot, Olivier Clochard, Alice Corbet... *Un monde de camps*. Paris: La Découvert, 2014.

ALENCAR, Eloine Nascimento de. *Trabalho e saúde do canavieiro*. João Pessoa, UFPB, Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública, 1993.

ALESSI, Neiry Primo & NAVARRO, Vera Lucia. “Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil”. In: *Cad. Saúde Pública*, vol. 13, suppl. 2, Rio de Janeiro, 1997.

ALMEIDA, José Américo de. *Memórias: antes que me esqueça*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ALVES, Francisco. “Por que morrem os cortadores de cana?”. In: *Saúde e Sociedade*, v.15, n.3, set-dez 2006.

ANDRADE, Gilberto Osório de e ANDRADE, Raquel Caldas Lins. *Pirapama: um estudo geográfico e histórico*. Recife: Editora Massangana, 1984.

ANDRADE, Gilberto Osório de. *Os rios do açúcar no Nordeste do Brasil: o Rio Ceará-Mirim*. Recife: FJNPS, 1957.

ANDRADE, Gilberto Osório de. *Os rios do açúcar no Nordeste oriental (o Rio Paraíba do Norte)*. Recife: IJNPS, 1959.

ANDRADE, José Bonifácio X. de. “Expansão da usina e extinção do engenho banguê em Pernambuco”. In: SAMPAIO, Yoni. *Nordeste rural: a transição para o capitalismo*. Recife: Ed. Universitária, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. “Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco”. In: *Estudos Avançados* 15 (43), 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A cana-de-açúcar e a mesorregião da Mata Pernambucana*. Recife: Ed. Universitária, UFPE, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Abolição e reforma agrária*. São Paulo: Ática, 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do sistema canavieiro*. Recife: Sudene, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Economia pernambucana no século XVI*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1962.

ANDRADE, Manuel Correia de. *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife: Editora Universitária, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e o seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Unesp, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1976.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Os rios do açúcar no Nordeste do Brasil: os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel*. Recife: FJNPS, 1959.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Os rios do açúcar no Nordeste do Brasil: o Rio Mamanguape*. Recife: FJNPS, 1957.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Os rios do açúcar no Nordeste oriental (os Rios Coruripe, Jequiá e São Miguel)*. 2ª Ed. Maceió: EDUFAL, 2010.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier de. *O Estado e a agroindústria canavieira do Nordeste oriental: modernização e proletarização*. Tese de Doutorado, USP, 1990.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil* (Texto confrontado com o da edição de 1711). São Paulo: Melhoramentos-MEC; Brasília: INL, 1976.

APPLEBAUM, Anne. *Gulag: a history of the soviet camps*. London: Penguin Books, 2003.

ARAÚJO, Espedito Rufino de. *O trator e o “burro sem rabo”: conseqüências da modernização agrícola sobre a mão-de-obra na região canavieira de Pernambuco, Brasil*. Genebra. Dissertação de Mestrado, 1990.

ARENDE, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

AYALA, César. “From sugar plantations to military bases: the U.S. navy’s expropriations in vieques, Puerto Rico, 1940-45”. In: *Centro Journal*, Vol. XIII, Núm. 1, 2001.

AZEVEDO, Carlos Alberto; CALDAS, Rachel & CHACON, Vamireh. *Situação socioeconômica em áreas da zona canavieira de Pernambuco e Alagoas*. Recife: IJNPS, 1972.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar*. 2^a Ed. Ilustrada. São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

BACA, Gorge; KHAN, Aisha; PALMIÉ, Stephan. *Empirical futures: anthropologists and historians engage the work of Sidney W. Mintz*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2009.

BAILLY, Antoine S. “Distances et espaces : vingt ans de géographie des représentations”. In: *Espace géographique*. Tome 14 n°3, 1985, p. 197-205.

BANCEL, Nicolas; BLANCHARD, Pascal; BOETCH, Gilles et al. *Zoos humains*. Paris: La Découvert, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. 2^a Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBALHO, Nelson. *Dicionário do açúcar*. Recife: Massangana, 1984.

BARBOSA, C. S. et al. “Esquistossomose: reprodução e expansão da endemia no Estado de Pernambuco no Brasil”. In: *Rev. Saúde Pública*, 30 (6), 1996.

BARRETO, Margarida Maria Silveira. *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhação*. São Paulo: EDUC, 2006.

BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (org.). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Massangana, 2004.

BARROS, Souza. *Matolão de pau-de-arara*. Rio de Janeiro: Editora Quipapá, 1964.

BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005.

BATISTA FILHO, Malaquias & BARBOSA, Nize de Paula. *A alimentação e nutrição no Brasil (1974-1984)*. Ministério da Saúde: Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, s/d.

BATISTA FILHO, Malaquias & RISSIN, Anete. “Vigilância alimentar e nutricional: antecedentes, objetivos e modalidades. A VAN no Brasil”. In: *Cad. Saúde Pública [online]*. Vol.9, suppl.I, 1993.

BATISTA FILHO, Malaquias & SHIRAIWA, Tizuko. “Indicadores de saúde para um sistema de vigilância nutricional”. In: *Cad. Saúde Pública [online]*. Vol.5, n.I, 1989.

BATISTA FILHO, Malaquias et al. *Pesquisa nutricional na zona da mata*. Recife: UFPE Imprensa universitária, 1968.

BATISTA FILHO, Malaquias. “Fórum. Centenário de Josué de Castro: lições do passado, reflexões para o futuro. Introdução”. In: *Cad. Saúde Pública [online]*. Vol.24, n.II, 2008.

BATISTA FILHO, Malaquias; BLEIL, Susana Inez & VAN EYSDEN, Lea Maria. “Prevenção da desnutrição energético-protéica”. In: *Cad. Saúde Pública* [online]. Vol.5, n.3, 1989.

BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. Prefácio de Gilberto Freyre e José Lins do Rego. Recife: Fundarpe, 1985.

BEORN, W., COLE, T., GIGLIOTTI, S., GIORDANO, A., HOLIAN, A., JASKOT, P. B., KNOWLES, A. K., MASUROVSKY, M. & STEINER, E. B. “Geographies of the holocaust”. In: *Geographical Review*, 99, s/d.

BERNARDES, Denis A. de M. “Octávio Ianni e a Questão Nordeste”. In: COSTA LIMA, Marcos (org.). *A sociologia de Octávio Ianni: uma abordagem*. Recife: EDUFPE, 2005.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. “Notas sobre a formação social do Nordeste”. In: *Lua Nova*, São Paulo, 71: 41-79, 2007.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BEZERRA, Marcela Heráclio. *Mulheres invisíveis: trabalho, lutas e cotidiano das trabalhadoras rurais da cana-de-açúcar da região da Mata Sul do Estado de Pernambuco 1955-64*. Dissertação de Mestrado. Recife: PPGH-UFPE, 2012.

BLAVACH, Magda Barros. *O Direito do Trabalho no Brasil (1930-1942): a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: LTr: Jutra- Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

BLOCH, Marc. “Les paysages agraires: essais de mise au point”. In : *Annales d’histoire économique et sociale*. N° 39, 1936.

BLOCH, Marc. “Régions naturelles et groupes sociaux”. In : *Annales d’histoire économique et sociale*. N° 17, 1932.

BLOCH, Marc. “Une étude régionale: Géographie ou Histoire?”. In : *Annales d’histoire économique et Sociale*. Nº 25, 1934.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador* [1949]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOHAN, Merwin L. (Coord.). *Northeast Brazil. Nutrition Study*. March-May 1963. (Relatório maio 65. Comissão Interdepartamental sobre Nutrição para o Desenvolvimento Nacional USA). Washington: Department of Defense, 1965.

BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. 4ª Ed. São Paulo: Graal, 2004.

BORBA, Leonel. *Diário de Pernambuco*. 17 de dezembro de 1963.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Sur l’Etat: cours au Collège de France (1989-1992)*. Édition établie par Patrick Champahne, Remi Lenoir, Franck Poupeau at Marie-Christine Rivière. Édition Raison d’agir/Édition du Seuil, janvier 2012.

BRADLEY, Sandra Maria Correia. *Açúcar e poder*. Recife: Condepe/Fiam/Cehm, 1977.

BRAGA, Rhalf Magalhães. “O Espaço Geográfico: um esforço de definição”. In: *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 22, 2007, p. 65-72.

BRAUDEL, Fernand. “La Géographie face aux sciences humaines”. In : *Débats et combats. Annales de Histoire*. 6º année, octobre-décembre, nº 4, 1951.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: o tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRAUDEL, Fernand. *O espaço e a história no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRAUDEL, Fernand. “A Geohistória”. In: *Revista de História Contemporânea*. Nº. 1, São Paulo: Xamã, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1983.

BRET, Bernard. “Territoires de servitude et territoires de liberté au Brésil”. In : *Espace populations sociétés* [En ligne], 2014/2-3 | 2015, mis en ligne le 12 janvier 2015, consulté le 11 février 2015. URL: <http://eps.revues.org/5752>.

BRODERSEN, LARS. *Maps as communication: theory and methodology in cartography*. National Survey and Cadastre Denmark, 2001.

BRUN, Jean-François; CARRÈRE, Céline, GUILLAUMONT, Patrick & MELO, Jaime de. “Has distance died? Evidence from a panel gravity model”. In: *The World Bank Economic Review*, Oxford: Oxford University Press, 2005.

BRUNO, Ernani SILVA e RIEDEL, Diaulas (org.). *Os canaviais e os mocambos*. São Paulo: Cultrix, 1961.

CABRAL, Pedro Eugênio Toledo. *Crédito rural em Pernambuco: uma análise preliminar*. Recife, UFPE: Mestrado em Desenvolvimento Urbano, out./82.

CABRAL, Pedro Eugênio Toledo. *O trabalhador da cana-de-açúcar em Pernambuco: da senzala ao caminhão*. Recife: PIMES, UFPE, 1983.

CADAWALLER, M.T., “Cognitive distance in intraurban space”. In: MOORE, G. T. and GOLLEDG, R. G. (Editors). *Environmental Knowing*. Dowden, Hutchinson, & Ross, Stroudsburg, PA, 1976.

CALADO, Zadir Cavalcanti. *Padrões e formas de associativismo em zonas rurais: a experiência de trabalhadores rurais na agrovila da vitória, em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Curso de Mestrado em Administração Pública, 1993.

CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco: aspectos da luta pela Reforma Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

CALLADO, Antônio. *Tempos de Arraes: a revolução sem violência*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CANÇADO, José Eduardo Delfini. *A poluição atmosférica e sua relação com a saúde humana na região canavieira de Piracicaba – SP*. São Paulo: Tese de Doutorado. Faculdade de Medicina da USP, 2003.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARLOS, Ana Fani A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, Ana. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

CARVALHO, Amaro Luiz de (Palmeira). “O movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco”. In: *Editorial a Luta*, nº 1, 1966.

CASSUNDÉ, Paulo. *Transportes: necessidades conjunturais x dificuldades estruturais – a experiência de transportes do Governo Arraes*. Recife, 1993.

CASTRO, Anna Maria de. *Fome, um tema proibido: últimos escritos de Josué de Castro*. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1984.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome* [1948]. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população*. Volume I, 8ª Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

CASTRO, Josué de. *O livro negro da fome*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CHALHOUB, Sidney & SILVA, Fernando Teixeira da. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. In: *Cadernos AEL: trabalhadores, leis e direitos*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v.14, n.26, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUCHARD, Paul. *La Fatigue*. “que sais-je?” le point des connaissances actuelles. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

CHAUNU, Pierre. *Conquista e exploração dos novos mundos (século XVI)*. São Paulo: Pioneira & EDUSP, 1984.

CHAVES, Nelson. “Nutrição e trópico”. In: *Congresso Brasileiro de Tropicologia*. Recife: Massangana, 1986.

CHAVES, Nelson. *Fome, criança e vida*. Recife: Massangana, 1982.

CHAVES, Nelson. *O açúcar na nutrição*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

CHAVES, Nelson. *O homem além do tempo: a palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente*. Coletânea de Artigos. Universidade Federal de Pernambuco, EDUFPE, 2007.

CHAVES, Nelson. *Trópico e nutrição*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

CHAVES, Nelson. *Trópico, nutrição e desenvolvimento*. Recife: UFPE, 1965.

CHIARELLI, Carlos A. G. *Teoria e prática da legislação rural: trabalhista, sindical e previdenciária*. Porto Alegre: LIVRARIA SULINA, 1971.

CLAVAL, Paul. “O território na transição da pós-modernidade”. In: *Geographia*, v. I, nº. 2, Rio de Janeiro, 1999.

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da geografia*. 2ª Ed. Revista. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

COELHO Filho, Heronides. *A psiquiatria no país do açúcar e outros ensaios* [1954]. João Pessoa, 1977.

CONDÉ, José. *A cana-de-açúcar na vida brasileira*. Rio de Janeiro: M.I.C. & I.A.A., 1971/72.

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. *Termo de referência para uma ação do governo do Estado de Pernambuco na Zona da Mata (Bases de uma nova política, interessando especificamente à economia canavieira)*. Recife, 1987.

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. *Projeto de abastecimento alimentar para a zona canavieira de Pernambuco*. Recife, 1981.

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. *Proposta de ação na zona canavieira de Pernambuco (agrovilas e sistemas simplificados de abastecimento d'água)*. Recife, 1983.

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. *Litoral Mata Norte: aspectos socioeconômicos*. Recife, 1967.

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. *Levantamento socioeconômico das pequenas localidades na Zona da Mata Sul*. Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (Fiam). Vol. I e II. 1987.

CONGRESSO Agrícola do Recife, 1878. *Trabalhos*. Introdução de Gadiel Perruci, Ed. fac-similar, Recife: CEPA/PE, 1978.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

CORRÊA, Roberto Lobato. “Regime de exploração da terra no Nordeste. Uma tentativa de expressão cartográfica”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1963.

COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IAA, 1963.

COSTA, Albanita Gomes da and LUDERMIR, Ana Bernarda. “Distúrbios mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil”. In: *Cad. Saúde Pública* [online]. Vol.21, n.1, 2005.

COSTA, D. P. P. DE & BARBOSA, F. S. “Esquistossomose em trabalhadores da Usina Catende, Pernambuco, Brasil”. In: *Rev. Saúde pública*. São Paulo, 14:469-74, 1980.

COX, Kevin. “Representation and power in the politics of scale”. In: *Political geography*, v.17, n.1, p.41-44, 1998. JONES, Katherine. “Scale as Epistemology”. In: *Political geography*, v.17, n.1, 1998.

CURTIN, Philip D. *The rise and fall of the plantation complex: essays in Atlantic history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

D’INCAO, Maria Conceição. *O “boia-fria”: acumulação e miséria*. 8ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

DABAT, Christine Rufino & ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. “Os movimentos sociais e as mudanças recentes na Zona da Mata de Pernambuco”. In: MATO, Aécio Gomes. *Modernização conservadora e desenvolvimento na Zona da Mata de Pernambuco*. Recife: EDUFPE, 2011.

DABAT, Christine Rufino and ROGERS, Thomas D. “A peculiarity of labor in this region’: workers’ voices in the labor court archive at the Federal University of Pernambuco”. In: LARR, vol. 47, no. 4, 2012.

DABAT, Christine Rufino. “A canção de Roland e o Ciclo da cana-de-açúcar: dos usos da literatura para a construção da história oficial”. In: *Cadernos de História: Oficina de História – Espaços medievais*. Ano IV, n. 4, 2005.

DABAT, Christine Rufino. “A produção de açúcar nas fronteiras da modernidade: o percurso de Henrique Augusto Millet (Pernambuco, século XIX)”. In: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: EDUFPE, 30.2. 2012.

DABAT, Christine Rufino. “Açúcar e trópico: uma equação ‘natural’ justificando um modelo social perene”. In: *Cadernos de História: Oficina da História. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras*. Recife: EDUFPE, 2010.

DABAT, Christine Rufino. “Dimensões da violência patronal contra trabalhadoras rurais na zona Canavieira de Pernambuco”. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia & Oliveira, Suely de. *Marcadas a ferro: violência contra a mulher – uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

DABAT, Christine Rufino. “Le mot ‘plantation’ au Brésil : de l’historiographie à la mémoire des coupeurs de canne”. In: *Caravelle: Grandes plantations d’Amérique latine*. N° 85, 2005.

DABAT, Christine Rufino. “Les grandes grèves de coupeurs de canne en Pernambouc d’ un gouvernement Arraes à l’ autre: difficile acces-sion au registre démocratique et à la citoyenneté (1963-1987)”. In : *Grèves et conflits sociaux 11^e colloque international*. The International Association Strikes and Social Conflict (IASSC) – Approches croisées de la conflictualité XVIII^e siècle à nos jours, s/d.

DABAT, Christine Rufino; PORTER, Gina & SOUZA, Hermino Ramos de. “Local Labour Markets and the Reconfiguration of the Sugar Industry in Northeast Brazil”. Published by Blackwell Publishers, 108 Cowley Road, Oxford OX4 1JF, UK and 350 Main Street, Malden, MA 02148, USA, 2001.

DABAT, Christine Rufino. “Sugar cane ‘plantations’ in Pernambuco: from ‘natural vocation’ to ethanol production”. In: *Rethinking the Plantation: histories, anthropologies, and archeologies*. Review: Fernand Braudel Center, vol. XXXIV, 1/2, 2011. 2013.

DABAT, Christine Rufino. “Uma ‘caminhada penosa’: a extensão do direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco”. In: *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: EDUFPE, ISSN 0102-9487, n° 26.2, 2008.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: estudo sobre as rela-ções de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os pró-prios atores sociais*. 2^a Ed. Recife: EDUFPE, 2012.

DALFRÉ, Joyce Treinta et alli. “Microbiota fúngica da conjuntiva, da cana-de-açúcar e de anemófilos da região canavieira de Monte Belo - Minas Gerais”. In: *Arq. Bras. Oftalmol.* 70 (1): 445-9, 2007.

DANTAS, Avany Lúcia. *As agrovilas como uma nova forma de locali-zação da mão-de-obra canavieira na Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Geogra-fia, 1989.

DAVAZIES, Philippe. “Réflexion sur la santé au travail”. In: *Colloque “travail santé aujourd’hui au tournant du millénaire”*, le 22 novembre, 1997.

DE CARLI, Gileno. *Açúcar amargo*. Recife: CEPE, 1982.

DE CARLI, Gileno. *Aspectos açucareiros de Pernambuco*. Rio de Janeiro: IAA, 1940.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, Christophe. *Conjurer la violence: travail, violence et santé*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2007.

DEJOURS, Christophe. *Le corps, d’abord: corps biologique, corps érotique et sens moral*. Paris: Éditions Payot & Rivages pour l’édition de poche, 2003.

DEJOURS, Christophe. *Les dissidences du corps: répression et subversion en psychosomatique* [1989]. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2009.

DEJOURS, Christophe. *O corpo entre a biologia e a psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

DEJOURS, Christophe. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. Christophe Dejours, Elizabeth Abdoucheli, Christian Jayet. Coordenação Maria Irene Stocco Betiol. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, Christophe. *Travail vivant: sexualité et travail*. Vol. 1, Paris: Édition Payot & Rivages, 2009.

DEJOURS, Christophe. *Travail vivant: travail et émancipation*. Vol. 2, Paris: Édition Payot & Rivages, 2009.

DELAUNAY, Pierre. *La Médecine du Travail: médecine humaine*. Paris: Éditions du Centurion, 1968.

DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco. *Plano Rodoviário do Estado de Pernambuco (1965-1969)*. Recife, 1967.

DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco. *Plano Rodoviário do Estado de Pernambuco (1974)*. Recife, 1974.

DESCOLA, P. & PÁLSSON, G. (Org.). *Nature and society: anthropological perspectives*. London: Routledge, 1996.

DESOILLE, Henri. *La Médecine du Travail*. « que sais-je? » le point des connaissances actuelles. Paris: Presses Unisitaires de France, 1958.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O bangüê nas Alagoas [1948]*. 2ª Ed. Pref. de Gilberto Freyre. Maceió: EDUFAL, 1980.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *População e açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Comissão Nacional de Alimentação, 1954.

DOWNS, R. M. and STEA, D. (eds.). *Image and environment: cognitive mapping and spatial behavior*. Aldine Publishing Co., Chicago, 1973.

DOWNS, R. M. and STEA, D. *Maps in minds: reflections on cognitive mapping*. Harper & Row, Publishers, New York, 1977.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em Pernambuco (1840-1910)*. Tradução de João Maria. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ELKINS, Stanley M. *Slavery: a problem in American Institutional and Intellectual Life*. 3th Edition, Revised. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1976.

FAJARDO, Elias. *Em julgamento: a violência no campo (Relato das mortes analisadas pelo Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

FALEIROS, Vicente de Paula. *O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1992.

FEBVRE, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERLINI, Vera. *Açúcar e colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

FERLINI, Vera. *Terra trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: EDUSC, 2003.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. “‘Malandragem e Corpo Mole’: a naturalização das doenças do trabalho no discurso da classe patronal canavieira em Pernambuco (1960-1975)”. In: *Cadernos de História. Oficina de História: escritos sobre saúde, doenças e sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, ano 7, nº 7, 2010.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. “Conflitos trabalhistas nas ‘terras do açúcar’: Zona da Mata pernambucana (anos 1960)”. In: *Revista Crítica Histórica*. Ano III, nº 5, Julho/2012.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. “Entre ‘Direitos’ e ‘Justiça’: os trabalhadores do açúcar frente à Junta de Conciliação e Julgamento de Escada/PE (1963-1969)”. In: *Cadernos de História. Oficina de História: trabalhadores em sociedades açucareiras*. Recife: EDUFPE, ano 6, nº 6, 2009.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História. Recife: UFPE, 2012.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Direitos conquistados, discretas esperanças: as leis, os canavieiros e os conflitos na Justiça do Trabalho (Escada, 1963-1969)*. Recife, Monografia do Curso de Bacharelado em História na UFPE, 2009.

FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*. 1984.

FIGUEIREDO, Marcos Antonio B. “Resistência e reprodução camponesa: luta por terra na região canavieira pernambucana” In: *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. Nº 26.2 Recife: Ed. Universitária, 2008.

FIGUEIREDO, Marcos Antonio B. *Reforma agrária agro-ecológica: un estudio sobre experiencias campesinas con sistemas agroflorestales (Pernambuco/Brasil)*. Universidade de Córdoba. Tese de Doutorado, 2010.

FONER, Laura & GENOVESE, Eugene D (Ed.). *Slavery in the new world: a reader in comparative history*. PRENTICE-HALL, INC., Englewood Cliffs, N. J., 1969.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1995.

FREITAS, Geovani Jacó de. *Ecossistemas da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

FRENCH, John D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

FREYRE, Gilberto. *A presença do açúcar na formação brasileira*. Rio de Janeiro: IAA, Coleção Canavieira, n. 16, 1975.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Recife: Editora de Pernambuco, 1970.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil* [1936]. 7ª Ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil* [1959]. 7ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 30ª Edição. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GALLAIS, Jean. “Alguns aspectos do espaço vivido nas civilizações do mundo tropical”. In: *Espaço e Cultura*, UERJ, n. 6, jul/dez de 1998.

GALLINDO, José Felipe Rangel. *O Trotskismo no campo em Pernambuco: “o Jeremias das caminhadas”*. Recife: UFPE. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

GALVÃO, Michel Cavassano. “Processos de trabalhadores da agroindústria açucareira na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão de 1963 a 1965”. In: *Cadernos de História: oficina da História*. Trabalhadores em Sociedades Açucareiras. Recife: EDUFPE, 2010, p. 248-271.

GARCIA, Afrânio Raul. *Libres et assujettis: marché du travail et modes de domination au Nordeste*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l’Homme, 1989a.

GARCIA, Afrânio Raul. *O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989b.

GARCIA, Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA, Marie France. *Feira e trabalhadores rurais: as feiras do brejo do agreste paraibano*. Tese de Doutorado. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1984.

GARCIA, Marie France. *O Bacurau: étude de cas d'un marché situé dans une usina*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1977.

GAUTIER, Céline Anaya. *Projet Esclaves au Paradis*. Reportage photographique. 2007.

GEORGE, Susan. *O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GIGLIOTTI, Simone & MASUROVSKY, Marc J. "Spatial histories of the holocaust: mapping the evacuations from the Auschwitz camp system in January 1945". In: Ausgabe 7|2010 © Medaon – <http://www.medaon.de>.

GIUSTI-CORDERO, Juan A. "Labour, ecology and history in a Puerto Rican plantation region: "classic" rural proletarians revisited". In: *International Review of Social History*, 41, 1996.

GOLLAC, M. & VOLKOFF, S. "La santé au travail et ses masques". In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2006/3, 163, p. 4-17.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

GOMES, Geraldo. *Engenho e arquitetura*. Recife: Fundaj/Ed. Massangana, 2006.

GOMEZ, Carlos M. & CARVALHO, Sônia Maria T. M. de. "Social inequalities, labor, and health". In: *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (4): 498-503, out/dez, 1993.

GONÇALVES, Fernando Antônio. “Condições de vida do trabalhador rural na zona da mata de estado de Pernambuco – 1964”. In: *BOLETIM DO INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS*. Ministério da Educação e Cultura, nº 15, Recife, 1966.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

GUERRA, Flávio da Motta. *Idos do velho açúcar*. 2ª Ed. Revista e Aumentada. Recife: Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, 1982.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

HARDEN, Blaine. *Fuga do Campo 14: a dramática jornada de um prisioneiro da Coreia do Norte rumo à liberdade no Ocidente*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

HARVEY, D. *A justiça social e a cidade* [1973]. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change* [1990]. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

HERRERA, Guillermo Castro. “Notas sobre historia ambiental y desarrollo sostenible”. In: *Peripecias*. Nº. 71, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história do trabalho*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLDEN, Stephen. "The price of sugar". In: *The New York Times*, September 28, 2007.

HUTCHINSON, Harry William. *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. Seattle: University of Washington Press, 1957.

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. *O problema agrário na Zona da Mata de Pernambuco*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-68)*. Recife: Massangana, 1990.

JULIÃO, Francisco. *Cambão. A face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009.

KOSTER, Henry. *Viagens aos Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. "Ciclo de greves na agroindústria açucareira: Pernambuco, 1964 a 1968". In: *Cad. CRH [online]*. Vol.22, n.56, 2009.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. "Protestos rurais em Pernambuco, Brasil: 1964 a 1968". In: *Sociologia, Problemas e Práticas [online]*. N. 64, 2010.

LAGE, Telma & CARDOSO, Adalberto. "Inspeção do trabalho no Brasil". In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 3, 2005.

LANE, Ann J. *The debate over slavery: Stanley Elkins and his critics*. Urbana, Chicago, London: University of Illinois Press, 1971.

LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. "Histoire et Chimat". In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* 14, n. 1, 1959.

LEFEBVRE, Henri. "Perspectives de la sociologie rurale". In: *Cahiers de sociologie*, 1953.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano* [1971]. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política* [1973]. Barcelona, Ediciones Península, 1976.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space* [1974]. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LEITE LOPES, José Sérgio. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEMOINE, Maurice. *Sucre Amer: esclaves auhurd'hui dans les Caraibes*. Paris: Nouvelle société des éditions Encre, 1981.

LEVY, Henrique. "Os Acordos do Campo de Miguel Arraes: notas sobre alianças de classe na história contemporânea". In: *Clio: Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife: UFPE, n. 10, 1988.

LÉVY, Jacques. *L'espace legitime: sur la dimension spatiale de la fonction politique*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994.

LICHTBLAU, Eric. "The holocaust just got more shocking". In: *The New York Times*, March 1, 2013.

LINDEN, Marcel van der. "História do trabalho: o velho, o novo e o global". In: *Revista Mundos do Trabalho*. v.1, n. 1, janeiro-junho, 2009.

LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Org.). *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINHART, Robert. *Le sucre et la faim*. Paris, Editions de Minuit, 1980. *O açúcar e a fome: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LIRA, Pedro Israel Cabral de et al. “Saúde e nutrição de crianças de áreas urbanas da Zona da Mata Meridional de Pernambuco: resultados preliminares de um estudo de coorte”. In: *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.* [online]. Vol.3, n.4, 2003.

MAIA, Nayala de Souza Ferreira. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco: 1874-1904*. 2ª Edição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

MARIANO NETO, B. A produção do espaço agrário paraibano enquanto instância social. João Pessoa: cchla.ufpb.paraiba, 2004 [on line]. Acesso em: 4 de maio de 2015.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860”. In: *An. mus. paul.* [online]. Vol.13, n.2, 2005.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX”. In: *An. mus. paul.* [online]. Vol.14, n.1, 2006.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2ª Ed. São Paulo: LECH, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Nova Abril, 1985.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. Global Editora: Coleção Bases, n. 27.

MATOS, Aécio Gomes de (org.). *Modernização conservadora e desenvolvimento na Zona da Mata de Pernambuco*. Recife: EDUFPE, 2012.

MEIER, August & RUDWICK, Elliot. *From plantation to ghetto*. Revised Edition. New York: Hill and Wang, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense-Universitária /EDUSP, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar no Brasil holandês*. 1ª Ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A economia açucareira: fontes para a história do Brasil holandês*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo: José Olympio, 1947.

MELO, Josemir Camilo de. “Escravos e moradores na transição para o trabalho assalariado em ferrovias em Pernambuco”. In: *sÆculum - Revista de História* [25]; João Pessoa, jul./ dez. 2011.

MELO, Josemir Camilo de. *Modernização e mudanças: o trem inglês nos canaviais no Nordeste (1852-1902)*. Recife: Programa de Pós-Graduação em História, 2000.

MELO, Maiara Gabrielle de Souza. *Gestão ambiental no setor sucroalcooleiro de Pernambuco: entre a inesgotabilidade dos recursos naturais e os mecanismos de regulação*. Recife: Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema) – UFPE, 2011.

MELO, Mário Lacerda de. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: IJNPS, 1975.

MELO, Mário Lacerda de. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba* (guia da excursão n. 7, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia). Rio de Janeiro: edição do Conselho Nacional de Geografia, 1958.

MENDONÇA, Maria Luisa. “Os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil”. In: *Caderno de formação II*, Publicação: Comissão Pastoral da Terra, Recife: Maxprint: 2006.

MENÉNDEZ, A. & RODRÍGUEZ, E. “Salud, trabajo y medicina en la España ilustrada”. In: *Arch Prev Riesgos Labor*, 2005; 8 (1): 4-13.

MENEZES, Thereza. “Uma usina-símbolo: novas formas de gestão e proteção nas usinas pernambucanas”. In: *Ruris*, Vol. 1, n. 2, set. de 2007.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MEYER, Doris Rinaldi. *A terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MICAELO, Ana Luísa Martins. *Essa terra que tomo de conta: parentesco e territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco*. Tese de Doutorado em Antropologia. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014.

MILET, Henrique Augusto. *A Lavoura da cana-de-açúcar*. Recife: Editora Massangana, 1989.

MINTZ, Sidney W. “Comida, cultura e energia” In: *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife: Ed. Universitária, 2008.

MINTZ, Sidney W. “The so-called World-System: local initiative and local response”. In: *Dialectical Anthropology*, 11, 4 Nov. 1977, p. 253-270.

MINTZ, Sidney W. Ed. *Caribbean transformations*. Baltimore: The Johns Hopkins Univ., 1984.

MINTZ, Sidney W. *Sweetness and power*. New York, Viking Penguin, 1985. *Sucre Blanc, Misère Noire, Le goût et le pouvoir*. Trad. Rula Ghani. Paris: Nathan, 1991.

MINTZ, Sidney W. *Tasting food, Tasting freedom. Excursions into Eating, Culture, and the Past*. Boston, Beacon Press, 1996.

MINTZ, Sidney W. *Worker in the cane: a Puerto Rican life history*. Yale, Caribbean Series: II. New Haven, Yale UP, IX, 288p. MINTZ, Sidney W. *Taso: un travailleur de la canne*. Paris: Maspéro, 1979.

MINTZ, Sidney. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Organização e Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Universitária, 2003.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.

MIRANDA, Moema Maria Marques de. *Espaço de honra e de guerra: etnografia de uma Junta Trabalhista*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 1991.

MITCHELL, Don. *The lie of the land: migrant workers and the California landscape*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

MONDSCHHEIN, Andrew; BLUMENBERG, Evelyn & TAYLOR, Brian D. "Cognitive mapping, travel behavior, and access to opportunity". In: *85th Annual Meeting of the Transportation Research Board*. August 1, 2005.

MONTELLO, D. R. "The perception and cognition of environmental distance: direct sources of information". In: HIRTLE, S. C. and FRANK,

A. U. (Editors). *Spatial Information Theory: A Theoretical Basis for GIS*. Springer-Verlag, Berlin, 1997.

MONTENEGRO, Antônio Torres. “Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964)”. In: *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*. Nº 22, 2004. Recife: Editora Universitária, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz & ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Orgs.). *História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

MORAES E SILVA, Livia. “A produção açucareira no al-Andaluz: características e etapas (séculos x ao xv)”. In: *Cadernos de História. Oficina de História: trabalhadores em sociedades açucareiras*. Recife: EDUFPE, ano 6, nº 6, ISSN 1807-9229, 2009.

MOREIRA, Ivan Targino. *Nordeste: terra de arribação (um estudo de fatores determinantes do processo migratório no Nordeste)*. Recife: Curso de Mestrado em Economia-CME-PIMES. Departamento de Economia da UFPE, 1978.

MOREIRA, Ruy. *A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil* [2012]. 2ª Ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

MORENO FRAGINALS, Manuel. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. Trad. Sônia Rangel e Rosemary C. Abílio. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade (1964-1986)*. São Paulo: Global, 1987.

MOZA, Patrícia Ganzenmüller; PIERI, Otávio Sarmento; BARBOSA, Constança Simões & REY, Luis. “Fatores sócio-demográficos e comportamentais relacionados à esquistossomose em uma agrovila da

zona canavieira de Pernambuco, Brasil”. In: *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 14(1):107-115, jan-mar, 1998.

NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista no Recife: Eleições 1884*. Discursos de Joaquim Nabuco. 2ª Ed. Recife: Massangana, 1988.

NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. In: *Tempo soc.* [online]. Vol.18, n.1, 2006.

NICOLAS, Georges. “Distance géographique”. In: *Ve rencontre de Théo Quant*. Février 2001.

NOVAES, José Roberto Pereira. “Champions of productivity: pains and fevers in São Paulo’s sugarcane plantations”. In: *Estudos Avançados*, 21 (59), 2007.

Ó, Manoel do. *100 anos de suor e sangue: homens e jornadas da luta operária do Nordeste*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

OCTÁVIO, José. *História da Paraíba: lutas e resistência*. Paraíba: Conselho Estadual de Cultura – SEC: União, 1994.

PÁDUA, José A. “As bases teóricas da História Ambiental”. In: *Estudos Avançados* 24 (68), 2010.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Tradução: Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *No coração do canavial: estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira*. Rio de Janeiro: UFRJ (Diss. de Mestrado), 1994.

PALMEIRA, Moacir. “A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato”. In: PAIVÃO, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. “Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”. In: *Contraponto*, 2, Rio de Janeiro, 1977.

PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e questão agrária”. In: *Estud. av.* [online]. Vol.3, n.7, 1989.

PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat*. Paris: Universidade de Paris (Tese de doutorado), 1971.

PALMEIRA, Moacir. *Morar: a lógica da plantação tradicional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1972.

PECK, Gunther. “The nature of labor: fault lines and common ground in environmental and labor history”. In: *Environmental History*. Vol. II, nº. 2, Apr. 2006.

PEIXOTO, Afrânio. *Clima e saúde: introdução biogeográfica à civilização brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

PEQUENO, Augusta Alves; LIMA DA SILVA, Laurinete Maria & ALENCASTRO, Neonete Maria Alves de. *O serviço social no Hospital Barão de Lucena*. Monografia de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social, UPE, FCAP, 1996.

PEREIRA, Antony W. “God, the devil, and development in Northeast Brazil”. In: *Praxis: The Fletcher Journal of Development Studies*. Vol. XV, 1999.

PEREIRA, Antony W. *The end of the peasantry: the rural labor movement in Northeast Brazil (1961-1988)*. University of Pittsburgh Press, 1997.

PERES, Gaspar & PERES, Apollonio. *A indústria assucareira em Pernambuco* [1915]. Recife: CEPE, 1991.

PERES, Victor Hugo Luna. “Os migrantes chineses do açúcar: da produção em regime de economia familiar à ‘plantation’ caribenha”. In:

Cadernos de História. Oficina de História: trabalhadores em sociedades açucareiras. Recife: EDUFPE, ano 6, nº 6, 2009.

PERNAMBUCO. Secretaria dos Transportes, Energia e Comunicações. *Programa Especial de Rodovias Vicinais para a Zona Canavieira de Pernambuco (justificativa econômica).* Recife, 1975.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história.* São Paulo: Paz e Terra 1989.

PERRUCCI, Gadiel. *A República das usinas: um estudo de História social e econômica do Nordeste (1889-1930).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PESSOA, Dirceu (coord.). *Políticas fundiárias no Nordeste: caminhos e descaminhos.* Recife: Massangana, 1990.

PIMENTEL, Dadid & PIMENTEL, M. *Food, energy and society.* London, 1979.

PINSKY, Jaime (org.). *Capital e trabalho no campo.* São Paulo: Hucitec, 1997.

PINSKY, Jaime (org.). *Práticas de cidadania.* São Paulo: Contexto, 2004.

POLACK, Jean Claude. *La Médecine du Capital.* Paris: François Maspero, cahiers libres 222-223, 1971.

PORTELLA, T.; AAMOT, D. & PASSAVANTE, Z. *Homem-gabiru: catalogação de uma espécie.* São Paulo: Hucitec, 1992.

POTENGY, Gisélia Franco. “As mudanças nas relações do trabalho e o novo clientelismo no campo na Paraíba”. In: *Cad. Est. Soc.* v. 6, n. 2, jul./dez., 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária no Brasil.* 2ªEd. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 22^o Ed. São Paulo: Brasiliense, 1922.

PRINSEN-GEERLIGS, H. C. *The world's cane sugar industry: past and present*. Norman Rodger – Altrincham (Manchester), 1912.

RABELLO, Sylvio. *Cana-de-açúcar e região: aspectos socioculturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Recife: IJNPS, 1969

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V.. “Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia”. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, 1983.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder* [1980]. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, José Lins do. *Banguê* [1934]. 19^a Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

REGO, José Lins do. *Doidinho* [1933]. 19^a Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

REGO, José Lins do. *Fogo morto* [1943]. 40^a Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho* [1932]. 8^a Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

REGO, José Lins do. *O moleque Ricardo* [1937]. 20^a Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

REGO, José Lins do. *Usina* [1936]. 13^a Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

REVEL, Jacques & PETER, Jean-Pierre. “O corpo: o homem doente e sua história”. In: LE GOFF, Jaques & NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

RIBEIRO, Guilherme. “A originalidade historiográfica de la méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II e a concepção braudeliana de história”. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto, número 04, março, 2010.

RIBEIRO, Guilherme. “Fernand Braudel e a geo-história das civilizações”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011.

RIBEIRO, Herval Pina. *A violência oculta do trabalho: as lesões por esforços repetitivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

RINGUELET, Roberto Ricardo. *Migrantes estacionais de la región del Agreste del Estado de Pernambuco*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1977.

RISSIN, Anete; BATISTA FILHO, Malaquias; BENICIO, Maria Helena D’Aquino & FIGUEIROA, José Natal. “Condições de moradia como preditores de riscos nutricionais em crianças de Pernambuco, Brasil”. In: *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.* [online]. Vol.6, n.1, 2006.

ROCHA, Fernanda Ludmilla Rossi; MARZIALE, Maria Helena Palucci & ROBAZZI, Maria Lucia do Carmo Cruz. “Poverty as a predisposing factor of illness tendencies in sugar cane workers”. In: *Rev. Latino-am Enfermagem*. Setembro-outubro; 15 (número especial): 736-41, 2007.

RODRIGUES, José Honório. “A Revolução Industrial Açucareira e os engenhos centrais”. In: *Brasil Açucareiro*. IAA, Rio de Janeiro, março de 1946.

ROGERS, Thomas D. *As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2017.

ROGERS, Thomas D. “A disjuncture of scale? Linking agroenvironmental change to labor mobilization”. In: *Rethinking Space in Latin American History*. March 28 & 29, 2014.

ROGERS, Thomas D. “Geneticistas da gramínea doce em campos decadentes: Variedades de cana-de-açúcar, agrônomos e plantadores na abordagem da modernização agrícola (1930-1964)”. In: *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife: EDUFPE, ISSN 0102-9487, nº 26.2, 2008.

ROGERS, Thomas D. “Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata Pernambucana”. In: *Cadernos de História. Oficina de História: trabalhadores em sociedades açucareiras*. Recife: EDUFPE, ano 6, nº 6, 2009.

ROGERS, Thomas D. “Laboring landscapes: the environmental, racial, and class worldview of the Brazilian Northeast’s sugar elite, 1880s–1930s”. In: *Luso-Brazilian Review*, Volume 46, Number 2, 2009.

ROGERS, Thomas D. “Race, respect, and authority in contemporary Brazil: interpreting the stories of sugarcane workers”. In: *Labor: Studies in Working-Class History of the Americas*, Volume 8, Issue 2, 2011.

ROGERS, Thomas D. “Taking the measure of labor: rural rationalization in twentieth-century Brazil”. In: *International Labor and Working-Class History*, 85, 2014.

ROSA E SILVA NETO, J. M. da. *Contribuição ao estudo da Zona da Mata Pernambucana: aspectos estruturais e econômicos da área de influência das usinas de açúcar*. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – MEC, Recife, 1966.

ROSA, F. A. de Miranda. *Sociologia do Direito: o fenômeno jurídico como fato social*. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

SACK, Robert D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALES, Teresa. *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SAMPAIO, Yoni. *Nordeste rural: a transição para o capitalismo*. Recife: Ed. Universitária, 1987.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. “Caminhos e descaminhos da liberdade para os trabalhadores nos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco entre 1884 e 1893”. In: *MÉTIS: história & cultura*, jan./jun. 2015.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. “Em busca da liberdade: mulheres escravizadas e os caminhos da abolição – Zona da Mata Sul de Pernambuco década de 1880”. In: *Interfaces Científicas – Humanas e Sociais*. Aracaju, v.2, n.3, jun. 2014.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. “Mobilidade dos trabalhadores dos engenhos na abolição e no pós-abolição: trajetórias e autonomia (Zona da Mata Sul, 1884-1893)”. In: *xxviii Simpósio Nacional de História*, 2015.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. *Os significados do 13 de maio: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893)*. Tese de Doutorado em História. Campinas/SP, IFCH, UNICAMP, 2014.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. “Trabalhadores de engenhos: composição e experiências no período abolição e pós-abolição (Zona da Mata Sul de Pernambuco 1884-1893)”. In: *Universitas Humanas*, Brasília, v. II, n. 2, jul./dez. 2014.

SANTOS, Milton. “O espaço geográfico como categoria filosófica”. In: *Anais V Encontro Nacional de Geógrafo (1982): contribuições científicas*. Porto Alegre, 1983.

SANTOS, Milton. “O papel ativo da Geografia: um manifesto”. In: *Revista Território*. Rio de Janeiro. Ano V, n. 9, jul./dez., 2000.

SANTOS, Milton. “O retorno do território”. In: *OSAL: Observatorio Social de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO. Año 6, n°. 16 (jun. 2005).

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção* [1996]. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas* [1979]. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

SANTOS, Milton. *Espaço e método* [1985]. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade: ensaios*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia* [1988]. 6ª Ed. Em colaboração com Denise Elias. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem* [1980]. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1978.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Roberto de Souza. “Meio ambiente e espaço geográfico: uma análise sociedade-natureza”. In: *Revista de Estudos Sociais*. Ano 12, n. 23, v. I, 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio & SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Consequencia, 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Consequencia, 2015.

SATYANARAYANA, K.; NAIDU, A.N.; CHATTERJEE, B. & RAO, N. "Body size and work output". In: *American Journal of Clinical Nutrition*. Vol. 30, 1977.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1992.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: A transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SENCEBE, Yannick et CAZELLA, Ademir A. "Le paradoxe d'un pays rural qui s'ignore : urbanisation et place de l'agriculture familiale au Brésil". In: *Espace populations sociétés* [En ligne], 2014/2-3, 2015, mis en ligne le 12 janvier 2015, consulté le 11 février 2015. URL: <http://eps.revues.org/5784>.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo & GONZÁLES DE MOLINA, Manoel. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SIGAUD, Lygia. “A collective ethnographer: fieldwork experience in the Brazilian Northeast”. In: *Social Science Information* 47, n. 71, 2008.

SIGAUD, Lygia. “A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas”. In: *Dados*. Vol. 29, n. 3, 1986.

SIGAUD, Lygia. “Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. In: *Mana [online]*, vol. 10, n.1, 2004.

SIGAUD, Lygia. “Des plantations aux villes: les ambiguïtés d’un choix”. In: *Études rurales*. n.º. 131/132, Droit, politique, espace agraire au Brésil. Jul. - Dec., 1993.

SIGAUD, Lygia. “Direito e coerção moral no mundo dos engenhos”. In: *Estudos Históricos* 18. São Paulo, 1996.

SIGAUD, Lygia. “O sindicato e a estratégia do capital”. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. *A mão de obra volante na agricultura*. Organização: Depto. de Economia Rural, FCA, Botucatu. São Paulo: Polis, 1982.

SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas cidades, 1979.

SIGAUD, Lygia; LINDOSO, Felipe; LEITE LOPES, José Sergio & GARCIA, Marie France. *Trabalho assalariado e trabalho familiar no Nordeste*. Relatório de Pesquisa. Museu Nacional do Rio de Janeiro, s/d.

SILVA, Edson H. “Aldeia de Escada: esbulhos de terra e resistência indígena em Pernambuco no século XIX”. In: *Travessia: Revista do Centro de Estudos Migratórios*. São Paulo, n. 24, 1996.

SILVA, Fernando Teixeira da. “‘Justiça de Classe’: tribunais, trabalhadores rurais e memória”. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012.

SILVA, Josileide Bernardo da & DINIZ, Lincoln da Silva. “O binômio engenho-pobreza no brejo paraibano: uma análise sócio-espacial da relação campo-cidade na produção das periferias rururbanas do município de Areia/PB”. In: *XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*. São Paulo, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

SILVA, Roberto Paula. *Nutrição e desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro*. 2ª Edição. Fortaleza: BNB. ETENE, 1986.

SILVER, Marc. “Creating a new map of the holocaust”. In: *National Geographic News*. April 8, 2013.

SIMAS, Paula. *Açúcar bruto*. Brasília: Editora Universitária. Brasília: Editora Universitária, 1997.

SKIDMORE, Thomas E. “Racial ideas and social policy in Brazil, 1870-1940”. In: Richard Graham (Ed.). *The idea of race in Latin America: 1870-1940*. Texas: University of Texas Press, 1992.

SMITH, Neil. “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica”. In: ARANTES, Antônio (org). *O espaço da diferença*. Campinas SP: Papirus, 2000.

SMITH, Neil. “Geography, difference and the politics of scale”. In: DOHERTY J.; GRAHAM E. & MALEK M. (editors). *Postmodernism and the social science*. London: Macmillan; 1992.

SNYDER, Timothy. *Terras de sangue: a Europa entre Hitler e Stalin*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SOFFIATI, Arthur. “Algumas palavras sobre uma teoria da eco-história”. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 18, jul./dez. 2008.

SOLURI, John. “A la sombra del bananal: poquiteros y transformaciones ecológicas en la costa norte de Honduras, 1870–1950”. In: *Mesoamérica* 42. Diciembre de 2001.

SOLURI, John. “Labor, rematerialized: putting environments to work in the Americas”. In: *International Labor and Working-Class History* (ILWCH), 85, Spring 2013.

SOUSA, Ester Maria Aguiar de. *Juntas de Conciliação em julgamento: um estudo da eficácia da Justiça do Trabalho, em estudos de caso nas JCT de Recife*. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1984.

SOUZA, Maria Adélia. “Geografia, paisagens e a felicidade”. In: *GeoTextos*, vol. 9, n. 2, dez. 2013.

SPURR, G. B.; BARAC-NIETO, M. & MAKSUD, M. G. “Efficiency and daily work effort in sugar cane cutters”. In: *British Journal of Industrial Medicine*. 34(2), May 1977.

SPURR, G. B.; BARAC-NIETO, M. & MAKSUD, M. G. “Energy expenditure cutting sugarcane”. In: *Journal of Applied Psychology*. Vol. 39, n.º. 6, 1975.

SPURR, G. B.; BARAC-NIETO, M. & MAKSUD, M. G. “Productivity and maximal oxygen consumption in sugar cane cutters”. In: *American Journal of Clinical Nutrition*. Vol. 30, 1977.

SPURR, G. B.; MAKSUD, M. G. & BARAC-NIETO, M. “Energy expenditure, productivity, and physical work capacity of sugarcane loaders”. In: *The American Journal of Clinical Nutrition*. Vol. 30: October, 1977.

STAMPP, Kenneth M. *The peculiar institution*. New York: Vintage Books, 1956.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Agrarian problems & peasants movements in Latin America*. New York, Anchor Book, 1970.

SUAREZ, Maria Teresa Sales de Melo. *Cassacos e corumbas*. São Paulo: Ática, 1977.

SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. 2º Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec – Unicamp, 1979.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen: the negro in the Americas*. New York, 1947.

TEIXEIRA, Cristhiane Laysa Andrade. “Memória, histórias e direitos trabalhistas na Zona da Mata de Pernambuco (1979-1980)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

TENÓRIO, Douglas Apratto & DANTAS, Cármen Lúcia. *Caminhos do açúcar: engenhos e casas-grandes das Alagoas*. 2ª Ed. Publicação do Sebrae Alagoas, s/d.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. “Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira)”. In: *Pegada*. Vol. 8, n. 2, Presidente Prudente, dezembro de 2007.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. T. *The Plantation* [1932]. Columbia: University of South Carolina Press, 2010.

TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

TOMICH, Dale W. *Through the prism of slavery: labor, capital and world economy*. Lanham: Rowman and Littlefield Publishing, 2004.

TREVOR-ROPER, H. R. “Fernand Braudel, the Annales, and the Mediterranean”. In: *The Journal of Modern History*, vol. 44, nº. 4 (Dec., 1972).

VALENÇA, Vanessa. *Condições de trabalho, produtividade e riscos à saúde do trabalhador na atividade do corte manual de cana: um estudo de caso na Usina Santa Adélia*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. São Carlos: UFscar, 2007.

VALVERDE, Orlando. “O uso da terra no leste da Paraíba”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 1955.

VARZEA, Affonso. *Geografia do açúcar no leste do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Rio-Arte, 1943.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. “A epidemiologia das deficiências nutricionais no Nordeste: a contribuição de Malaquias Batista Filho à institucionalização da Nutrição em Saúde Pública no Brasil”. In: *Cad. Saúde Pública [online]*. Vol.16, n.2, 2000.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. “Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves”. In: *Hist. cienc. saúde-Manguinhos [online]*. Vol. 8, n.2, 2001.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. “Um perfil de Nelson Chaves e da sua contribuição à nutrição em saúde pública no Brasil”. In: *Cad. Saúde Pública [online]*. Vol.17, n.6, 2001.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. “Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma História Cultural do olhar”. In: *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, julho/agosto/setembro de 2006, vol. 3, ano III, nº 3.

- VITERI, Fernando & TORUN, Benjamín. “Ingestión calórica y trabajo físico de obreros agrícolas en Guatemala: efecto de la suplementación alimentaria y su lugar en los programas de salud”. In: *Bol. Ofic. sanit. panamer.* 78:58-74, 1975.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WEINREB, Alice Autumn. *Matters of taste: the politics of food and hunger in divided Germany 1945-1971*. University of Michigan, 2009.
- WELCH, Clifford Andrew et. al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- WHITE, Richard. “What is Spatial History?”. Stanford University Spatial History Lab. 1 February 2010.
- WHITE, Richard. *The organic machine*. New York: Hill and Wang, 1996.
- WOLF, Eric. “Types of Latin American peasantry: a preliminary discussion”. In: *American Anthropology*, LVII, 1955.
- WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. In: *Estudos Históricos*. Vol. 4, n. 8, 1991.
- ZISMAN, Meraldo. *Nordeste pigmeu: uma geração ameaçada*. Recife: OEDIP, 1987.

Título Arquitetura espacial da *plantation* açucareira
no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)
Autoria José Marcelo Marques Ferreira Filho

Formato E-book (PDF)
Tipografia Scala Pro (texto) e Scala Sans Pro (títulos)
Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | www.editora.ufpe.br

